

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 199

ABRIL - JUNHO

1948

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
CLAUDIO GANNS  
FEIJÓ BITTENCOURT



1950

Departamento de Imprensa Nacional  
Rio de Janeiro - Brasil

# INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

DIRETORIA EM 1948-1949

---

*Presidente Perpétuo*

EMBAIXADOR DR. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES

*1.º Vice-Presidente*

MINISTRO DR. AUGUSTO TAVARES DE LYRA

*2.º Vice-Presidente*

DR. ALFREDO NASCIMENTO E SILVA

*3.º Vice-Presidente*

DR. JOSÉ WANDERLEY DE ARAÚJO PINHO

*1.º Secretário*

DR. VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

*2.º Secretário*

DR. LEOPOLDO ANTÔNIO FEIJÓ BITTENCOURT

*Orador*

DR. PEDRO CALMON MUNIZ DE BITTENCOURT

*Tesoureiro*

CAPITÃO DE MAR E GUERRA CARLOS SILVEIRA CARNEIRO

# REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

## INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

---

VOLUME 199

---

ABRIL - JUNHO

1948

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos  
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO  
CLAUDIO GANNS  
FEIJÓ BITTENCOURT



1950

Departamento de Imprensa Nacional  
Rio de Janeiro — Brasil



Digitized by the Internet Archive  
in 2024



## CRONOLOGIA DA VIDA DE TIRADENTES, À LUZ DE DOCUMENTOS

L. DE OLIVEIRA BELLO

A verdadeira história, isto é, a que nos deve instruir e convencer, é a que se firma na realidade dos fatos por provas contraditáveis, tradições verossímeis e consolidadas ou ilações lógicas correlativas, tudo procedente de escrupulosas pesquisas feitas com adequada introspecção, em torno dos fatos, e indispensável psico-análise das personagens nêles envolvidas sem despi-las de seus defeitos, paixões e erros, nem adorná-las com virtudes, encantos e misticismos falsos.

Sendo uma inesgotável fonte de conhecimentos passados, entrosados com o presente e até mesmo com o futuro, apenas entrevisto, na sua precípua função e crítica, ela tem, por processo básico e essencial, uma sagaz e insuspeita observação pessoal. E como essa, em geral, não é possível aos historiadores que não assistiram o desenrolar dos fatos, nêles não tomaram parte ou sôbre os quais não puderam colhêr imediatos ou confiantes informes, tôda assertiva histórica ou afirmativa categórica, para ser seguramente aceita, demanda cautela, pois não deve proceder de simples conjecturas ou suposições admissíveis, mesmo com aparentes vestígios de verdade, articuladas por quem se apóie em ligeiros conhecimentos, presos a lendas engenhosas, versões bem tecidas ou conclusões pré-estabelecidas.

Estudos apressados, alheios a pesquisas e contrastações de textos, embora com acentuados traços de compilada erudição, ataviados de opulento estilo, eivados de tendencioso personalismo, influenciados

por imaginações fanáticas ou exibicionistas, majorados por nacionalismos, constituem perigosos venenos, sutilmente infiltrados no cerne da história real, capazes de estiolar o que de belo, nobre, grandioso, estimulante, viril nela possa existir.

A incompleta, imperfeita ou equívoca interpretação de documentos, originais, traduzidos ou copiados, a ignorância das circunstâncias antecedentes aos fatos, o apriorismo de desejadas conclusões e o freqüente apêlo a arcaicas ou impressionantes citações alheias, nem sempre apropriadas, também muito concorreram para o desvirtuamento da verdade na História.

Por fim, a invocação de testemunhos e opiniões unilaterais e incontrastados por provas insofismáveis, a reiteração de equívocos cometidos por escritores ilustres ou historiadores conceituados, a permanência de importantes omissões, a diversidade de conceituação e o desapareço aos processos de introspecção dos ambientes físicos, sociais e morais, pertinentes aos fatos, e a psico-análise das personagens, tudo nas épocas apropriadas, tornam a História bem claudicante e controvertida, sonegando-lhe valiosa parcela de sua autoridade moral.

Ora, todos êsses senões, uns mais que outros, com maléficos virus, vêm secularmente corroendo as fibras da nossa História Nacional, desde o seu primeiro capítulo, como a desluzida versão do descobrimento do Brasil por imaginada obra do acaso, jamais provada, e assim alimentando um nocivo complexo de incongru-

ências, discrepâncias, descabidas majorações, prejudiciais omissões, injustos conceitos, tudo fora da realidade, e que tanto mareiam a sua limpidez e tornam pouco confiante o seu senso.

É exatamente por tudo isso que um dos mais interessantes episódios daquela história, a Conjuração Mineira de 1789, ainda vem sofrendo o injusto castigo de figurar nela em imprópria penumbra, quando, há muito já poderia vir projetada em sua verdadeira grandeza, isto é, em justas linhas. Tão lamentável deslize histórico não deve ser atribuído apenas à escassez de documentos ou a uma descabida falta de historiadores idôneos, porque isso não corresponde à realidade. A causa exata reside no geral desinteresse cívico pela verdade na nossa história nacional.

A Conjuração Mineira, conquanto tenha sido apenas um idealizado movimento de emancipação da Capitania, frustrado antes de sua iniciação prática, com o correr dos anos, acabou constituindo, subjetivamente, um dos mais expressivos e patrióticos episódios daquela História, pois nêle, confluíram, de fato, elevado ideal, nobreza de sentimentos, grandeza de aspirações, espírito humanitário, anseio de liberdade e descortino administrativo, superando, pela sinceridade de suas intenções, tôdas as pretéritas sedições de libertação da Colônia. E o que lhe deu alto relêvo, aumentando a figura dos conjurados, foi o excesso de seus sofrimentos, físicos e morais, a iniquidade e crueldade das sentenças e a intencional agravação do crime por homens que haviam pecado, tão só politicamente, sem danos materiais e individuais, animados por um nobre, justo e anelado ideal, cuja realização constituiria, para êles, a única salvação da Capitania, e quicá de tôda a Colônia, cuja vida social e geral vinha, há muito, sacudida por crescente onda de corrupção, ganância, incapacidade, injus-

tiça e maldades de parte dos que a governavam, administravam, ministravam justiça e religião e cùpidamente a exploravam com acentuado desprezo pelos filhos da terra, a quem cerceavam os mais comezinhos direitos humanos.

Sem dúvida, na Conjuração Mineira, a figura de maior valia prática foi o alferes da cavalaria regular da Capitania, Joaquim José da Silva, nome por que era geralmente conhecido, e também alcunhado o *Tiradentes*, cuja impercível memória, na época do Império, foi frequentemente detratada por escritores e historiadores, parciais ou áulicos, e somente, depois da consolidação da República, logrou ser engrandecida por um grupo de seletos patriotas que o acabaram ascendendo ao pináculo da glória, onde se acha na companhia dos grandes vultos nacionais.

Mas a sua verdadeira história ainda não foi escrita devidamente, embora êle constitua a figura mais nobre e empolgante da história da Capitania das Minas Gerais. Verdade é que o escrupuloso historiador Lúcio dos Santos, em *A Inconfidência Mineira*, já o projetou melhor que qualquer outro dos historiadores e escritores pretéritos, que haviam se manifestado sôbre o grande patriota. Todavia, em seu trabalho e nos dos últimos, ainda são encontrados equívocos, fantasias e importantes omissões, carecendo todos de corrigendas.

Há mais de oito anos venho pesquisando nos arquivos nacionais e colhendo, em arquivos portugueses, elementos referentes aos conjurados e algo de novo e bom logrei reunir para um trabalho, ainda em preparo, faltando-me, entretanto, elucidar dois pontos essenciais da vida militar de Tiradentes, a fim de que êle possa emergir com uma personalidade mais humana e real.



Hoje apresento aqui, apenas, a Cronologia de sua vida geral, à luz de documentos que escrupulosamente consultei.

Ano 1746:

Nascimento na fazenda de Nossa Senhora da Ajuda, situado na paragem de Pombal na comarca do Rio das Mortes, à margem oriental dêsse rio e entre o ribeirão de Santo Antônio e o arroio do Ouro, numa elevação de 900 metros.

*Nota* — A fazenda era de propriedade de seus pais, Domingos da Silva dos Santos, português do arcebispado de Braga, e Antônia da Encarnação Xavier, mineira e natural da vila de São José del Rei onde se casaram a 30 de junho de 1738.

Novembro, 12:

É batizado, com o nome de Joaquim, na capela de São Sebastião, no rio das Mortes, abaixo, na freguesia de São João del Rei, pelo padre João Gonçalves Chaves, vigário da dita capela, sendo padrinho Sebastião Ferreira Leitão e não tendo madrinha.

*Nota* — O vigário era compadre dos pais de Joaquim, e o padrinho era minerador na comarca, desde o ano 1724. Ambos residiam em suas chácaras na vila de São João del Rei, foram testamenteiros de seus compadres e testemunhas do “de genere” dos padres Domingos e Antônio, irmãos de Joaquim.

1751 — Julho, 22:

Seus pais assinam na vila de São José del Rei, em casa de moradia de Manuel Goulart, o seu testamento, escrito por Francisco da Silva Nunes, e o entregam ao juiz ordinário da vila, que o manda fechar, lacrar e guardar, em custódia, no seu cartório.

*Nota* — Neste testamento a fazenda de Pombal figura como situada no termo da vila de São José, cujos limites muni-

cipais com a vila de São João del Rei, ainda não haviam sido fixados.

1755 — Dez., 2:

Fica órfão de mãe, aos nove anos de idade, juntamente com seis irmãos, pelo falecimento de D. Antônia da Encarnação Xavier.

1756 — Maio, 12:

O juiz de órfãos da vila de São José reconhece os direitos, para cada um dos filhos da citada D. Antônia, aos bens partilhados da meação apurada em seu inventário e os adjudica à posse dêles no valor total de 438\$187 réis, devendo os mesmos ser zelados por seu pai e tutor.

1757 — Dez., 12:

Falece Domingos da Silva dos Santos, ex-vereador da Câmara da vila de São José, e Joaquim fica órfão de pai, com onze anos.

Biênio — 1775-1776:

Assenta praça em uma unidade de cavalaria da Capitania de Minas Gerais, aproveitando-se do alistamento mandado abrir pelo governador, Dom Antônio de Noronha, para completar os efetivos dos novos regimentos criados no decorrer do ano de 1775, depois de realizado o recenseamento geral da capitania.

*Nota* — Por não ter sido encontrado, até a presente data, nenhum documento, contendo os termos do seu assentamento de praça, nem se lograda obter alguma informação idônea, referente, ao mesmo, continua-se a ignorar; a data completa e a natureza de sua praça, como soldado, sargento ou alferes; qual a unidade, se regimento ou companhia isolada, e o lugar da sua sede.

Biênio 1776-77:

Sua presença, no posto de Alferes, é assinalada na cidade do Rio de Janeiro,



pelo negociante português Antônio Ribeiro de Avelar, aí residente, que o recebeu várias vezes em sua casa de negócio, por ocasião da permanência de uma força regular, que desceu da Capitania das Minas para reforçar a guarnição militar daquela cidade, durante a “guerra do sul”, quando se esperava que ela fôsse invadida pelos espanhóis do vice-reinado do Prata.

1779:

No pôsto de alferes achava-se comandando o destacamento de cavalaria aquartelado no registro do Ribeirão das Areias, na comarca de Sabará, destinado a exercer fiscalização rigorosa sobre os viandantes dos caminhos próximos com o fim de impedir o extravio de ouro.

*Nota* — Nesse ano e no seguinte aí assina vários recibos de mercadorias que adquire para o seu quartel. Entre êles figura um, cujo original está em minha posse, datado de 1 de janeiro de 1780, passado ao assentista Francisco Rodrigues Coimbra, referente a 3 alqueires e  $\frac{3}{4}$  de milho, e  $\frac{3}{4}$  de alqueire de farelo, para o municiação do cavalo de “Sua Mag.<sup>de</sup>”, e um frasco de azeite de mamona para luzes do quartel, tudo recebido pelo cabo Antônio Max.<sup>do</sup>. Em tais recibos sua assinatura é: Joaq.<sup>m</sup> Jozeda S.<sup>a</sup> X.<sup>er</sup> Alfs. Com.<sup>d</sup>.

1781 — Junho, 19:

Recebe em Vila Rica as instruções escritas, por ordem do governador e seu comandante de regimento, para segui-las nas funções que vai exercer de comandante do destacamento do Caminho Novo para o Rio de Janeiro, na comarca de São João del Rei.

*Nota* — Por elas o alferes Joaquim José da Silva, nome por que era, em geral, conhecido, particular e oficialmente, continuaria sujeito às ordens do seu comandante em Vila Rica, porém poderia

coadjuvar nas diligências e providências fiscalizadoras que lhe fôsem solicitadas, os comandantes das forças dos registros de Matias Barbosa, o coronel Manuel Rodrigues da Costa, e da Paraibuna, o tenente-coronel Luís Alves de Freitas Belo.

Setembro, 25:

De Rocinha da Negra, na Paraibuna, dirige ao governador da Capitania uma carta tratando dos serviços do destacamento que comandava.

Dezembro, 24:

D. Maria I assina, em Lisboa, uma carta dirigida ao citado alferes, Joaquim José da Silva Xavier, “da cavalaria paga da Capitania e comandante do destacamento do Caminho Novo”, conferindo-lhe, nesse cargo, algumas incumbências e vantagens e fixando o prazo de três anos para exercê-lo, a partir de 1 de janeiro de 1782.

*Nota* — A sua jurisdição em tal Caminho estendia-se do pôrto do Meneses, situado no Paraibuna, pouco acima do salto dêsse nome, para o norte, até o sopé da serra da Mantiqueira. Como principais atribuições cabia-lhe distribuir, alimentar e dirigir várias rondas a pé e a cavalo, fixas e móveis, pelo longo percurso do dito caminho, suas estradas, atalhos e adjacências, com o fim de evitar extravios de ouro, diamantes e pedras finas e falta de pagamento de pedágio e outros tributos, podendo examinar todos viandantes, prendê-los em caso de abuso, tomar-lhes os contrabandos e entregá-los nos registros. Cabia-lhe também prender desertores, bandidos, criminosos, escravos fugidos e índios saqueadores.

1783 — Abril, 18:

Da Borda do Campo, onde fôra dirigir importante e grave diligência envia

uma carta ao governador dando-lhe conhecimento do bom resultado obtido.

*Nota* — Havia muito que, nas densas matas, do alto da serra da Mantiqueira, escondiam-se bandidos armados que assaltavam os viandantes e os roubavam. Vários crimes vinham-se sucedendo e o tenente-coronel de cavalaria auxiliar José Aires Gomes, comandante da força local do Registro Velho, aí residente em sua fazenda do Passatrês, ainda não havia conseguido acabar com o banditismo reinante. Por isso, o alferes Joaquim José da Silva fôra destacado para fazê-lo, o que conseguiu empregando processo apropriado, por cujo êxito fôra louvado por seu comandante.

1784 — Abril, 21:

O governador da Capitania ordena ao coronel Manuel Rodrigues da Costa, comandante da força fiscalizadora do Caminho Novo, que incluia o alferes Joaquim José da Silva na expedição que, sob a direção do sargento-mor Afonso Galvão de São Martinho, vai explorar algumas "áreas devolutas nos sertões de Paraibuna", visto constar seus "conhecimentos mineralógicos".

*Nota* — O alferes, que se achava em seu quartel do pôrto do Meneses, foi então incorporado à referida expedição, que se destinava a verificar se as citadas terras eram apropriadas à lavoura ou de natureza a possuir minerais e águas correntes com ouro e diamantes, e também ferro e outras riquezas. E para orientá-lo nas explorações foram enviadas, com data de 16 de abril, adequadas instruções, definindo claramente as atribuições que nelas lhe caberiam.

Setembro, 14:

De seu quartel, no pôrto do Meneses, dirige longa carta ao governador em Vila Rica dando conhecimento do resultado final da tumultuária diligência que

fizera, por sua ordem, para a captura e prisão do desertor João Rodrigues de Medeiros e sua amásia Arcângela Luísa do Espírito Santo, os quais lhe faz apresentar devidamente presos e escoltados.

*Nota* — A leitura atenta e introspectiva dessa carta, em que se acha narrada confusamente a referida diligência, mostra o feitio moral variável do alferes Joaquim José, quando se mostra generoso com o desertor ferido, cauteloso com sua amásia, brando com os escravos que o surraram, feriram e roubaram, e agressivo e excedido com os irmãos Vidal Barbosa, proprietários da fazenda do juiz de Fora, e nela residentes, onde aquêle casal foi capturado.

Outubro, 28:

Carta do mesmo governador ao alferes devolvendo-lhe o desertor e sua amásia para fazer entrega dêles ao tenente-coronel Luís Alves de Freitas Belo, comandante das forças do registro da Paraibuna e Paraíba, a quem cabia enviá-los ao vice-rei, de quem emanou a primitiva ordem de prisão dos fugitivos.

1785 — Janeiro:

E' recolhido ao seu regimento em Vila Rica visto haver concluído, a 31 de dezembro passado, o prazo das suas funções no Caminho Novo para o Rio de Janeiro.

Fevereiro, 12:

Assiste em Vila Rica, na presença da Junta da Real Fazenda, presidida pelo governador da Capitania, ao exame, que solicitou, de uma pedra que encontrou em terras da Paraibuna e que supunha ser uma "pedra fina".

*Nota* — Logo ao primeiro choque a pedra cindiu-se em duas e suas arestas revelaram tratar-se de uma pedra verde, comum e encascorada. Do exame foi



lavrado um termo assinado pelo governador, todos os juizes da Junta da Fazenda e o próprio suplicante. Isso prova que não eram assim tão extensos e seguros os seus conhecimentos mineralógicos, admitidos pelo governador.

Novembro:

Servindo em seu regimento, requer, ao Senado da Câmara de Vila Rica, “um chão para construir seu edificio”.

*Nota* — Ignora-se se lhe foi concedido, mas sabe-se ao certo, que não chegou a empreender nenhuma construção de moradia porquanto, quando foi prêso no Rio de Janeiro, sua casa de moradia em Vila Rica, situada na rua São José, entre a casa do Erário e o largo do Pestana, era de aluguel e propriedade do padre Joaquim Ferreira de Magalhães.

1787 — Março, 2:

Licenciado por seu comandante, por dois meses, parte para o Rio de Janeiro, para tratar de interesses próprios e deixa o capitão de cavalaria auxiliar Teotônio Maurício Ribeiro de Miranda, tesoureiro da Junta da Real Fazenda, como procurador, a fim de receber seu sôlido de alferes e remetê-lo.

*Nota* — Ignora-se quais seriam aquêles interesses. Terminada a licença conseguiu que o governador a prorrogasse por outros dois meses e, depois, foi-se deixando ficar no Rio de Janeiro, sob a alegação de enfermidade e outras causas, até o ano seguinte. Nessa época já era proprietário de oito sesmarias de terras minerais e lavoura, junto à Rocinha da Negra na Região de Paraibuna, que procurou explorar apenas com 4 escravos.

Julho, 30:

Assina no Rio de Janeiro um recibo passado ao dito capitão Teotônio Maurício Ribeiro de Miranda, que lhe envia-

ra seus soldos “de alferes da 6.<sup>a</sup> Companhia do Regimento regular da tropa paga da Capitania”, correspondente ao 2.<sup>o</sup> trimestre dêsse ano.

1788 — Junho:

Mal impressionado com os serviços públicos da cidade do Rio de Janeiro, requer ao vice-rei licença para trazer as águas do córrego Carioca ou das Iaranjeiras e dos rios Andaraí e Maracanã até o centro, servindo-se de moinhos que faria construir; correr na praia do Valongo um trapiche, e melhorar o desembarque do gado pelo mar.

Agosto, 28:

Apresenta-se em seu regimento, em Vila Rica, depois de uma ausência de 16 meses e 26 dias, uma grande parte dêles passada no Rio de Janeiro.

*Nota* — Admite-se que nesse lapso de tempo também estêve explorando, com 4 escravos, suas sesmarias de lavoura e águas minerais na região de Paraibuna e por haver fracassado em tal emprêsa, dirigiu-se à cidade do Rio de Janeiro para sondar alguma nova profissão. E quando aí se achava conheceu o engenheiro José Alves Maciel, mineiro e residente em Vila Rica, recém-chegado da Europa, onde se formara, e que viera animado da idéia de procurar desenvolver as riquezas minerais da Capitania de Minas e nela introduzir algumas indústrias. E nessa ocasião, ao ouvi-lo sobre a situação social e política dos países europeus e a provável transformação que iriam sofrer brevemente, com o avanço das novas idéias sociais e morais, como já havia acontecido com os ingleses da América, entusiasmou-se por tal forma que passou a encarar a libertação da Capitania, do jugo português, e quiçá a de toda a Colônia, como a única solução para o desenvolvimento de ambas e melhoras para o seu povo.



1789 — Março, 10:

Parte novamente licenciado para o Rio de Janeiro, apenas por um mês, sem deixar procurador para receber seu sôlido, sob a alegação de tomar conhecimento do despacho exarado pelo vice-rei nas petições que lhe apresentou, em junho de 1788, quando lá estêve.

*Nota* — O Senado da Câmara, que fizera registrar às petições a 19 de junho passado, informara ao vice-rei que tais melhoramentos não traziam vantagens ao povo e prejudicavam os negociantes, além de que o peticionário não possuía recursos para executá-los.

A meu ver o povo só poderia ter vantagens com ambas as construções, mas o Senado da Câmara seria prejudicado porquanto mandava vender água em pipas pelas ruas e os negociantes procediam o desembarque do gado em barcos de aluguel ou então nas costas dos escravos entrados n'água até acima da cintura.

Março, 15:

O coronel Joaquim Silvério dos Reis, português e alcançado em avultada quantia com o Erário Real, que havia sido convidado para aderir, com seus homens e um barril de pólvora, ao levante que se preparava para libertar a Capitania das Minas, e não tinha assumido nenhum compromisso com os conjurados, visita, em Cachoeira do Campo, o governador, visconde de Barbacena, e denuncia-lhe tôda a trama do movimento, acusando fortemente o alferes Joaquim José da Silva, como um dos principais inconfidentes.

Abril, 15:

O mesmo coronel entrega ao governador, por seu convite, escrita e de próprio punho, a denúncia da Conjuração, que lhe fizera, com muitos detalhes e os nomes dos envolvidos nela, inclusive o dito

alferes, a quem atribui o desígnio de cortar-lhe a cabeça.

*Nota* — Essa denúncia foi escrita pelo autor em sua casa de moradia na Borda do Campo, depois da visita que fêz a alguns conjurados, a quem declarou que o governador iria suspender “a derrama” para a cobrança das arrôbas de ouro vendidas e atrasadas, e assim pôde colher dêles novos informes sôbre o levante.

Maior, 6:

O alferes Joaquim José da Silva, que vinha sendo vigiado ocultamente por guardas da polícia do vice-rei, temendo ser prêso subitamente, abandona, muito cedo, a casa em que vinha residindo, à rua da Mãe dos Homens (que era o trecho da atual rua da Alfândega, da rua da Quitanda à da Vala, mais tarde Uruguaiana), e esconde-se na casa do torneiro Domingos Fernandes da Cruz, paulista, à rua dos Latoeiros (atualmente Gonçalves Dias), entre as ruas do Ouvidor e do Cano da Carioca (atualmente Sete de Setembro), transportando sua mala, com “trastes” de uso, e o machinho rosilho, em que veio da Capitania.

*Nota* — Às 8 horas da noite visita o capitão Manuel Joaquim de Sá Pinto Rêgo Fortes, em sua residência, e dêle e de seu amigo, aí presente, Manuel José Miranda, obteve cartas recomendando-o ao mestre de campo Inácio de Andrade, morador em Marapicu, no termo da cidade do Rio de Janeiro, pedindo-lhe que o hospedasse, por alguns dias, e depois lhe mandasse ensinar um caminho seguro para entrar na Capitania das Minas, para onde pretendia regressar.

Maior, 7:

Um guarda da polícia do vice-rei penetra, inesperadamente, na casa de moradia do alferes, à rua da Mãe dos Homens e, não o encontrando aí, prende o

seu escravo que não soube dizer-lhe onde o amo seria encontrado.

*Nota* — Interrogado pelo vice-rei, o escravo declarou que o alferes Joaquim José havia desaparecido na véspera sem nada lhe haver dito. E, devido a tal resposta, o escravo foi surrado e encarcerado.

Maio, 10:

Tiradentes é prêso por uma escolta de guardas, comandada pelo alferes Francisco Vidigal Pereira, quando se achava no sótão da casa à rua dos Latoeiros. Apesar de estar armado com um bacamarte carregado, não reage e se entrega serenamente.

*Nota* — Levado à presença do vice-rei e por êle interrogado, responde que havia se escondido porque, não tendo cometido crime algum, vinha sendo seguido por dois “inferiores da Guarda” e ter recebido avisos de que S. Excia. pretendia mandar prendê-lo. Declara-lhe que o bacamarte pertencia ao porta-bandeira Francisco Xavier Machado, a quem tomara emprestado, para usá-lo quando se retirasse para a Capitania ou lhe quisessem fazer alguma agressão. Informa-lhe que havia vendido seu escravo com a condição de ser entregue somente quatro dias depois e que transportara sua mala para a residência do mestre de campo Inácio de Andrade, onde pretendia se esconder até ver o que de real havia contra si. E, em seguida, a isso é encarcerado na fortaleza de São José da ilha das Cobras.

Maio, 12:

São seqüestrados, por ordem do vice-rei, os seus objetos de uso e postos em leilão. Constavam de um relógio inglês, de prata, com duas tampas marca S. Elliot n.º 5.503, com fita e duas fivelinhas de prata; duas navalhas de fazer barba e o citado machinho rosi-

lho. Êsse foi arrematado, juntamente com um cavalo do padre José da Silva Rolim, também conjurado, por 6\$000 e o relógio completo por 14\$000, por José Mariano de Azeredo Continho. O referido escravo já havia sido vendido ao sargento-mor Manuel Caetano de Oliveira, presente no Rio de Janeiro.

Maio, 22:

Responde ao primeiro interrogatório acêrca de sua atuação na trama da Conjuração Mineira e no preparo do premeditado levante. Respeitando o compromisso estabelecido entre todos os conjurados, de nada confessarem, caso fôsssem presos, negou tôda a sua participação e não acusou ninguém.

Maio, 25:

São seqüestrados seus haveres em Vila Rica, na sua casa de moradia, à rua de São José, por ordem do ouvidor geral e corregedor da Comarca de Sabará, José César Manitti, também ministro da Junta da Devassa da Conjuração, na Capitania das Minas.

Maio, 27 e 30:

É novamente interrogado. Confirma o depoimento feito e pouco lhe acrescenta, mantendo o mesmo sigilo sôbre o levante.

Junho, 15:

São seqüestradas as oito sesmarias de águas minerais e lavoura, com os três escravos, que possuía junto à Rocinha da Negra na região da Paraibuna, e duas dívidas a seu favor, tudo avaliado em setecentos e noventa e sete mil novecentos e setenta e nove réis (797\$979).

*Nota* — Há cêrca de um ano que êsses haveres estavam penhorados a um ferreiro da Paraibuna, porquanto o al-

feres Joaquim José havia falido na exploração de sua empresa agrícola e mineral.

1790 — Janeiro, 18:

É interrogado pela quarta vez e após haver sabido, por leituras que lhe fizeram, que seus companheiros de conjura haviam confessado a respectiva atuação e o acusado explicitamente, resolve contar toda trama da conjuração dentro da verdade, e assim o fez.

1791 — Fevereiro, 4:

Novamente interrogado, confirma o depoimento precedente, responde a novas perguntas e confessa que foi ele o primeiro conjurado que falou em liberdade da Capitania e sugeriu o preparo de um levante geral, que deveria irromper logo em seguida à esperada proclamação da “derrama” para a cobrança compulsória das 528 arrôbas de ouro atrasadas. Idéias a que os outros, aos poucos, foram aderindo.

Abril, 14:

Reinquirido, confirma as declarações anteriores e declara que a primeira vez que se falou em “república” na Capitania, idéia por ele levantada, foi na residência do tenente-coronel Freire de Andrade, presentes o padre Carlos de Toledo, o engenheiro José Alves Maciel e ele.

Junho, 20 a 22:

Reinquirido ainda, sem contestar as antecedentes declarações, nega que houvesse convidado algum oficial, sargento ou praça de seu regimento para aderir ao levante e afirma que o único militar, na Capitania, a quem convidou, para isso, foi o seu comandante, Freire de Andrade, a quem sugeriu ser o chefe do movimento libertador. Declara também que nenhuma das idéias propostas e das

medidas assentadas, para a execução do levante, foi sequer iniciada, parecendo-lhe, portanto, que não lhe deve ser imputado crime algum.

Julho, 4, 7 e 15:

Confirma seus depoimentos deixando bem provado toda sua atuação no levante e na propaganda da idéia libertadora da Capitania na mudança do regime e no preparo do movimento que deveria executá-la. Declara, por fim, que iniciou aquela propaganda desde que partiu do Rio de Janeiro, em julho de 1788, até ser introduzido no convívio de certas pessoas simpáticas à mesma, em Vila Rica.

Outubro, 31:

É intimado do ACÓRDÃO que o pronunciou, juntamente com mais dez companheiros de infortúnio, e o classificou de réu de primeira cabeça, em virtude de haver ficado completamente provado, nos Autos das Devassas da Conjuração Mineira, que se havia conluiado contra sua majestade, às leis e às autoridades.

Novembro, 23:

O Dr. José de Oliveira Fagundes, que fôra nomeado advogado e curador dos réus, restitui, ao juiz escrivão de Alçada, os Autos das Devassas com embargos que apresenta em prol dos seus constituintes, nêles incluído o Tiradentes.

1792 — Abril, 17:

É transferido, alta noite, com os outros conjurados, para uma sala, onde instalaram um oratório, no edifício da Cadeia Pública, a fim de ouvir a leitura da sentença final. E aí permaneceu em grilhões.

Nota — Esse edifício ficava adjacente ao Paço do vice-rei, onde hoje está



situado o palácio da Câmara dos Deputados.

Abril, 19:

Ouve, às 2 horas da madrugada, a leitura da prolixa sentença que condena os onze réus à *morte natural pela força*, esarteamento do corpo, exposição dos quartos, seqüestro dos bens e declaração de infâmia até à segunda geração.

*Nota* — Foi geral a consternação entre os réus, que se recriminavam reciprocamente, enquanto Tiradentes, estoicamente, nada comentava e procurava aliviar-los, declarando-se o único culpado e lamentando-lhes a injusta pena.

Abril, 20:

Às primeiras horas da manhã, com os demais condenados, assiste à missa e recebe o Santíssimo Viático e às 11 horas toma conhecimento de que foram denegados os embargos apresentados pelo advogado e curador dos réus. Em seguida, este entra com outros embargos, que também são recusados. Às 12 e meia ouve o escrivão da Junta da Alçada ler: “Não foram admitidos os últimos embargos pelas razões expendidas nos primeiros.”

*Nota* — As esperanças, que todos os condenados estavam alimentando, de que houvesse alguma piedade e as penas fossem abrandadas, desapareceram e os réus voltaram à anterior situação de desânimo e desespero. Somente o resignado alferes Joaquim José se conservava conformado e apresentava aparência de satisfeito.

Abril, 21:

Às primeiras horas da madrugada o escrivão da Alçada, desembargador Francisco Luís Álvares da Rocha, na sala do oratório, onde os réus se achavam, em grilhões, lê uma carta da rainha

D. Maria I, datada de 15 de outubro de 1790, em que permite aos juizes comutarem as penas dos condenados que não fossem classificados criminosos de “lesa majestade” ou de primeira cabeça, e que não tivessem sido chefes da Conjuração. E, em seguida, de acôrdo com os termos dessa carta, louvando previamente a magnanimidade da soberana, leu-lhes o ACÓRDÃO da sentença definitiva, consoante o qual seria executada a pena de morte somente no alferes Joaquim José, por ter ficado provado e confessado que fôra o chefe da “nefanda Conjuração”, revelando-se infiel à rainha, sendo os outros réus degredados para Angola, Benguela e Moçambique.

*Nota* — A iníqua e selvagem sentença de Tiradentes consistia da sua “morte natural” pela força, esarteamento do corpo, exposição da cabeça salgada em Vila Rica, de um quarto no povoado de Seboas, na Capitania do Rio de Janeiro, e a dos outros em lugares bem públicos da Capitania de Minas Gerais, por onde andou pregando; demolição da sua casa de moradia em Vila Rica, salga do terreno e elevação, nêle, de um padrão amaldiçoando a memória de seu nome”. E, por fim, “declaração de infâmia para seus filhos e netos, caso os houvesse”. Após ouvir tão injusta sentença, Tiradentes aproveita a alegria delirante dos seus companheiros e os abraça, um a um, declarando-se sinceramente contente porquanto tinham logrado salvar a vida, enquanto que elle iria perdê-la justamente porque lhes havia procurado arrastar no seu ideal de liberdade por amor dos homens. E dêles se despede, resignado e pensativo, e fica aguardando a hora do suplício.

Para a sua execução, às primeiras horas do dia, é erguida, no largo ou Campo da Lampadosa (atual praça Ti-

radentes), uma força bastante alta para ser bem vista.

Pouco após ao meio dia, em requintada e pré-estabelecida solenidade, religiosa, militar e pública, elle sobre, com altivez e dignidade, à força e, estóica e cristãmente, nela perde a vida. Em seguida, seu corpo é esquartejado, sendo salgadas a cabeça e as partes para serem expostas até o tempo consumi-las.

*Nota* — O largo da Lampadosa, alguns anos antes de 1792, já era uma apreciável redução do campo do mesmo nome, e esse, por sua vez, entre os anos de 1757 a 1770, começou a ficar apartado do antigo Campo de São Domingos, de que fizera parte, devido a sucessivas partilhas das três chácaras, que neste existiam.

Seus caminhos foram sendo arruados e enchendo-se de casas de moradia e de negócios, a partir da rua da Vala (atual Uruguaiana) para o Campo de Santa-ia. Com tudo isso, o povo e várias autoridades ainda chamavam “Campo de São Domingos” ao “antigo largo da barreira de Santo Antônio”, que, por volta de 1758, começou a ser chamado de “Campo de Lampadosa”, por causa da igreja de N. S. da Lampadosa, nelle erguida.

Maio:

Em uma carreta empurrada por galés, escoltados por força policial, sob o comando de dois officiaes, e com a assistência de um juiz da Alçada, conduzindo, em uma gaiola de ferro, a cabeça e, em jacás de palha, os quartos, foram transportados os restos do malogrado alferes Joaquim José da Silva, a fim de serem expostos em picotas de madeira nos seguintes lugares: Sebias, no município de Paraíba; Borda do Mato, no termo da Vila de Barbacena (antiga Borda do Campo); na Varginha do Lourenço, no termo de Queluz, e em

Bandeirinhas, no termo do Tejuco (hoje Diamantina), e a cabeça, na praça do Palácio, em Vila Rica.

*Nota* — No chão, onde estivera construída a casa de moradia de Tiradentes, à rua de São José, em Vila Rica, fôra ainda, nesse mês, erguido por José Ribeiro de Carvalho, que a demoliu, uma picota ou coluna com uma placa em que se achava escrito o padrão de infâmia, que foi destruído somente a 21 de setembro de 1821, no governo de Dom Manuel de Castro Portugal, último governador português da Capitania, que a isso não se opôs. Ao pedreiro José Ribeiro de Carvalho, pelos serviços de demolição da casa, limpeza e salga do terreno e construção do padrão, foram pagas 99 oitavas e meia e 4 vinténs de ouro, de jornais que venceu. E ao proprietário da dita casa e terreno, em outubro de 1792, por mandado do Dr. ouvidor da Comarca de Vila Rica, em virtude da sentença da Junta da Real Fazenda, a quantia de 410\$000.

1867 — Abril, 3:

No governo do Dr. Saldanha Marinho, na Província de Minas Gerais, no lugar onde estivera erguido o padrão de infâmia, é levantada uma coluna de pedra lembrando o nome do grande patriota Tiradentes.

1894 — Abril, 21:

Satisfazendo a resolução do Congresso Mineiro, n.º 3, de 25 de setembro de 1891, é erguida, na antiga praça do palácio, em Ouro Preto, uma estátua do glorioso mártir, no mesmo lugar onde, por um século, fôra levantada a coluna, em cujo topo esteve exposta sua cabeça numa gaiola.

1926 — Abril, 21:

É inaugurada na Capital da República, em cumprimento à resolução do Governo Federal, n.º 147, de 13 de ju-

lho de 1893, em frente ao edifício da Câmara dos Deputados, atualmente chamado Palácio Tiradentes, uma estátua do alferes Joaquim José da Silva Xavier, exòticamente embrulhado na véstia de supliciado, com cabelos longos e barba hirsuta.

*Nota* — Essa efígie de Tiradentes é perfeitamente apócrifa, pois nunca se viu nenhum retrato dêle. Antes de entrar para o cárcere, seu tipo físico deveria ser: estatura pouco acima da

mediana, robusto, cabelos castanhos alourados e cortados, pele branca, têz crestada pelo sol, olhos azulados, rosto escanhado e sem nenhuma anormalidade no corpo, cabeça, olhos e faces. Figura simpática e porte militar de cavalariano, já um pouco obeso.

Eis aí as principais efemérides de sua vida, que pude colhêr em documentos. Naturalmente haverá outras que aqui não figuram porque precisam de comprovação.



# O GRANDE NOME DA INDEPENDÊNCIA

FEIJÓ BITTENCOURT

## SEGUNDA PARTE

### NOTAS DE UM HOMEM AINDA DO SÉCULO XVIII

- I — Êle se tinha impôsto.
- II — Revolução feita por alto.
- III — Na era filosófica.
- IV — Fisiocracia.
- V — Dinastia de Borgonha.
- VI — Dinastia de Avis.
- VII — Dinastia de Bragança.
- VIII — Política do diabo.
- IX — Questão pessoal.

*Observação* — As citações seguidas das iniciais (J. B.) são notas que o Andrada coligiu e que se encontram arquivadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

### I

#### ÊLE SE TINHA IMPÔSTO

Que José Bonifácio se tenha impôsto pelas qualidades de inteligência, ninguém pode contestar. O Andrada era homem de fazer revelações a Portugal, e de muito se distinguir na Europa inteira como cientista, sendo em parte uma figura surpreendente qual o norte-americano Franklin, admirado no velho mundo por ter descoberto o pára-raios.

Mas José Bonifácio era grande e afamado mineralogista. Seria quem vai comunicar ao mundo a classificação de no-

vos minerais descobertos na Suécia e Noruega, e ninguém melhor que êle apresentaria, à Sociedade de História Natural em Paris, a memória sôbre os diamantes do Brasil, encontrados por Bernardo da Fonseca Lôbo, nos ribeiros do Serro, em Minas Gerais, havia sessenta anos.

O Embaixador Sebastião Sampaio, diplomata que representou o Brasil na Suécia, fêz, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1945, interessante palestra a respeito do mineralogista brasileiro, avantajando-se consideravelmente ao que, do Andrada, dissera Latino Coelho, e informando que os suecos tinham a José Bonifácio como autor da teoria dos continentes móveis, conhecida por êles há muito como sendo “do português Silva”.

Viaja o Andrada, estuda, aprende e ensina. Vai através da Europa inteira. Os monarcas o querem reter em seus reinos, e, entre êsses, Cristiano VII, rei da Suécia. Mas os seus grandes serviços são prestados a Portugal, onde faz os seguintes estudos: *A mina da outra banda do Tejo; Os veeiros e jazidas de Trás os Montes, Mimeografia dos montes de Santa Justa até Santa Comba; Viagem mineralógica à Extremadura; Instruções práticas para os mestres e feitores das minas de ouro do Brasil; O plantio dos novos bosques em Portugal.* Houve oportunidade para aproximar o Andrada, de certa gente tradicional, se-

lecionada, requintada, com preocupação de cultura, mas ao mesmo tempo constituída de agitadores que despontavam com a nova época a trazer novas injunções, novos problemas políticos e sociais, alguns de ordem geral, e que prenunciavam novas bases para a sociedade. Teve Portugal, em parte, de seguir a nova ordem de coisas, e o caso é que José Bonifácio foi ter a um meio seletto, português.

A Europa quase tôda era os remoinhos da revolução, a anunciarem por tôda parte que viria a transformação geral e que mesmo os países com velhos governos, como Portugal, tinham de se transformar, ou antes, precisavam de atravessar o momento. Mas em Portugal, além disso, havia ainda o que, para a nação, era importante: afora a velha tradição que precisava de se manter diante da perspectiva de nova organização da sociedade, existia o Brasil, a questão do Brasil, e Portugal queria acertar na solução do caso do Brasil de que precisava se valer principalmente diante das grandes potências do mundo. Essa é uma face geralmente pouco elucidada da política de Portugal, que de fato procurou dar significação à colônia e aproximar-se dos brasileiros. Nessa ocasião é que se sobressairia o Andrada. Interessa-nos primeiro conhecermos o homem, para medirmos, diante do acolhimento que êle teve em Portugal, a sua importância, revelada através das diversas questões em que êle se envolveu, e que, podemos dizer, eram fundamentais.

Mas a nomeada de cientista pode-se dizer que deu a José Bonifácio especial posição em Portugal.

Em Carta Régia de 18 de maio de 1801, nomearam-no membro do novo Tribunal de Minas “com os encargos e títulos de Intendente Geral das Minas e Metais do Reino”. A “quase desaparecida indústria de mineração em Portugal,

cujos solo abundava ricamente em minas diversas que tinham gozado, noutro tempo, de grande reputação na Europa”, diz Alberto de Sousa, que iria voltar à atividade.

Pelo alvará de Minas de 30 de janeiro de 1802, sua alteza real lhe “confirmou nos §§ 3.º e 5.º do Título e outras Leis e Regulamentos anteriores uma jurisdição ampla sôbre todos os ministros e oficiais de Justiça de fazenda e guerra, em tudo que respeita à polícia, administração, e governo econômico das minas e metais, e seus pertences”. Não era só para isso que indicavam o seu nome. Êle como que de fato representava algo de novo. Vinha pois ao encontro dos desejos e aspirações de Dom João, interessado em promover o estudo das ciências naturais.

Diante do impulso que a tais estudos deu José Bonifácio, o príncipe regente, mais tarde Dom João VI (escreve Alberto de Sousa), criou na Universidade de Coimbra uma cadeira de Metalurgia, que lhe confiou, por Carta Régia de 15 de abril de 1801, e como, pelos regulamentos em vigor, um mero bacharel não podia reger cadeiras naquele Instituto, concedeu-lhe a graça e mercê especial do título de Doutor em Filosofia Natural, determinando, por Carta da mesma data, lhe fôsse conferido o respectivo capelo gratuitamente, o que se verificou a 20 de junho do ano seguinte. (Alberto de Sousa, *Os Andradas*, vol. I, págs. 361 e 362).

A originalidade de espírito nesse homem fôra de chegar a Portugal com a idéia de estudar mineralogia, uma vez que já soubera das explorações do solo do Brasil onde um Câmara Bittencourt aflorara riquezas ainda entranhadas na terra. Ora, ia pois o Andrada, com vista nessas riquezas, adquirir os conhecimentos que o tornaram homem necessário. Porém a capacidade de cientista des-

José Bonifácio o destingue de tal maneira que êle atrai a atenção do governo, sôbre si.

Naquele século revolucionário e afetadamente intelectual, em que a alta sociedade, sugestionada, cortejava desde as grandes expressões da intelligência até mesmo os aventureiros, como os houve célebres no século XVIII, — reinava o gôsto de acolher todo homem que encetasse carreira científica notável, como aconteceu com o Andrada.

Porém o meio social português, em sendo como o resto da Europa, tem entretanto particularidades curiosas.

A rainha de Portugal é uma pobre enfiêrma cuja luz da razão se apagou para que ela não brilhasse com a vaidade dos monarcas europeus a agasalharem, em seus paços, as figuras da época, isto é, sábios pensadores, intellectuais de tôda espécie, e, entre êsses, um Cagliostro, um Mesmer, ou mesmo um Casanova. Que confusão!

A revolução, que era um dos aspectos do século, reprimiu-a, em Portugal, Pina Manique, que na ingrata posição de intendente de polícia se defronta com a agitação do povo português, quase que sem rei nem roque, em um país em que vive uma aristocracia desgobernada, e na verdade pronta para se vangloriar com as luzes do século XVIII.

Em confronto com Pina Manique, que servira com Pombal, e ainda serviu com D. Maria até as exigências da França o exonerarem do cargo, surge então o duque de Lafões, impaciente e disposto a criar especial situação para si. Êsse nobre adota o intellectualismo do século XVIII, e se opõe aos cuidados policiais de Pina Manique. Aos irrequietos maldizentes e adversários de rua, às hostes inimigas daquele mantenedor da ordem pública, o fidalgo duque de Lafões, Dom João Carlos Bragança de Sousa Ligne, lisonjeia, e, por sua vez, protege, como

faz com Bocage, régulo do populacho. Bem constituídas em partidos opostos, estavam pois as duas expressões políticas de Portugal de então.

Ora êsse duque de Lafões logo chama a si José Bonifácio, que aceita a aproximação com o Mecenas do intellectualismo português, então em antagonismo com Pina Manique, em quem Vilanova, com quem o Andrada estava muito de acôrdo, viu um homem prestante.

A nova sociedade foi o alvo da sátira irreverente do Andrada, que não poupou mesmo a Lafões.

Ao se dizer Antônio Carlos (desvanecido) parente do fidalgo, José Bonifácio perguntou em que *ésima* geração, e disse: “Talvez na *canalhésima* geração!” Agrava uma situação melindrosa êsse modo de expressar-se, mesmo porque, pela ascendência de Dom João Carlos de Sousa Ligne, houve bastardia...

Há pois divergência de opinião entre o Andrada e o duque, a quem Antônio Carlos é que reverencia respeitoso enquanto José Bonifácio é com êle sarcástica, e como que indiferente.

Por sua vez a alta sociedade, os gastos a que ela obriga, são como que machadas a importunarem o cientista, e são de fato quantias que lastima desperdiçar, e que registra, para não mais se esquecer delas, as seguintes: “Lá vem a página (aponta alguém com muita graça e malícia) do que despendeu, ao chegar a Paris, com *cocardes*, meias de seda, fitas para o cabelo, fivelas de prata, etc.: tôda a indumentária da época”.

Na anotação que guardou, também lastima José Bonifácio o mau fado que o fêz gastar dezoito libras com duas pessoas que o acompanharam amavelmente ao Palais Royal... Na verdade não há comédia humana mais engraçada que um rústico e rabugento sábio, sempre com as mãos nos cordões da bolsa, mas às voltas com uns amores fáceis! Caderninho com apontamentos, muito vivazes,



surpreendentes pela liberdade da linguagem, e com essas notas!

Contudo diz o Andrada que visitou, como toda gente de bom gosto o faz, a Academia de pintura, em companhia de um Sr. Noel, e acrescenta que lhe agradeceram os quadros de Lebrun, J. A. Gros, Coypel: ora, basta isso para mostrar o seu interesse pelo academismo, e pelo romantismo dêsses dois artistas: um, impregnado do espírito de antiguidade; e o outro, da epopéia de Napoleão, ambos porém decorativos, e expressivos (diz o Andrada), pelas suas “belas qualidades de ciência e de consciência”.

Interessado na pintura, afeito ao enciclopédismo, vivendo em uma sociedade tipicamente no século XVIII, distingui do por uma das grandes personalidades de Portugal, aliás espírito mundano e certo que ambicioso e frívolo como o foi o duque de Lafões, José Bonifácio, qual todos os pro-homens daquele século, contrasta com o meio que o cercava de lições. A tarefa de pensamento a que se dedicou, mantinha-o um tanto isolado e sem se entregar de corpo e alma à sociedade que o cortejava. E' curioso ver como, festejado, bem acolhido, e entre tanto a rabujar sempre, conservou consigo o sêgrêdo da transcendência e profundidade de inteligência.

Uma arrogância de espírito própria de quem chegou às grandes alturas do pensamento, uma tendência íntima para criar um critério para tudo: Bonifácio conheceu tôdas essas necessidades, e as fixou em inúmeras notas.

Chegou a falar na publicação da *História Filosófica da Metalurgia*, e que não imprimiu receoso de “alguma chamada heresia com que me atrapalhem a alma”. De fato teve uma concepção em cuja ortodoxia não se pode jurar, mas sentia êle que se formara em sua mente idéia nova. Sabia donde ela provinha; conhecia de que modo se desenvolvera. Apegara-se a ela. E receia divulgá-la.

Entre fôlhas soltas, sob o título de *notas mineralógicas e filosóficas*, encontram-se logo duas a definirem como o pensamento se há de conduzir:

— “Cumpre não confundir as partes chamadas constituintes com os elementos que constituam a idéia”;

— “O homem ignorante é forçado a analisar; o *homem douto comenta, sintetiza* para os ignorantes”...

São duas afirmações significativas, que, reunidas na mesma fôlha de papel, aproximam duas atitudes a se completarem.

Bonifácio realizaria pois a sua grande síntese do conhecimento, sua, pessoal: eis o que significa a profusão de notas tomadas. E não se esqueceu de pesquisar os elementos com que a inteligência forma as suas concepções gerais, e chega à grande síntese.

— “Filosofia, diz êle, é a ciência das possibilidades compreensíveis das coisas entre si, para conosco, e vice-versa; em duas palavras (é a ciência) do como e do porque da natureza, possivelmente compreensíveis da razão”.

Nessa definição há duas referências especiais:

1.º Ciência das “possibilidades compreensíveis das coisas entre si e para conosco”, quer dizer, relacionamos as coisas entre si e com a nossa inteligência. O conhecimento humano é pois relativo, e se funda nas duas espécies de relações.

2.º A ciência das coisas “para conosco” é o alcance do nosso conhecimento. Os seus limites.

A razão tem limites: ela se exerce dentro nesses limites, e daí a condição das suas possibilidades, não podendo o conhecimento ir além dos termos que a natureza lhe impôs. A procura dêsses limites da nossa consciência das coisas será a questão filosófica por excelência.

E acrescenta:

— “Um conceito não tem outros sinais senão os que a razão é forçada de ajuntar-lhe por motivos de necessidade sejam de representação (analítica ou de experiência) e razão pura (sintética)”. Utilizando-se o homem de uma inteligência limitada, tem êle que se aproveitar de uma faculdade, na verdade contingente. Não basta saber que o homem pensa; é necessário saber das condições em que o faz. A crítica feita à razão humana lança o homem na investigação acêrca do próprio pensamento: entretanto jamais na dúvida, na contestação dêsse pensamento, mas sim faz refletir na maneira de que se há de contar com êle. A dúvida não leva José Bonifácio a parar nas investigações, é antes um estímulo: o homem, nêle, é dêsse teor. Ora da inteligência quer êle sempre uma resposta, que comentar, que criticar, que apurar. A “reflexão”, isto é, a abstração não o satisfaz e não é a abstração que êle procura sondar. Mas vai ao encontro da natureza. A ação do pensamento é de se projetar sôbre a natureza, isto é que seduz pois o Andrada. Viver, para êle, é ir ao encontro da natureza.

— “O estudo observante da natureza, diz êle, vivifica e contentifica o homem; o estudo reflexivo porém o amorrinha, o disseca, o torna enfermo física e moralmente”. — “Que graças, que proveito da natureza pode obrar uma alma amortecida ou enrijada? Com meditações ôcas ou perpétuas pode o homem definhar de inanição”.

Ora basta José Bonifácio falar em meditações ôcas e perpétuas para sabermos que êle se referia ao que chamaram de dúvida filosófica. Opunha a ela, a atividade prática da inteligência. Preconizava a visão que ela precisa de ter das coisas, satisfazendo o homem na sua necessidade de proceder com espírito prático em relação ao mundo, à natureza,

ao meio exterior e à sociedade. Mas para uma inteligência criadora e cheia de iniciativa, já a sua atividade era ensejo de reflexão, acêrca da sua superior atuação prática.

José Bonifácio partia da condição da inteligência humana, ser prática, e dizia:

— “Em qualquer ciência a metafísica é o poder constitutivo do seu sistema; e a lógica, o executivo”. A metafísica ditava assim as condições da razão; mas a lógica a punha em atividade para chegar-se a uma concepção de acôrdo com a realidade, e relativa à vida contingente dos homens. Com isso, a concepção científica que era talhada nessas circunstâncias, seria o máximo que a inteligência podia atingir, e José Bonifácio queria a ciência com os seus resultados práticos, a fim de conseguir os objetivos mais adiantados da humanidade. Encarava assim a ciência de um modo especial. Escrevia pois:

— “As ciências afiliadas, aliadas e auxiliares emprestam, em certos casos, forças e dados, e a própria (metafísica) ministra o resto sempre. Em todo caso dá matéria do seu próprio território em que legislam, regulam, e ajudam as outras”.

Reconhece na atividade que cria as ciências, aquilo em que confiar, e a ciência lhe parece saudável ao espírito. Êle, na ciência, encontra a finalidade da inteligência. Subordina-o demais a ela. Considera a filosofia, que outrora se superpunha às ciências, como subordinada a elas; a filosofia é então método para realizar a ciência, e confunde-se com a metodologia. Ora como isso em todo caso lembra o *Discurso acêrca do método*, tido como ponto de partida da filosofia da época, o cartesianismo, que, de certo modo, ficou durante séculos influido nos espíritos, influiu no dêle.

Com profundeza de vistas, com superioridade, sincero, com necessária sutileza e tato, levando em conta a sua missão

de cientista, é que faria, por sua vez, as ciências terem uma finalidade social, prática, e, nesse caso, a idéia de humanidade, de destinos humanos, de sociologia, já se faz pressentir no seu esforço de pensador.

Tendo lançado a questão do método próprio para desenvolver as ciências, José Bonifácio escreveu:

— “O método é a obra do tempo, da arte e da aplicação: supõe já muitos conhecimentos, muitos debates sobre o objeto do exame.”

José Bonifácio, como os pragmatistas, considera que os sistemas criados não devem ficar para sempre; porém a energia da inteligência em criar sistemas novos é que deve perdurar a fim de que tenhamos os olhos fitos no futuro constantemente.

Afirma:

— “Quando um sistema reina longamente e sem contradição, a razão que só acha *prazer* na atividade, dorme e se enferruja. Então são precisos revolucionários, que destruirão, venham modificar, dando-lhe outra diversão, como (fizeram) Moisés, Cristo, Lutero, Kant”.

Bateu êle em quase tôdas as portas e acabou chegando ao que pudemos chamar de retorno à moral. Retornam assim os homens que muito tiveram que pensar e se perdem na extensão do pensamento. Isso aconteceu pois com um Pascal. José Bonifácio representa pois uma dessas voltas e escreve que o grande lema da vida é não ter crime nenhum na consciência, nem o rosto pálido por se sentir culpado. E então êle acrescenta:

— “E’ uma característica do homem de bem e sensível — *le besoin de devenir utile: même sans l’espérance de l’être*”.

Ou ainda:

— “A nossa vida não seja só um sonho agradável, uma doce embriaguez da alma, isto é só dos espíritos fracos —

mas humanos; porém sim, uma mediocridade de desejos, um estado acordado da alma que sabe gozar da sua própria felicidade e pôr freios a maiores desejos — e isto é próprio de cabeças alumiadas e corações bem feitos. Tal foi a filosofia do bom Horácio, cheio de penetração e do delicado *senso comum*.” E’ José Bonifácio então a afirmar as suas preferências quase que exclusivas pela poesia antiga, tendo em vista o que ela diz, com clareza, acerca dos costumes morigerados.

— “O que distingue (escreve) os poetas antigos gregos dos modernos, provém do estado diferente da cultura (e cultura essa que não havia de ser o) chavão particular do espírito impregnado de humanismo e cultura clássica”.

Êle não quer das letras clássicas o que se tornou chavão. Busca nelas finura de espírito.

Mas o Andrada sempre experimenta certa ansiedade em aprofundar as coisas do espírito e por vêzes vai buscar em Leibniz o princípio da razão suficiente. Êle a dizer que o homem há de desenvolver o pensamento sem contradição. Na irresistível necessidade de desenvolver o pensamento, êle vai a evitar a contradição, atendendo sempre a que “A é igual a A”. Se essa igualdade é respeitada, ao menos leva-se em conta que “a razão obra debaixo de leis certas”.

Leibniz, de quem se vale José Bonifácio, diz C. Lahr que “é um espírito por natureza compreensivo e conciliador. Êste feito, que o faz ver mais facilmente o que une do que o que divide, torna a sua filosofia essencialmente *ecclética* e *sintética*. A sua ambição, como êle próprio o confessa, é *aproveitar o que há de melhor em cada um e avançar além*”.

Avançar mais além é que agrada o Andrada. Quer um papel de mentor (aproveitar o que há de melhor em cada



um). E de guia, de orientador. Ora com êsses pormenores o grande espírito político, que era o seu, vai se definindo.

Contudo um intelectual. Com timbre de o ser. Apaixonado e personalíssimo, como sempre.

— “Seria (diz êle) para desejar que se publicasse uma Bíblia em caracteres latinos, adaptados à pronúncia hebraica, como o fêz o Dr. Klark na sua obra *Hebreus Criticum and Poetry*”.

Queria com isso um caminho aberto a êle, José Bonifácio. Um caminho que indica onde queria chegar: aos estudos religiosos. Estava disposto a seguir todos os destinos da inteligência. Êle. Pessoalmente. Tudo o fascinava com uma certa impressão de plenitude. Ora, nisto era um romântico.

A se referir à vida da inteligência com o prazer de versar tôdas as questões de espírito, vê diante de si os horizontes mais amplos do universo. Renan quis fazer o mesmo. Renan foi também um romântico.

— “Nos homens, afirmou Andrada, há duas inclinações naturais, o amor ao prazer e o (o amor à ação). O primeiro sendo purificado pela arte ciência, e aformoseado pelos encantos da sociedade, e corrigidos pela temperança, saúde e reputação, produz a maior parte da felicidade desta vida; o outro pode produzir cólera, ambição, vingança, mas também dirigido pelos sentimentos de honra e dignidade, gera tôdas as virtudes”.

Amor ao prazer; mas amor à ação, à ação sublimada pela cultura: e a uma ação assim, é que o prazer devia subordinar-se. Não é um diletantismo vago em estimular tôdas as faculdades intelectuais. Antes, contudo, um perigo, o da soberba de espírito cujas provações o Andrada tanto sofreu. Ora, isso é o que dizem então papéis velhos, notas largadas de permeio com apontamentos, como o de uma receita para curar reumatismos,

medicamento que cura em três ou quatro dias, preparado com soda e que o paciente deveria ingerir tanto quanto o estômago suportasse. Também os apontamentos do que devia certa mina de ouro em 7 de outubro de 1818. Enfim resquícios do que passou. Mas tinham sido fôlhas viçosas da primavera, que o vento de outono varreu quando desbotadas, para se encontrarem juntas no mesmo desvão dos tempos idos e vividos.

José Bonifácio, depois de se exonerar definitivamente de ministro de Pedro I, cargo que exerceu por ocasião da Independência, concedeu (é o que diz uma carta publicada no *Tamoio* de 2 de setembro de 1823, assinada por Tapuia, sem dúvida que pseudônimo dêsse Andrada) uma entrevista, que mais parece a reflexão dêsse homem, a se perguntar e a responder a si mesmo, fazendo então as mais importantes considerações. Daquela vez afirma, entretanto, que voltaria às meditações filosóficas para dar forma definitiva à sua obra de pensamento, de que dizia:

— “No retiro do campo, meu bom amigo, terei tempo (que sempre até agora me tem fugido) de dar a última mão à redação das minhas longas viagens pela Europa, aos meus compêndios de Metalurgia e de Mineralogia, e a vários Opúsculos, e Memórias de Filosofia, e Literatura, frutos de larga e aturada aplicação, que, se não lhes acudo já, estão em perigo de ser pasto de baratas, e cupim. Senão servirem para o Brasil como creio, servirão talvez para os doutos da Europa, que conheço, e me conhecem”.

Essas palavras vêm a ser a afirmação de quem se reconhece um espírito universal. De fato há no que êle escreveu muita afirmação ousada que precisaria do julgamento de um grande tribunal, o da humanidade. Em questões da consciência humana (e sabem todos quanto



elas se estendem) o Andrada de fato se aprofundou.

Seria uma grande obra talvez de uma extensão e complexidade de pensamentos incalculáveis, se fôsse pôsto em livro tudo quanto chegou a pensar o Andrada.

Seria uma grande obra porque nela iriam ter as reflexões de um espírito arguto, ativo, audacioso, sempre em contato com a realidade. Reuniu o Andrada notas, e as guardou. Umas essencialmente filosóficas, e dão por certo a convergadura da inteligência de quem as coligiu. Não deixou o livro que pretendeu escrever. Mas vale como grande expressão de pensamento aquilo que vem a ser apontamentos de um homem ainda do século XVIII.

## II

### REVOLUÇÃO FEITA POR ALTO

José Bonifácio estava então em Portugal, se opondo sempre ao que êle chamava a revolução. Na família dos Andradas tão sômente Antônio Carlos foi revolucionário. A José Bonifácio ninguém há-de pois acusar de afinidade com êsse irmão, que se envolveu na sublevação de Pernambuco em 1817.

José Bonifácio (escreve Barbosa Lima, republicano extremado) “no mesmo mês que se proclamava a República brasileira em Pernambuco, recitava... em sessão soleníssima na Academia Real de Lisboa o panegirico à D. Maria I, sem embargo à política despiedosa e retrógrada que caracterizou o seu reinado, dolorosamente assinalado pela sentença da clementíssima senhora mandando esquarterar o imortal Tiradentes...” Há juízos muito diversos acêrca dêsse reinado; e deixemos de lado a ironia do orador político que falava assim. Não comentemos os bárbaros costumes da época. Cogi-

temos das idéias de José Bonifácio, dizendo-se pois:

— De fato não se pode imaginar José Bonifácio em uma revolução que não viesse de cima, tal a situação por êle adquirida, como espírito superior e logo famoso, no seio da sociedade portugêsa.

O Andrada vivia entretanto na convivência de um Lafões, e Lafões, até certo ponto, seria talvez o Felipe Egalité de Portugal, ou o revolucionário da revolução feita brilhante e frivolamente, pelo alto, à maneira que engendrara um Turgot e na qual o Estado se incumbiria das modificações sociais; sim, uma revolução em que a monarquia permaneceria íntegra com a sua nobreza, uma revolução programa de governo.

Aceitar assim a revolução era pois uma das maneiras de aceitar os acontecimentos. Lafões se agitava; porém dirá Antônio Sardinha que o duque o fazia levado por leviandade, ou pretensiosa infatuidade. “O seu pedantismo erudito estava em confiar nas transmutações que se operavam no mundo”. Lafões representava de fato a revolução adornada de mundanismos, acolhida na alta sociedade, revestida de cultura filosófica, finura de espírito e muita ingenuidade, enfim uma revolução a se pavorar em um meio frívolo, ou um meio frívolo a se pavonear de revolução. Um meio em que pontificaria um Rousseau, ou até mesmo um José Bonifácio, por serem homens de pensamento, mas na verdade discordantes entre si. José Bonifácio é antes um reacionário no seio dessa confusão elegante.

Em um escrito seu intitulado *Socorros para Portugal*, êle, como censor, dava entretanto conselhos ríspidos incitando o governo para que desse jeito à classe de fidalgos. E o seu pensamento logo se torna preciso; diz o Andrada:

— “Mandar viver ao menos uma grande parte do tempo, os fidalgos, ou ao menos suas famílias, nas suas terras: não julgarem os reis como dizia o marquês de Pombal, que não têm vassallos senão de Lisboa até Sacavém.” Dizia o que ainda criticaria Taine. E era só isso que advertia? Não; escreveu ainda mais: — “Que significa o que dizem alvorotados os fidalgos: — “Os títulos da minha casa e as comendas dela!” — Tivestes serviços relevantes ao Estado? — Não! — Então por que tereis títulos, comendas, isenções, privilégios onerosos a vossos concidadãos? Ignorantes, vadios, vís, intrigantes, devassos de que serviu ao rei e à Pátria?” (Papéis de José Bonifácio arquivados no Instituto Histórico).

Uma época de gente frívola, leviana, e ao mesmo tempo de competição de classes. Mas uma competição que o Andrada não estimula quando censura a fidalguia portuguesa. E se, com a censura, êle também orienta, por sua vez revela o sentido que essa fidalguia devia ter na vida. Em uma época, tumultuária, o Andrada, apegado ao passado, exige, porém, que se estivesse atento no momento social para se dar uma organização eficiente ao meio português.

Portugal tinha que se reformar para não acontecer como na França de Luís XVI.

De fato em França (e muito reconta a respeito, ultimamente, Funck-Brentano) uma nobreza desocupada e despreocupada, levava em Versalhes, palácio do rei, uma vida inútil quando melhor fôra praticasse alguma coisa, cultivasse o campo, fomentasse as riquezas da terra e incrementasse a produção do solo: — isto nas vésperas de 1789! E êste cultivo do campo preconizou a Fisiocracia de bom critério político.

Em França, a vinda da nobreza para Versalhes fôra, em tempo, medida polí-

tica do rei. Era contudo medida para o tempo em que se precisava de enfraquecer os nobres em seus castelos, onde foram tão fortes quanto o monarca, quase que *souvan* como êles. “Os rudes soldados da guerra civil (escreve Maurois repetindo a lição de Taine) aprenderam a viver nos salões. — O galanteio preoccupa êsses guerreiros reformados, e ainda em pleno vigor da sua fôrça física”. Ora tinham êles sido afastados dos seus domínios, para estarem ridiculamente no seio de uma sociedade que cultivou o preciosismo. Aí é que começou a haver uma exagerada interferência feminina em tudo: as preciosas ridículas são as primeiras mulheres que se imiscuem com os homens a discutirem tudo. Mas nesse meio, os indivíduos, sem poderem fazer outra coisa senão vida de salão, a atividade que exercem é pela intriga, intriga que cria a mixórdia a envolver homens e mulheres. E, uma vez que intrigantes tornam-se todos por veso, uma pretensiosa nobreza degenera enquanto cerca o rei, e tem a fantasia de escogitar “de um movimento semi-feudal, de uma reação aristocrática e popular”: hibridismo incontestável! A literatura da época: *As memórias* de Saint Simon. Essa fermentação ou mixórdia, é que se tornou na Revolução francesa: os germes da rebelião fermentaram pois na sala do rei.

Mas fôsse essa gente em tempo devolvida ao campo! Da necessidade dessa volta à terra, fala então Mirabeau pai nas suas cogitações de economista. A intriga em que vivia essa casta fidalga, chamada para conviver na Córte, se praticava também em Portugal, e Carvalho e Melo, traçando seus planos de reorganização, arremeteu contra os fidalgos levando a marquesa de Távora, acusada de conspiradora com os seus parentes, a deixar a cabeça ativa e donairoza cair no cadafalso: ... “golpe que destruiu o restante prestígio dos nobres (comenta es-

critor contemporâneo) foi a crudelíssima execução dos Távoras e outros fidalgos acusados, talvez falsamente, do atentado contra o rei Dom José I. Dali por diante, a Nobreza perdeu o poder político, cessou de ser *Braço do Estado*.” (Luís da Cunha Gonçalves, *A Constituição Jurídica de Portugal* — 1140-1940 — página 10). O combate à fidalguia pretenhiosa, a viver na Côrte, já era contudo questão própria do regime...

O combate à fidalguia, levado a efeito de modo exorbitante pelo marquês de Pombal era tradicional na Monarquia portuguesa. Questões há que leva o tempo, porém que êle traz de novo. Ora já o infante Dom Pedro, filho de Dom João I (e chamo a atenção para êsse nome!) ponderadamente lembrara o mal em que se tornara essa fidalguia, sem trabalho, sem profissão, para que devesse ser combatida. “Vivendo na Flandres farta, terra das quermesses, o infante (escreve Oliveira Martins) celebra a sobriedade e temperança do nosso povo; mas logo adverte o vício da basófia que chama tôda a gente à côrte, enfeitando os filhos as profissões dos pais, afidalgando-se, formando essa nuvem de parasitas, que então enchiam os paços dos reis, dos infantes e dos nobres, e agora, mudadas as instituições, atulham as escadas das secretarias, desde que a burocracia succedeu ao velho monarquismo aristocrático. Notava a ociosidade e a incapacidade da plebe afidalgada que se lançava à côrte com a esperança num lugar de escudeiro. Antevêem-se os quadros deploráveis da sociedade portuguesa no século XVI, quando a exploração copiosa das colônias pode deixar expandir largamente as inclinações do feitio nacional. Recomendava que só o empregasse “gente cumpridora”, homens capazes e competentes, lastimando a falta geral de economia pri-

vada e pública.” (*Os filhos de D. João I*, pág. 144).

Falta de economia privada e pública! Está aí a expressão que andou na bôca do Andrada, na de Pombal.

Conquanto incentivada na França pela recriminação de Mirabeau pai, em José Bonifácio, essa reação representa em parte um estado de consciência dos portugueses. Antônio Sérgio lembra Dom Francisco Manuel de Melo já a escrever criticando: — “Os grandes cortesãos fazem a vivenda do campo aborrecível, o que ela não é: antes alegre e conivente. Sendo um (indivíduo) convidado de certo fidalgo para estar com outros em sua quinta dois dias, o segundo, sem se despedir dos companheiros, tomou caminho da cidade. Gritavam-lhe os mais que se detivesse; e, como assim, e lhe perguntassem aonde ia, respondeu: — Amigos, vou-me; porque se estou mais de vinte e quatro horas no campo, cuido que me torno boi!”

Acêrca dos fidalgos, dos aristocratas, o Andrada expendeu juízo muito despicativo e arguto em umas linhas que escreveu. (Arquivo do Instituto Histórico, doc. 4.901. L. 191). Êsse escrito denuncia qual o êrro da fidalguia. E a censura vem dizendo:

“Fazer novos fidalgos é declarar que a nação é mecânica (escraviza-se no trabalho, e que é coisa vil ter sido cidadão. E quem (são os) novos fidalgos? São ordinariamente os que sacrificam a honra, e os direitos nacionais.”

Mas, enquanto José Bonifácio acusa o ato antipático de criar diferença entre os homens, acerta logo com o vício de vadiagem a que se dá a classe elevada, e mostra como ela vive do poder. O poder pelo poder, o poder sem se irmanar com o espírito público, é o poder com que se identificou o fidalgo. Deixa êle de representar o espírito público, para se tornar no privilegiado que se cobre de favores, as-



sociando-se ao poder, para então comprometê-lo e deformá-lo.

É de ver como José Bonifácio retrata os fidalgos e lhes explica a mentalidade. “Os que sacrificam a honra (escreve) e a própria dignidade a título de comendas, são como os selvagens que trocam o seu ouro por grãos de missanga.” É pequenez de espírito chegar assim a fidalgo. O Andrada diz o que seja tal pobreza de espírito, e para ele o fidalgo é o homem que se perverte a um mesquinho e insustentável egoísmo.

O Andrada então lembra: “A vaidade humana nunca poderá existir senão nos países em que a dissimulação não sofre o desgosto de ser descoberta!” E as nações que não na descobrem já decaíram, já se apoucaram muito de inteligência.

Mas uma fidalguia assim se prejudica a si mesma. Ela, antes de se compor, decompõe-se. “Em tôdas as nações (diz então o Andrada) todos os que não comem do Estado ou (não) vivem dos abusos, desejam que êste se reforme: e êste desejo é favorecido pela marcha do espírito humano e pela natureza do nosso ser.” Quer dizer: não é só onde há fidalguia que se propende para êsse grande vício; mas em tôda forma de Estado se encontra no espírito humano êsse mau vezo. Com essa visão das coisas, não se convence entretanto o Andrada do valor das revoluções tidas no caso como um corretivo. Também não acredita que o mal venha da forma de Estado, seja ele república ou monarquia, valem o mesmo. O mesmo problema existe para ambas, acontecendo que à monarquia portuguesa José Bonifácio já estava radicado.

“Mas são passados os tempos, adverte José Bonifácio, em que a fidalguia era o mimo das nações, hoje estas se emparelham com aquela e todos se podem chamar fidalgos se o ser fidalgo é ser útil e honrado”. No espírito útil e honra-

do, é que ele vê o equilíbrio. Dêsse equilíbrio é que vivem as nações prósperas: sim é a ele que chamam espírito público.

Preconiza José Bonifácio um novo espírito político em que há de aparecer o povo, com significação própria, como sempre aconteceu nas fases de equilíbrio social.

José Bonifácio aprecia o povo, de um ponto de vista especial, e escreve:

“... nas constituições representativas, o grande número de deputados da Câmara dos Comuns dá mais consideração ao corpo legislativo e excita a emulação dos cidadãos. Na Câmara alta não devem entrar senão os antigos nobres, e os que se tiveram realmente distinguido na carreira militar ou civil. Em ambas as Câmaras nunca devem entrar homens marcados com o ferrete da inaprovação pública. Tais homens quando possam ainda ser úteis a si, nunca o podem ser ao Estado e Nação.”

Nesta passagem há uma referência especial aos homens que merecem a aprovação pública. Desta aprovação decorre o equilíbrio político entre povo e governo. E aquilo a que o Andrada chamou espírito público, não representa apenas a intromissão do povo no governo, mas a formação de um espírito social desenvolvido com que o povo concorra para o bom governo. É o gênio político da nação, gênio êsse para o qual muita coisa concorre, como, por exemplo, o passado e a formação histórica do país, que José Bonifácio encarece.

Um espírito público bem formado deve ser a base de todo Estado. Espírito assim se encontra na Inglaterra. Mas o Andrada não o vê na França. É êsse espírito público o contrário do que ocorreu com a Revolução francesa. Nesta o Andrada encontra, de um lado, abusos, fidalgos na Corte, do outro, e por fim espírito de compressão, governo polícia,

ameaça de se formar uma corrente política que crie para si um espírito de exclusivismo. Combate-o o Andrada

“Não só em França era o partido dominante o que requeria lugares e títulos (dizia José Bonifácio). Esta casta de gente só sabe viver do dinheiro do Estado e indústria nenhuma própria lhes parece modo de viver honrado. Este vício político é prova que não há no Estado verdade alguma ou princípio de vida.”

Este princípio de vida, princípio de equilíbrio nacional, a revolução francesa não o trouxe à França; ela foi uma continuação de um mau estado de coisas em que se caíra. “Em França (diz José Bonifácio) antes da revolução, grande parte dos oficiais generais não tinham feito de guerra senão nas salas dos ministérios.” E intrigavam. E não faziam nada. E não facilitavam a nação viver.

Mas uma França que faz a revolução em nome do povo, é entretanto uma França a seguir um caminho que não vai no sentido de beneficiar o povo. Contraditória em 1789, como acontece com todas as revoluções. E escreve a respeito o Andrada:

“Os franceses têm a vantagem de serem mais espirituosos que os outros europeus, mas ao mesmo tempo a de serem os mais inconseqüentes e faltos de reflexão.”

“Esta inconseqüência e falta de reflexão é continuarem no mesmo estado de coisas que precedeu a revolução, enveredando por uma política partidária extremada, e dessa política diz o Andrada: — “Os fidalgos e eclesiásticos têm a arte de chamar jacobino ou incrédulo a quem deseja que o mundo vá melhor do que está!” Fidalgos a falarem a linguagem da revolução, para manterem um péssimo estado de coisas: é o que havia.

O modo de José Bonifácio analisar quer a Revolução francesa, quer Napo-

leão, é profundo, e de uma argúcia apreciável.

“É difícil (diz José Bonifácio) nas revoluções, quando dois partidos lutam entre si, aproveitar o momento em que um deles é o legítimo e sagrado, isto é, o mais forte.”

Quer o progresso, e então pergunta:

— “Os que se opõem às reformas por nímio respeito da antiguidade, porque não restabelecem a tortura, a queima dos feiticeiros?”

“Seriam nossos pais culpáveis para com os seus antigos quando adotaram o cristianismo e destruíram a escravidão da Europa? Não era isto abandonar a antiguidade para ser moderno? E por que não aproveitaremos nós as luzes do nosso tempo para que a nossa posteridade tenha também na antiguidade (o) que de nós provenha, mas que deixa de o ser (aproveitado) logo que os progressos do espírito humano assim o exigirem? Progredir! Mas repelir a revolução cujo pano de amostra todos viam. Deixar de lado os “progressos” da Revolução francesa, assim que o espírito humano o exija!

O Andrada, comentando a Revolução francesa com o mesmo espírito com que a combateria mais tarde Tocqueville, revela uma visão ampla, e, por isso mesmo, já reconhece na monarquia o espírito público que a revolução comprometeu. O seu combate era à fidalguia. Considerava-se então filósofo como todos os que foram do século XVIII e estavam dispostos a aproveitar as luzes da época, para dar verdadeira organização aos povos; mas era contra a política revolucionária. Fala em opinião pública desprezada, escrevendo um trecho esclarecedor: “Hoje (diz êle) que o comércio e a indústria fazem estimar o dinheiro, se não dermos estímulo de emulação aos talentos, serão êstes deslocados pelo gôsto

da cobiça. Haverá egoísmo e corrupção, mas corrupção sem cultura de espírito, que é o último grau de vileza em que pode cair a espécie humana”.

Quer dizer: José Bonifácio trazia a idéia de uma nova expressão social, em que estivessem interessados na organização do país os espíritos cultos. Esta, a inovação. Êste, o progresso a seguir. Mas um progresso a trazer, infiltrada no govêrno, a mentalidade filosófica imbuída de ciência, em que o Andrada falava sempre.

Mas para governar uma nação em que haja espírito público, o Andrada indica: “Sem recorrer a espias e prisões arbitrárias, os ministros de Estado devem conhecer a direção, da opinião pública e dirigir-se segundo esta: é preciso ter um exército que obedeça como a máquina, ou fortalecer-se com o sentimento de nação.” A questão militar o preocupa, e êle revela grande alcance de inteligência dizendo que ela se soluciona com o espírito de cultura com que se há de firmar a idéia de nação. Mas José Bonifácio estabeleceu pois um contraste entre o recorrer a *prisões* e *espírito público*. São coisas opostas. O espírito público entretanto já é o espírito filosófico pôsto no govêrno. A revolução entretanto estava comprometendo o govêrno implantado na França, que passa ao domínio de Napoleão do qual diz Bonifácio: “Se o egoísmo de Napoleão o não impelisse a querer sempre vigias decisivas, e tentasse o sistema de guerra defensiva talvez não estaria hoje em Santa Helena.” Entretanto (acrescenta) “é triste coisa para qualquer Estado o dever prevenir a perfídia e os vícios.” Andrada fala em vício. E comenta:

“Como o exercício do poder deprava os que o possuem, convém nos Estados livres não fiquem no lugar muito tempo os mesmos homens.” Há pois nessa afir-

mação de José Bonifácio qualquer coisa que lembra a república, e que também faz pensar na Inglaterra com a transformadora interferência do espírito público a renovar o govêrno. Ê que é preciso, no Estado, se constituir uma consciência política. “Desgraçada da nação (acrescenta êle) em que não há... admiração senão pela espada (como aconteceu com a França). É bom ser valente, quando esta valentia é acompanhada de virtudes e de luzes; mas, quando os homens só sabem combater porque não querem ocupar-se em aprender e trabalhar, as nações que os admiram, mostram a sua ignorância e corrupção. Ninguém pretenda governar homens contando com a sua constante aplicação e sacrifício; cumpre, porém, que a organização de um país seja tal que convenha a todos os homens honrados, por próprio interêsse; então resulta um certo hábito de bem que se grava em todos os corações!”

Um grande vício político encontra êle na Revolução francesa, que acabou em contradição com os motivos que a trouxeram. Ficou sendo a agravação de um estado de coisas, embora falsamente dissesse melhorar tudo. Era ela prepotente para dizer o que quisesse dizer mesmo que fôsse uma inverdade.

O Andrada mostra, na França, um Estado expressão de fôrça: um Estado para o qual não concorre a organização social. “Cumpre porém que a organização de um país (diz êle) seja tal que convenha a todos os homens honrados, por próprio interêsse.” Na França, o terror é que existia.

Ora a palavra honra reaparece sempre na linguagem de José Bonifácio. Interêsse há de haver na formação política de um país; porém a honra, o respeito juntos ao interêsse por parte de todos é que precisa haver, porque, do contrário, será sempre um Estado de govêrno-polí-



cia. Haverá um govêrno que não se ad-  
mite, um govêrno da maneira que des-  
creve o Andrada: com espias e prisões  
arbitrárias. Leva, a uma situação de go-  
vêrno dessas, tôda fidalguia parasitária  
e a viver na côrte. Eis a má situação  
a que pode chegar a monarquia, com os  
seus fidalgos vadios, situação a que veio  
ter a França da Revolução francesa.

Combatendo, certa fidalguia e a revo-  
lução, as duas da mesma maneira, o An-  
drada combatia os fidalgos de Portugal,  
ao mesmo tempo que se insurgia contra  
a Revolução francesa a se propagar na  
Europa. Dessa situação revolucionária  
queria o Andrada afastamento, implan-  
tando-se, porém, uma organização social,  
que êle lembrava, e era a reconstituição  
do espírito público, com o interêsse ele-  
vado dos homens honrados. Com a Re-  
volução êle via que se institua uma fal-  
sidade. “Os horrores da Revolução, che-  
gava êle a dizer, talvez sejam menores  
que os da matança de São Bartolomeu?  
e todavia essa matança não acabou com  
o cristianismo. E porque quizeram aca-  
bar hoje com as verdades que patenteou  
e inculcou a revolução francesa?” — *As  
verdades que patenteou a Revolução fran-  
cesa!* — esta expressão significa uma  
triste realidade.

Mas, recrimina-se uma casta então  
ociosa na França de Luís XVI; e, em  
Portugal, de Dom José I. Reagia na  
França contra a nobreza ociosa o mar-  
quês de Mirabeau (pai); e, em Portu-  
gal, o marquês de Pombal. Eis cada qual  
a seu tempo a pensar no reerguimento  
do país, economicamente. Eram êles os  
estadistas da reorganização nacional. Mi-  
rabeau aconselhava que voltassem os fi-  
dalgos ao campo para que o bem geral  
se restabelecesse; e Pombal ideava o mes-  
mo: sim, fomentar-se a riqueza. Mas  
através da agricultura ou do comércio?  
Estava-se em todo caso a procurar um

reajustamento do país a uma vida eco-  
nômica conveniente, indene de tôda e  
qualquer revolução.

Retomemos os pontos de vista de José  
Bonifácio.

Os males que êle apontava em Por-  
tugal: fidalgos vadios, na Côrte, e man-  
driões nas ruas de Lisboa e do Pôrto.

Havia, com o povilêu, a rebelião a cha-  
mear nas cidades. Dessa “arraia miúda”,  
que diria o Andrada? Que fazer com  
ela? — “Proibirem a entrada de Lisboa,  
Pôrto, e cidades grandes, a mendigos,  
vadios e mandriões, sem meio de vida”.

E como evitar êsses mandriões? José  
Bonifácio responde: levando-os ao cam-  
po. Prendendo-os à terra. Entregando-  
os à lavoura. Dando-lhes expressão so-  
cial.

O que estava acontecendo em Portu-  
gal, Bonifácio via no mundo inteiro re-  
volucionado: um desajustamento de ho-  
mens à vida econômica do país para que  
o equilíbrio social estivesse ameaçado.  
Homens que ameaçavam a sociedade.  
Era isto universal.

Quando Funck Brentano narra a to-  
mada da Bastilha e os prenúncios da  
grande insurreição, descreve como entra,  
em Paris, uma aluvião de aventureiros,  
de desocupados, de desajustados, a afluí-  
rem de tôda parte. “Estrangeiros vin-  
dos de todos os países, a maior parte  
esfarrapados... apareciam misturados  
com a ralé, causando mêdo, tal era o as-  
pecto dêles.” Havia assim grande massa  
de agitados e agitadores, próprios para  
a fermentação social. De fato era um es-  
petáculo estranho: tanto miserável nas  
ruas e tanto inútil na Côrte. A revolu-  
ção inquietava pois a José Bonifácio que  
a procura conjurar. Porém tinha êle ain-  
da o que dizer a respeito do Direito e do  
trabalho.

Um documento elucidativo é o seu es-  
crito: “Plano para o estabelecimento de

*uma boa administração prática de minas e ao mesmo tempo de uma academia metalúrgica no Brasil."*

Nesse esboço de programa é encarada a questão por três lados:

Primeiro: organização administrativa e técnica da indústria;

Segundo: o preparo técnico do pessoal e a criação de um professorado;

Terceiro: o aspecto-social a que chamou de ramo jurídico da questão.

Esse aspecto social do pensamento do Andrada é sem dúvida o que mais surpreende a quem manuseia o documento autógrafo, e vê que José Bonifácio cogitava de "não só conservar os foros e isenções de empregados nas minas, fundições e fábricas minerais, mas igualmente julgar com prontidão e justiça as causas forenses das companhias mineiras."

Ora, nada menos que dois pontos então a realçar.

Primeiro: conservar os foros e isenções de empregados. Quer dizer: voltar em parte a concepção de que cada classe tinha o direito adequado à sua situação social, para que o fizesse valer em proveito próprio, e nunca se cogitar de uma expressão vaga de liberdade para todos, sem entretanto se organizarem devidamente os grupos sociais, e os direitos próprios de cada um.

Segundo: prontidão na justiça para os feitos da companhia nos foros e isenções dos empregados. Dizia então José Bonifácio — "é necessário um professor de jurisprudência metálica que explique ao mesmo tempo a prática dêste fôro particular e os estilos da secretaria geral de minas."

As suas idéias são as de hoje. São as da Idade Média? Isto é, são as de tornar o grupo de expressão econômica definida, autônomo, com "isenções", próprias de cada elemento social. Sim: a organização de classes. Eram as classes

organizadas socialmente como tendem a ser, de novo, o que José Bonifácio queria: talvez "uma nova Idade Média". Contudo era o prevalecimento de um direito mais completo, e que o espírito de simplificação dos ideologistas do século XVIII reduziu a nada, concebendo uma sociedade em que todo indivíduo fôsse livre, uma vez que supunham essa liberdade como a qualidade maravilhosa de que cada um se valeria para se impor socialmente, sem entretanto ressaltarem que essa liberdade é um princípio muito elementar, restrito, e que serve apenas de base para uma organização jurídica da sociedade em que então os homens se valerão dos seus direitos particulares que, além da liberdade, criarem em proveito próprio.

Ora, na verdade em Direito, José Bonifácio se apartou dos franceses.

A liberdade aclamada na França, uma vez implantada, foi uma desilusão; e o triunfo da Revolução Francesa, foi uma ilusão de vitória. Efetivamente o passado é que desaparecera com a sua estrutura social elaborada, completa, em que havia um Direito mais maleável, mais complexo, e não rígido e simples, como o que teve origem na grande transformação de 1789.

À organização ideada, José Bonifácio não soube o que lhe faltava. Talvez ela não tivesse o desenvolvimento, o ajustamento que devera ter; mas salvava-se a intuição que êle tinha das coisas.

O plano de José Bonifácio era uma dessas concepções imensas e surpreendentes pela transformação social que traria, e era obra que não podemos avaliar se acessível à capacidade de realização de um homem. O que êle formulou era então fruto de uma imaginação poderosa capaz de criar uma organização com algumas minudências expressivas, principalmente no que dizia respeito ao problema brasileiro; e há dois escritos ar-

quivados no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro intitulados “*Sôbre a administração das minas de Mato Grosso, 1789*” e “*Plano de regimento das companhias mineiras*”, em que se encontra o traçado das grandes concepções do Andrada.

“Tôdas as minas, diz êle, serão lavradas, não por particulares, mas por companhias mineiras cujo projeto de regimento vai anexo para sua majestade determinar o que fôr servido”.

Companhias, e não sômente propriedade individual queria êle. Não queria monopolizadores dominassem no negócio, mas que o Estado interviesse e ajudasse a todos empenhados na mineração. E, se não estivessem a produzir as companhias, perdessem o domínio útil “que têm sôbre as minas, fundições e fábricas minerais nos casos seguintes: 1.º, abandonando-as ainda que por justo motivo por mais de seis meses: 2.º, deixando de trabalhar sem justo motivo por mais de dois meses, segundo as circunstâncias”!

Ora, nem uma indústria de Estado, nem uma indústria ao gôsto do individualismo, porém tôda iniciativa protegida e fundamentada em um sistema de Direito adequado, condicionado ao progresso social; e fiscalização pelo Estado. O Estado então sômente para fiscalizar; e a iniciativa social inteiramente aproveitada, pôsto que ela é uma qualidade que decorre da própria natureza para que seja, em qualquer caso, utilizada.

Mas, nesse capítulo de aproveitamento dos méritos individuais, o gênio de José Bonifácio se desdobra quando se refere ao meio brasileiro.

“Os mineiros, escreve à guisa de comentário, estão muito empenhados e quando acham alguma formação ou lavra nova que os podia desempenhar logo esta se reparte pelo povo pela mor parte inábil; é ocioso que de certo não ganhe

o bem público que é o motivo aparente desta distribuição”. (J. B.).

O Andrada condena essa fase primitiva e espontânea, mas abstrusa, da atividade. Queria criar, em contraposição a êste estado de coisas, uma ordem na vida rural, orientada no sentido do bem público. Quer êle a regularidade, a continuidade, o desenvolvimento da vida econômica protegida contra a eventualidade, o acaso. Sômente o trabalho é estabilidade; e firma José Bonifácio alguns princípios âcerca da eventualidade de encontrar um tesouro, dizendo então como devia ser considerado êsse invento em Direito.

Êle restringe o invento como meio de adquirir direito na coisa. “Não se deve distribuir, diz êle, nem repartir descoberta nova que se achar nos ribeiros que vêm de morros ou chapadas que já têm minas descobertas ou lavradas”. Preferia proteger o trabalho já iniciado; e desejava assegurar o campo livre para se desenvolver tôda indústria organizada. Sempre rasgou novos horizontes para as organizações que estivessem em ordem, e com boa formação, retirando-lhes do caminho todo impecilho. Sempre facilitou a todos que tivessem pôsto o pé no terreno da prosperidade industrial caminharem de modo regular, mas com a regularidade que prende o homem à iniciativa tomada vertendo na indústria capitais. Ora, o necessário era então verter capital, e José Bonifácio facilita o modo de fazê-lo. “Todo o que descobrir minerais úteis e pedir licença para trabalhar, estando no caso, diz êle, das nossas leis, pode obter concessão e adquirir o direito de empresário de companhia, podendo convocar e escolher sócios e repartir as ações por doação, venda, etc.” A atividade industrial é que era então para incrementar-se. Mas José Bonifácio preconiza o emprêgo de capital. Inventa meios de o criar. E é assim que, para a formação desse capital,



ensina como converter o trabalho nesse fator das indústrias: “Os lavradores (propunha)\* poderão satisfazer a contribuição das ações que adquirirem com seu trabalho corporal, em dinheiro, se assim lhes fôr conveniente.” (J. B.).

No Brasil tinha grande significação a posse do solo; entretanto, com o fato da posse, uma vida primitiva se incrementava pelo país a fora. A indústria estava quase tão rudimentar como a atividade do selvagem, isto é, restringia-se a colher na terra para vender e sem que nenhum regime jurídico desse melhor expressão social à economia brasileira. Um grupo humano que chagava a uma localidade, defendia-se a si, organizava-se por si mesmo sem conhecer estatuto, e conforme se organizava internamente, e se defendia externamente, tomava parte nos lucros; sim, ou eram bandeiras, ou continuavam, quanto à norma de vida que se ditavam, a serem como as bandeiras. Ora, era preciso se passar dessa fase. O emprêgo do capital e a instituição dos direitos sociais se tornavam necessários às indústrias sistematizadas. Era imprescindível haver uma organização e um ritmo seguido no desenvolvimento e coordenação de atividades. Pode-se pois dizer que o Andrada estava preocupado com o desenvolvimento das indústrias na América, assim como, nos Estados Unidos, Hamilton já se mostrara. E’ um precursor. E falar em indústria, organização de indústrias, era ter que falar em capital, como êle o fez do modo mais interessante ao se referir à organização de companhias.

Mas, com isto, grandes modificações a fazer no Direito.

— “Que nas descobertas fora das povoações (propunha êle) se dê mais que duas datas ao descobridor; porque de outro modo não se lhe recompensa os gastos, trabalhos e perigos; mas que o número das datas seja proporcional a es-

tas circunstâncias e também à riqueza do terreno”.

— “Outro abuso é tirar-se ao mineiro as terras já concedidas, se aparece pinta mais rica, como se tem praticado em Mato Grosso, repartindo-se de novo”.

— “Que se não destruam por qualquer título as fábricas minerais que existirem”.

Ora, um povo industrial José Bonifácio queria reunir no Brasil, levado pela sua aspiração a uma vida organizada. Pensa em um povo que ainda não era aquêle que estãva espalhado no país. E cuida em selecionar elementos. Separa o joio do trigo.

“E’ pecado, diz êle, que cedam datas a vadios e roceiros, mercadores e pretos forros, que nunca mineraram, nem sabem nada de minas e sua economia”.

E êsses vadios, roceiros, mercadores e pretos forros, criaturas incapazes, não seriam pois o povo eleito para constituir a nação que idejava.

Estabeleceu, assim, condições sociais para aquisição e uso da propriedade: o que era resolver uma questão social no Brasil.

Na terra bem governada, isto é, a nação perfeita, não haveria mercadores que não tivessem espírito de progresso, não existiria quem não usasse das riquezas para transformá-las, e nunca, o espírito unicamente *especulador*, deveria ter ensanchar. “Que ninguém compre terras mineiras para revender, mas para lavar”, advertia êle. Ou então afirma: “E querem datas para as tornarem a vender, ficando o mineiro de profissão sem terras com que ocupe os seus escravos, desanimado para coisas novas!”

E que povo seria o dessa nação perfeita? Burgueses! E que são burgueses? Gente que possui reservas econômicas. Pois José Bonifácio queria que se empenhassem na poupança de capital, que há de ser empregada na formação econômica do país. Julga útil à comunidade todo

aquêles que poupa, e, com critério, emprega as suas economias criticamente concorrendo, com o tino e atenção prestada às questões econômicas, para desenvolver e transformar o país economicamente.

A fim de dar atividade ao pecúlio desses burgueses, ideou o Andrada as pequenas companhias.

“O número de sócios, determinou êle em nenhum caso, poderá ser menor de seis”.

“As ações de que se compõem tais companhias serão de 128, segundo a prática da Alemanha e Reinos do Norte. Destas ações, 124 serão de contribuições e de repartição de ganho; e 4 somente de repartição cujos dividendos serão aplicados para o dote da Caixa Pia desses estabelecimentos”.

Não é esta a única vez que José Bonifácio cita o exemplo da Alemanha nas inovações sociais que pretendia introduzir no Brasil.

“Poderão entrar como acionistas nas companhias mineiras acima estabelecidas (afirmava êle) não só todos os indivíduos Portuguezes, mais ainda as corporações Religiosas, tanto seculares como regulares, e igualmente tôdas as estrangeiras de qualquer nação que sejam segundo o Direito Público Montanístico de Alemanha que... fica servindo nesta matéria de Direito subsidiário, assim como é nos outros o Direito Romano”. (J.B.)

O homem de Estado visasse pois realisar essas companhias, e, para isso, José Bonifácio dizia que o governo devia favorecer o advento de uma nova organização social:

“Que o Estado, além de favorecer, honrar muito os mineiros, os ajude em empréstimos de dinheiro, ferramentas”.

“Será muito conveniente que Sua Alteza Real entre em cada companhia montanística com um quinhão e número de ações que lhe parecer útil, ficando po-

rém neste caso com o simples direito de qualquer outro acionista”. (J.B.)

Povo, rei e pensadores deviam se reunir para promoverem uma nova era. O rei, o governo (como José Bonifácio indica) preferentemente dispensaria amparo aos que já eram mineiros, interferindo no sentido de: “Nenhum mineiro... ser despojado das terras minerais que legitimamente possuia (porém fique empresário da companhia se não tiver cabedais para as lavar por si).” E os pensadores? Fariam como então veríamos mais adiante ao nos referirmos à Sociedade dos Fisiófilos. Nesse plano de uma boa administração das minas, em que a originalidade está em fazer o Estado adiantar-se a favor dos homens de iniciativa a fim de o mais possível tomarem parte na vida econômica do país, o Andrada aconselha o que está fundamentado em três princípios:

1.º Espírito associativo: que seja estimulado êsse espírito, facultando-se, aos que o tiverem, meios de se integrarem na vida econômica do país.

2.º Idéia de continuidade: imprescindível às indústrias, o que faculta o seu desenvolvimento, colocando-se peça sobre peça, instalando-se aparelhamento em continuidade com aparelhamento. O capital assegura essa unidade da empresa, integrando-a num todo.

3.º A interferência do governo: no sentido de favorecer, com a criação de um Direito próprio, essa natural organização industrial, para a qual se procurava encaminhar a sociedade.

### III

#### NA ERA FILOSÓFICA

Ao escolher título para o que se vai dizer de José Bonifácio nos trinta anos em que firmou a sua mentalidade vivendo em Portugal, não trepidarei em pre-

ferir: Na Era Filosófica. Mas era de concepções sociais. Assim preconizava o Andrada que ela o fôsse.

Os planos de reforma que êle concebeu, e que não se puseram em prática careciam de uma sociedade em que houvesse economistas, predominassem cientistas, para que tivesse execução a planejada organização geral que o Andrada ideara.

Uma época em que ainda houvesse idéia das instituições do passado, mas, ao mesmo tempo, a visão do progresso humano a se realizar, progresso que se tornava necessário e que José Bonifácio considerava como próprio de uma época de espírito filosófico. Mas talvez houvesse necessidade de mais filósofos para encaminharem-na.

A fim de preparar o advento dessa época o Andrada escreveu, em 1797: “Plano de estatutos para a sociedade dos *Fisiófilos Lisbonenses*”.

Quer o Andrada que a mentalidade portuguêsã se transforme, e isso não é de estranhar em um século de cientistas avançados, homens de imaginação, e capazes de ir buscar nas profundezas do próprio espírito a crença de que a inteligência humana era capaz de metamorfosear a humanidade, uma vez de posse das revelações dos conhecimentos científicos, que deveriam assim ser divulgados.

Mas reclama por cientistas: e cientistas *fisiófilos*, que, para José Bonifácio, eram então espíritos modernizados com o conhecimento das ciências naturais. Êsses espíritos, cuja grandeza preconizava, levaram o Andrada a desprezar e criticar os que ainda dominavam nas letras de Portugal, aos quais chamava ignorantes a prejudicarem o povo. O Andrada dizia que era causa da não prosperidade das ciências em Portugal, “a ignorância crassa do povo e dos chamados sábios.” De outros cientistas que não êsses fazia êle questão. Citava, para desmerecer,

“a nímia estimação que faz cabedal dos estudos frívolos da poesia e da retórica”, como sendo o cabedal de certos portugueses. Por outro lado, aludia à teimosia de estudar sòmente o direito civil e canônico, sem alargar o espírito com outros conhecimentos.

Na verdade increpava a inteligência portuguêsã de indiferente. Sabiam alguma coisa os intelectuais de Portugal; porém o seu saber não tinha a feição proveitosa, e não compreendia uma ciência generalizada, que abrangesse, em uma síntese, conhecimentos gerais a criarem então a unidade de vista que deve haver para as ciências terem um alcance prático.

De fato percebe-se que José Bonifácio, como acontece com todo inovador, travava luta com o meio. E então queixava-se dos que não lhe aceitavam os conceitos. Aponta a êsses como cheios de basófias; e critica “a negligência dos grandes por êsse gênero de basófia”, não se submetendo os recalcitrantes à obrigação de aceitarem a uma nova orientação cultural. Violento no antagonismo, êste Andrada ia então dar mostra do seu caráter: “Nascido com um temperamento férvido, o meu primeiro movimento é uma doidice completa e atrevida que tomo por uma nobre intrepidez,” — diz êle. De fato, levado por êsse verdadeiro impulso, é que se torna rude para com os que o contrariam; e então os distrata sem restrições!

Dos professôres de Coimbra dirá então:

— “Não me admiro que êsses sátrapas da universidade, atrevidos e pedantes, queiram ajuizar tudo sem perderem a serenidade... eu me compadeço da sua ignorância, e rio da sua tola basófia. E se não, diga-me meu amigo, que vieram êsses gafanhotos? onde e com quem estudaram? Nem sequer sabem a literatura da Europa senão o que leem em al-



guns poucos velhos livros franceses porque as suas novas produções não lhes chegam, e da sua jurisprudência mesmo ignoram o que há vinte anos se tem escrito na Alemanha”.

“Quanto ao B. este homem não viu senão a França e da França muito pouco, e tudo que aprendeu foi o nome de plantas que quando muito podem servir para alegrar os príncipes e ornar as hortas dos fidalgos. Conhecimentos úteis físicos, tecnológicos ou econômicos, não os trouxe; e dos morais e literários não se ocupou disso”. Quem seria esse B.? Um brasileiro? A desconfiança não permite citar um nome de naturalista.

José Bonifácio falava então em novos conhecimentos acêrca da moral, em novas idéias relativas à literatura, e ainda em conhecimentos de Economia Política.

E’ verdade que desenvolvia êle um programa de transformação geral até ao Brasil, porém sem idéia de separá-lo do velho reino português.

De início considera-se êle um espírito largo, que cogitava no bem da humanidade; cogitava dêsse bem de maneira geral, aceitando a situação política dos povos tais como êles eram. O que êle preconizava não era a luta política, em que os povos procuram superpor-se: cuidava de coisa mais elevada, isto é, da transformação social.

Mas quer uma reforma intelectual. Reformar-se a mentalidade portuguesa. O povo português, em geral, ainda não conhecia pois que grande espírito presidia a formação do mundo moderno, e Bonifácio, conscio de si, lho apontava como sendo a ciência. Em Portugal acusou êle que havia duas correntes de idéias: uma retrógrada e a outra avançada. Uma a tolher a outra. Porém a retrógrada, a inculta, é que implantara os seus conceitos errôneos, e Portugal não progredia, escreve José Bonifácio, devido “à falsa idéia que o povo faz da

filosofia”. Queria então se explicasse ao povo o quê era o espírito filosófico, que, para êle, era a ciência. Quer se praticasse o estudo das ciências naturais, mas lastimava:

— “a falta de museus e gabinetes de física e laboratórios”;

— “a falta de meios por parte dos literatos para as longas observações e experiências custosas”;

— “o péssimo estado das mesmas ciências naturais na universidade por falta de mestres hábeis”;

— “o não estarem no plano da educação da mocidade as ciências naturais”;

— “a falta de atlas e desenhos”;

— “a falta das sociedades econômicas e patrióticas para espalharem estas luzes”.

Não há dúvida que a apologia das ciências naturais partia de José Bonifácio, que lhes dava expressão quase que nova. Delas, era êle o preconizador. Quem as divulgasse, seria um espírito irmão do seu, seria pois alguém como êle entregue à mesma inebriez de inovação de idéias que hauria no estudo das ciências naturais.

Mas como causa de elas não progredirem em Portugal, o Andrada citava “o modo pouco adulator do filósofo”, modo êsse que era o seu, que era êle e que o incompatibilizava com o meio português, tornando êsse homem suscetível, então arredio, por vêzes estranho, tal qual José Bonifácio se considerava a si mesmo, sem entretanto julgar com isenção o seu caráter ríspido que o deixava isolado.

De temperamento entusiasta, arrebatado e conscientemente altivo, o Andrada voltava-se para as ciências, tendo êle a respeito delas uma idéia a gosto do seu próprio espírito elevado, porém intransigente.

José Bonifácio se propunha a reformar o meio português por intermédio da sua *Sociedade dos Fisiófilos Lisbonenses*. Por estranho que pareça o título dado à agremiação que planejava, vê-se logo que o termo *fisiófilo*, empregado pelo naturalista brasileiro, muito se aproximava de *fisiocrata*, denominação dada aos sábios de nova ciência, que era então a Economia Política. Ele já se afasta em parte da denominação de filósofo, que talvez não lhe servisse ajustada que estava aos filósofos do século XVIII, quando o Andrada já era antes um economista, expressão do futuro e que o afasta do que se entendia por filósofo. Augusto Comte que se disse filósofo, rompeu com os economistas: há fundamental diferença de espírito entre as duas mentalidades. O Andrada era economista de prol.

Ora para a sua sociedade de sábios, José Bonifácio previa atribuições que se aferiram ao Estado moderno, as quais entretanto o Andrada procurou realizar através de uma instituição, isto é, um cenáculo em parte constituído de sábios, em parte uma academia, um colégio de notáveis, de filósofos e dos homens de atividade social. Era pois o governo em parte (mas só em parte) como o dos iluministas, como o que idealizou Saint Simon. Ora nada estava mais a gosto de um tempo em que se cultivava a utopia, o governo dos iluminados, o supor-se o mundo orientado pela boa-fé dos homens de ciência. Mas José Bonifácio fazia questão de se adiantar às idéias do tempo, e para isso traçava concepções engenhosas.

Criando uma sociedade dos sábios José Bonifácio, em todo caso, não contava somente com ele: exigia que houvesse especial interferência do monarca e diz:

— “como em todo governo bem ordenado, nenhuma operação pública deve ter lugar sem licença do supremo imperan-

te, a sociedade impetrará do soberano um escrito de aprovação e patrocínio”. (J. B.)

Porém uma vez o colégio de fisiófilos instituído no seio do Estado, José Bonifácio queria que ele tivesse interferência até onde lhe ditasse a ciência, e essa então ia longe.

Na verdade, o caráter de homem de Estado que foi o *Patriarca da Independência do Brasil*, está, em toda a sua expressão, nesse documento curiosíssimo.

Mas a eficiência dessa instituição tinha de prover de certa autonomia. O poder, a ela aferido, se firmaria em um órgão coordenador de todos os demais a ele então adstritos. Seria constituído de doze membros, a quem José Bonifácio denominou “sócios de número”, para distingui-los dos sócios livres e dos sócios honorários. Pois os doze é que, reunindo-se separadamente, superintenderiam a instituição.

Para que a complexa organização fôsse um todo coeso, Bonifácio dizia que:

— “A Sociedade constará de sócios de número, de sócios livres e de sócios honorários. Os primeiros não passarão de doze e os da segunda e terceira classe não têm número próprio”.

— “Os sócios de número devem ser homens doutos, zelosos, e principalmente de caráter honrado e virtuoso; serão escolhidos por escrutínio e unanimidade de votos pelo que a sociedade prospere e seja bem governada requer-se, além de forças concentradas, uniformidade de zelo e atividade de confiança amigável”.

Essa “uniformidade de zelo e atividade de confiança amigável” justificava a convicção perfilhada por José Bonifácio, de que sua inteligência se desdobraria influenciando na dos outros homens. Para que a unidade de espírito se firmasse então no seio dessa sociedade esboçada José Bonifácio queria formá-la somente com pessoas entre quem houvesse afini-

dades e comunhão de interesses, como no corporativismo. Mas sempre êle via a inteligência e o caráter das pessoas, levados em conta, para serem elas sócios de número que representavam o equilíbrio e o resguardo contra confusão.

Os doze sócios “de número”, os que sem discrepância mostrariam coesão e uniformidade de espírito, é que constituiriam um só bloco, o núcleo que preponderaria na organização geral, como um órgão superior de orientação.

“Os sócios livres (determinava o Andrada) devem ser, de ante-mão, conhecidos por obras ou talentos sabidos, e zelo nas matérias, que fazem o objeto da Sociedade. Devem ser eleitos por escrutínio e maioria de votos. Dos sócios honorários só se exige patriotismo e zelo para o bem das ciências. Serão eleitos como os livres”. (J.B.)

Formariam então grupos esparsos.

“Em cada cidade ou vila em que morarem, dizia José Bonifácio, mais de três sócios livres, êstes serão obrigados a apresentarem-se uma vez por semana e farão sessões (semanais, exceto nas férias) remetendo no fim de cada semestre os seus trabalhos por escrito ao Secretário da Sociedade em Lisboa”. (J. B.) A função desses sócios tem pois caráter público, e daí, as obrigações que se lhes impunham.

Mais atribuições José Bonifácio ainda apontava a essa ampla organização, que era a Sociedade dos Fisiófilos. Sob a superintendência do seu órgão central constituído de doze sócios, ficaria um mundo de sub-organizações, e José Bonifácio então dizia que ela “cuidará igualmente em promover nas Províncias do Reino e Ultramar o estabelecimento de Sociedades econômicas filiadas e correspondentes compostas de cavalheiros, párocos, lavradores ricos, homens doutos, oficiais reformados. Êsse instituto trará por fim o melhoramento das artes,

agricultura, indústria, da educação popular, de ler, escrever e contar e as primeiras noções úteis de agricultura e artes fabris. Darão prêmios, farão à sua custa novas experiências em grande escala; estabelecerão jardins e viveiros econômicos e tecnológicos, estabelecerão cursos práticos e econômicos de história natural, química, principalmente princípios de Matemática”. (J.B.)

Dizia José Bonifácio:

— “O fim da Sociedade é a investigação e conhecimento da Natureza, cujas aplicações e comunicação pública possam servir ao adiantamento das ciências físicas e à utilidade do Estado, a bem da humanidade em geral”. (J.B.)

Mas para que a investigação colimasse “os fins propostos”, exigia “a reunião de forças patrióticas e dos trabalhos científicos dos sócios”, e, para que ela se mostrasse em toda a sua expressão perante os olhos do povo, José Bonifácio ordenava que cada ano no dia de aniversário da instalação da Sociedade houvesse uma sessão pública, e também “no princípio da primavera uma festa ao Espírito Santo”. Com isso celebraria publicamente o caráter superior e divino da “inspiração que cria as ciências”. José Bonifácio associava êsse espírito científico à religiosidade do povo.

Há dois escritos reveladores da mentalidade de José Bonifácio, ambos do tempo em que êle viveu em Portugal. Um intitulado “Causas da não prosperidade das ciências naturais em Portugal”, em que o Andrada anuncia o seu ideal de reerguer Portugal pelo espírito científico; o outro, a que nos referimos e denominado “Planos de estatutos para a Sociedade dos Fisiófilos Lisbonenses”. O Andrada nestes escritos então faz luz sobre a sua curiosa concepção social e deixa ver o seu temperamento estranho de homem de ação e ao mesmo tempo ideólogo.



E um dêsse documentos completa o outro.

Mas qual a inspiração de José Bonifácio, idealizador de uma sociedade como a dos fisiófilos? Em que fonte éle a bebeu? Donde provém uma concepção tão curiosa e tão singular?

Por certo saber-se-á onde o Andrada buscou idéias, confrontando-se o seu pensamento com as idéias da Europa no século XVIII. Mas veja-se então que na Academia de Ciências de Lisboa, o espírito dêsse século XVIII se tinha implantado para Antônio Ferrão falar dos motivos e objetivos da academia portuguesa dizendo: “Ela, entre nós, antecedeu a sua época nas concepções que formulou e na aspiração de que vinha animada, parecendo inspirar-se nos desígnios da *Enciclopédia* e nas idéias de d’Alambert, de la Chalotais, seguir Rolland, e, sobretudo, anteceder Condorcet com a sua *Société des sciences*, e com os seus propósitos generosos, e inteligentes de divulgação, entre os adultos, do ensino técnico e profissional, isto é, dos processos agrícolas; e das artes e ofícios”. (A Academia de Ciências de Lisboa — Discurso de apresentação proferido na sessão da 2.<sup>a</sup> classe em 14 de abril de 1921, págs. 37 e 38).

Uma sociedade de ciências a divulgar conhecimentos pelos adultos e o projeto de ensino técnico; a divulgação de conhecimentos agrícolas, como em parte já aparece, por exemplo em d’Alambert: são as idéias da época com que o Andrada se familiariza na Academia de Ciências de Lisboa.

#### IV

#### FISIOCRACIA

Jamais a sociedade dos fisiófilos, concebida por José Bonifácio, tornar-se-ia em um colégio apenas de sábios, antes até seria uma organização em que en-

trariam homens simples, mas, pela atividade que despenderam, ligados à vida industrial. Seria uma organização geral.

Os iluministas é que tinham concebido o despotismo esclarecido, quer dizer, exerceriam o governo os que tivessem espírito superior, formando então como que um meio fechado, uma casta de intelectuais. Partia-se assim da diferença primordial entre espíritos esclarecidos e a grande massa humana.

A sociedade dos fisiófilos não seria bem isso. Não seria uma ditadura de grandes espíritos esclarecidos nas ciências como talvez a quisesa Augusto Comte, ou imaginara Saint-Simon referindo-se aos grandes espíritos para governarem. Na instituição de José Bonifácio, os espíritos cultos conviveriam com os demais elementos associados para, reunidos, influírem nesses com os conhecimentos científicos. Era um meio de se identificarem todos nas questões de governo, essa convivência. Solução atual.

Há uma série de pensamentos, que o Andrada formula a respeito da situação do grande homem na sociedade, querendo, para êsse grande homem, liberdade. O que diz não foge à convicção que tinha de ser éle um grande homem. Três ordens de idéias então se compõe, se retomam na sua mente a respeito do que éle pensava de si, e do que devia éle ser para a humanidade, mesmo diante dos embates sofridos na vida pública. E o que escreveu a respeito, é um documento muito pessoal e do seguinte teor:

— “Os homens enérgicos e grandes, podem às vêzes abaixar-se as miudezas da administração econômica; mas não podem gastar a vitalidade em longas miudezas”.

— “Não há governo se a lei não é obedecida; mas não há liberdade se esta obediência combate sempre a nossa von-

tade, e menos se revolta a razão. Cumpre pois que, as instituições, a razão as possa seguir, ou pelo menos tolerar, e que o interesse particular possa sofrê-las”.

— “O homem grande deve ter extensão de conhecimentos, ordem nas idéias, profundidade de concepções, e força de vontade. Deve pressentir o que pode ver pelo que é. Deve profundar o interior para que as aparências o não enganem, deverão querer tudo ao mesmo tempo, mas se conseguir o efeito, estabelecer a causa, enfim deve ter força de caráter para comunicar a impulsão devida aos outros, vencer as resistências, e vencer a apatia usual dos homens”. O que aí vai dito, é o retrato do Andrada!

— “Todo o cidadão se deve a seus concidadãos, conforme a sua esfera quando tem sublimidade de pensar e querer. O bem da espécie inteira é o seu fito. Em vão o sábio ama a paz e retiro; deve aos outros a quem pode guiar, seus profundos pensamentos e seu engenho regenerador. Se a razão enganada busca viver longe das paixões e dos acasos da fortuna, e vidas, e vaidades humanas, há circunstâncias que reclamam seus serviços à humanidade”. E não deixará de socorrer “aos homens nos abismos da desgraça quando lhes pode dar a mão”.

Embora quisesse o espírito de cultura elevada se integrar no governo, embora imaginasse uma corporação de *fisiófilos* que tivesse analogias com o governo que idealizara Saint-Simon, embora o espírito de cultura devesse ser o fundamento do governo, a concepção de José Bonifácio diferia da de Saint-Simon e da de Augusto Comte, era menos fórmula abstrata e geral, mais particularizada e de acordo com os embates da vida humana, supondo experiência direta das coisas políticas. E tinha o Andrada exemplo de coisa semelhante

no governo de Dom João V, em que se pensou no cooperativismo.

Na concepção de Saint-Simon, e na de Augusto Comte, a idéia de ditadura estaria viva, e uma distinta casta de intelectuais se imporá a fim de mandar, enquanto que a *sociedade dos fisiófilos* se reuniria para divulgar conhecimentos científicos, e fazê-los valer; contudo a maneira política disso se realizar seria mais apropriada.

De fato os intelectuais tomariam parte no governo: sim, a questão dos intelectuais influir no governo interessava sobremaneira a José Bonifácio, como intelectual.

José Bonifácio é um espírito muito sugestionado com o aparecimento de uma nova ciência, à Economia Política, ou então, a Fisiocracia, que lembra a denominação — *fisiófilos*.

Comte para concluir a respeito da organização social e a respeito da maneira de organização social, um filósofo, enquadrara nessa organização toda expressão de pensamento: isto ele faria criando a sociologia.

O Andrade se restringe a organização econômica da sociedade. Quanto ao mais como que respeitava uma liberdade de pensamento, de crenças. Nem se dirá filósofo se não era mais que *fisiófilo*, e criador de uma sociedade de *fisiófilos*.

Estava em parte, como se ficou na sociedade de hoje, estreme de partidatismo principalmente religioso, o que não aconteceu com Augusto Comte, que por isso se dizia filósofo.

A sociedade dos *fisiófilos* cogitaria da cultura especial dos seus membros e ao mesmo tempo seria a prática do espírito de associação, entre os homens a viverem da atividade econômica. As crenças filosóficas não entravam então em conta.

Iluminista é que o Andrada não era. Não queria pois uma aristocracia do espírito tão distante do povo quanto o estivera a soberania de Luís XIV. Em José Bonifácio nada dessa prosápia. Foi homem orgulhoso mas sem fúrias. Antes com uma identidade de espírito com o povo. A querer órgãos, corporações, instituições locais em que entrasse o povo. Era já aquêle que chegou às lutas do Apostolado entre a bulha do pvilêu.

Ora, aquêle corporativismo (ou talvez coletivismo) de homens empenhados em desenvolver a produção econômica, preconizado por José Bonifácio, não era inovação, e sim a volta às coisas portuguesas, à realidade. A volta em parte ao passado.

Antônio Sérgio escrevendo pois a história social de seu país conta:

“Em Trás-os-Montes, a colonização realizada pelos primeiros reis tinha por base o aforamento coletivo, ao contrário do que se deu no Minho, onde vigorou o aforamento singular. A velha propriedade comunitária ocupa ainda no nosso tempo uma área considerável nesta província”; em êrro, tirar dessa tradição algum proveito, fomentando um regime cooperativo, livre da renda para o senhorio-indivíduo e de qualquer exploração capitalista, e ao mesmo tempo submetendo a lavoura a um plano geral de coordenação econômica, da máxima vantagem para a comunidade, com mira a alcançar os superiores rendimentos que a agrobiologia tornou possíveis, que muito ultrapassam as produções atuais”.

“Onde êsse regime coletivista antigo nos parece ainda com maior relêvo é nas terras do Noroeste de Trás-os-Montes, entre o vale do Tâmega e o do Cávado, nas sociedades comunitárias de pastoreio dâs gentes da Serra do Barroso, com gado grosso, — raça bovina pequena e ossuda, mas robusta e sôbria.

Nos princípios do século XVII, frei Luiz de Sousa descreve a região como “sítio tão intratável de serras e penedias, quase sempre cobertas de neve, de picos que se vão às nuvens, de brenhos temerosos, de vales profundíssimos e passos perigosos, que mais parece moradia de feras e selvagens que de homens capazes de razão e juízo”. De aí a dificuldade dos transportes; e esta, associada à escassez da população dos montes e à prática do pastoreio por todo o ano (com o tipo de transumância a que se chamará montanhesa, ou alternância das pastagens nos vales e no alto, respectivamente no inverno e durante o estio) explica-nos o aspecto comunitário da vida aldeã e familiar, resultados naturais do ambiente serril”. (*História de Portugal*, Antônio Sérgio, vol. I, pag. 85.)

Havia povo com economia própria, organização por êle mesmo criada. No campo existia coletivismo, praticava-se o compâscuo. “As pastagens estivais do alto da serra, afastadas das moradias”, e “a vigia do gado por um pastor comum”. (Antônio Sérgio, *ob. cit.*). E daí então ficar tôda a serrania dividida em baldios os quais são pertences das povoações. Na primavera, o gado grosso dos habitantes ajunta-se todo num rebanho único, que vai sob a guarda do pastor de todos... No viver característico daquelas paragens, todos os negócios da vida aldeã se resolvem em assembleias dos seus vizinhos, chamados ajuntos”, “conselhos”, “contos”, que nos podem com motivo revocar ao espírito o esboço do conselho medieval; e as pendências que surgem entre os interessados resolvem-nas os seis homens de maior respeito: os “homens do acôrdo”. Vêgora a reciprocidade de serviços agrícolas (*por favor*); e o coletivismo agrário, não poucas vêzes, estende-se à cultura suplementar, tornada indispensável



em tal caso pela mediocre produção de cada casa. “Em Pizões, já na orla do planalto barrosão e em face do maciço gereziano” (diz Rocha Peixoto) “os terrenos de propriedade individual são insuficientes para a produção cerealífera necessária. Há, pois, que apropriar do baldio a área complementar. Para tal reúne-se o povo em novembro, discutindo, e por fim assentando, qual o terreno a escolher para as *cavadas*, uma vez que, em cada ano, e mercê da débil fertilidade regional, as rotações culturais se impõem de rigor. Decidido o local na assembléia, segue o povo a demarcar as glebas que deverão caber a cada um, iniciando-se a distribuição dos lotes pelo morador de cada uma das extremidades da povoação”. Além disto, várias obras de interesse geral são realizadas comunitariamente. Em cada geração de uma família, o chefe administra a propriedade indivisa, e assim a transmite à geração seguinte. Pela penúria dos seus recursos, ficam não poucos celibatários no seio da sociedade familiar” (Antônio Sérgio, *ob. cit.*, págs. 86-87).

Que haja pois de novo cooperação! sim, naquilo em que ela se tornar possível e útil aos que tenham consciente iniciativa na organização da atividade econômica da sociedade. Mas José Bonifácio apela para ela no regime capitalista. Nessa cooperação fala pois José Bonifácio mas a dizer que homens devem colaborar no “conhecimento da Natureza, cujas aplicações e comunicação pública possam servir ao adiantamento das ciências físicas a utilidade do Estado, a bem da humanidade em geral”. Essa cooperação deveria prevalecer, segundo ele. Mas a verdade é que de há muito já existia esse espírito cooperativista em Portugal para então subsistir no pensamento do Andrada. E como? Ora, escreve Antônio Sardinha:

“A estrutura agrícola e comunitária do País sofreu um abalo de terremoto quando Pombal lhe quis impor, a vivo custo, o molde capitalista e industrial. Foi uma tentativa desastrosa que se remediou um tanto com o bom senso do reinado imediato, graças à influência dos fisiocratas da Academia nos recintos da governação. Monsinho da Silveira retoma, porém, a lição suspensa do ditador, proíbe-se em nome da Liberdade a organização coletiva do Trabalho, e depois com a abolição dos vínculos e o critério desarraigante das leis da desamortização, empurra-se Portugal para uma desgraçada senda de individualismo econômico, cujas conseqüências eu me abstenho de enumerar por serem do alcance de todos”. (Antônio Sardinha, *Glossário dos Tempos*, pág. 27). José Bonifácio renovou a questão integrando nela o capital que Sardinha quis desprezar tratando-o de somenos.

Portugal, para José Bonifácio, que foi à Europa estudar Mineralogia, tivera este mérito: fizera-o ver que a questão da lavoura, do trato da terra, e da exploração do solo, é a grande questão social.

Os fisiocratas de Portugal de fato falaram em uma nova orientação econômica para a nação portuguesa. Na verdade tiveram esses economistas muita expressão.

Mas fisiocratas houve muitos no país e, com eles, o Andrada muito que conviveu.

“As doutrinas fisiocráticas (escreve Armando Marques Guedes) refletem-se em Portugal na valiosa coleção das monografias econômicas das Memórias da Academia Real das Ciências (1789 a 1816), e entre elas nas de:

“José Veríssimo Álvares da Silva e Dom Rodrigo de Souza Coutinho”.

“São ainda de mencionar entre os economistas fisiocratas:

“Domingos Vandelli — *Memória sobre a preferência que em Portugal se deve dar à agricultura sobre as fábricas e Memória sobre a agricultura de Portugal e suas conquistas*”;

“Joaquim José Rodrigues de Brito — *Memórias políticas sobre as verdadeiras bases da grandeza das Nações e principalmente de Portugal (1803-05)*”;

“Tomás Antônio de Villanova Portugal — *Memória sobre a preferência que entre nós merece o estabelecimento de mercados ao uso das feiras de ano para o comércio intrínseco e Memória sobre os juros relativamente à cultura das terras*”;

“José Joaquim Soares de Barros — *Memórias sobre as causas da diferente população de Portugal em diversos tempos da Monarquia (1789)*”;

“Constantino Botelho de Lacerda Leão — *Memória sobre a decadência das pescarias em Portugal (1812) e Memória sobre o estado da agricultura e comércio do Alto Douro (1782)*”. (*Estudos de Política Econômica Internacional*, página 75).

Mas atenhamo-nos em Vandelli.

Casou-se D. Carlota Emília, a filha mais velha de José Bonifácio, com Alexandre Antônio Vandelli, filho de Domingos Vandelli, que “era também (comenta Alberto de Sousa) qual seu pai um abalizado cultor das ciências naturais, tendo deixado numerosos trabalhos, uns, impressos, outros, inéditos, em manuscrito sobre Zoologia, Botânica, Geologia, Agricultura e matérias que tais. Em Portugal foi Guarda Mor dos estabelecimentos literários da Academia Real de Ciências, membro da Comissão de Reforma dos Pesos e Medidas, e Ajudante da Intendência Geral das Mi-

nas e Metais, da qual era diretor José Bonifácio, que foi quem o propôs para este último cargo, que exerceu gratuitamente desde 1813. A proposta de José Bonifácio foi aprovada por Alvará Régio de setembro de 1813. Vandelli então não conhecia a família do Patriarca, com cuja filha mais velha veio a casar-se seis anos depois — em 1819. Sacramento Blake... contestando o bibliógrafo português Inocêncio da Silva, afirmou que o motivo da vinda de Alexandre Vandelli para o Brasil fôra a falsa imputação feita a seu pai de ter sido adepto da dominação de Portugal pelos franceses em 1807; mas é erro completo do bibliógrafo brasileiro. Quem está com a razão é Inocêncio, pois não foi pela época da Independência, mas depois da abdicação do primeiro imperador, que Vandelli se transferiu com sua família para o Brasil, embarcando no Tejo a bordo da galera *Lysia*, a 15 de dezembro de 1833, e seria absurdo acreditar que passados 26 anos sobre a invasão francesa na Península é que ele, por motivos ligados a esse fato, se tivesse lembrado de sair da Pátria. Narra sua filha na carta a que nos estamos referindo, que o pai deliberou deixar Portugal, depois que as tropas de Dom Pedro IV (1.º do Brasil) venceram as do governo absolutista, inaugurando o regime liberal no velho Reino. Vandelli era partidário dos vencidos. Intimado a fornecer aos vencedores uma lista dos funcionários subalternos que com ele serviam, limitou-se a enviar o seu nome. Ato contínuo retirou-se do país. Antônio Carlos, que se achava ausente na Europa, dirigiu-se a Lisboa especialmente para auxiliar a sua retirada, correndo por conta de José Bonifácio as despesas de viagem”. (*Os Andradas*, vol. I, páginas 338-339 — nota). Era pois Vandelli um partidário dos homens da tradição, em política.

Ora na familiaridade dos fisiocratas viveu José Bonifácio, principalmente na Academia Real de Ciências, a que pertenceu Domingos Vandelli e onde êsses economistas dominaram. Alberto Rangel chama carbonário ao Vandelli que foi genro do Andrada, e em quem entre-tanto qualidades de cientista se apontam fazendo que fôsse êle pessoa distinta nomeada para cargos públicos. Era Vandelli outro homem que não é um carbonário.

Domingos Vandelli: êsse, foi discípulo de Linneu, que o recomendou a Portugal, onde por sua vez viria a ter, como discípulo predileto, a Joaquim Velloso de Miranda.

Foram da Academia de Ciências de Lisboa, Domingos Vandelli e José Bonifácio, no tempo que essa instituição promoveu a publicação dos cinco tomos de *Memórias Econômicas* em que, “para o adiantamento da Agricultura, das Artes e da Indústria portuguesa”, além dêsses dois nomes, “colaboraram, segundo as suas especialidades, sábios como ... Pe. João de Loureiro, Tomás Antônio de Vilanova Portugal, José Bonifácio de Andrada e Silva, o Pe. Estevão Cabral, João da Silva Feijó, Dalla Bella (oleicultura), Vicente Coelho de Seabra, Lacerda Lobo (sal), Botelho de Lacerda (pescarias) etc.” (Caetano Beirão, *D. Maria*, pág. 233).

Na verdade ficam pois identificados nos estudos de natureza econômica, e professam na mesma corrente de pensamento Vandelli, Vilanova Portugal e José Bonifácio. E o nome de Vilanova já aparece ao lado do nome de José Bonifácio. Homens como Vandelli estavam em Portugal chamados para atender ao que era urgente como afastar os danos das enchentes do rio Mondego, impressionantes, temidas em todo país, porque, quando (sabiam disso desde Duarte Nunes Leão, no século XVI)

não defendidos os campos marginaes “por valos que cumpria abrir e reparar todos os anos... deixava de haver pão”, faltando o trigo nas terras alagadas. Eis um rio tormentoso e bravo a ameaçar a nação tôda vez que alteava o seu leito de águas, e fez mudar de sítio o mosteiro de Santa Ana, em Coimbra. (Antônio Sérgio, *História de Portugal*, pág. 66).

Para afastar o país dessas dramáticas condições, eram chamados homens de ciência, então ali reunidos. Domingos Vandelli escreveu a respeito, estêve a estudar com Valliré, o desvio do Mondego, “confiado ao sábio jesuita Estêvão Cabral”, encarregado da “ligação do Tejo ao Salo, projetada por Ratton, em 1790” (Caetano Beirão — *Ob. cit.*, página 136). Problema antigo é êsse das águas em Portugal; e lembra Antônio Sérgio: Já “ocupara os homens de Estado nos reinados de Dom João V e Dom José” (*História de Portugal*, página 65). Ora, eis justamente a época que se prolonga até quando José Bonifácio chegou a Portugal, e que na verdade foi época das coisas portuguesas estudadas com espírito profundo.

Em verdade o velho reino era somente vida agrícola. Estava fadado a ser um país quase que exclusivamente dado à agricultura. A agricultura êle tomava de fato a peito para se refazer das mais angustiosas crises que atravessou: daí a *fisiocracia*, tão apegada à agricultura, ter grande aceitação em Portugal, e todos procurarem nessa doutrina que prega a riqueza provir da terra e ser o que lhe produz a terra (*produit net*) para o mais ser como a consequência do que a terra dá. E' uma doutrina de ganhar o pão de cada dia, em primeiro lugar, e depois cuidar do mais, do supérfluo. Mas era a doutrina da França deca'da do seu mercantilismo, e de Portugal que saíra aniquilado da decadên-



cia econômica com a queda da industrialização do país, que ensaiara Pombal, e desaparecimento da grande navegação portuguesa.

A fisiocracia se ajustava de fato ao quadro econômico de Portugal no momento.

Foi a doutrina que em França se opôs ao mercantilismo em crise diante de um lastimável estado de coisas a que de fato se chegara. Doutrina de oposição ao governo, aos seus ministros, a Colbert, que fôra mercantilista.

Doutrina da moda, sendo uma censura por vêzes petulante, do gôsto da gente fina, gente de sociedade, com pretensão a governo. Fêz ela moda em França!

Finalmente levou Maria Antonieta a ter um *Petit Trianon*, tão pitoresco em que a rainha se tornava guardadora de um pouco gado leiteiro. Em Portugal houve de fato eloqüente interesse pelas idéias dos fisiocratas, a que todos afluiram, principalmente os Tomás António Vilanova Portugal, e os Domingos Vandelli.

Com êstes dois nomes, que se destacaram no país, conviveu José Bonifácio. E Vilanova ver-se-á que influência exerceu no espírito do Andrada.

Os Vandelli se tornaram homens da intimidade de José Bonifácio, que de fato se aliou a êles pelos laços de família, e o Andrada era tão vivo nas suas atitudes intellectuais e tão extremado nas suas convicções, que qualquer aproximação pessoal, com êsse homem irascível embora espirituoso, ou talvez mordaz, representa identidade de vistas, uma vez que qualquer discordância seria um antagonismo. E Domingos Vandelli era pois um fisiocrata de convicção.

Não eram êsses os únicos nomes a atrair a atenção do Andrada. Havia

ainda um outro a respeito de quem ocorreu o seguinte fato:

— Aos 24 de junho de 1818, José Bonifácio, na qualidade de Secretário da Academia de Ciências de Lisboa, participava que: “O Sr. Antônio Caetano do Amaral, a quem tanto deve a nossa literatura, continuou a ilustrar a história de nossa legislação e costumes, em uma V Memória sua, de que leu vários capítulos em nossas sessões particulares”.

Ora quase que não havia historiadores naquela época, e sim muitos filósofos, economistas, fisiocratas, em Portugal. Entretanto se abra uma exceção notável citando a Antônio Caetano do Amaral, a quem João Guilherme Cristiano Müller faz elogiosas referências ao aludir a obra da sua autoria:

V. *Memória para a história da Legislação e Costumes de Portugal*; e dava notícia dela, em 24 de junho de 1812, no discurso pronunciado em Sessão da Academia de Ciências, dizendo:

“À propagação do conhecimento da Literatura Pátria se consagraram as obras seguintes dos nossos consócios ... Um engenhoso quadro histórico filosófico do estado de Portugal nas primeiras épocas da nossa Monarquia desde seu princípio até o Sr. Dom Diniz e dêste até o Sr. Dom João”. (V. *Memória de A. Caetano do Amaral*, Prefácio).

Antônio Caetano do Amaral escreveu pois história, voltando-se de fato para a legislação e costumes de Portugal, e assim êle se referia à questão social tão debatida no momento. Era na verdade uma história como se devia escrever, atendendo à curiosidade dos homens na quella ocasião.

Antônio Caetano não era um nome desconhecido de José Bonifácio: até muito pelo contrário. Era alguém a despertar o interesse do Andrada, que, por sua vez, foi colhêr apontamentos, dados,

refletindo muito acêrca do passado, acêrca de Portugal no passado. Talvez nesse passado encontrasse êle o sentido político do país. Ao mostrar por sua vez especial compreensão da História de Portugal, êle reagiu contra o espírito filosófico universal, da Revolução francesa, e admitiu cada nação, cada povo, tivesse formação própria e destino seu, aproximando-se assim o Andrada daquilo a que se chamou, no estudo do Direito, *escola histórica*.

## V

### A DINASTIA DE BORGONHA

José Bonifácio, sendo um reacionário à Revolução francesa, tem entretanto a idéia precisa de que revolução é crise social e que crises assim são de natureza econômica e pertinentes a cada país, deixando de ser um fenômeno histórico universal. Tem êle convicção de que a época revolucionária em que vivia, era uma fase de crise em Portugal. Daí as suas investigações acêrca da vida de seu povo. Ora, sendo êle um fisiocrata, vê no declínio da agricultura a origem do mal estar da época. Não é pois a usufruição das riquezas, assenhoreadas só por uma classe, que provocava a reivindicação de uma classe contra outra, a luta de classes, o combate da plebe à nobreza. Era a organização da economia social que estava deficiente. Era a nobreza que perdera a noção de sua finalidade social. Era a produção que não estava estimulada : e êsse é outro problema que o Andrada vai resolver, avocando entretanto princípios que não eram já de um fisiocrata, antes até de um mercantilista a quem os fisiocratas se opunham.

O caso é que para estudar (penso eu) a crise econômica de Portugal, êle lhe foi rever a história, insistindo no seu aspecto econômico, se detendo no reinado

de monarca em monarca. Então nos cronistas portuguezes se vê que foi colher o que lhe convinha.

Mas a história de uma nação deve ser precedida do estudo do seu território. E o solo de Portugal fôra rico.

“As minas mais célebres dos romanos, referia José Bonifácio, eram em Portugal. (Havia) as de Valongo no Minho; (as de) Alfarelos, Ancião e Vila Verde, em Trás-os-montes; (as de) Adiça, entre Almada e Cezimbra; a mina de ouro de Grocelas, junto à Vila da Barca. Em 1250 se descobriram minas de ouro perto de Barcelos. Perto de Arganil, se ganhava ouro. (Há) minas de prata : a de Paranhos, a de São Tiago de Copurado, a de Borba, a de Teixede”.

“Gandaia-se ouro na embocadura do Tua”.

“Perto da serra de Alvaiazere, ganhavam ouro os da freguesia de São Sebastião de Tomar e quer Cardoso que, na serra, a estrada subterrânea tope galeria de mina de ouro.”

“Perto de Grandola para o nascente fica a serra de Algarves, que vai findar em Castela Velha... tôda ela está minada por baixo de galerias que se comunicam e recebem alguma luz do outsideiro fendido. Acharam-se moedas e peças ricas; e (ali) existem ruínas de antigos edifícios.”

“Junto a Urros, três léguas de Moncôrvo para o sul, no cimo de um cabeço áspero há muralhas antigas e alicerces de casas. Para o norte, na raiz dos muros e no fundo de uns altos rochedos há uma (passagem) que chamam estrada dos mouros; e tal seja uma antiga mina. Pode ser que seja o Forum.”

“Fonte de ouro em Benevente.”

“No adro da matriz de Beselga, entre Cíneira e Tomar, há uma estrada sub-

terrânea de admirável construção com um cano de telhões.”

“No termo do Alandroal há sinais certos de minas. No cabo de São Vicente há uma furna que terá uma legua, na qual se acham pedras preciosas, que aproveitam, e vêem a procurar os estrangeiros.” (J.B.)

Ora, nas terras de Portugal muito se viveu à cata de ouro e isso desde tempos remotos, o que entretanto não deixou de influir na formação da alma portuguesa. A vida erradia atrás do metal precioso, o hábito da gandaia, isto é, investigação do que é precioso em terreno baldio, formou um povo à parte. Levando em conta êsse modo de viver, José Bonifácio anotou que “os castelhanos atribuem a grosseira pronunciação dos nossos vocábulo a que os portugueses era gente montesinha que habitava apartada do comércio quotidiano dos irmãos que navegavam pelo Mediterrâneo. — Atribuem a dificuldade de pronunciarem os estrangeiros a nossa língua pelos muitos ditongos, que exigem uma pronúncia sutil e delgada.”

Mas Portugal insiste em ser monarquia, distinta e independente. Sempre se impôs o poder do rei português, que tomou logo verdadeira expressão de soberania. Imposição rude foi essa do próprio rei em se considerar soberano, então envolto na política que êle fazia ora com o clero, ora com a nobreza, ora com o povo, ora com o Papa.

Mas atrás dessa preocupação de poder, havia uma sugestão, uma convicção de êxito, de prestígio, que era como que uma herança.

Donde vinha a dinastia de Borgonha, em Portugal?

“Da solidão de um mosteiro (escreve Alexandre Herculano) situado na Borgonha, um velho monge influiu então nos negócios mais graves da Europa. Cluni era êsse mosteiro; Hugo êsse monge.

Durante sessenta anos, Hugo rege-a aquêlê célebre cenóbio, cujos chefes chegaram... a considerarem-se como papas do monaquismo, intitulado-se *abades dos abades*.”

Por sua vez o ducado de Borgonha, estando na França, era êle, sozinho, mais que o resto de toda a França, a quem pertencia e com quem rivalizava, para Luís XI ter que se salvar da competição com o duque de Borgonha.

Mas aquêlê solitário mosteiro beneditino estava entretanto muito bem situado. Ficara no curso de uma civilização, na época, incomparável, e que se desenvolveu completamente com as riquezas do comércio a entrar pelo Ródano vindo do Mediterrâneo, e a descer pelo Reno indo para o Mar do Norte, mas dessa maneira a atravessar a Europa. Tudo ia por aquêlê caminho. Daí a intensificação da vida social, da cultura, das artes, e o apuro até mesmo do espírito político e religioso, que dêsse convento de Cluni se projetou por toda parte, até mesmo em Roma para que “Gregório VII. pontífice a quem fôsse qual fôsse a sua índole, se não pode negar o título de grande”, viesse “depositar as próprias maguas e esperanças”, em segredo, junto a Hugo, quem “lançou os fundamentos dêste poder e grandeza”. (*História de Portugal*, vol. II, págs. 28 e 29).

Política e religião se apuravam em Borgonha. Urbano II, papa, foi “monge e discípulo” do mosteiro de Cluni. E os condes Raimundo e Henrique de Borgonha eram parentes daquêlê velho monge, que “influiu nos negócios mais graves da Europa”. Sob essa influência, êles dois saíram da Borgonha para se casarem, na península Ibérica, com as filhas de “Afonso IV, possuidor de mais importantes domínios que outro qualquer conde da monarquia leonesa”. Úr-raca, “filha primogênita e legítima” desposou o conde Raimundo, e D. Teresa



(Tareja), filha natural do mesmo Afonso IV, se casou com o conde Henrique, descendendo dêste casal a dinastia de Borgonha.

A Borgonha era um lugar excepcional no mundo daquela época para que todos nela fitassem os olhos. E os que vinham dali, tinham confiança em si por serem donde eram. Isto aconteceu de certo com os vultos da dinastia de Borgonha, primeiros reis de Portugal.

José Bonifácio, a respeito do primeiro rei português, aquêlê que se deu o título de rei e que era homem excepcional, recolhe o seguinte comentário de “um autor anônimo natural de Portalegre sobre os reis de Portugal”:

— “Está pela prisão da mãe de Afonso Henriques e a história de legado do Papa que fugiu, depois, do reino, e foi por el-rei apanhado (num) vimeiro.”

De fato política hábil, mas rústica. De tôdas as violências.

O Andrada encontrara pois uma frase de aprovação ao que fizera o rei. Guardou-a reconhecendo certa significação nela.

A verdade é que D. Teresa, quando viúva, não pôde fazer a política necessária para fazer de Portugal um reino. Era preciso uma ação de reis guerreiros, homens em armas; e ela era u'a mulher.

Caminhando entretanto a esgotar todos os seus recursos, em Portugal, em situação transitória de condado para reino, enleiou-se D. Teresa na situação política complexa em que acabava se unindo a quem fôra até ela com interêsse político adverso a Portugal.

D. Teresa, para ser rainha, só não pôde manejar a rebelião, o que fêz o seu filho. Sabia-se do rompimento entre êle e ela. Dom Afonso Henriques se insurge contra a mãe e contra a política em que ela acabou envolvida.

Eis Dom Afonso Henriques vassalo do Papa. A vassalagem nesse caso era a independência de Portugal. Mas se fizera vassalo querendo ao mesmo tempo o Legado do Papa se submetesse à sua vontade de rei, a única vontade que êle queria que valesse...

Uma aliança com quem estivesse além da península Ibérica, é da história de Portugal em quase todos os tempos. Assim uma vassalagem ao Papa, para se tornar mais forte em face dos vizinhos. Arrôjo político dentro da península Ibérica, e clara visão das questões internacionais, teve o filho de D. Teresa. Isto define o homem. Notas a respeito do modo de ser êsse rei criador do reino de Portugal, é que recolheu José Bonifácio.

Dom Afonso Henriques de fato concedeu a Guilherme de Cornes as terras de Autoguia para serem colonizadas por franceses e galegos: ora isto quer dizer que a questão social de colonização cedo fôra posta pelos reis portugueses.

José Bonifácio o aplaudiria por certo como aplaudiu a idéia de virem chins para o Brasil: “Nada mais útil, dizia êle, que fazer vir de Macau colônias de chineses industriais que nos trariam as artes da China, pois que o Brasil apresenta clima e produções muito análogos aos da China.” (J.B.)

A sua preocupação, o seu programa social, era industrializar o país; sim, mas conjuntamente com o desenvolvimento da agricultura, como queriam os fisiocratas.

Porque a industrialização, principalmente, fôra programa de Pombal; e o Andrada combateu o pombalismo.

A Fisiocracia era precisamente o contrário: a agricultura como principal e a indústria como acessório.

A Dom Afonso Henriques sucedeu Dom Sancho I, e a nota que José Bonifácio colheu a seu respeito é a seguinte:

— “Houve em Portugal juntamente guerras, pestes, fomes, mortes subtâneas. Muitos lugares se despovoaram. Na terra de Braga (como em outras) a gente comia as hervas do campo e o gomo das videiras. Apareceram graves sinais no céu. O Reino esteve em interdito um ano e um mês. (Entretanto) com tôdas estas adversidades juntou este rei grande cópia de dinheiro para a pouca renda que naquele tempo os reis tinham. Deu de esmolas em seu testamento 663.000 maravedis de ouro, e cada maravedi valia um cruzado dagora e 1.400 maravedis de prata. Ao infante Dom Afonso deu 200.000 maravedis para seu estado; e a cada um dos filhos legítimos 10.000; e a cada filha legítima 10.250 marcos de prata; e a cada filho bastardo 8.000; e a cada filha bastarda 7.000. E, do sobejo, que eram 128.000 maravedis, deixou ao templo de Jerusalém, 10.000; e aos hospitais do mesmo templo, que é a ordem de São João (outros) 10.000. E à Santa Cruz de Coimbra, 10.000 marcos de prata e uma copa grande de ouro para um cálice e cruz. E para se fazer a ponte de Coimbra: 10.000. E outros 10.000 à Gafaria da mesma cidade. E ao mosteiro de Mocamba 50.000. E a outro mosteiro da mesma ordem 10.000. E para resgatar cativos 15.000. E 5.000 para restituições por que era obrigado. Deixou por seu testamenteiro ao Papa Inocêncio III, e dotou-lhe 100 marcos de prata. E 73.000 maravedis que ficaram, mandou distribuir por muitos mosteiros e igrejas.”

“E seus conselheiros (foram) mal inclinados. Padeceu o reino grandes desventuras causadas pelos seus próprios que matavam os homens, forçavam as mulheres, tomavam as fazendas principalmente às pessoas eclesiásticas, sem el-rei dar a tantos males remédios.”

E’ um rei que recebe uma herança: haveres e obrigações passivas contraídas, uma uníversalidade. Mas presta êle contas que não prestou quem tinha deixado essa herança, e tinha de pagar com o que recebeu. Afonso Henrique devera e não pagara, rixento que era. “A discórdia reacende-se dentro de pouco e só termina pela intervenção do Papa ao qual, entre diversos incidentes bastante vivos, Dom Sancho tem de pagar... parte do censo em atraso, prometido pôr seu país”. Sim, neste particular, como rei, nada mais era que um herdeiro.

Conflitos com o bispo do Pôrto... e com o de Coimbra. “Deixa-se o soberano arrastar a violências desmedidas”, encontrando apóio “sintomático... na burguesia e na gente humilde revoltada contra certos abusos dos prelados. Inocêncio III... repreende-o àsperamente. Dom Sancho vem a falecer... — reconciliado e contrito”. (Ameal, *História de Portugal*, págs. 75 e 76).

Daí aquêles 100 marcos de prata destinados a Inocêncio III, indicado para seu testamenteiro.

E as desordens do seu reinado? E o apoio sintomático que encontrou na burguesia a se levantar contra os clérigos?

Mas tudo isso corria por conta da transformação social com o aparecimento de uma classe nova que se fazia levar em conta: o reino entrou em transformação social, ou começou a se formar.

Dom Sancho ia arrastado nela, sem enfrentar os homeñs. Contudo era quem sãbiamente incrementara a agricultura povoando o país, erigindo conselhos, fundando aldeias e vilas, atraindo colonos. Um rei cuidadoso, e a quem não faltava rusticidade em um tempo ainda rústico. A quem o Andrada não lastima, e a quem não critica, falando em suas falhas sem acrimônia. O Andrada revia a História de Portugal para profligar o aban-

dono do campo : ora Sancho I cuidou pois do cultivo do campo...

Depois de Sancho I, Afonso II.

De Afonso II, dizem os historiadores modernos :

“Nos primeiros dois reinados, os negócios públicos eram decididos na *Cúria* ou *Conselhos dos Prelados* e Grandes do Reino, designados por *Palatii Majores* (como os *Maires du Palais* dos Reis Merovingios da França), e também por *Próceres*, *Barões* e *Ricos-Homens*. Dom Afonso II, porém, substituiu essa *Cúria* pelas *Côrtes Gerais*, também designados nos documentos coevos por *Conselho Geral* e *Parlamento*, *Côrtes* para as quais convocou, além da Nobreza, e do Alto Clero, dois *homens bons*, representantes do povo das principais cidades ou vilas. Esta composição das *Côrtes* foi mantida nos reinados seguintes, durante os séculos em que subsistiu a limitação do poder real pelos três Estados da Nação.”

.....

“E’ com o apóio do braço popular que Dom Afonso II fêz votar, nas famosas *Côrtes* de Coimbra de 1211, se não as primeiras, pelo menos as mais importantes *Leis Gerais*, a exemplo de algumas já decretadas nos dois reinados precedentes, leis em que foram restringidos os poderes dos Nobres e do Clero. Assim restabeleceu-se : a) que em todo o reino houvesse juizes independentes, da eleição popular ou nomeação régia, e não da escolha dos nobres e poderosos ; b) que a Nobreza não tivesse privilégio algum nos seus contratos ; c) que fôsem reprimidas as vinganças particulares ; d) que o Clero e as Ordens Religiosas não pudessem, de futuro, adquirir bens de raiz.” (*A Constituição Jurídica de Portugal*, 1140-1940, págs. 11 e 12).

Lembra Antônio Caetano do Amaral que no comêço da monarquia portuguesa “não houve compilação ou Código de

Leis... empregando-se os primeiros príncipes dêste novo Estado independente no exercício da guerra”. O Estado se subordinava a organização militar ; era uma organização militar. “Para a árdua empresa... de expulsar... os Sarracenos, necessitavam de grandes homens da Raça Lusitano-Gótica, que então êstes se conservavam, em guerra, repartissem o comando das tropas : era de justiça recompensá-los ; e era do interesse do Estado conservá-los em autoridade capaz de conter ainda na paz homens afeitos a guerra, e que vivendo mui distantes do supremo imperante, só viam acima de si os immediatos comandantes”. (Ant. C. do Amaral, V. *Memória*, pág. 129). Daí o poder dêsses chefes militares, que eram a nobreza. Com o tempo, e a formação social do país, é que o rei conseguiu, apoiado no povo, restringir “êsse poder. Só depois disso, as leis gerais”.

A referência de José Bonifácio a Dom Afonso II, que fêz passar leis gerais e criou juizes de nomeação régia, está no escrito que deixou com o título — *Notas sobre os Forais e o Direito Civil*.

Para Dom Afonso II, chama a atenção Antônio Caetano do Amaral, historiador tão do conhecimento de José Bonifácio, e diz aquêlê : “Chegou tempo de se promulgarem leis gerais para todo o Reino : nelas mostrou logo o legislador esta contemplação com as pessoas, e casas destinadas ao culto divino. Foi êste legislador, Dom Afonso II, que começou as primeiras leis gerais... (*Ob. cit.*, páginas 56 e 58).

A compilação de leis portuguezas, que afinal vieram ser as Ordenações, é muito mais um estatuto de direito público em que se regulam os direitos da Igreja, a situação dela no Estado, a organização judiciária do que propriamente uma lei civil, regendo então essa vida civil, o Direito romano. Legislou-se mostrando



contemplação com as “casas destinadas ao culto divino”, solucionando-se a questão da Igreja no Estado.

Mas José Bonifácio, comentando o Direito português, e fazendo nesse comentário surgir o rei Afonso II, se aprofunda na apreciação dos forais.

— “Foi uma felicidade, para os nossos mestiços e vilões (êle escreve) que no princípio da Monarquia houvesse Mouros; porque era político dar aos primeiros melhor condição que aos segundos, demais a religião exigia que um cristão ainda da ínfima classe fôsse mais favorecido que um mouro escravo.”

“O que também concorreu para melhorar a sorte dos vilões foram os forais que se deram a gente de fora que vinham povoar as terras; concorreram muito as albergarias e os hospitais do Reino, que o Clero tinha debaixo da sua vigia... vid. *Cód. Afons.* 1, 4, 62, 8, 111 — os privilégios dos viúvos, órfãos e pessoas miseráveis. *Id. lib.* 1, 4, 9, 6, 211.”

“Talvez a relação do distrito feudal quanto à gleba em Portugal e a lei do Sr. Dom Afonso II, que outorgava a qualquer filha ou tomar o Senhor que quisesse, foi causa da diminuição da Agricultura dos campos e do aumento dos vadios e mendigos que aliás achavam curativos gratis nos hospitais.”

“Enquanto os portos de Lisboa e Pôrto derem entrada livre e sem direitos a todo o grão de fora... e enquanto não se aliviarem de impostos as terras fracas que só dêsse modo poderão dar trigo ao lavrador sem que êste se arruine... nunca em Portugal haverá pão de sobejo ou florescerá a agricultura.”

“E’ gratuito o que dizem os portugueses, que o reino era mais povoado e produzia pão de sobejo : que se exportava trigo para fora, que é o reino muito fértil, etc., etc.”

“E’ coisa singular que a nação portugêsa queira tudo o que tem as outras fazendo o avesso do que elas fazem...”

“Para estarmos melhor não há outro remédio do que seguir princípios contrários aos que há 700 anos nos têm empobrecido e arruinado.”

“Concorreu para melhorar a sorte dos vilões e lhes dar situação, o Direito foraleiro; favoreceram muito a gente de fora que vinha povoar as terras, as albergarias, etc.” (J.B.)

Mas o Direito consolidado, que se instituiu depois, e o Direito Canônico, continua anotando-os o Andrada : “fizeram que os legistas e economistas se reputassem sábios e, como dêles saíam os desembargadores, êstes (segundo máximas erradas de Economia Política) fizeram um monopólio horrível de privilégios e emprêsas, com que o Reino se perdeu. Daqui a ruína do govêrno municipal pela introdução de juizes de fora; daqui a confusão dos ramos administrativos e de Fazenda e Economia, com os forenses. Daqui a multidão de juristas e canoristas nos Estados quando os das outras faculdades, apesar de... reformas sucessivas da Universidade, foram e vão cada vez mais definhando; daqui os privilégios e jurisdição abusiva dos prelados e suas justiças; daqui o Reino não pensar senão em demandas e trapaças, etc. etc.”

“Os régulos e facinoras que vexam os povos, apesar dos juizes de Fora e dos carregadores, são os mesmos” de sempre, e os “processos são avelhacados e longuíssimos e o castigo incerto, ou muito demorado.”

“Sem liberdade e grande fomento, não pode prosperar nossa decadente agricultura, logo deitar por terra tôdas as más leis que se oponham a êstes fins.”

Três pontos se devem assinalar no texto acima, e todos três dizem muito a

respeito das convicções do Andrada em relação ao Direito.

O primeiro : aquêlê em que encarrega a condição de vida dos vilões e mestiços em face dos mouros : o que é do Direito medieval, a apreciar os grupos sociais, cada um distintamente, e a aferir direitos a êles;

— o segundo : aquêlê em que afirma — “o que também concorreu para melhorar a sorte dos vilões foram os forais que se deram a gente de fora que vinha povoar as terras”; e êsse povoamento, para um fisiocrata, é a grande política econômica de intensificar a produção;

— e finalmente, o terceiro : aquêlê em que critica a ruína do regime municipal pela introdução dos juizes de fora, estranhos à localidade, e que acarretou a estagnação da vida jurídica do povo, entravado, com isso, no seu desenvolvimento social.

A preocupação do Andrada com a vida local (êle o autor do Conselho dos Procuradores das Províncias e adversário da Constituinte, quando quis organizar o Estado brasileiro) é pois a de sempre. Aliás, é idéia da *escola histórica* : um Direito local, em que o Andrada está muito empenhado.

Ora, diz Geny, que o triunfo da Escola Histórica remonta a 1820, e aos anos que lhe seguem.

Como que amanheceu pois o Andrada nessa corrente de pensamento, atendendo-se mesmo à sua maneira de pensar por ocasião da independência do Brasil, em 1822.

Mas esta *escola histórica*, que é uma reação à filosofia do Direito da revolução francesa, já era uma orientação de pensamento, havia muito que esboçada em Portugal, onde o Andrada formou o espírito.

São “seis volumes (diz Antônio Ferrão) das *Historiae* e das *Institutiones*

de Pascoal José de Melo Freire — essa grande figura da ciência portugêsa”, é “com Caetano do Amaral e José Anastácio Figueiredo, o criador da escola histórica do direito pátrio, bastantes anos antes de Frederico Carlos Savigny — o famoso discípulo de Weiss”. (A Academia de Ciências de Lisboa. Discurso de apresentação proferido na sessão da 2.<sup>a</sup> classe em 14 de abril de 1921. Págs. 41 e 42).

Sancho II. Primeiro expulsou os mouros do Alentejo e conquistou-lhes parte do Algarve, mas depois não pôde governar o reino, nem manter as conquistas. “Houve em seu tempo, diz José Bonifácio, grande dissolução na justiça, por Dom Sancho ser fraco, e seus conselheiros mal inclinados. Padeceu o reino grandes desventuras causadas pelos seus próprios, que matavam os homens, forçavam as mulheres, tomavam as fazendas principalmente às pessoas eclesiásticas sem el-rei dar a tantos males remédio. Desordem insopitável. Repete-se neste reinado o que acontecera no reinado de Sancho I. Porém o clero reage, tomando partido político na conspiração que o príncipe Afonso e nobres exilados na Corte de França, cada qual com interesse próprio, fermentava contra o rei já fraco nos transtornos trazidos com a transformação social e o advento de uma nova classe. Perdeu Sancho II o trono. Dêsse trono se apodera o seu irmão, Afonso III, a favor de quem todos acudiram: clero e nobres exilados. O fato é que o clero reagiu contra o que Sancho II quis fazer cedo de mais. A verdade é que o poder que êste rei não pôde exercer, o exerceu seu irmão Afonso III, e contra o clero e contra os nobres, voltando-se pois para a burguesia.

Por isso é que disse o Andrada : “padeceu o reino grandes desventuras causadas pelos seus próprios”.

Por fim o depuseram a nobreza e o clero, que entregaram o governo do país a seu irmão Dom Afonso III.

Foi então em França, na Côte de São Luís que se refugiaram as principais famílias dos fidalgos portugueses por terem conspirado contra Dom Sancho II, ou por já se terem oposta aos reis de Portugal, desde o reinado de Dom Afonso II. Sim, começara o vaivém da intriga da fidalguia no paço. Dom Afonso III sobe ao poder uma vez que teve partidários nessa intriga. Levam-no ao trono conspiradores. Usurpa o poder a quem reinava mas, sem poder tomar pé nessa luta infundável, acabou a fidalguia por se enfraquecer.

Dom Afonso III é o quinto rei de Portugal. O país já atravessara a infância melindrosa (considera Alexandre Herculano) e tinha “obtido o seu completo desenvolvimento territorial”, logo, “se pode considerar como que chegado à idade viril”. A ação dos primeiros reis fôra antes a bravura pessoal. O rei é administrador, é político; o povo é governado e dirigido na empresa que a nação abraça.

De Afonso III se diz então que foi prudente e hábil, reunindo em Leiria as cortes, a que compareceram pela primeira vez os representantes do povo, de quem já se valeram os reis antecessores para lutarem com a nobreza.

E' no feito de Afonso III expulsar definitivamente os mouros de Portugal, terminando com a ação militar no reino e na política econômica dêsse rei, que fala José Bonifácio dizendo: “Depois que el-rei Dom Afonso III lançou os mouros fora do Algarve, e ficou a terra com alguns poucos moradores, os milaneses, achando que os mares da baía de Lagos podiam dar muitas conveniências pela grande quantidade de local que nela havia, escolheram esta terra para sua ha-

bitação, fabricando casas para residirem nos meses que estivessem nas pescarias. E foi isto de sorte que nela, por sua fama, acudiram muitos educadores de lavras, e oficiais que el-rei mandou para cobrança dos seus direitos. Principiaram com a pescaria do coral; logo depois com a das baleias (também invenção dos milaneses no tempo de el-rei Dom Dinis); e no tempo do mesmo rei inventaram os mesmos milaneses a pescaria dos atuns, que rendia ao rei, nos primeiros anos, só de direitos setenta e oitenta contos”.

Eis assinalada a afluência de gente da Itália para Portugal: sabe-se o que com ela veio. Do Mediterrâneo ela passa ao Atlântico para navegar.

Acêrca do caráter de Afonso III, das suas particularidades, José Bonifácio colheu algumas notas aliás elucidativas da sua conduta:

— “Teve um filho da condessa de Bolonha, o qual jaz em São Domingos de Lisboa. O reino estêve interdito doze anos, a cabo dos quais morreu a condessa.”

E isso diz bem do temperamento do homem pouco amigo da austeridade de costumes, mas pronto para responder “a um seu privado (que indagara) porque se deixava estar excomungado tantos anos — que para acrescentar a Portugal um palmo estaria excomungado tôda a vida”.

Mostrava rebeldia e tergiversação ao responder assim, pois aceitara a proteção do Papa a fim de depor a seu irmão Sancho II, e com o mesmo desembaraço, depois de servido, aceitara a excomunhão.

Ora, que trazem para Portugal aqueles que estiveram refugiados em França e voltam ao país, com Afonso III? A arte poética francesa, a arte de versejar, à maneira provençal: Gente requintada!

E' Dom João III, o rei dessa gente, um espírito elegante de homem da corte e boa sociedade. Viajado, ousado sem



preconceitos, ótimo para se entender com uma nobreza que nada mais tem a fazer que conspirar. E' pronto em prometer, em insinuar.

De fato êle fez o que Sancho II não pudera fazer de modo definitivo. E homem de espírito, ainda mais consegue.

Depois de Afonso III, vem Dom Dinis. O bom Dom Dinis. O qualificativo vai bem com a satisfação existente em um reinado em que a inteligência passa a ser cultivada. Como que se comprazem com essa cultura, e o reinado como que se torna nesse comprazimento. Uma política mais de ostentação que propriamente de ação. Vem a ter grande expressão "uma espécie de assembléa consultiva que informa, esclarece, e, por vêzes, mesmo procura suggestionar o soberano, de acôrdo com as necessidades ou aspiração das diversas entidades que nela tomam parte. No comêço, porém, tal assembléa — entre nós, intitulada de preferência, Cúria ou *Côrtes* — compõe-se exclusivamente dos membros da família real, bispos, abades de certos mosteiros, mestres de algumas Ordens e fidalgos da maior nobreza" (Ameal — *História de Portugal*, pág. 101). Já um rei que não é mais rei itinerante, guerreiro firme na sela da sua montaria. Mas o rei é o paço. A *Côrte*. A centralização do país nessa *côrte*, e devemos compreender a palavra centralização, nesse caso, como a vinda, a integração, dos elementos sociais no Estado português, na monarquia.

Da política que se fazia então, é que José Bonifácio colhe uma frase característica a respeito de Dom Dinis:

A "magnificência" do rei "foi ser árbitro entre Castela e Aragão".

De fato era Dom Dinis o filho de um rei meticuloso, hábil, sagaz e desembaraçado na ação. Ao filho quis êsse pai

dar uma educação esmerada, para que se diga hoje:

— "Com dezoito anos incompletos, Dom Dinis possui já uma formação excepcional. Os seus preceptores são portugueses da melhor têmpera: Lourenço Gonçalves Magro, íntegro como o seu trisavô Egas Moniz, e Nuno Martins de Chachim. Ambos lhe inculcem a clara noção dos seus altos deveres, o culto da lealdade e da justiça, o amor profundo e esclarecido da pátria". (Ameal — *História de Portugal*, pág. 113).

Desde que êsse rei sobe ao trono, é que o historiador começa a dizer que "consolida-se um reino".

Depois Afonso IV e Pedro I, de Portugal.

Afonso IV e Pedro I, reis administradores, mas então rústicos. A nobreza como que decai para ceder lugar ao povo da navegação. Portugal, contudo, vai tornar-se um país da Renascença.

Mas anota o Andrade:

— Dom Afonso IV (diz Mickle) foi filho desobediente, irmão desnaturado e pai cruel; mas grande guerreiro, diligente e executor das leis, e um político maquiavélico."

Com êle, parece que se volta atrás na civilização. Meio feudal.

Ameal escreve que, "abalado por desgostos tão amargos, ferido de morte pela ingratidão do filho, Dom Dinis não pôde resistir muito tempo. Alguns meses mais, e o trono pertence a Dom Afonso — que com tal impaciência o deseja". (*Ob. cit.*, pág. 122).

De fato é que êsse quarto Afonso, quando ainda vivo o pai, enciumara-se com um "Afonso Sanchos, o bastardo, a quem Dom Dinis tanto quer, persuadido de que o soberano pensa em deixá-lo por herdeiro, — levanta-se, com a sua gente (em que figuram, por vêzes, autênticos bandidos) e acende a discórdia amada." (Ameal — *Ob. cit.*, pág. 122).

Este o ocaso do reino de Dom Dinis. E êsse o desensofrimento do filho. Mas sabe êle o que quer. Depois então Dom Pedro, de quem diz o autor citado pelo Andrada :

—“Espalhou idéias de equidade e boas artes, e adoptou o refreio à barbaridade dos costumes feudais, e Portugal começou a conhecer melhor a política das sociedades. Êste homem pasmoso mostrou que podia ser poeta, amar a dança e a música, e ser justiceiro e grande monarca, como em nossos dias o temos visto em Frederico II, da Prússia”.

De fato é preciso ter conhecido bem êste rei para dizer que espalhou boas idéias.

Pasmoso : homem pasmoso !

Entrou em contato com a plebe, contato direto (o que modifica o aspecto vindo do reino de Dom Dinis), e tem diante de si a plebe a tomar vulto, embora êle rei pareça conservar o espírito formado na tradição dos reis primitivos.

Homem de gigantesca estatura medieval, por vêzes animado de uma atividade surpreendente de semilouco, faz que se pare no curso da história para se dar mais atenção ao vulto estranho.

Sim, meio revivescência de uma tradição que se apagara e meio expressão contemporânea quando se vê êsse rei, face a face com o povo. Êle ganha então um extraordinário prestígio, efêmero pela bizarrice em que se traduz, e por ser uma imposição que passa na História com o homem que a trouxe consigo e não na transmitiu a sua descendência, e à realza :

*Do justo e duro Pedro nasce o brando  
remisso e sem cuidado algum Fernando*

Dêsse Pedro, o Cru, que teve amôres por D. Inês, José Bonifácio não cogita do episódio romântico de sua vida. Quer saber do rei :

— El-rei Dom Pedro I era muito liberal e nobre de coração, mandava lavar cada um ano 100 marcos de prata em peças para dar de janeiros. Quando criou o primeiro conde de Barcelos mandou lavar, em tochas, 600 arrôbas de cêra, de que se fizeram 5.000 tochas. E, velando o novo conde suas armas em São Domingos, dali até os paços, que eram no Limoeiro, estiveram toda noite homens com tochas acesas, por entre os quais el-rei com muitos fidalgos andava dansando. À porta de São Domingos estavam tendas armadas com muito pão, carne, e vinho, onde ia comer quem queria. Vindo êste rei um dia de Almada em um batel saíram da cidade a recebê-lo com dansas, e festas, e êle saindo do batel se meteu na dança, e foi dansando até os paços. Uma noite não podendo dormir, se levantou da cama, e com os de sua casa se foi dansar pela cidade, toda gente louvava a humanidade. Era afeiçoado a trombetas de prata, e a êsse som fazia suas dansas.

De fato Dom Pedro era paternal.

Porém essa sua convivência com o povo (velho costume dos reis portugueses) chegava talvez ao extremo, ao paroxismo. O rei já arrasta a plebe nas suas esquesitices e arrebatamento, leva-a consigo nas suas estranhezas de temperamento. Sua figura de monarca começa então a se destacar pelas suas maneiras rústicas e estranhas. E' imperiosa. Cheia de caprichos e humores, e domina, única, a multidão.

Dentro em breve os reis se afastarão mais do povo, não se imiscuirão tanto com êle, e não mais virão tomar parte pessoalmente na vida da gente simples ou não farão que ela tome parte na vida íntima de seu rei. Dom Pedro significa o apogeu e também a decadência de uma época, êsse ponto sumo em que as duas coisas se confundem, e em que rei e povo se irmanam nos mesmos costumes,

nas mesmas folganças, nas mesmas festividades, e nas mesmas dores, familiarmente, sem encontrarem entre si uma separação. O estapafúrdio dos atos de Dom Pedro através dessas festas é que mostra a caduquice dos costumes, é já o encerramento de uma fase histórica pode-se dizer que sem mais razão de se prolongar.

Entretanto os costumes simples dos primeiros reis portugueses, é que Dom Pedro resurge para reanimá-los serôdiamente, e desatinadamente. São costumes na sua doideira final e extemporaneidade com que se impressionam todos os historiadores do mundo, fazendo dêles falar Michelet :

— “E’ trivial que, no XIV século, a dança se tornasse em muitos países, involuntária e chegasse a mania. A crônica portuguesa nos ensina que o rei Dom Pedro no seu terrível luto por Dona Inês, nojo que guardou até a morte, sentia uma estranha fascinação pelo dança, e pela música. Queria apenas duas coisas, os suplicios e os concertos. E êsses tinham de ser ensurdecedores, fortes, e com instrumentos metálicos, cujo timbre agudo prevalecesse tirânicamente acima dos demais sons, fazendo calar as vozes íntimas da alma, e excitando o corpo, como se tomado de movimento automático. Possuía, especialmente feitas para um tal uso, longas trombetas de prata. Às vêzes quando tinha insônias, tomava-as e ia, no meio de tochas, a dançar pelas ruas; o povo então se acordava, e, ou fôsse por compaixão, ou fôsse por temperamento meridional, punha-se a dançar em multidão, todos juntos, rei e povo, até que se saciassem, e a madrugada levasse a Dom Pedro fatigado ao palácio.”

A dinastia de Borgonha, de que Dom Pedro é o penúltimo rei, foi quase toda assim, isto é, quase todo viveu na intimidade do povo. A dinastia de Avis,

que virá depois já é de reis que fazem a política da plebe, mas com ela não convivem. Encarna novas diretrizes do Estado português, questões que arrastam multidão. Segue a projeção de Portugal nos mares, a competir com as outras nações. E não é mais aquela gente prêsá à terra. Os seus feitos estão em uma esfera muito acima da vida do povo, e se destacam na história através da política universal. Portugal deixa de ser o bom e pequeno povo para se tornar uma nação com a sua grande missão no universo. E’ a gente portuguesa de Camões; não é mais a plebe de Fernão Lopes.

Dom Fernando. E’ o último rei da casa d’e Borgonha. Aquêlê que se apaixonou por Leonor Teles e a respeito de quem José Bonifácio conservou entre suas notas copiadas do livro de autor “anônimo” natural de Portalegre o seguinte trecho, que reabilita rei tão acusado:

— “Sabendo a cidade de Lisboa êsse casamento (de Dom Fernando) com Dona Leonor Teles, casada com Lourenço da Cunha, amotinou-se e foram aos Paços 300 homens armados cuja cabeça era um Fernão Vaz, homem discreto. El-rei não quis falar, mandou-lhe dizer que ao outro dia lhe falaria em São Francisco, e indo a gente lá esperá-lo, el-rei, se foi de Lisboa para o Pôrto, e ia dizendo pelo caminho:

— Vistes aquêles vilões tredos, como vinham armados, certo prender-me queriam! — Era el-rei Dom Fernando, português só no nome, porque era mui covarde, e guardava mui mal sua palavra. Mas estas fases (com Castela) duraram pouco tempo por ser el-rei Dom Fernando de pouca fé e muito mandado pelo conde de Barcelos, que era muito ruim cavalheiro, e el-rei pior. Para o que (para fazer guerra a Castela) fêz vir ao Reino o conde de Cambridge, filho de el-rei Dom Duarte, o velho, da Ingla-



terra (Eduardo III), e outros muitos senhores com suas mulheres, de que o Reino recebeu muita opressão, e mui pouca ajuda.” (J. B.)

Entretanto em que falava o fraco rei? Da navegação do oceano, navegação que foi uma glória. Ele contribui para ela.

Contou José Bonifácio: — “Dom Fernando mostrava um mapa que se achava no cartório de Alcobaça que havia mais de 120 anos, que era feito, o qual tinha tôda a navegação da Índia com o cabo da Boa Esperança, como os dagoia; se assim é isto, já em tempo passado era tanto ou mais descoberto.” Esta era a sua preocupação, o seu fascínio de rei.

De algum modo êsse rei tinha certo interesse nos mares, até mesmo naquela navegação de pescadores, navegação da gente das póvoas marinhas.

“Dom Fernando, conferenciando a frei Estevão Gonçalves, mestre da Ordem de São Santiago”, anota o Andrada que ele firmou “certa composição, que fêz a Ordem com a coroa, sôbre os dízimos do peixe e mercadores, que entram pelo rio Alacer em Cezimbre, Almada, e Palmela. Diz na carta: — E se porventura alguma baleia ou baleate, ou sereia, se tomarem em Gines ou Cezimbre, haverá também el-rei seu direito”. Sim, a sua parte, o seu rédito, a sua renda. Interesse pessoal! Ele não era só êsse interesse.

E que fêz Dom Fernando para que Portugal algum dia viesse ter nas mãos a navegação do mundo?

Mas, dêsse rei desmoralizado em amôres, e preocupado com a navegação, dirá Oliveira Martins:

“A história... diz-nos pois... várias verdades. Diz-nos que à sombra de fôrças navais criamos o comércio marítimo com o Oriente. Diz-nos que, arruinado êle, achamos no *sistema mercantil* pomalino e no Brasil novas fontes de prosperidades. Diz-nos finalmente que a In-

dia e o Brasil nos vieram das viagens e descobertas do século XV, e que essas viagens só foram possíveis porque a primeira dinastia, e especialmente o govêrno de el-rei Dom Fernando, tinham criado uma marinha à sombra de uma legislação sábia.” (*Portugal nos mares*, pág. 50).

Contudo, a navegação que Dom Fernando incrementou, era estimulada (e isso então diria José Bonifácio) com critério e de acôrdo com os princípios de economia política, uma vez que ela se desenvolveu à custa da iniciativa particular.

A verdade é que êste rei não procurava torná-la numa empresa de Estado, empresa essa que frustraria as condições econômicas naturais para a prosperidade.

As empresas têm boa expressão econômica quando se equilibram mantidas pela iniciativa particular. Ora José Bonifácio insiste nesta iniciativa, que sempre leva êle em conta em tôdas as suas concepções de organização social.

José Bonifácio, assim, já discute o problema que interessa Portugal, os seus economistas, escritores e até poetas. Discute que critério admitir o país, posto na encruzilhada de dois destinos: um no sentido da economia agrária interna (e afinal essa economia agrária é para o fisiocrata o ponto de partida); e o outro que seria os feitos da navegação, perspectiva aberta na competição universal dos povos a se lançarem, da Europa, em um “novo-mundo” encontrado entre os oceanos.

De fato, êste destino lançou para sempre o nome de Portugal na História, a fim de que ainda hoje venha dizer o poeta francês Valéry: “Vemos, através das névoas da história, os fantasmas de imensos navios que vinham carregados de riquezas e a revelarem gênio humano.” (Apud René Gonnard, *La Conquête Portugaise*).

E' José Bonifácio, entretanto, a encarar os atos do rei Dom Fernando por estarem de acôrdo com o seu modo de ver, e então escreve:

— “Quando um rei quer animar o comércio marítimo faz o que fez Dom Fernando (ainda naquilo mais feliz) o qual concedeu aos que fizessem navios de 100 tonéis ou toneladas para cima, que poderiam tirar, cortar e tomar de suas matas reais quanta madeira e mastros houvessem mister para os tais navios, sem pagarem por ela coisa alguma, e do ferro, *velame e outros materiais* que mandassem buscar fora do Reino para os ditos navios, não pagariam disso, nem outro direito nas alfândegas. E dos navios que se comprassem, ou vendessem perfeitos para contratar, também não pagariam direitos os vendedores, nem os compradores: e aos senhores dos navios quando os mandassem para fora carregados dava na primeira viagem os direitos das mercadorias, que carregassem: dava mais aos mesmos senhores dos navios a metade da dízima *dos parinos*, e de outras quaisquer fazendas, que trouxessem de fora para o Reino na primeira viagem, aí de Flandres, como dos mais portos da Europa; que todos quantos fizessem ou tivessem navios fôsssem isentos de ter cavalos e de servir na guerra, salvo indo el-rei em pessoa.”

“Seguiu-se daqui fazerem-se muitos navios em que saíam a comerciar de Lisboa, Pôrto e Aveiro; para o que tinham uma companhia para animar esta fabricação, donde veio, diz Fernão Lopes, ser sua terra melhor manteúda, e mais honrada; e os naturais dela mais ricos e abastados por causa das muitas carregações, que se faziam. E para segurar e aumentar mais, estabeleceu uma companhia em que entravam todos os navios de 50 toneladas para cima, os quais descontando percalços de idas e vindas, pagassem 2 coroas por 100; para que de

seu rendimento se comprassem outros navios em lugar dos perdidos...” Mas quando vemos José Bonifácio citar a um Dom Fernando atacado pela plebe que se opõe a um casamento desigual, é que em certa época vemos uma interpretação romântica do movimento popular daquela ocasião. Oliveira Martins envolve nesse tumulto os amôres da rainha já viúva e a reação do povo contra os escândalos do rei.

Nada disso valeu o que dizem. Nem provocou o que aconteceu.

De algum modo José Bonifácio pronuncia, com fundamentos seguros, êsses tumultos do reinado de Dom Fernando, antecedendo, na compreensão dos fatos, historiadores mais profundos nos conhecimentos históricos, e menos atentos à crônica.

Ele pois transcreve:

“Nas Côrtes de 1371 se queixavam os povos de que os reis antecedentes só iam haver pão seu e tanto pão que em tempo mister (fôsse), ocorriam com êle ao seu povo, ou lhe mandavam vender. E isto era porque a nenhuma pessoa faziam doação de terras. E que pelas muitas doações que el-rei havia feito de terras donde lhe vinha muito (pão), lhe havia falecido por tal guiza que lhe era preciso tornar pão aos coitados. E que o mandavam pagar a mui pequeno preço. E parte para a frota e outra na mão dos almoxarifes não estava paga. E os coitados o compravam depois a 3 libras tomando-o el-rei a 5 soldos.” Ora o pão era para a frota. Que pobreza no país.”

“A crise, diz Antônio Sardinha, que realmente se encabeça na leviandade de Dom Fernando é, no fundo, uma crise de ordem geral. Traduz a passagem da Idade Média para o espírito revolucionário da Renascença, já com outros conceitos, com outras noções muito diversas a encaminhar a sociedade. Fernão Lopes

apercebia-se do fenômeno, quando observava com pasmo : — “Parece que um mundo novo se levanta e com êle uma nova geração de gentes”. (*Ao princípio era o Verbo*, pág. 143).

E insiste o mesmo historiador em dizer :

“A *jacquerie* municipal subia como uma onda brava, tocando quase as raías do que hoje se diria um *sovietismo* total. Basílio Teles apreciava bem êsse conflito tremendo, ao escrever que não se tratava duma crise de dinastia ou de independência, mas de uma crise de classes, duma revolução ou remodelação estrutural do Portugal da Idade Média.” (*Obra citada*, pág. 152).

De fato. Em Portugal nova classe de gente; a daqueles navegadores que se immortalizaram; sim, era uma gente, que representava novo interesse econômico. Eram os que faziam Dom Fernando resolver o tão rumoroso problema da navegação.

Quando êles se revoltam contra a imoralidade que havia no Reino — o casamento de Dom Fernando, é que faziam valer os seus direitos. A luta de manutenção da independência portuguesa é a da nova classe, que assegura, com a independência de Portugal, uma situação própria que lhe convinha.

Daí, caber no caso a expressão : *uma crise de classes sociais*.

Não se contestaria o acerto do país entregar-se ao comércio; Portugal, porém, iria sacrificar-se, em parte, uma vez que a opulência havia como que passar, por êle, para ir ter à Holanda, com os seus rios de penetração no continente europeu, ou mesmo à Inglaterra, então sede natural de um empório colocado na entrada dos mares que, ao norte da Europa, distribuem as riquezas pelo continente, como a Gotlândia, no mar Báltico, o fôra para os normandos que se

engrandeceram quando as vias de comércio eram outras no velho mundo.

Apreciada em tôda a sua extensão a história da navegação portuguesa, vê-se que o país conduziu o melhor da sua população para fora do reino, e não criou uma organização social interna eficiente se de fato tinha a face voltada para o mundo, os olhos postos longe do território português, exaurindo-se pois a nação com a gente e os haveres lançados no grande empreendimento que afinal não revertia muito em proveito de Portugal, se Holanda o substituiria nos mares, e depois a Inglaterra.

Já na época de Pombal, em que pese à reação do país, se tem idéia de que Portugal perdera o que revelara ao mundo, o domínio econômico dos oceanos, então com a Inglaterra. José Bonifácio saberia e bem do problema que os portugueses tinham diante de si uma vez perdido êsse domínio dos mares, precisando, neste caso, a nação de uma completa remodelação da sua estrutura econômica interna. Via êle a má situação social, que avaliava como economista. Encontrava o campo abandonado e isso o fazia apreensivo, convencendo-se da doutrina dos fisiocratas que assentaram estar a base da vida econômica de todo país na agricultura e no cultivo da terra. Com isso, a questão histórica o interessa, e quer êle apreciar as navegações portuguesas, essa realização estupenda que se extinguiu irremediavelmente. Sim o mercantilismo é que estivera de passagem em Portugal, para, saindo do Mediterrâneo, ir se instalar finalmente no Mar do Norte. De passagem. Mas êsse mercantilismo depois seria assinalado como erro que os fisiocratas, com as suas idéias arraigadas ao cultivo do campo, haviam de apontar. De fato era a Fisiocracia a doutrina necessária para ditar outro equilíbrio econômico nos países donde o mercantilismo desaparecesse.



Entretanto foi a navegação que lançou Portugal na conquista da África, da Índia, e finalmente o levou até a descoberta do Brasil...

Sim, dizia José Bonifácio : — “Seria uma obra excelente a história do nascimento, aumento, e decadência das nossas navegações e comércio desde os primeiros tempos até a perda das Índias”. E esta frase já é como uma advertência e uma objeção.

Essa história da navegação portuguesa sabia o Andrada que ela tem muito de penoso, e ainda estava para ser elucidada.

Entretanto, com a navegação, a história de Portugal torna-se, para José Bonifácio, numa série de desencantamentos. Nem a navegação, nem a conquista das Índias, nem quase nenhum dos feitos heróicos merecem a aprovação de José Bonifácio. Examinados, e postos a nu diante dos seus olhos de economista, êle condena essas empresas. E’ um pessimista a respeito delas.

Quer a pequena felicidade do povo, a riqueza do país, a abastança de sua gente; porém não o seduzem os feitos que podem acarretar grandes sofrimentos, e assim tornarem-se contrários à natureza. Nada que fôsse grandeza efêmera!

A navegação! Bem que lhe parece recair sobre ela, a maldição da Bíblia, o livro dos terríveis anátemas. “Do canto de Débora, diz José Bonifácio, se vê que os da tribo de Dan se ocupavam da navegação; e dêle se vê a pouca união entre as tribos.”

Com essas palavras estigmatiza a cizânia, o mal da empresa que rouba ao povo o melhor que êle possui perdendo então uma boa parte da sua gente na imensidão do mundo, lançada de encontro a tôdas as eventualidades, e entregue à perfídia dos outros povos, exposta ao gênio implacável e às vezes traiçoeiro de

nações desconhecidas. Isto é que fêz Camões dizer na voz daquele velho :

..... de aspecto venerando

Que ficava nas praias entre a gente,

..... meneando

Três vêzes a cabeça descontente.

“O’ glória de mandar! O’ vã cobiça

Desta vaidade a quem chamamos’ fama!

O’ fraudulento gôsto que se atiga

Co’a aura popular que honra se chama!

Dura inquietação da alma e da vida,

Fonte de desamparos e adultérios,

Sagaz consumidora conhecida,

De fazendas, de reinos e de impérios!

Eis uma divergência entre o povo português, que se diz sacrificado, e o governo a empenhar-se na política expansionista já então malsinada pelo poeta d’*Os Lusíadas*. E lembra Rebêlo Gonçalves :

“Tem-se dito que o haver em Portugal no tempo de Dom Manuel como já antes duas regiões distintas pela índole especial das suas populações — uma, a do norte de gente agrícola e conservadora na maior parte, outra, a do sul, de gente muitas vêzes aventureira e propensa à vida do mar — isto explica bem o aplauso e desagrado simultâneo com que foi olhada a preparação da viagem do Gama” — “Êsse conceito sociológico, embora mereça diversas restrições, poderá ter propriedade sob certos aspectos”, conclui o crítico. (*Dissertações Camonianas*, pág. 99).

## VI

### A DINASTIA DE AVIS

O mercantilismo, ao qual José Bonifácio fêz grandes concessões, embora

seja uma política econômica desatenta na vida agrária do país, que o Andrada, como fisiocrata, tinha em alta conta, deixou, contudo, traços na mente dêle e lhe transmitiu infundados conceitos a respeito da moeda. Nesse particular o Andrada, sem originalidade, pensa como pensavam os portugueses ainda apegados à teoria do ouro, fator da circulação das riquezas, e elemento do desenvolvimento das indústrias.

Que o ouro intercorrentemente sirva para adquirir no mercado internacional instalação para as indústrias, vá; e foi o que aconteceu principalmente no reinado de Dom João V. Mas tem o país a sua vida interna; e então depender ela do ouro para tornar possível a intensificação das trocas, isto é, o desenvolvimento da circulação das riquezas: não. Não; porque basta nesse caso o país criar o seu dinheiro, não precisando de catar ouro, quando há muita maneira de supri-lo.

Entretanto, outro é o modo de pensar dos mercantilistas portugueses. Sim: porque os houve em Portugal. Nesse país falou-se muito em ouro. E o Andrada repetiu o que tinham dito.

Portugal sem escritores economistas em uma época em que se lançou ao mar cometendo o maior empreendimento daquêle tempo? Que mercantilismo era o seu, sem teoristas?

Ou é que a Economia Política seja uma ordem de conhecimentos desnecessários à política dos povos, e em que a nação de grandes feitos, como Portugal, não precisasse de cogitar?

René Gonnard, curioso diante de Portugal, sabedor da sua eficiência, lançou então a pergunta:

“Não seria, de fato, surpreendente que a Portugal, país iniciador do grande movimento marítimo e comercial moderno, faltasse inteiramente pensadores capazes

de apreciar os grandes feitos econômicos e não refletissem a respeito, não avaliassem o empreendimento excepcional com que a pátria contribuiu navegando os oceanos?”

Respondeu o famoso historiador das doutrinas econômicas:

— “Na verdade existiram homens embora pouco conhecidos fora do seu país natal e a maior parte dêles de fato absolutamente esquecidos ou apenas citados na *História das doutrinas econômicas*. É injusta a omissão e não é desvalioso qualquer esforço em lembrá-los.” (*Obra citada*).

O economista francês vai então ao encalço dêsses nomes, exumados do esquecimento por um Amzalak (*Trois Précurseurs Portugais*), por um Antônio Sérgio (*Antologia dos Economistas Portugueses*). Faz René Gonnard justiça ao valor dêles, e lastima estarem em deplorável esquecimento.

Sim: êsses nomes esquecidos formaram, em Portugal, a corrente de pensamento a que não esteve estranho José Bonifácio de Andrada e Silva. Muito pelo contrário.

A respeito de Duarte Ribeiro de Macedo, René Gonnard, no opúsculo que publicou para dizer de *La Conquête Portugaise — Découvreurs et Économistes* — escreveu sobre o economista português Ribeiro Macedo e suas idéias, explanando que “os três grandes princípios do mercantilismo estavam, pelo diplomata e escritor português, postos em relação uns com os outros: a importância dos metais preciosos, de uma população densa, e de um desenvolvimento industrial”.

As três coisas a existirem juntas, e a se manterem mutuamente. (*Obra citada*, pág. 143).

A êsses três princípios, condição de prosperidade das nações, não foge o Andrada. Como fisiocrata, estabelece, porém, uma subordinação, uma dependên-

cia dos três ao desenvolvimento preliminar da agricultura no país. Mas insiste êle no problema da população, como também no da circulação das riquezas a depender do meio circulante.

Sendo princípios fundamentais êstes que enunciam, decair dêles é a decadência das nações.

Na verdade José Bonifácio aprecia, à luz de quatro princípios fundamentais, a decadência de Portugal; e são os quatro:

1.º A expressão econômica da história do povo português, diz o Andrada que ainda se haveria de “procurar no *fatras* da nossa história”... no “que pode dizer a respeito a história natural e a economia política rural”. Esta economia rural considerada imprescindível às nações: é doutrina fisiocrática. Doutrina sugestiva.

2.º A eficiência do solo e suas riquezas é decisiva na vida das nações.

3.º A importância da circulação das riquezas deve ser estimulada, cunhando-se moeda para isso; eis o que é afirmação dos mercantilistas; mas José Bonifácio a repete.

4.º A iniciativa política deve estimular essa circulação das riquezas; e José Bonifácio não se arreceia de afirmar: “Se tôda a prata e ouro das igrejas (se tôdas) as alfaías, copa e ornato dos grandes, pequenos e campinos, se (todo êsse metal precioso) entrasse na circulação, seria capaz de dar um grande impulso a Portugal.” Porém, não se há de somente cunhar a moeda para que a riqueza circule. Deixo de comentar quanta ilusão há no ouro a fomentar a produção. José Bonifácio, entretanto, alia êsse fator da vida econômica dos povos a um outro — a cultura. A cultura, diz êle, se torna imprescindível: e por essa cultura é que êle reclama. E neste caso são dois elementos relacionados: a cultura e o meio circulante. A confirmar a asserção de

que o dinheiro de uma nação precisa de ser empregado pelo gênio culto do povo, o Andrada escreveu: “Um sujeito entendido me afirmou em Coimbra que na Beira, havia trinta anos, os lavradores dormiam no chão e que hoje todos têm leitos; isto mostra o aumento da cultura e riqueza circulante devida ao pôrto (a cidade) e algumas novas estradas.” Ora, é preciso dizer que sentido o Andrada dá ao têrmo cultura. Cultura é a utilização material das coisas: exemplo, cultura do campo; mas também é maneira de fazer, e neste caso é desenvolvimento de conhecimentos científicos. O Andrada apela muito para êsses conhecimentos científicos empregados na cultura do campo, o que é muito da sua concepção de *filósofo*, que leva a cultura em conta no desenvolvimento econômico do país. Entretanto, êle não deixa de lado a questão do meio circulante, do ouro, em que fala por vezes nos mesmos têrmos que um mercantilista, que um Duarte Ribeiro de Macedo.

Ouro de fato teve Portugal, ouro que saiu do Brasil, mas ouro que evadiu do país. Eis aí a experiência feita com o ouro, como elemento econômico. Essa evasão do metal precioso era a decepção do país. A decadência. O mal estar. O dinheiro, acrescenta então o Andrada, deve ficar girando dentro no país. Êle é para girar aí. “Todo dinheiro que não circula pela mão do povo com curso rápido, capaz de aumentar compras e vendas, é como água estagnada.” (José Bonifácio). Novo problema assim estava pôsto.

Mas eis que a dinastia de Borgonha se extinguiu sem sucessores. Surgem os Avis. A casa de Avis então fêz mais que impedir Portugal caísse no domínio de Castela. Surgiu e caminhou o novo rei cercado da plebe, da gente nova, principalmente dos navegantes, comerciantes.



Uma razão econômica é que despertava o país, e elegia êste rei.

Com o novo rei vem um condestável: Dom Nuno Álvares, figura decisiva na luta contra o desvio do trono português para a coroa de Espanha. E vem um Álvaro Pais, chefe burguês, “padrasto do jurista João das Regras”, quem regula a sucessão, e “quem persuade o mestre (o novo rei) a eliminar o Andeiro, que se tornara o chefe do aristocratismo estreme, sempre acompanhado de numerosos fidalgos, e que vivia “em grã privança e agasalhado da rainha; desembarcando com êle todos os negócios do reino”, como se fôsse o conde, o soberano de fato”. (Antônio Sérgio, *Ensaio*, volume VI, pág. 178).

Amotinam-se. Vão, e seguem ao encontro do adversário, impecilho no caminho da realza. Pondo mãos no Andeiro, logo o assassinam.

“Dom João lhe assentou o primeiro golpe como tinha de ser”: porque ia ser o rei. Era a figura principal, e para quem todos olhavam.

“Mas a morte, quem lhe deu” (ao Andeiro), foi “o bom de Rui Pereira, o subsidiado pelo Pôrto, que era sempre o primeiro a acompanhar o mestre, e que não recebe dos historiadores tôda a atenção que merece”, adverte Antônio Sérgio (*Obra citada*).

A ocorrência teve seguimento.

“Álvaro Pais, que estava prestes e armado com uma coifa na cabeça, segundo usança daquele tempo, cavalgou logo à pressa em cima de um cavalo que havia anos que não cavalgava” — e todos os seus aliados com êle, acrescenta o cronista; podendo nós presumir que tais aliados fôssem membros da classe a que pertencia êle próprio, ou adictos a ela, e que também fôssem burgueses os outros alguns da cidade “a que se refere o cronista”. (*Obra citada*).

E depois?

Ia o País pelas ruas, “bradando a quaisquer que achava, dizendo: — Acorramos ao mestre, amigos, acorramos ao mestre, cá filho é de el-rei Dom Pedro!”

Mas agora é Antônio Sérgio de perguntar: “nesse cá filho é de el-rei Dom Pedro” não está o pensamento de o indicar para o trono?” (*Obra citada*).

Certo que sim.

Mas com os novos elementos sociais com que a coroa se apresenta de novo ao país, convém que se diga: foi uma revolução; a de 1382-1385.

Os filhos do fundador da nova dinastia a governar o país estiveram bem na altura dos acontecimentos, e se revelaram caracteres verdadeiramente à Renascença, votados às largas idéias da época, convictos, porém, de que a vida de um povo estava fora do seu território, nas emprêsas de comércio e navegação dilatadas pelo mundo. Se o feudalismo é o apêgo à terra, a Renascença é a aventura corrida entre os povos estranhos. E os vultos dessa fase histórica se distinguem pela largueza de ambições, pela sutileza da inteligência, e pela energia e audácia no que empreendem. Acresce que eram homens de guerra aquêles príncipes.

Os filhos de Dom João I, cada um dêles é uma face política, um aspecto do govêrno de Portugal.

São êles capazes de pôr a serviço da ação que exercitam as organizações mais complexas, e as concepções mais amplas e novas. Têm, contudo, um defeito próprio dos homens assomados que eram: o capricho, o interêsse pessoal com que movem os seus feitos naturais em uma época sobremaneira individualista, e em que tudo se sacrifica ao intento de algumas grandes individualidades. O individualismo vai transparecer na vida portuguesa, até mesmo na organização política esboçada por um infante, Dom Pedro.

Aquêles que, em Portugal, se ajusta melhor a êsse tipo de homem da Renascença, é em parte o Infante Dom Henrique, filho de Dom João I, mestre de Avis. E o feito que o infante Dom Henrique realizou em guisa dos homens da Renascença foi a navegação portuguesa.

A navegação é o comércio que se intensifica, é a produção que se intensifica com o comércio. O mercantilismo fica subordinando tudo ao comércio; a Fisiocracia, à produção da terra. Mas com êsse comércio de mercantilistas vem a guerra, a conquista.

A Renascença é o mercantilismo. E o mercantilismo que aparece, se torna doutrina política no país.

A dinastia de Avis é êsse mercantilismo pôsto à prova, pôsto em prática, pôsto em jôgo, até que surge a Fisiocracia como emenda ao seu declínio, ou talvez sucesso.

Vilanova achou de dizer que “o período que vai de Dom João I até o reinado de Dom Manuel caracteriza-se por um combate entre os dois direitos — o direito romano e o direito “feudal” — igualmente recebidos no nosso país: o “feudal”, como o primeiro na legislação existente; o romano, como o primeiro no que concerne ao estudo e à educação jurídica dos executores da lei; e, para se ver a ação da nova classe burguesa, creio suficiente que se prolongue um pouco”, conclui Antônio Sérgio, a época assinada por Vilanova. (*Obra citada*, página 201). Quer dizer que o mercantilismo vai muito além de Dom Manuel e atravessa a dinastia de Avis.

E o historiador contemporâneo, retomando as idéias do publicista de ontem, continua dizendo que não podia haver liberdade pessoal sem “o meio de subsistir”, sem o pecúlio aferido a cada um pessoalmente, sem o comércio que multiplica êsse pecúlio com a multiplicação

de compras e vendas que lhe dá vida e expressão. — “Ora, o que resultou do nascimento da burguesia foi a possibilidade de um “meio de subsistir” colocado fora da estrutura econômica que caracterizava a sociedade senhorial, pondo “no arbitrio de cada um” o situar-se à margem de tal sistema, libertado da empolgadura das suas leis. Mas ouçamos ainda o autor da memória (a Memória V, que Vilanova escreveu): “Enquanto, pois, nós achamos, nos nossos costumes e legislação, os usos feudais, como sucede até Dom João I, não podemos supor na nossa legislação nem nos nossos costumes a influência do direito romano... Êste poder feudal era muito grande; os senhores pouco se diferenciavam dos soberanos. Quando nós vemos que a um oficial de justiça que entrava a fazer uma citação ou uma penhora no seu território lhe cortavam os pés e o enforcavam, não acabamos de pasmar das barbaridades de tal sistema”. (Antônio Sérgio, *obra citada*, págs. 201-202).

Dom Henrique esmerou-se em organizar a navegação. Reuniu sábios. Fundou, com isso, a escola em Sagres. E depois lançou-se na empresa que, para realizar, não conheceu piedade nem para com o irmão que cai desgraçadamente como prisioneiro do gentio na África.

Porém, “se o imortal infante (deixou então escrito José Bonifácio, fazendo significativa restrição) firmar e organizar melhor a cooperação de sábios, dados exclusivamente à astronomia e à náutica, que progressos, que formava em Sagres!” — A nação jamais iria desfalecer “nos campos infaustos da África, que para nós (portugueses), acrescenta o Andrada, fôra sempre fonte perene de glórias e de ruínas”. Quer dizer que o Andrada via uma única finalidade para as nações: a cultura. Porém nunca a ambição de expandir-se. Ele repelia

a guerra, com os seus colapsos econômicos desfalcando o país do braço que produz. Se os portugueses se contentassem com a cultura que pode provir da navegação, que pode favorecê-la, “que progresso, exclamava êle, não teriam feito os portugueses em tôda a espécie do ser humano”!

Mas vê José Bonifácio que Dom Henrique se distraía da atividade econômica, para cogitar da conquista da África: — “campos infaustos da África (lastimaria êle), que para nós (portuguêses) foram sempre fonte perene de glórias e ruínas”.

A conquista pelas armas é uma expressão política muito rudimentar, e fora de época. Valerá em um mundo compatível com a escravidão; mas, numa sociedade moderna, em que tudo é espontaneidade e atividade econômica e em que essa atividade enriquece as nações mais prósperas, de que serve a conquista?

Neste caso, o Andrada considera o infante Dom Henrique antes uma figura em parte medieval. Figura para êle em parte anacrônica. Conquistador como qualquer outro nome de outras eras, entretanto, ao mesmo tempo, o homem que em todo caso promove, em seu país, a maior cultura acêrca da navegação.

Fazendo diferença entre a conquista e a expansão comercial, José Bonifácio comentou pois o período histórico de Dom Manuel e Dom João III, além do quanto já dissera do infante Dom Henrique. Um povo, admitia êle, pode se apresentar no caminho do comércio à frente dos outros, mas contribuindo com os seus navegadores, com as suas escolas de navegação, e com a “cooperação de sábios dados exclusivamente à astronomia e à náutica”, que trazem o desenvolvimento da vida dos povos em geral.

Acrescente-se ter êle dito que “quanto mais fortalezas tivesse Dom Manuel na Índia, tanto mais fraco seria, porque a força com que havia de senhorear a Índia estava no mar”. Quer dizer: estava no comércio, nas pazes feitas com o gentio, na aquisição de riquezas com que mercadejaria.

Nunca a expansão militar para o domínio de uns povos sôbre os outros, valeria por si! Cuidassem da atividade econômica para entrelaçar os povos. Não se quisesse a guerra com as suas misérias sociais, e se passasse já ao comércio entre as nações; esta era a doutrina liberal, a doutrina de José Bonifácio. A doutrina de um fisiocrata.

Era êle uma inteligência, que não se conformava com o que representasse violência, submissão, escravização. Não estivesse um povo submisso a outro, e a perder a sua expressão social; porém algum povo exercesse superior política, vantajosa aos demais. Queria então a espontânea afluência de todos, interessados na prosperidade geral. A idéia de cultura estava pois na mente do Andrada servindo de meio para essa transformação. Êle fala em “aumentar compra e venda”, “aumentar por todos os modos a ocupação útil pelo aumento da povoação”. A conquista, dirá êle, é nesse caso a perda, logo é o enfraquecimento dos contendores, do povo que conquista e do que é conquistado, de ambos. No final os dois se encontrarão em estado de debilidade, e um será um povo enfraquecido a dominar sôbre um outro, aniquilado. Internacionalmente José Bonifácio queria se caminhasse pelo comércio, tudo se obtendo por intermédio dêle.

E de fato, coerente com que dizia aí, aliou-se mais tarde à política de expansão econômica inglesa, política que os ingleses desenvolviam, principalmente no Atlântico e com os povos da Amé-



rica, por ocasião da Independência do Brasil.

Portugal, em todo caso, floresceu durante o reinado do fundador da dinastia de Avis. Floresceu com a política de Dom João I, que era enfim a da Renascença.

Comerciou muito naquela época. Pôde se fazer respeitar como sendo uma potência no mar. “Dom João I quando (diz José Bonifácio) em 1414 (?) preparava a armada de 50 galés, 33 navios grossos de guerra, e 140 de carga e transporte, onde entre soldados e marinharia se embarcava 50.000 homens, fingiu que ia contra o conde de Flandres por lhe estorvar o comércio; prova das grandes forças navais e comércio nacional.”

Porém esse monarca, homem de imaginação, “foi pródigo em doações, escreve o Andrada, e assim danificou as rendas públicas”.

Não deixa Dom João de entretanto revelar tendências culturais curiosas, e observou José Bonifácio que “Dom João I mandou traduzir o Testamento Novo em português”.

“Entre as razões que alegavam (anota José Bonifácio) os que não aprovam as idéias do infante Dom Henrique, era digna de muita atenção esta: — Que el-rei Dom João seu pai havia dado no reino terras a estrangeiros, para rompê-las e inutilizá-las, coisa muito contrária de sacar, de Portugal, a gente, de que havia mistér, para dá-la a comer a selvagens, e terras de que não necessitava o próprio reino. Com efeito, a não ser os cativos mouros e negros da Guiné que vieram suprir de braços perdidos para a agricultura, — antes, maior dano, mais depressa ressentiria Portugal”.

A tomada de Ceuta! Conquista! Apossar-se daquela cidade era entretanto corolário da política mercantilista,

e por isso quiseram os portugueses terem-na em mão pensando que se apoiariam assim do comércio africano (Joaquim Bensaúde, *A cruzada do infante Henrique*, págs. 105 e 113).

À Ceuta vinham tôdas as caravanas de árabes. Ceuta via passar por ela o comércio do ouro extraído da África. Era essa cidade uma chave comercial. Porque os povos gentios vinham a ela.

Não vieram mais, uma vez conquistada pelos portugueses.

Tinha pois razão o Andrada em falar que só valeria uma política de pazes, de interesses mútuos. Esta a política que se consolidaria.

José Bonifácio aconselharia que deixassem da África. Dessem-na a quem quer que fôsse. E preferiria Dom Henrique não se voltasse para o continente negro, como que levado por uma terrível obstinação.

De fato é disputada Ceuta aos mouros, e, com a tomada dessa cidade, se iniciam as conquistas de Portugal em África. Porém começam também as incertezas, as dificuldades, os malefícios da conquista que nem a todos agrada. “Note-se, lembra o Andrada, que apesar da tomada de Ceuta, no Conselho houve votos sôbre que era melhor arrazá-la para poupar assim o custo que traria consigo o presidio e socorros.

“Dom Henrique edificou Sagres (anotou José Bonifácio). E nela construiu tercenas e nela edificava e tinha navios ocupados em descobrimentos. Mas a conquista da África, e o gasto (com ela) veio exaurir o erário, e valeu-se el-rei da prata das igrejas, e foi mais ditoso que seus antecessores, a quem os mouros fizeram menos guerra”. Acrescenta o Andrada: “Bem que as conquistas de África não deixavam a nação e ao soberano todo aquêlê descanso, de que precisavam as ciências e as artes”. De fato, “os mouros não eram imbeles indianos, moles por clima, mo-

les por princípio de religião, afeminados por precisões fictícias do luxo, corruptos ou corrompidos pelo interesse particular, princípio de isolamento e de anarquia; eram por isso valentes e nutriam o ânimo guerreiro com antigos e bem fundados ódios: faltava-lhes só mais ciência militar, e menos desordem entre os chefes”.

“A efusão do sangue português regaria debalde as areias africanas, e o modo de fazer guerra por correrias só serviria de estragar a agricultura, e diminuir a povoação de ambas as partes sem dar lucro algum de si. Quando a conquista não serve de corroborar as molas de um governo justo, e não traz consigo melhoramento definitivo, e a riqueza ao corpo inteiro da nação, é sem dúvida o maior flagelo dos Estados. A honra estéril de ganhar nome no mundo não escusa os reis, que se deixam arrastar de vazias famas, e louvores”. (J. B.)

Mas finalmente como José Bonifácio, espírito de filósofo, não havia de perguntar: — “Com que direito os bárbaros e sanguinários portugueses matavam e castigavam os mouros e negros?”

Como reprovação ao costume bárbaro de violentar e desorganizar os outros povos enumera, através dos tempos, uma série de atrocidades. O gentio era feito prisioneiro para ser escravizado. Incrementa-se a escravidão negra: — “Em 1400 Afonso Guterrez prendeu sem resistência a um miserável, que se deixou ir: aí mesmo mataram três e cativaram 10. Nesse ano pediu o infante ao papa Martinho V. lhe concedesse para a coroa de Portugal tudo o que conquistasse pelo Oceano... até às Índias e indulgência plenária para os que nesta conquista morressem. Desde 1440 até 1448 vieram cativos para o reino, 713, entre mouros e negros”.

Nada disso era progresso e cultura! Às nações, os povos deviam entrar em

contato livremente, liberalmente livres, sem uns constrangerem os outros: esta devia ser a situação dos povos no mundo. Livres. Falar-se pois na liberdade dos povos como consequência de já se ter falado na liberdade do homem!

Mas esta já era a expressão liberal da doutrina fisiocrata, muito clara e muito desenvolvida a respeito das questões internacionais. Neste particular ela se mostrou muito superior ao mercantilismo. E José Bonifácio, com o que dizia das conquistas, era um lúcido fisiocrata, um censor a respeito daquilo de que os mercantilistas descuidaram, muito apegados ao lucro, ao equilíbrio econômico do país, e despreocupados da política internacional, da política de justiça em uma ciência, que, depois dos fisiocratas, passou a se denominar *Economia Política*. Quer dizer: economia, entretanto praticada com espírito de justiça social.

De Dom Duarte, sucessor de Dom João I, e segundo rei da dinastia de Avis, diz José Bonifácio que não reinou bastante tempo para que dêle se dissesse mais: — “Se o seu reinado pacífico e filosófico não tivera sido tão abreviado, que progressos não teriam feito os portugueses em toda a espécie do saber humano!” Chama filosófico ao seu reinado, levando em conta êsse rei ter escrito o *Leal Conselheiro*.

Fôra êste rei partidário do mercantilismo tanto assim que contesta os males com que a navegação onerou a sociedade portuguesa. Dom Duarte “no *Leal Conselheiro*, consagra um capítulo a desfazer a objeção dos avós do *Velho do Restelo*”. (Ernani Cidade, *Lição de cultura e literatura portuguesa*, vol. I, pág. 67).

Entretanto no reinado dêsse Avis já começavam a sentir as consequências e os males do luxo, que procuram coibir, e do qual culpavam o mercantilismo.

“Já em tempo de Dom Duarte foi preciso fazer uma pragmática contra o luxo dos vestidos, e mesas; e prometeu ser êle e os nobres os mais observantes”. (J.B.)

Os insucessos da África foram entretanto lastimáveis. Houve o desastre de Tanger, devido ao qual “foi Dom Fernando abandonado aos infiéis, o que trouxe muita quebra às rendas del-rei. Usou (êle) de expedientes da lei mental para vagarem os bens da coroa por falta de herdeiros varões. Fêz coutudo grandes bens à nação, como dar-lhe leis gerais, regular o valor, e qualidades da moeda, e administrar as rendas com proveito, e trazer a Lisboa alguns dos mais célebres sábios da Europa”.

O que Dom Duarte perdeu na África, ia haver Dom Afonso que o sucedeu no trono. Teve êste um reinado extenso que vai de 1438 a 1481: quarenta e três anos! E que aspectos tão diferentes no decorrer dêsse tempo! Já o destino orfanara Dom Afonso aos seis anos para êle ficar na tutela de Dom Pedro, que com o infante Dom Henrique, e com o infante Dom Fernando, perdido e morto na África, enchem da impressão de grandes vultos a História de Portugal.

Os historiadores de hoje ainda que-rem retratar a Dom Pedro.

“Figura estranha, curiosa, quase lendária (escreve João Ameal), êsse príncipe que correu “as sete partidas e chegou a pensar em quedar-se ao serviço do imperador Segismundo da Hungria nas guerras contra os turcos. De tantas terras que visitou, de tão diversas gentes que conheceu, a sua notável inteligência extraiu largos tesouros de experiência e saber. O seu *Trauctado da Virtuosa Benefeyturia* afirma-o como homem de rara cultura e de excepcional engenho. Atrai, portanto, numerosas dedicações, e o seu prestígio avulta em

numerosos espíritos. Além disso, o fato de se ter sempre manifestado desfavorável à política de expansão e de aventura — política de sacrifício que a eterna maioria dos prudentes olha com repulsa e medo — grangeia-lhe viva popularidade, torna-o uma espécie de bandeira dos partidários da tese do siso”. (*História de Portugal*, pág. 222).

O que o infante Dom Pedro pensou realizar como regente de Dom Afonso V, reclamavam de há muito; e muito êle tinha de fazer reformando a justiça que não merecia mais o nome de justa.

“A magistratura deixava muito a desejar (escreve Oliveira Martins). Com uma ponta de ironia, Dom Pedro citava, a propósito da multidão dos juizes e cortesãos, o dito de Isaías: *Multiplicasti gentem, sed non magnificasti laetitiam*, multiplicastes as gentes sem aumentar a satisfação. “A Justiça, senhor, escrevia, é outra virtude que me parece não reina nos corações daqueles que têm cargo de julgarem a vossa terra”. Se a justiça não animava os juizes, outro mal era a demora nos processos, porque “a justiça tem duas partes: uma dar a cada um o que é seu e a outra dar-lho sem delonga. Para tudo isso se reclamava energia e penas severas; e sobretudo era indispensável codificar as leis, coligir as ordenações feitas desde os primeiros reinados, muitas delas obsoletas, outras revogadas, e que tôdas constituíam uma brenha obscuramente em que a matilha dos magistrados vorazes caçava desapidadamente o pobre povo. Dom João I ordenara já a redação dêsse trabalho: mas semelhante obra, que lesava tantos interesses, demorava-se. Os anos passavam e foram passando, até que, na sua regência, o infante pôde afinal promulgar o código imerecidamente chamado “afonsino”.

“Queria mais Dom Pedro que o rei, chave da abóbada nacional, tivesse junto a si um conselho de estado, institui-



ção permanente em que, no seu conjunto, as partes componentes do edifício social estivessem representadas: a clerezia, os fidalgos e o povo, “para vos aconselharem” e verem que se não faça coisa contra o interesse ou contra os direitos e privilégios das classes. Havia de certo, entre nós e a instituição das côrtes que o rei convocava sempre que o entendia necessário; havia um conselho áulico, ou de palácio, tradição da *aula régia* do tempo dos reis godos, principalmente composto pelos membros da família real; mas a idéa de um verdadeiro conselho de Estado, representativo das forças e dos elementos sociais, surge e aparece, pela primeira vez concebida na idéa do príncipe que é entre nós o mais completo iniciador da doutrina nova da Renascença”, (*Os filhos de Dom João I*)

Muito se tem interpretado êsse conselho. E’ um conselho que é um governo conveniente ao momento. Ápice do governo. Ajustamento às condições da hora. Um conselho para valer em tôda a sua expressão de atualidade política. Um gabinete de ministros como há no sistema parlamentar, mas com outra estabilidade, e com outra proveniência. Um conselho como mais tarde quereria Vilanova Portugal, quando no Brasil; um conselho como aquêlê em que pensava José Bonifácio quando ministro de Pedro I. Um conselho que sempre estava na mente dos estadistas portugueses. Sim: o conselho que ideara o infante Dom Pedro. “O seu pensamento, explica Oliveira Martins, era uma idéa de ordem, prática e positiva. Dom Pedro foi um dos sucessivos representantes da tradição política da dinastia afonsina, doutrina do bom senso que, formulada pelo arcebispo no seu dito da vaca e riso, teve, depois da catástrofe de 1580, nos modernos tempos de Portugal, por sectários, o conde de Castelo-melhor e Dom Luís da

Cunha o marquês de Pombal e Mousinho da Silveira. O pensamento político do infante opunha-se, porém, de frente, por um lado, à turbulência da fidalguia medieval, pelo outro, às ambições ferventes do espírito de aventura ultramarina que germinava no cérebro de Dom Henrique (*Os filhos de Dom João I*, páginas 144-145).

O movimento social no tempo de Dom Afonso V se opera em muitos sentidos. Todo a favor do povo. E’ o tempo da *baetria*, que interessa a êle. “O que caracteriza esta instituição, escreve A. Xavier Cordeiro, é o privilégio concedido aos povos de, reunidos em conselhos, elegerem o senhor que mais lhes conviesse e que “vissem e sentissem melhor de Deus e d’el-rei seu senhor e por bem e honra das ditas terras e moradores delas”. (*A questão Ibérica*, página 240).

.....

“Ora, uma das prerrogativas de que os moradores das baetrias não prescindem é a de se regerem por suas justiças, escolhendo dentre civil ou criminal sôbre os vassallos, não podendo nomear juizes nem intervir na escolha popular dos magistrados”.

“Orientados neste espírito de consenso contratual, as baetrias tomam em Portugal uma feição de consistência e continuidade”.

“Assim, embora seja da natureza da instituição a faculdade de os moradores das baetrias elegerem livremente quem mais lhes conviesse, quer por morte do senhor, quer por êste não cumprir o contrato, em Portugal são raríssimos os casos de deposição e o senhorio vai-se, pouco a pouco, tornando de vitalício em hereditário, até que, no reinado de Dom Afonso V, reveste exclusivamente êste caráter”. (*Ob. cit.*, página 241). Mas talvez tivesse ganhado força a nobreza, para Dom João entre-

tanto se queixar: “A nobreza (escreve Luís da Cunha Gonçalves) como poder do Estado, começou a decair desde o reinado de Dom João II, o *Príncipe Perfeito* — um príncipe da escola de Machiavelli, para não dizer da velha escola do romano Tarquínio, — que nela vibrou os mais vigorosos golpes. “El-rei meu senhor, — dizia êle, a seu pai Dom Afonso V — *me deixou em tamanho perigo criando êstes senhores de Portugal tanto em suas vontades*, quando após as côrtes de Évora se decidira a restringir os poderes dos Adiantados do reino e demais senhores feudais, tirando-lhes as fortalezas, suprimindo-lhes os direitos senhoriais e os privilégios, revogando-lhes as doações, fazendo degolar o duque de Bragança, matando o duque de Vizeu!” (*A Constituição Jurídica de Portugal*, 1140-1940).

E’ então repór o que pensou aquêlê infante Dom Pedro, sôbre o que escreveu e propôs José Bonifácio para se ver como coincide com as idéias de José Bonifácio que neste caso seguia uma tradição, em que o infante Dom Pedro o antecedeu. Em ambos a mesma condenação à aventura marítima. Mas é a lembrar os interêsses agrícolas de Portugal que José Bonifácio se referiu à navegação pelo que ela, competindo com os trabalhos do campo, sacrificou a vida agrária do país.

Mas a idéia do conselho de Estado, tão original e lançada por Dom Pedro, ficaria para quando José Bonifácio quis reunir, em tórno do primeiro imperador do Brasil, as províncias brasileiras.

Quer dizer : o Andrada viveu com a tradição portuguesa; ela se firmara na sua mente.

Mas a respeito do infante Dom Pedro, filho de Dom João I, anotou pois José Bonifácio, que tanto lhe seguiu as idéias :

— “Em 1428 foi o infante Dom Pedro à Inglaterra, França, Alemanha,

Casa Santa; e tornou por Itália e trouxe dela um Mapamundo, que tinha todo o âmbito da terra, e o estreito de Magalhães se chamava Cola do Dragão, o cabo da Boa Esperança, fronteira da África, e dêste padrão se ajudara o infante Dom Henrique.” (J. B.)

Terá ido à Itália buscar êsse mapa? E ter-se-á pôsto de novo em discussão o conhecimento da América pelos europeus, então antes de Colombo e Cabral? O mapa de 1428 não fala em estreito de Magalhães — *a cola do dragão*? Não é assim que o interpreta o Andrada?

A respeito dêsse mapa, mais judicioso talvez andou Edgard Prestage : diz que êle orientou o infante Dom Henrique no caminho da Índia. Duas razões se apontam como a motivarem essa navegação. Uma, a defesa da Europa; a outra, o comércio da Índia.

Encarece Prestage a defesa da Europa que precisava de combater os turcos — “Naquele tempo o domínio maometano interpunha-se entre a Europa e o Oriente e tinha cortado as comunicações que anteriormente existiam. O poder crescente dêsse domínio representava uma ameaça para a civilização comparável à do bolchevismo nos tempos presentes, embora então o perigo proviesse de uma força armada e agora venha da infiltração de idéias...” (*Descobridores Portugueses*, Versão portuguesa, 2.<sup>a</sup> edição, pág. 53).

Parece, entretanto, a Prestage, que a Dom Henrique sobremaneira interessava o comércio à Índia. E já então pensava em chegar à Índia, embora a Turquia devesse ser atacada pela retaguarda; daí usar então do mapa que lhe apontou o caminho das Índias. Indo pois atacar os turcos, “na sua ofensiva contra o islamismo seguiu o plano, formulado desde o tempo das Cruzadas por homens como Vilian Adam, Raymundo Lulo e Marino Sanuto, e adotado, embora sem resulta-

do, pelos papas e reis, de atacar de flanco, pela retaguarda e pela frente, e o seu objetivo pode inclusivamente ter-se estendido numa vida posterior para dominar o tráfico da Índia, manancial principal da riqueza do inimigo” (*Ob. cit.*, págs. 52-53). Mas chegar pois a êsse Oriente, cuja fama se propagara, contornando o empecilho dos turcos, mas, fazendo a volta da África, o infante Henrique o percebeu naquêlê mapa que Dom Pedro, o mais viajado dos filhos de Dom João I, fôra buscar para Portugal.

Fala-se entretanto em um outro mapa esclarecedor da forma da África. Ainda mais: “A emprêsa deve-se-lhe ter antolhado (a Dom Henrique) tanto mais de fazer quanto é certo que êle não podia ter uma idéia precisa da distância, pois, na opinião de alguns cartógrafos, a África era uma península sensivelmente por metade do seu tamanho real, quero dizer, a costa sul da Guiné continuava diretamente no Oceano Índico. O próprio Portulano Laurentino de 1351, o melhor mapa medieval do continente, mostra a África com uma perna curta” (*Ob. cit.*, págs. 54-55). A respeito dêsse mapa anota Edgard Prestage: “Talvez mesmo que esta perna fôsse desenhada em data posterior. Pode ser que um exemplar dêste mapa tivesse sido trazido pelo infante Dom Pedro e que seja o mesmo que, segundo Antônio Galvão, ajudou o infante Dom Henrique nos seus descobrimentos.”

Relativamente a êsse Dom Pedro, figura notável na história do pensamento português, duas questões se hão de formular, como aliás em relação a todo vulto assinalado na história de um povo.

A primeira : que influência êle exerceu no meio português?

A segunda : que afinidade êsse meio apresentou para com êle?

Duas questões que vêm a ser como que a mesma. Mas duas fases para encarar um período histórico.

De fato é Dom Pedro o homem das questões do momento. Influuiu, ou melhor, concorreu para o que se estava empreendendo; mas atendeu ao meio português e sua formação.

O mapa é um dado com que concorreu para a navegação portuguesa; a atendeu ao meio, como se verá do livro que êle escreveu.

E’ Dom Pedro o autor de uma das obras da literatura política portuguesa, raras comentadas. Intitula-se *Virtuosa Benfeitoria*. Falando dêsse livro, diz Lottar Thomas : “Se (Dom Pedro), por um lado, se manteve dentro da maneira de pensar coerente no seu tempo, por outro lado, a *Virtuosa Benfeitoria* constituiu, mesmo para o momento em que apareceu, uma exposição completa e atualizada da problemática política.” (*Contribuição para a História da Filosofia Portuguesa*, vol. I, pág. 151).

E’ que Dom Pedro assentou no “Livro da Virtuosa Benfeitoria”, sumário das grandes idéias da época, os “benefícios que devem ser outorgados à comunidade”. Êsses cuidados com a comunidade é a grande originalidade do escrito.

*Primeiro* : afirmava o infante estar “fundado em um verdadeiro dizer do filósofo Platão, alegado em o “Livro da Vida Filosofal”, onde é escrito que estonce se deva chamar bemaventurado e glorioso o mundo, quando reinam os sabedores, por guisas que a sabedora e o real poderio sejam muitos em uma pessoa, e príncipe e sabedor todo seja a mesma coisa.”

Reunir elementos no govêrno : “todo seja a mesma coisa.”

Que o govêrno seja misto. Porém, quanto aos sábios, uma restrição, um esclarecimento. “Não entendam por isto (não contem entre os sábios) os que por sutileza cobraram muita ciência.”



Quer os que se envolvam nas coisas de governo, e estejam na vida social interessados. E o seu esclarecimento a respeito é elucidativo.

Não é mais Platão que o elucida, mas a história. “Por isto (diz o Andrada), o grande Egito, enquanto em êle viveram sabedores, foi nomeado. E o Império da Grécia cobrou o mundo com Filosofia. E os romanos por estudiosos senadores conquistaram as terras. E França, enquanto pregou os entendidos, teve seu poderio. E o reino maior de tôdas as insuas e o que do potente é postumeiro, com a ajuda de sabedores ganharam prezada fama”.

Neste caso encarecia um governo misto, governo do rei com as classes sociais reunidas ao rei.

Queria, em todo caso, estivesse pôsto no governo um espírito a que o Andrada chamaria científico, e escreve : “El rei Felipe, pai do imperador Alexandre, escrevendo ao filósofo Aristóteles a nascerença do seu filho, disse que mais agradecia a Deus por lhe outorgar geração em a vida de tal sabedor, por cuja ensinuança seria merecedor de governar sua terra, que por haver sucessor em o seu reino”.

Tenham-se essas citações como sendo a confirmação de uma sociedade civil já desenvolvida, e a preocupação de chamá-la ao governo, incluí-la na direção do país. Para isso ir buscar nela os sábios. Mas sábios! porém advertido se esteja de que “a ciência não presta ao sandeu, nem o sentimento a quem dela não usa”, tem o infante, como bom aviso, esta “sentença de Galeno”.

Mas fala em irmandade em que deviam estar os “sábios” e o rei: “sempre irmanamente querem viver”.

*Segundo* : êle usa de um têrmo que hoje equivale a liberal : “liberdade”. Isto então quando escreve :

“Segundo diz Túlio, não proceda de liberdade o que justamente não é outorgado, resguardará o senhor todos com deligência. E segundo os merecimentos que vir, assim para suas mercês.”

Uma questão de justiça distributiva. Sim : a que chega tôda sociedade na época que deixou de ser mera organização militar.

Não mais a preferência pessoal, a questão pessoal. Mas a capacidade econômica : “pero os officios e dignidades e rendas da terra” “possa dar” aos “que... melhor trabalharem”.

Sim : uma sociedade que se transforma, que se torna essencialmente progresso, desenvolvimento econômico.

*Terceiro* : punir. Punir “os que se chamam públicos defensores”. Aquêles a que “os senhores os prezam por saberem muito em os feitos comuns. E os pequenos não ousam fazer dêles querela”.

Punir a autoridade. Proteger contra ela o individuo.

Eis feita a asserção acêrca das idéias de governo.

Organização do poder. Equilíbrio.

Finalidade social do governo.

E’ o terreno jurídico que ainda hoje está se ampliando : a responsabilidade dos que exercem autoridade.

O infante Dom Pedro é um destacado pensador; êle, com o seu irmão, o rei Dom Duarte que aprofundou muito esta fórmula “as relações entre a Prudência política e a Justiça”, dominam o pensamento político de Portugal na época.

Ambos, homens com preocupação de ordem moral em política. Atentos ao meio, ao exercício do poder, na sua mais elevada expressão : o poder a que Dom Pedro chama pelos nomes : “poderio”, “governança”, “regimento”, “senhorio” e maioria” (Lothar Thomas, *ob. cit.*).

Denominações usadas umas pelas outras, mas entre as quais se encontra :

“maioria”, para dizer que o alto poder dos reis, dos governantes, devia concordar com a maioria (que é o povo) se recompor o governo com ela, e com ela se manter a paz.

Escreve Lothar Thomas : “Quanto à determinação do poder, efetua-se, segundo Dom Pedro — e talvez aqui se descubra influência germânica —, na forma de um *“imperium a Deo per homines”*, ou seja, o império se exerce mediante a cooperação do povo” (*Ob. cit.*).

De fato, Dom Pedro já considera o poder neste caso como proveniente do povo. “Compreende-se melhor este pensamento de Dom Pedro (diz o comentar citado) quanto é certo ter sido seu pai um rei eleito. Por isso, desenvolvendo-o, entendia não ser investido no poder de mandar “por expressa comissin devynal”. A participação *direta* do poder divino verificou-se apenas, segundo Dom Pedro, com nomeação de David e certos outros reis. Normalmente, contudo, efetua-se de três modos : eleição, sucessão, usurpação. Em todos êles, a livre intervenção sancionada do povo é necessária para lhe conferir legitimidade” (*Ob. cit.*, pág. 147).

Está assim feita a diferença entre *direito divino sobrenatural* (que é o caso de David e outros reis) e *direito divino providencial*, que admite o infante. Sim: os dois modos de investir o rei no poder de mando.

Essa denominação das duas correntes é moderna, porém as duas formas distintas de se investir o monarca no poder já vinham assinaladas por São Tomás que distingue o *dominium servile* do *dominium politicum*. São em parte nomes dados àquela e a esta forma de adquirir o *imperium*. Dom Duarte e Dom Pedro são pela segunda forma. Denotam, com essa maneira de pensar, que são homens da Renascença, e que são da época em que começou a ter curso especial a pala-

vra Estado com nova acepção, já caminhando para a significação que acabou tendo hoje em dia.

Não é sem similaridade, não é sem precedente em Portugal, a tendência de José Bonifácio que chega a conceber um Estado corporativo. A citação de um daqueles dois príncipes, isto é, a de Dom Duarte, mostra os antecessores que teve o Andrada. “Apesar de já conhecida, merece ser indicada a sua concepção do Estado corporativo, que abrangia cinco “estados”: a dos frades; a dos guerreiros (sobretudo considerada como protetores do Estado); a dos camponeses e pescadores; a dos *oficiales*, nome genérico dado por êle a todos os que desempenham cargos públicos; e a dos mesteiros, os “que usam dalgũas artes aprovaças e mestres”. — No tôpo dêste Estado corporativo colocava o rei, que responsávelmente dirige o Estado, e, aos olhos de todos, deve governar com alto valor de exemplaridade, como aquêle cuja virtude é: “trabalhar de espírito e corpo mais que todos”. (Lothar Thomas, *ob. cit.*, pág. 143).

Está aí pois ao que volta o Andrada. A sua teoria de Estado, o seu conceito de monarquia e de responsabilidade de rei, se contém pois dentro do que já pensava um rei português acerca do Estado e da monarquia. Êle compõe o Estado com os elementos com que o fez Dom Duarte. E os dois filhos de Dom João I, podem ser apontados para se dizer que na mente do Andrada nada passou que não estivesse de acôrdo com a tradição, com os pensamentos dos reis portugueses. Daí talvez êle buscar notas em tôda História de Portugal.

A história do rei Dom Afonso V, sucessor de Dom Duarte, não corre sem grandes lances dramáticos, uma vez que os reis de Portugal estavam possuídos da idéia de conquistar a África, conseguindo Dom Afonso V retomar Tanger, apode-

rar-se de Arzila, Alcácer-Seguer. Daí cognominarem-no o *Africano*.

Então, quando do cerco de Arzila, conta José Bonifácio, que “Dom Afonso V conduziu o príncipe Dom João ao corpo ainda fumegante, e ensangüentado do conde de Marialva”.

— “Vê (lhe diz) êste grande homem. Queira Deus, meu filho, fazer-te imitar suas virtudes; e possa a tua honra ser completa como a dêle.”

“Esta fala mostra bem o entusiasmo militar daquêles tempos”. — Sim: mas era uma energia e firmeza indomáveis no rústico monarca que se torna “fácil joguete nas mãos” de Luíz XI, a quem êle recorre e de quem tivera promessa de apóio às suas pretensões políticas na Espanha, mas promessa feita quando a rapôsa francêsa precisava de Afonso V, na ocasião em que disputava Roussillon.

Enquanto isso, anota José Bonifácio, “desde as côrtes gerais de 1371, o povo já se queixava da falta de pão, que assim mesmo o rei mandava comprar por muito pequeno preço, tomando-o então aos “coitados”, para manter a frota que guardava a costa. Que pobreza, exclama o Andrada! Era pois a conquista da África a enfraquecer Portugal. Está aí entretanto apontada a carência do trigo, a falta da cultura do campo, que é a base de tudo, fornecendo o *produit-net* que os fisiocratas têm como fundamento da política econômica de cada povo.

Grandes qualidades de energia, audácia, e, ainda mais, astúcia, mostrou pois Dom João II: o *Príncipe Perfeito*. A vida, o sucessor de Dom Afonso V, empregou-a êle tôda em cálculos, e passou-a com a consciência do que era a política do seu tempo.

Êste rei que se distinguiu sobremaneira como político temível, apontou-o José Bonifácio para lhe esmiuçar as diversas

modalidades da ação insopitável. E lembra pois a energia do caráter dêsse monarca. Dom João II se torna incompatível com os desperdícios e quer cercear o luxo para desonerar o país. Luxo e prazer não eram objetivo de um príncipe que dizem perfeito. O prazer amolenta o espírito, e o seu espírito era, por disposição natural, vivaz.

Mandou sustar o luxo, no reino.

Convicto da verdade das coisas, não havia de ceder ao sensualismo do luxo. Inteligente, queria êle atividade e energia.

“Dom João II (então anota José Bonifácio), não consentia senão às mulheres trazerem sêda, pedraria, ouro e prata; e, porque algum ministro dissera ser essa lei prejudicial ao comércio, êle replicou: “Enganai-vos, porque basta que a metade de meus vassallos se trate com luxo, para a outra ter que o fazer”.

— “Dom João II dando o último corte ao despotismo dos senhores de terras, premiando os servidores sem distinção de classes, aumentando a marinha nacional, e tráfico pelo descobrimento das ilhas, e costas de África, estabelecendo pescarias novas, e fomentando as velhas, faz com que Portugal subisse a um ponto de glória, navegação e indústria que favorecia a abundância à povoação sem introduzir luxo.” (J. B.)

De fato. “A nobreza, escreve Luís da Cunha Gonçalves, como poder de Estado, começou a decair desde o reinado de Dom João II, o *Príncipe Perfeito* — um príncipe da escola de Maquiavelo, para não dizer da velha escola do romano Tarquínio.

— “El-rei, meu senhor (dizia êle referindo-se ao seu pai, Dom Afonso V), me deixou em tamanho perigo, criando êstes senhores de Portugal tanto em suas vontades, — quando após as Côrtes de Évora se decidira a restringir os poderes



dos Adiantados do Reino e demais senhores feudais, tirando-lhes as fortalezas, suprimindo-lhes os direitos senhoriais e os privilégios, revogando-lhes as doações, fazendo degolar o duque de Bragança, matando o duque de Vizeu!" *A Construção jurídica de Portugal, 1140-1940*, pág. 10).

Igual golpe desfechado na nobreza, destruindo-lhe "o restante prestígio político", foi, diz o mesmo escritor, "a crudelíssima execução dos Távoras e outros fidalgos". Mas isto no tempo de Pombal.

Pronto nas respostas, vivo na expressão e com certo espírito incisivo no dizer, Dom João II era príncipe perfeito, mas príncipe da Renascença. E, com isto, homem convicto do que doutrinou o mercantilismo (teoria da Renascença) que acabou fazendo o Estado interferir na economia da sociedade, enquanto que a Fisiocracia, que vem depois, não quer mais essa intervenção: daí a teoria de que o Estado não fôsse além da ação policial, mantendo a ordem e protegendo os bens das pessoas. E só.

O espírito de Dom João II era rapidez e presteza com que atalha as questões, e lhes percebia logo todos os aspectos para delas se aproveitar.

A iniciativa que tomava, habilidade com que se fazia discreto, tornava-o insinuante; e, tendo ele gosto para em todas as questões tomar partido e pôr-lhes a mão em proveito próprio com dissimulação e sagacidade, não perdia ele vasa.

E' assim que "em 1487 mandou Pedro de Covilhão e Afonso de Paiva por terra à Índia, com ordem de lhe escreverem o que descobrissem, e das matérias de comércio e donde eram sacadas. Escapou-lhe porém, a América, negando a Colombo o socorro pedido", anota José Bonifácio, com certo espírito.

Quando as questões se tornavam difíceis Dom João II sabia propor o que lhe convinha. "Quando Cano (Diogo Cão), descobrindo o Congo lhe disse que os naturais não lhe queriam mostrar as ricas minas de ouro, el-rei lhe respondeu: *Não se vos dê disso, tratai bem os habitantes, comerciai com êles igualmente; levai-lhes coisas de seu contento, e tereis as riquezas das minas sem o trabalho de as lavar.*" Um jeito de se apoderar do comércio, que agradava ao Andrada!

Tão maleável, tão expedito, é um espírito, pela sua argúcia e sagacidade na defesa do interesse próprio, como que moldado por Maquiavel: ou antes, ao feitio dos homens da sua época.

Príncipe da Renascença, no dizer de Oliveira Martins! E de fato o era até no feitio que tinha para incrementar o comércio, sempre atento em desenvolvê-lo, para o que "fêz cunhar muito dinheiro, abater a metade dos direitos da Alfândega de Lisboa, atraindo o comércio de Galiza e Andaluzia". (J. B.)

Ora, das notas tomadas por José Bonifácio, é que ressurge o príncipe perfeito num retrato expressivo de caráter complexo.

Esse príncipe ainda tinha feitio do agrado do Andrada: irritava-se com a bravura dos navegadores portugueses. Não estava muito de acôrdo com os heróis; Dom João II não queria bravuras, e sim lucros!

A navegação não o fascina, na sua audácia. Disposto a fazer o que conviesse, e fôsse de bom cálculo, não se encantava com o heroísmo. Ora, êle é o primeiro que "exagerava muito os riscos da navegação da Guiné, e descompôs a um piloto que disse se atrevia ir à Guiné em qualquer navio". (J. B.)

Entretanto durante o seu governo tão ativo, de tanto expediente, padeceu o rei-

no da tava da antiga política portuguesa. “Em 1494, grande fome em Évora, política pela falta de pão, proveniente principalmente de fidalgos e ricos através-sadores; e como estes não quisessem vender pela baixa, deu Dom João II licença de entrar pão de Castela, o que até ali defendera”.

“Dom João II tinha acrescentado a seus títulos, o de senhor da Guiné.”

“Dom Afonso V, em 1469, arrendou o trato de Guiné a Fernão Gomes, que se depois chamou da Mina, por 5 anos a razão de 200 mil réis por ano, e que mandasse descobrir em cada um deles 100 léguas além das descobertas; e por efeito disto se descobriu Mina a 5 graus de latitude. as ilhas de São Tomás e Príncipe e o Reino de Benin até o cabo de Catarina. Depois Dom João II, em 1480, mandou fazer a fortaleza da Mina.” (J. B.). Por ordem de Dom João II é que Diogo de Azambuja aí construiu o Castelo de São Jorge.

Contudo, conclui José Bonifácio :

— “Com o governo enérgico do Senhor Dom João II, apesar de revoltas e desassossegos internos, começa a polir-se a linguagem portuguesa; e o estudo das boas Artes vai cobrando novo vigor e ufania.” (J. B.)

A Dom João II sucede Dom Manuel. E principia o Andrada a notar a maneira por que começou o reinado desse rei: — “Segue-se a tão bom começo os dias serenos do venturoso Manuel, onde as serenidades das letras e bom gosto, lançadas em terra já lavrada, brotam...” (J. B.)

Porém, o espírito político daquela época estava eivado do vício que um fisiocrata, como o era José Bonifácio, não perdoaria: o vício do mercantilismo! “Demais o espírito mercantil, dizia êle, e a efeminação que começava a alçar a cabeça em Portugal com arrogância, e a

cobiça dos que estavam com a espada na mão, fazia com que a nobreza não ajudasse (e todos) haviam ganhado honra e com êles se ufanaram demasiado e com aquêlo zelo e nobre ardileza dos tempos mui antigos”. (J. B.)

Por sua vez a política de expansão é tida por José Bonifácio como absurda, desloca de todo a nação para fora dela mesma. Despoeva o país. O Andrada, entre as suas notas, guardou esta: — “Dom Manuel sobreteve na continuação dos descobrimentos, porém idéias de religião mal entendidas o resolveram, além da ambição de engrossarem cabedais, (ainda quis) dar brado no mundo”. E foi por isso que o monarca requintou-se em mandar à Roma estupenda embaixada ao Papa, da qual os portugueses sempre ficaram lembrados para ainda dizer Manuel Bernardes que “o nosso inclito rei Dom Manuel, de feliz recordação, quando se viu dominador do Oriente (de sorte que podíamos dizer que as asas do sol se mediam com o seu Império, e que aquêles povos infiéis se não confederavam contra a potência de suas armas mais que para ser delas triunfo e ouvir os anúncios da palavra evangélica) então folgou de submeter tôda essa grandeza aos pés do Sumo Pontífice Leão X, por seus embaixadores particulares, tributando-lhe juntamente as primícias das riquezas do Oriente”.

Que ostentação! E que era essa riqueza tôda?

E... que se disse dela naquele tempo? Anotou pois José Bonafácio, mais tarde: “Os conselheiros de Dom Manuel em 1496 não aprovaram o descobrimento da Índia, dizendo que não era bom ir à conquista do reino tão remoto, e que para fazê-lo, e conservá-lo, se houvessem de diminuir tanto as forças do próprio que mal se pudesse conservar.”

Mas o rei, a sua personalidade, o seu feitio, a sua ambição, o seu amor próprio se revela, e era êle homem que se vangloriava de causar dano aos mouros como se lê no seguinte trecho:

“Se o Soldão do Cairo em vez de escrever a Alexandre, Papa, que fizesse que Dom Fernando, o Católico, não perseguisse os Mouros de Granada, e que Dom Manuel deixasse o comércio da Índia, porque aliás destruiria a Santa casa de Jerusalém apanhasse desaparecidos os portugueses, certo que faria melhor e conseguiria destruir-nos. Mas Dom Manuel que estava certo do interesse, que pelas esmolos, tinha o Soldão de conservar a Casa Santa, respondeu com pouco caso a *frei Mauro, embaixador do Soldão*; e respondeu ao Papa que lhe pesava não ter feito mordano, para com mais causa dele se queixar ao Soldão. E ofereceu ao Papa ir contra o Soldão: quixotismo pouco político!” (J. B.)

Quixotismo dêsse rei, considerado o venturoso. Dom Quixote: o quixotismo não é qualidade que valha, mas posição falsa. Pela primeira vez, com êsse dito, se põe a mostra, o avesso, a verdadeira natureza da alma de um monarca que há de ficar tão na história.

O que lhe deu nome ao reino, estava para acontecer, mas êle, o rei Dom Manuel, estava em posição política falsa: era um Quixote, cavalheiro da triste figura: do que ninguém sabe; e que a glória ocasional encobre.

Eis o ousado julgamento de José Bonifácio!

De fato os portugueses conquistaram a Índia; mas pergunta José Bonifácio: — “Que resistência podiam fazer aos portugueses, robustos, disciplinados, e entusiastas, gente frouxa, cobarde e miserável, qual a de Cochim e Calecut, onde, como dizia Barros, o fugir ainda infamante não é afronta? (J. B.)

Desde então teve Dom Manuel de traçar um plano para vencer as dificuldades inúmeras desta política de conquista. E José Bonifácio toma apontamentos acêrca do que se havia de fazer:

“Barros adverte com bastante razão que o príncipe que quizer ser temido e respeitado ainda em reinos bárbaros e remotos, faça-se senhor do mar, que será de quase tudo, destarte os portugueses fizeram tributários os reinos de Sofala, Guiboa, Moçamba, Ormuz, Goa e Molucas com tôdas as suas ilhas: Diu, Baçain, etc...” (J. B.)

Desta vez é Portugal que enuncia a tese, depois tão argumentada por outras grandes nações: quem tiver o domínio dos mares tem o mundo nas mãos!

Mas o Andrada continua a anotar, por miúdo, o que fazer a fim de imperar uma nação no mundo, já que Barros aconselha se tornar dona do mar.

— “E’ felicidade no começo de uma conquista ter qualquer rei bons capitães, que se farão respeitáveis e temidos nas armas. Pedro Álvares e João de Nova, pelas vitórias e proezas feitas no Oriente encheram de espanto todo Malabar”.

“Não duvido que a princípio para estabelecer nosso trato na Índia, pelos muitos negociantes Mouros, que nela assis-tiam, inimigos nossos por lei, e interesse, fôsse mister enviar tropa armada à Índia, como aconselhavam alguns ministros a Dom Manuel; porém, depois de levantadas feitorias, e ganha estável amizade, é falta de política aumentar conquistas tão arredadas, que nada servem para melhoramento do comércio.” (J. B.)

Eis então o comércio apontado como cobiça que leva a expansão dos povos. De fato não se pode deixar o mundo à mercê de uma desenfreada ambição de comerciar, e sim trazer o comércio subordinado à expressão econômica própria de cada país. Os fisiocratas almejavam



determinar essa expressão. Estaria no quanto produz o solo de cada um e o resto de atividades econômicas seria um quadro de circulação das riquezas desenvolvidas sobre a produção do solo, o *produit-net*. Esse *produit-net* seria a razão do desenvolvimento da economia de cada povo. Mas essa concepção dos fisiocratas lançava as bases de um espírito de justiça, e equilíbrio político entre as nações. E' o esboço de um direito internacional que esses escritores levavam assim até a Economia Política.

José Bonifácio estava de acôrdo com esses fisiocratas, ao apreciar o reinado de quem é tido como *O Venturoso*.

Mas "Dom Manuel para aumentar o comércio da Índia, deu licença aos particulares para armar navios e ir por sua conta buscar pimenta." Cada um pelo que pudesse!

"No princípio do descobrimento da Índia, Dom Manuel teve a prudência e talento de escolher uma série de grandes capitães para govêrno e conquista da Índia."

Se considerarmos a extensão e opulência do império da Índia, seu esplendor, e brevidade do tempo e os poucos braços que o edificaram, de certo nada há de comparável na história do Universo. (J. B.)

Entretanto "em 1502, foi grande fome no Reino, donde foi preciso a Dom Manuel despachar navios à África, Sicília, Sardenha, França e Inglaterra, e outras partes para comprarem pão. Parece que desde que os portugueses se deram a conquistas e descobrimentos fora, foram as terras e lavouras de dia em dia decaindo; porque havendo ainda muita terra inculta, e despovoada, que cumpria fertilizar, e povoar como fizeram os reis mais antigos, a gente que curou de novas coisas, não chegava para navegações e comércio, que exigiam muita gente".

"Muitas circunstâncias imprevistas e casuais concorreram para a conquista da Índia porventura, que a não ser a tormenta que destruíra à saída dos portos a armada de 200 velas, que tinham junto a Camorim, o de Canador e Cochim. Vasco da Gama ficaria derrotado e Dom Manuel pouco disposto a continuar a conquista." (J. B.)

Mas o homem dessa conquista, no Oriente, é Francisco de Almeida, de quem disse José Bonifácio: "Dom Francisco de Almeida foi profeta a respeito da Índia, pois dizia que quanto mais fortaleza tivesse Dom Manuel na Índia, tanto mais fraco seria, porque a fôrça com que havia de senhorear a Índia estava no mar; porque se não trouxesse grossas armadas não poderia defender-se, nem sustentar as fortalezas de terras".

"Dom Manuel, para assegurar as grandes conquistas da Índia, enviava sempre poderosas armadas, e, em 1504, mandou uma a cargo de Lopo Soares, em que iam 1.200 homens e a mor nobreza, e gente luzida, que havia pisado a Índia."

"A política portugueza na Índia era favorecer, com interêsse próprio, os aliados e desunir os príncipes indianos." De fato essa política era bem sucedida. "Lopo Soares voltou em 14 meses ao reino com 13 velas, e grandíssima riqueza."

Dom Manuel em 1505 mandou por capitão da esquadra a Dom Francisco de Almeida com 22 velas, com muita nobreza assisando-lhes 3 anos de assistência."

Antes de Dom Francisco de Almeida, não procuraram os portugueses ficar com as Índias por assento, senão ir e vir os generais, com armadas, e cargas; o que devia ter causado dano ao estabelecimento sólido."

"A política maquiavélica de Almeida com o rei de Ormuz não lhe tomando 5

naus, e com o de Navelim, não queimando uma cidade por ser vassala daquele, (nem queimando) três naus por serem de vassallos de el-rei de Cananor, — imitada por todos os governadores da Índia, valeu infinito a Portugal.” (J.B.)

Quando foram assim hábeis é que os capitães tiraram proveito da Índia.

“Que justiça havia para ordenar Dom Manuel a Francisco de Almeida, que, se os príncipes gentios não querem a paz, lhes fizera a mais dura guerra para castigar a uns, e amedrontar a outros?” — pergunta José Bonifácio.

“Era um ponto de política nossa fazer quantas fortalezas se podiam nas terras conquistadas, tributárias e aliadas, para pouco e pouco ir ganhando pé e segurando a dominação”, disseram em Portugal. (J.B.)

Ora, “se não fôsem as guerras do Camorim com o de Cochim, nunca alcançariam os portugueses tanto na Índia”, argumentou-se.

“Se os reis de Cochim e Cananor, e outros vizinhos do de Calicut, não procurassem doidamente diminuir o poder do Camorim, fazendo amizade e trato com os portugueses, para que estes impedissem a ida das naus estrangeiras a Calicut, seguramente nunca elles ficariam sujeitos a Portugal, e a Índia domada. As idéias de poder e riqueza que os portugueses haviam espalhado pela Índia, e a ambição de ganho fez com que el-rei de Cananor, e os governadores do reino de Ceilão mandassem oferecer a Pedro Álvares Cabral amizade e carga de especiaria.” — Esta observação sobre a discórdia dos povos é uma grande lição da Hstória. (J.B.)

Entretanto o proveito que os portugueses tiraram por vêzes dessa discórdia dava lucro. Mas que lucro? Lucro em que condições? Sim! Muito lucro.

“Conta-nos que uma caravela trazia da Mina” o ouro do rei que importaria em 250 marcos.

“O almirante Gama fez vassallo de Portugal o rei Quiboa” que pagou 580 cruzados.

Dom Manuel fez fazer uma custódia do ouro que lhe enviara o rei de Quiboa, e a deu ao mosteiro de Belém como também a vintena dos rendimentos daquela conquista pelo tempo que quisesse.” (J. B.)

“O rei Zambar pagava cada ano o seu tributo de ouro, além de carneiros e outras dádivas.” (J. B.)

Recebendo ouro e penetrando na vida política dos povos da Índia “Dom Manuel dava e tirava coroas na Índia como se fôsse legítimo senhor do mar”.

Em Portugal por fim já aprovavam aquella política do rei, e dessa vez “fundavam-se os conselheiros de Dom Manuel para continuar a guerra na Índia, que o proveito que se sacava da renda, e compra das mercâncias indianas era tamanho que bem dava para a guerra; e não advertiam os danos da despovoação do reino, e a corrupção dos costumes; como assim a introdução precisa de panos e fazendas estrangeiras para o reino.” (J.B.) Mas, com isso entrava o luxo no país! O despovoamento. Aproveitavam-se do que era destruição. Do que era passageiro, fugaz. E isto não era progresso. Nem uma situação econômica consolidada e próspera.

Dom Manuel ordenou andasse Vicente Sodré, tio do Gama, com cinco navios emparando as casas de feitorias de Cananor e Cochim. “Era isto, a guerra. Sempre foi preciso ter guerras, e armadas em pé para defender o comércio, e conquistas; de modo que estes armamentos (toma nota José Bonifácio) despovoarão o reino, e consumirão todos os lucros do trato.” (J. B.)

Ora, o Andrada não se afasta da afirmação em que insiste sempre : — um só êrro sempre a agravar-se e a ter aspectos novos: o da conquista! Uma vertigem e uma ilusão proveniente de lucros transitórios! E nesse êrro, o rei de Portugal punha a sua honra, a sua vaidade. Mas o que faziam era desfalcicar o que a nação tinha dentro de si, em casa, para lançar fora, longe no oceano imenso e desconhecido numa política de consumição. Esgotava-se assim um povo. Perdia-se êle num terreno ruim em que submergeria atolado. Mas estava nisso o feito quixotesco de Dom Manuel a caminhar atrás da fantasia, da idéia, que o país não realizaria mais: o domínio absoluto dos mares!

Em que resultou êsse intrometimento, êsse contato com povos desconhecidos? Na transformação da mentalidade portuguesa influenciada pela barbaria. Na vaidade dessa ambição pelo quixotismo.

“Os portugueses, escreveu José Bonifácio, naturalizavam sua língua na Índia, e ainda suas superstições. Marsdem viu em Sumatra uma (prática) contra peste que era imitação da que usam cristãos portugueses da Índia, e muito temos principalmente as que exprimem idéias adquiridas depois do descobrimento.” (J.B.)

Dessa vez era a conquista do Oriente. Entretanto para os males do povo português não bastava a África, de quem dizia José Bonifácio: — “As guerras contínuas com os Mouros, junto com as idéias religiosas, exacerbaram os ânimos lusitanos, acrescentavam-lhe espírito militar. Expulsavam os Mouros da Espanha e até foram os debelar nas Áfricas, onde por falta de Política enfraquecemos os nervos.” (J.B.)

Contudo para mal dos males, no tempo de Dom Manuel, já bastava a conquista da África. Mas escreve José Bonifácio:

“A Marinha Portuguesa, que devia empregar-se no comércio, e em fazer respeitar o nome lusitano em Europa, e nas vastíssimas conquistas da Coroa, recebia de dia em dia golpes mortais na guerra de África, sem daí colhêr-se fruto algum sazonado.”

“De que serviam 200 velas em 1515, senão perder gente e dar quebras na reputação nacional? A liga entre el-rei de Fez e Meguiner deu que cuidar a Dom Manuel que quase enfermou de melancolia, vendo o desbarato inútil de sua fazenda, e nenhum sucesso de uma guerra tão renhida: contudo o fanatismo religioso e político contra os Mouros fêz a êles cerrar os olhos aos sólidos interesses do Estado; e as idéias vandálicas do século impuseram silêncio à razão e à prudência. O intento de tomar Larga malogra-se; e as diferenças entre o governador de Ceuta, e Diogo Lopes fazem gastar dinheiro e gente sem proveito algum: contudo não acabou a guerra da África; e tanta impressão o mal entendido pudonor de não abrir mão da conquista, podia para com el-rei, que formou o projeto de abdicar a Coroa, reservando para Algarve, e o mestrado de uma das Ordens militares, para poder a seu sabor continuar a guerra. Porém a nobreza inquieta e desatenta desamparou a el-rei, fomentou azedume entre êle e o príncipe. As rendas públicas tinham recebido grandes quebras pelos gastos do casamento com o irmão de Carlos V, pelas despesas da guerra de África, e sustentação das armadas d’Oriente. El-rei se viu obrigado a impor tributo no trigo sem convocação de Côrtes mas pela intrepidez do principal magistrado. Evora logo se aboliu. A peste que grassava em Lisboa, as destemperanças do ar, que geravam fome, e carestia de viveres, e o terremoto de 1509 tinham contristado o povo, e diminuído o produto da agricultura, que já principiava a decair; assim



as manufaturas que havia. Recresceu outro prejuizo ao Estado, que foi a expulsão de mais de 20.000 casais de Judeus, alguns de 10 a 12 pessoas, que pelo menos montam a 15.000 pessoas perdidas ao Estado, e que foram levar a indústria às Espanhas e outras nações europeias mais alumiadas que nós a este respeito. Apesar dos votos dos mais sábios conselheiros. El-rei por cumprir com ódio fanático dos prejudicados e da princesa Isabel. E certo é uma grande nódoa que a louvados feitos de Dom Manuel se contrapunha pouca lisura acêrca dos judeus! Que triste cena! Os pais folgam antes de matar seus queridos filhos e (a) si próprios, do que (de) desamparar sua religião! E quem levou a fazer isso scñão hipócritas mal conhecidos? Eu quero esquecer-me da lamentável catástrofe de Lisboa em 1505 em que morreram mais de 20.000 pessoas; cujas moradas foram postas a saque e destruição”. (J.B.) — Que época de pesadas provações! De atos esforçados! que vida estagnada! E que rei! Eis um monarca glorificado, mas, traído por uma idéia que vinha dos antepassados. Rei que conheceu as dificuldades da época, porém manteve idéias que eram obsoletas, e se apegou a influências do passado.

Obsecado por essa idéia anacrônica, estagnada, prejudicial, infeliz: está aí uma das feições do quixotismo!

Dom Manuel sucedera a Dom João II, e esses dois reis não se comparam. De um Dom João II, anota José Bonifácio, que “a introdução de escravos d’África, e as guerras ruinosas contra os mouros vedam parte dos bens, que o seu govêrno nobre, equitativo, e ativo fizera nascer. Guerras e desordens civis consomem muitos braços, e fazem mais custosa a subsistência dos outros! Dom Manuel (acrescentará êle) menos ativo, e mais espedaçado, alucinado com as riquezas da Ásia, que interromperam tôdas as

idéias econômicas, e morais da nação, cuida entretanto só em conquistar terras, que de mais nada servem para a fôrça da inetrópole, sustentar guerras, fazer e dotar conventos, sem atender aos braços roubados à agricultura, que necessitava de pão estrangeiro (sem se atender) às fábricas e indústria nacional, encarecendo a manobra, e fazendo subir o preço das virtualhas, o que chamava os gêneros e tecidos estranhos mais baratos, e dava impulso novo para participarem dos gêneros do Oriente.”

A Dom Manuel “seguiu-se Dom João III indolente”, o qual então “quis remediar êstes danos o livre círculo dos grãos cereais, e comestíveis, mandou-os taxar, e diminuindo dêste modo o consumo, e boa venda dos gêneros de agricultura estancou o dinheiro da Ásia na mão dos ricos, cortando-se tôda a comunicação dêle pelas mãos criadoras, e dos lavradores, e artífices. Assim, apesar da riqueza do monopólio da Ásia, decaí a agricultura, e as fábricas desmaiam, os costumes se corrompem, a atividade é fraca, e a nação perde o seu antigo caráter masculino. As ciências que havia aliciado, fogem para dar lugar à argúcia e ao ergotismo Árábico. Peripatéticos os Jesuitas; senhores da educação e da opinião pública nascente”.

“Desconhecia-se então que a riqueza de um Estado é proporcional à povoação e indústria maior em um dado país, fatores dos trabalhos, cujo produto sempre é igual à massa de dinheiro e o que não circular (assim) pela mão do povo, com o curso rápido, capaz de aumentar as compra e venda, é como água estagnada, que só gera doenças morais e políticas, no corpo do Estado; que para vedar o prejuizo dêste instantâneo aumento de numerário, era preciso aumentar por todos os modos a occupação útil pelo aumento da povoação dependente de subsistência fácil e barata de bom go-

vêrno e legislação e da facilidade de achar emprego de ganhar cômodamente a vida. Assim a riqueza da Índia adquirida pelo monopólio real, rapinas, piratagens, e extorsões, servindo de alimento à indústria dos estrangeiros, só servirão de fonte de males para Portugal”.

Os desleixos de Dom João III para com as coisas do Oriente, foi causado pelo zelo de reformar frades e gastar dinheiros avultados, em edificar e aumentar conventos e Igrejas. Devemos a este bom rei de portugueses dois grandes benefícios: a introdução dos Jesuítas e o estabelecimento do Santo Ofício, com que deitou por terra o novo edifício das ciências, e boas artes, que procurava no comércio do seu reinado espertar em Portugal. Seu gênio desgovernado, e pouco econômico esgotou as rendas públicas com dotes avultadíssimos para as Irmãs, legítimas e heranças da infanta D. Maria, e de cinco filhos de Dom Manuel. A transação das Molucas com Carlos V, os naufrágios das naus mal consentadas, e demasiado carregadas, concorreram muito para a quebra do patrimônio nacional; e a não ser a restituição dos bens vagos à Coroa, como além de outros os Mestrados de Cristo, Avis e São Tiago, muitos males daqui decorreriam. Apesar de convocar côrte em Tôrres Novas, Évora e Almeirim, as leis que aí proveu, não foram por seus ministros executadas; as tenças de juro e de herdade na casa da Índia, que se pagaram depois de sua morte pelos interesses dos capitais, enfraqueceram o Monopólio do Oriente. Principiaram então a encarecer os mantimentos pelo atraso da agricultura nascido da despovoação, e preguiça dominante, e foi preciso prover-se o reino de fora por mercadores, que por descuido dos ministros, se monopolizaram e conjuraram, com gravíssimo prejuízo dos

particulares, e do Estado; nem serviram a refrear tanto mal os valos, maranhões, e outros benefícios, que reprimissem as cheias do Tejo; porque os mesmos lavradores semeando em terras dependuradas, areavam os campos, e entupiam as barras; nem este frouxo remédio bastava ao mal político da importação de trigos, e virtualhas estrangeiras. A agricultura não estudada não criava pastagens artificiais e naturais que diariamente faltava ao gado. Então começou a grassar a mendicidade e vadiação pelo Reino, e os costumes e indústrias populares a ir-se adelgaçando; e os presídios e fôrças d’África reduziu a menos, quando acertado era soltar mão delas, ou porventura forcejar por colhêr fruto de tanto dinheiro, suor, e sangue perdidos até então. Cuidou louvadamente em povoar com lucros o Brasil, e para a povoação se fazer com mor facilidade e menor despesas, repartiu aquêlê país em diferentes governações na forma que os reis primeiros fizeram com as Ilhas do Oceano; erigiu Igreja Catedral, e criou governador geral para amparar em igualdade de justiça os grandes, e os pequenos; com que amançou os índios da costa, e outros que viviam à monte.” (J. B.)

Ora, Dom João III é que dividiu o Brasil em capitanias, e depois lhe deu governador geral. Mas com que interesse o fazia? Tudo cai em desleixo; e como já se estava longe do tempo de Dom João II, que não queria a frota portuguesa corresse risco em alto mar ameaçando o país de perdas! O rei ainda vai catar lucros com a viagem de uma velha nau, que se aventura no mar. E descuidado êle reina. A semente das letras, já lançada a terra pelos antepassados, contudo cresceu “com maior fôrça pela trasladação da nossa Universidade, que remozada com os grandes letrados, que

o Sr. Dom João III chamou de quase tódia a Europa culta. Apesar da desgraça lamentável, e singular nos fastos da história, de que o mesmo soberano, que tanto amparava e fomentava as letras fôsse logo depois por iludido e mal aconselhado, quem de algum modo as aca-nhasse, todavia tinham elas deixado já tão profundas raízes entre nós, que ousou afirmar, nenhuma nação do mundo em tão estreitos limites, enriquecera tanto as letras, nem as honrara mais que a nossa. Não cessavam de produzir os engenhos portugueses obras primas, ainda no tempo em que a Nação ia já desfalecendo sobremaneira, com os golpes recebidos diàriamente, dentro da Pátria e fora dela nos campos infaustos d'África, que para nós fôra sempre fonte perene de glória e ruínas." (J. B.)

De fato o monarca tinha iniciativa, porém era desleixado; e o próprio José Bonifácio conta: — "Debalde se queixaram os povos em côrtes a Dom João III dos vexames, dos rizeiros, do desamparo dos campos, do aumento de direito de Alfândegas, dos arrendamentos de vários estancos e estrangeiros, e outros trahantes ávidos e ladrões."

Certa vez o Andrada em uma oração acadêmica que pronunciou, oração essa conhecida como *Discurso Histórico*, afirmou: — "Antes de escrever a época das primeiras povoações da Capitania de São Vicente, será útil esboçar em geral o estado da nação, no tempo do descobrimento do Brasil, por tantos anos desprezado. Entraram portanto nesse bosquejo os últimos anos do reinado do Sr. Dom Manuel, e todos os do Sr. Dom João III". Esse quadro talvez esteja traçado e retraçado nas notas tôdas que José Bonifácio tomou a respeito dêsses dois reis.

Quando o Brasil foi descoberto durante o reinado de Dom Manuel, já se sabe

da situação difícil do país às voltas com a navegação através do mundo. Mas, diante da apreciação dessa época, que ainda é a apreciação de Portugal nos mares, de Portugal a se projetar no mundo, então que se há de dizer do Brasil? Qual o seu destino?

A apreciação da monarquia dos Braganças através das dificuldades políticas principalmente internacionais, e as crises que o reino atravessou com essa dinastia, talvez deixe ver o que Portugal quis do Brasil. Porém isso é história de mais tarde. Por enquanto a dinastia de Avis. A análise do período manuelino, feita por José Bonifácio, é pessimista. No mal-estar social em que o país se encontrava, o Andrada acha de dizer que o desleixo e a preguiça finalmente se uniram para chegar-se à decadência. Há quem fale, nessa época, da preguiça no Brasil.

A política do Andrada, a política com que êle estaria de acôrdo, seria a da casa de Bragança. A que êle veio a entender, praticou e adotou.

Porém, na dinastia de Avis, ainda surge, como um fantasma, a funesta política de conquista. Entretanto o rei já é outro. A Dom João III sucedera Dom Sebastião. Depois do acêrvo de tantos erros, depois de idéias audaciosas executadas por homens de inteligência ainda equilibrada, que havia de surgir? Um cérebro alucinado, um descendente legítimo dos reis que estiveram a esgotar a razão numa aventura formidável, que exigira esforços absurdos da inteligência. A alucinação é a exorbitância da mente humana, que por fim se exalta de um modo estranho. E' desvairado êsse Dom Sebastião, e José Bonifácio diz que, do "seu fanático quixotismo", e, também do insaciável "apetite pelo dinheiro e subôrno da côrte dêsse rei", "os espanhóis se aproveitaram, reduzindo-nos a



sua dependência, e acabando de enxertar-nos os abusos do seu governo inteiramente depravado.”

Mas no curto reinado de Dom Sebastião, a grande idéia ressurge, e tudo é brilhante alucinação, exaltada visão doentia, falha como em um sonho mau, que decepciona e logo aflige. Diz José Bonifácio: “Então até nos poetas e escritores se viram as côres do tempo, idéias falsas e brilhantes. A falta de gosto nas boas artes e ciências mostravam a decadência do Estado. Acrescentemos a isto o Santo Officio, a expulsão dos judeus, artífices quase todos e negociantes; a expulsão dos Mouriscos, quase todos lavradores que deixavam devolutos imensos terrenos. Como se sustentariam (depois disso) as fábricas? Lembremo-nos que a casa de Bragança, que sempre se conservou, foi sempre dirigida e custeada por Cristãos novos.”

Dom Sebastião, acrescenta José Bonifácio, aumentou a guarda real, os criados da Côrte, donde a vaidade e dissolução, e, daí, o rigor, simplicidade e magnanimidade portuguesa acabou.”

Por sua vez “os portugueses ensinavam no fim de 50 anos a melhor guerrear os Orientais: o amor do lucro era maior do que o da guerra; e Portugal estava desfalcado de gente e exaurido de fôrças, e as guerras da África em que perdíamos anualmente alguma praça, também nos embaraçavam. Os índios sabiam as invenções da Europa militar, e, o que mais é, se coligavam por alianças; e em promessas de portugueses cruéis e falsificados nada confiavam. As armadas esgotavam as rendas; os vice-reis e capitães, e oficiais por outra, só cuidavam em encher o sacco.” E citando uma — História de Portugal (1588) — José Bonifácio acrescenta: “On estima donc qu'en gaignand Les Mehometistes et Ido-

lâtres, ou partie d'entre-eux, ce seroit L'appuy de L'estat et du trafic en ces quartiers. Il faloit seulement des intruments pour entamer cette besogne et la poursuivre courageusement... se présentèrent nouvelles difficultés, à cause d'une si longue navigation, qu'il faloit gens de cervelle et qui se fussent pas du tout si gras que les prestres et moines ordinaires, mais plus contemplatifs, et de légère talle pour aller et venir en divers lieux. Finalement les Jésuites furant estimés des plus propres de tout, et envoya-on mémoires à Pierre Mascaregne, ambassadeur de Portugal à Rome pour en obtenir quelques uns.”

Do cardeal Dom Henrique, José Bonifácio nem diz palavra: a velhice, a decrepitude, o reino, que pensava salvar-se com essa até então esquecida figura humana, não tem pois comentário.

E depois disso, uma vez que os reis de Portugal desaparecem, preferiu o Andrada silenciar. Contudo certa vez traça de relance, em um dos seus comentários, a seguinte frase: “Com o longo cativo da Pátria fugiram de novo esparvidas as Artes e as Ciências, que só começaram a luzir no reinado do Sr. Dom João V”. Mas diz acerca de Felipe II: “promulgou um édito (péssimo e aladroadado) que os ofícios se vendiam em hasta pública.”

## VII

### A DINASTIA DE BRAGANÇA

Morto o rei Dom Fernando, e sem sucessores a dinastia de Borgonha, a herança do trono fôra segura logo pela mão lesta do mestre de Avis, que se fêz rei de Portugal impedindo então a independência de um povo se arrolasse entre os bens de um inventário, para serem deferidos a parentes da família real, interessados em ganhar domínios.

Mas quando se extinguiu a dinastia de Avis pela morte de um velho cardeal e rei, sem descendência, entregaram o reino de Portugal a um Habsburgo, filho de Carlos V, imperador e neto de Dom Manuel, o Venturoso, isto é, deram-no a Felipe II, de fato rei de Espanha, e que se acomodou no trono português com o nome de Felipe I de Portugal.

O domínio espanhol foi de quarenta anos.

O movimento de restauração de Portugal se elaborou lentamente com o sentimento que tomou a política européia, muito embora falem em “obra do acaso.” E que havia de ser êsse acaso?

Já é o tempo em que a França vai se impondo para ditar leis internacionalmente, e isso quanto o rei Luís XII começa a enfrentar o Império de mais de meio mundo, que foi a Espanha.

Mas desde o tempo de Richelieu ministro, que, para combater o vizinho de além-Pirineus, tinha a França “procurado, por diversas vezes, antes de 1º de dezembro de 1640 (a restauração de Portugal) levar-nos à emancipação” — diz o historiador português contemporâneo, Eduardo Brásão.

Portugal seria então um provável aliado e atacaria a Espanha de um lado, enquanto os franceses o fariam do outro.

A restauração de Portugal far-se-ia com a política de enfraquecimento da Espanha, iniciada pelos franceses. Dom João IV, o fundador da dinastia de Bragança e restaurador de Portugal, foi quem se valeu dessa política, e a respeito desse rei anotou José Bonifácio:

“Voss (Handbuch der neusten Stas-tengerchichte Europens. Halle 1724, 12.º), diz que Dom João IV não tinha gênio empreendedor, nem atividade de ca-

ráter. Engana-se no que diz acêrca das côrtes, e junta dos três Estados.”

“Na revolução de 1640 a monarquia estabelecida foi uma obra do acaso, assim como a República nos Países Baixos unidos. Se a nação não tivera pôsto no trono a Dom João IV, mil queixas carregariam sôbre êle. Diz que as côrtes ofendidas do proceder do Papa em não reconhecer Portugal, e não confirmar os bispos, instavam com el-rei de sacudir o jugo hierárquico, mas que a bigoteria del-rei não quis dar ouvidos a êste desejo, aconselhado pelo inquisidor geral.”

Nesta citação muito pormenorizada acêrca da política européia, e, por isso mesmo, de grande significação, há diversos pontos a considerar.

Primeiro: diz-se que a restauração da monarquia portuguesa “foi obra do acaso, assim como a República nos Países-Baixos”. Ora, falta nesta citação esclarecer o papel da França, na política internacional daquela época. Porém, quando êsse trecho se refere a Dom João IV, pondera que “mil queixas carregariam sôbre êle (Dom João IV), se a nação o não tivera pôsto no trono”.

Resta procurar quem seria, neste caso, o queixoso: ou os queixosos. Não seria a própria nação portuguesa, porque, se ela não quisesse entronizar o rei, não haveria de se queixar do que era da sua vontade. Entretanto se fala em “se a nação não tivera pôsto o rei no trono”. Se ela é que não pudera colocar o rei, não havia de se queixar do rei.

Mas os franceses é que haviam então de censurar por quererem contar com Portugal independente. Quer dizer que as questões internacionais é que falam na História.

As queixas recairiam sôbre o Bragança: porque é possível que, tendo êle com a França, o compromisso político de as-

sumir o governo de Portugal não no cumprira. Mas desta vez a trama da política internacional, que ia refazer o trono português, prendia-se à França.

Dom João IV, nessa questão da independência de Portugal longamente debata, é acusado de ter receado alçar o colo em rebelião contra a Espanha. Diz-se que consultara o secretário Antônio Pais Viegas se devia ou não aceitar o trono, e que depois de falar ao secretário se aconselhou com a mulher, D. Luísa de Gusmão. Então conta Luís Augusto Palmerim, sem entretanto dar crédito ao que diziam que a duquesa “o tiraria das perplexidades em que êle se via, dizendo: — *que tinha por mais acertado morrer reinando que acabar servindo*; palavras que os manuais da história nacional parafrasearam dêste modo: — *antes ser rainha uma hora, do que duquesa toda vida*, e que ficaram sendo como o traslado do pensar varonil de D. Luísa de Gusmão. E o narrador acrescenta estas palavras de bom senso: — “O fato do duque de Bragança ter sido a única pessoa que ouviu a réplica da duquesa, que na *sua câmara fôra consultada, sem testemunhas*, tira tôda a autenticidade à eufônica resposta da duquesa, que contava apenas vinte e sete anos de idade, e sete de pouco bem casada, sendo mais natural que ela antes ambicionasse trazer seu marido a bom caminho, do que proporcionar-lhe novas e mais fáceis ocasiões de exercer sua versatilidade conjugal.” (Rodrigues Carvalho, 1640, *Richelieu e o duque de Bragança*, pág. 58).

A respeito dessa difamação do rei que restaurou Portugal, lembra Antônio Sardinha o que Joaquim Vasconcelos esclarece a respeito da procedência da calúnia.

Lançaram-na panfletários castelhanos.

Repetiu-a, descrerioso, Mr. de Vertôt, em francês clássico, mas em argu-

mentação frágilima: isto então já no século XVIII quando a política da França mudara desinteressando-se pela aliança de Portugal (*À Lareira de Castela*, página 254).

Quer dizer que menoscar o rei de Portugal era revide espanhol, levianamente espalhado por um francês.

Também questão relativa à restauração de Portugal, é apontada por José Bonifácio: a recusa do Papa a reconhecer a independência do país, e a confirmar os bispos de Portugal.

“A Espanha dos *reis católicos* (escreve Eduardo Brasão) era ainda então, apesar do seu marcado declínio, uma grande potência com que a Santa Sé tinha que contar e cujos domínios italianos confrontavam com os Estados eclesiásticos. Não podemos perder êstes elementos de vista para uma nítida compreensão da atitude assumida nesse momento pela Igreja para com o novo estado que se emancipara da tutela pesada dos áustrias espanhóis.” (*A Restauração*, págs. 263-264).

Política nova: a ascensão da França à primeira nação da Europa, e predomínio que perderia mais tarde, usurpado pela Inglaterra.

Mas o equilíbrio europeu, com isto, se tornou outro.

E' preciso compreender a posição de Roma nesse novo equilíbrio.

Na fase de transição em que se esfacela um Império para se sobrelevar, na política européia, o rei de França, o interesse de Roma não era de acompanhar os franceses, mas de ainda assessoriar a Espanha, aquêlê Império sobre o qual o sol nunca se apagava.

A França estava esboçando uma política que modificaria a posição internacional dos povos; o Papa entretanto estava radicado à questão social, à vida interna



das nações, e a Espanha representava, em grande parte, essa vida social radicada à Igreja. Uma política conservadora, prêsa ao vigente estado de coisas, era a do Sumo Pontífice. A sua vontade era de que o mundo estivesse em paz sem que se perturbasse a sociedade com a guerra. E como a Igreja se empenhasse na questão social de grande extensão dentro da Espanha, apegou-se a êsse seu elemento, tendeu para o lado da Espanha, e ficou aquém da política de França. Por sua vez o Papa compreendeu que, com a Europa perturbada politicamente desde Lutero, devia êle desenvolver a sua ação fora do mundo europeu, e, para isso, inspira Inácio de Loyola, que fundara a Companhia de Jesus, a não só reagir contra o protestantismo na Europa, mas também a se empenhar nas missões, buscar a Índia e o Brasil: uma nova humanidade a ressurgir, e que era preciso catequizar, integrando-a depois 1 o equilíbrio político universal.

Santo Inácio de Loyola era espanhol: precisara assim o Papa dêsse espanhol e dos seus sectários, com que preparar a História do Futuro, que é como a designa o jesuíta Antônio Vieira. A reação protestante se travou dentro do Império dos Habsburgos para ser uma questão espanhola, e da qual o Papa não podia desertar, ficando neste caso prêso à Espanha.

A política francesa era dúbia: dentro do país Richelieu foi homem da Igreja, fora da Igreja, no terreno político internacional, se tornara aliado dos protestantes. De fato Roma não sabia como ficar com a França.

Na reação contra o protestantismo, contra os rebeldes à Igreja, a política espanhola era implacável.

Com Luís XIII começa uma política de ataque à Espanha, continuada mais

tarde com Luís XIV, rei que desagradava ao Papa.

Richelieu já submetia a Espanha fazendo-a ceder terreno aos interesses franceses. Portugal, no intuito de se separar da Espanha, não tira os olhos da política francesa: daí o Papa, fiel à Espanha, ser contrário a Portugal, como lembra a citação que José Bonifácio colheu, e daí aquêle inquisidor geral de quem se deve desconfiar e a quem o duque de Bragança, mais tarde Dom João IV, não quis, em todo caso, dar ouvidos quando êsse inquisidor instigava Portugal a se rebelar contra o Papa.

Parece habilíssima a conduta do rei português a ver que precisava de estar em paz com o Papa. Mas estar bem com o Papa era estar bem com os jesuítas, naquele momento elemento preponderante no Vaticano. O bom caminho era pois andar com os padres da Companhia de Jesus, e o rei de Portugal então se identificou tanto com o padre Antônio Vieira que os maldizentes divulgaram o padre ser o rei de Portugal, e o rei um instrumento na mão do padre.

A política francesa auxiliou de fato a restauração de Portugal que durante algum tempo teve de se aliar à França, exclusivamente, mesmo porque a Inglaterra, de quem se valeria mais tarde, andou em revolução. Mas a França era então a França poderosa e a querer Portugal, à ilharga da Espanha, fazendo política em aliança com os franceses. Portugal teve de estar do lado do país mais poderoso na ocasião. O rei português Afonso VI, fraco da razão para deixar Portugal à mercê da política internacional, desposou uma Nemours, francesa, que depois, em segundas núpcias, passava, como garantia política da França, ao leito de Pedro II, sucessor do irmão, e rei mais lúcido de idéias: êste casamento seria uma inalterabilidade na situa-

ção favorável aos franceses que conservam com isso a aliança portuguesa em suas mãos.

Afonso VI — Reúne uma “armada contra os turcos”. É a repetição da história de sempre, como anota José Bonifácio: “Dom Manuel, contra os turcos grande esquadra; Dom João III também ajuda Carlos V, e também concorre para a expugnação de Túnis.”

De Dom Pedro II escreve José Bonifácio que Voss “diz que os Jesuítas favoreceram o partido de Dom Pedro II, e que a rainha que desejava governar e dominar tudo, viu-se forçada a unir com Dom Pedro, cujo caráter amável e galanteio aliás lhe agradavam; e o meio de reunir foi promover motins no povo de Lisboa; deduz a íntima amizade com a Inglaterra e os tratados provenientes de Dom Pedro, não só da reciprocidade política do Estado, porém, mais para apoio seu e defesa, contra os próprios vassallos, que temia. — Mofa de Dom Pedro declarar o Papa por juiz da questão da Colônia em Castela.”

Completa-se assim no reinado dêsse Pedro II a obra política encetada por Dom João IV (que procurara aproximação com o Papa, para o que muito pesava a ordem dos Jesuítas). Voss quer recriminar a bigoteria dêsse rei, e o denuncia por voltar à política do restaurador de Portugal. Mas é bom ver como se chama o historiador que recrimina os reis de Portugal. Usa êle pois um sobrenome sugestivo, holandês, quer dizer, era um protestante, um adversário.

Em toda espécie de escritor José Bonifácio foi colher dados a respeito da História de Portugal, não lhe escapando da curiosidade os estrangeiros. E Voss o era.

Mas chega a vez de se referir a Dom João V, de quem é difícil falar bem, tal é a maneira de o detestarem.

Denunciam-lhe um caráter falso de homem dado a amores fáceis sob o disfarce da austeridade de um espírito altamente religioso, os escritores dispostos a atacar o colbertismo do rei de Portugal, estugados pela crise econômica do país, incômoda a todos. Pelo fato dêsse rei ter se aproximado dos jesuítas, depõem contra êle os historiadores, e, exímios na arte de retratar, empanam o título de *Magnânimo*, dado, certa vez, pelos portugueses, a Dom João V.

Mas êsses acusadores tomam partido.

O que o rei “magnânimo” fêz de bom, então passou desapercibido nessa época em que o ouro brasileiro chegava a Portugal como sendo uma dádiva do céu.

Fala-se em luxo, em grandes obras públicas, custeadas com o que vem das minas descobertas no além-mar. Mas não se faz referência à tentativa de industrializar Portugal criando a metalurgia, o fabrico de sedas, louça, papel, com os filões auríferos do solo brasileiro. Isto era pois transformar uma riqueza em outra mais proveitosa. O estilo que Dom João V criou para o mobiliário, foi pois consequência de incrementar no país a atividade industrial. Porém os franceses e ingleses recorriam, para arruinarem as indústrias nascentes, à compra da matéria prima dos portugueses, ou mesmo dos “teares de fitas, meias e outras manufaturas para os destruírem.” E os quebravam. Êstes “vários expedientes, nem sempre os mais honestos”, foram empregados para anular o surto de progresso de um país. (*História Econômica de Portugal*, Francisco Antônio Corrêa, vol. II, págs. 34 e 35). Com esta animação da vida econômica já se modifica a mentalidade portuguesa. Não deixa de se referir a essa modificação José Bonifácio, que se mostra impressionado com a fase histórica que data de Dom João V; então escreve:

—“Com o longo cativoiro da Pátria fugiram espavoridas as Artes e as Ciências que só começaram a brilhar de novo no reinado grandioso do Sr. Dom João V.”

Eis pois que o Andrada se refere a êsse rei português falando em “reinado grandioso.”

Mas êsse rei era mercantilista. Havia o Andrada de acrescentar aos seus conceitos a respeito de Dom João V o que condizia com o pombalismo. Falando pois das artes, do seu desenvolvimento, afirmaria “que só firmaram de todo no solo português pela queda dos jesuitas e pela reformação dos estudos que devia produzir aquêlê acontecimento no felicíssimo reinado do Sr. Dom José I, de quem podemos dizer *veteres revocavit artes*”.

Há, no que diz o Andrada, uma preocupação pessoal, uma presunção, com a constante referência ao homem sábio a influir no progresso do país.

Essa sua vaidade vai mais longe, envolve as suas presunções de cientista: “Começaram então os doutos de entre nós a sentir a necessidade de reunir suas forças em corporações literárias que a princípio não podiam deixar de ser fracas, e mal constituídas. Todavia a Academia Real de História, ainda que efêmera de duração, foi digna do nosso agradecimento (afirma José Bonifácio) pelos trabalhos corajosos de seus sócios em cavar as ricas minas da nossa história, que, até então, estavam em grandíssima parte incultas e desaproveitadas.”

A idéia de convivência dos sábios, a intenção de tornar essa convivência numa instituição social proveitosa ao governo; o fato de ter se formado sob a proteção de D. Maria I a Academia Real de Ciências e de a ter presidido o duque de Lafões, “em cujas veias circulava o

sangue dos Braganças”: tudo levava José Bonifácio a recomendar, a considerar prósperas essas organizações, que encheram o século XVIII e inspiravam a José Bonifácio a Sociedade dos Fisiófilos, aliás de fins mais reais e de competência mais definida.

Pois ia o Andrada buscar, no reinado de Dom João, V, os primórdios do espírito científico e cultural dessas agremiações, que de fato apreciava.

O que ficou havendo, o que subsistiu, era o que tinha brotado da situação econômica favorável do reinado de Dom João V. Mas tornou-se galho ressequido, estrutura da planta exótica que tivera seiva. Não será outra coisa senão uma continuação da política econômica de Dom João V, o industrialismo em que se empenhou Pombal, para tornar Portugal independente da Inglaterra, de cujas indústrias tinha êle de se abastecer.

A história do reinado de Dom João V vem sendo refeita, ultimamente, modificando-se muito conceito tendencioso exarado acêrca do monarca que cuidou da industrialização do país, com espírito mercantilista.

Ameal, recompondo a fisionomia de-se Bragança, reconhecido pelos portugueses como “O Magnânimo”, foi buscar opiniões favoráveis ao rei, e as divulgou:

—“Depois de ouvir os Conselheiros resolvia os negócios segundo lhe parecia mais acertado”: advertiam uns.

Mas do rei falou bem um súdito como Alexandre de Gusmão, dizendo que Dom João V era de fato “tão ambicioso como ilustre”. Veio depor, de modo muito convincente, a favor dêle, o embaixador francês que se pronunciou assim: “Aucun prince n’a plus de talent, plus d’esprit et peut être plus de connaissance des



affaires... (*De Dom João V a Dom Miguel*, págs. 14 e 15).

Sabia êsse Dom João V de duas coisas que havia de ter: com os franceses "esprit", isto é, esperteza; e com o resto do mundo coragem de competir para se salvar da concorrência econômica estrangeira com Portugal, mesmo dentro das fronteiras portuguesas. — "Pretendeuse (escreve Fortunato de Almeida) que el-rei devia com aquela abundância de recursos firmar as bases da economia nacional... desenvolver as indústrias existentes e firmar novas, alargar o comércio." (*Apud. Ameal, ob. cit.*, pág. 38)

Entretanto era um rei que, surgindo com tanto ouro, julgaram um ricoço, preocupado com ostentar e competir com o que a Europa possuía de civilização. Torna-se, porém, estranho, porque passaram a julgar tendenciosamente o seu feito religioso, em um século de ímpios e de blasfemadores. Ora, crente como um Luís XI, porém desfalcado dos elementos políticos de que dispunha êste rei da França para se impor: desacreditaram o rei.

E' de fato preciso examinar o avêso da alma dêsse monarca discreto e cerimonioso, a quem chamaram beato para não o remeter para as sombras da Idade-Média sem ver que era um rei economista e que procurou em época das indústrias industrializar Portugal.

Mas rico porque o Brasil tinha jazidas de ouro; e feliz tão somente porque as minas de Serro-Frio, descobertas, colocaram Portugal em boa situação financeira: esta opulência e felicidade era muito pouco, e muito efêmera.

Dom José foi o rei a quem serviu o marquês de Pombal. Era pai de Dom Maria I, em quem José Bonifácio reverenciou a realeza. E foi o sucessor de Dom João V, no trono de Portugal.

Nenhum estadista português influuiu tanto na mentalidade dos homens do seu país como Sebastião José de Carvalho e Melo, o ministro de Dom José. A aversão ao jesuíta êle incrementou nas classes intelectuais. Espírito dos mais moderados e dos mais religiosos, acabou entretanto por não admitir a ação inaciona. A religião do Brasil acabou apegando-se ao seu aspecto caseiro, e não mais compreendia uma organização de grande envergadura social. E são todos a se opôr à Sociedade de Jesus. Quer seja José Bonifácio, quer seja um José Feliciano Fernandes Pinheiro, são todos a reprovar a Companhia. A reabilitação dos Jesuítas é feita mais tarde. Porém no tempo de José Bonifácio ainda se pensava sob a influência do famoso marquês que de frente aceitou a luta de extermínio com a Companhia de Jesus naquella tempo sobremaneira poderosa.

E' nos dias do reinado de D. Maria que começou a vida pública de José Bonifácio; e êle então discursou certa vez na Academia Real de Ciências para dizer:

— "Mas ficou reservado aos dias gloriosos de D. Maria I ver nascer e formar-se com o seu favor e proteção uma Academia Real de Ciências; idéia que concebera e realizara o duque de Lafões, nosso egrégio fundador e presidente, em cujas veias circulava o Real Sangue de Bragança; ficou reservado ao Nosso Augusto Príncipe Regente consolidar a obra da Sua Augusta Mãe."

Dom João como regente da sua mãe, a rainha D. Maria I, que enloqueceu, é o presente para José Bonifácio. Êsses fatos são do seu tempo. E, como economista, havia então de dizer ao seu país: "Portugal (está) sem necessidade de bem estudar a sua balança comercial pecuniária porque entrá na classe dos países como a Holanda, Itália, e cidades

hanseáticas, tôdas de território limitado, que devem ter uma indústria, e comem ao superior a seus meios naturais.” Precisam elas de procurar, no mercado internacional, o que dá a agricultura logo dependem de uma troca de produtos e de um comércio internacional desenvolvido. Este conceito, em que pese o Andrada ser fisiocrata, parece mercantilista.

Mas para ter indústrias necessitava Portugal de desenvolver a sua agricultura e rebanhos, necessitava de voltar-se para o campo. E acrescenta o Andrada: “Gêneros que deve principalmente cultivar Portugal:

“1.º Lãs, que se deviam melhorar pelo cruzamento das raças e mencio dos rebanhos, pelo fomento à sua exportação e emprêgo.”

“2.º Sal, que podia ser mais bem feito e não tão corrosivo. Os portugueses não deviam contentar-se com não virem buscar os estrangeiros; devem êles mesmos o vender.”

“3.º Os vinhos, que podiam melhorar, de modo que excedam os francezes; arrancar as vinhas é um atentado contra a propriedade, e um êrro de agricultura, e ignorância de economia política.”

“4.º O azeite. Esta cultura deve ser mais cuidada, pois que quase todos os oiteiros e encostas e planícies de Portugal são Capepes de criar olivais. E dêsse modo ficariam desempregados os vales, e terras regadias para o plantio dos grãos. Demais o azeite de pesca devera ser melhorado e empregado na iluminação pública e particular da gente pobre; o que fará o supérfluo de azeite de oliveira maior.”

“5.º A sêda. Quase tôdas as províncias de Portugal, principalmente Trás-os-Montes, Beira e Minho, são esparsas de grandes criações e foi êrro planificá-las em Lisboa.”

“6.º Madeiras. Os pinhos, carvalhais e castanhas devem ser fomentados, e com todo o cuidado e até de novo plantados. As terras áridas de Portugal amaciando-se gradualmente servem tão bem para os quintais, carvalhais e castanhais. Teremos, então, madeiras de construção, resinas, e dêste modo fariamos as terras mais sadias, mais úmidas e por consequência mais férteis e abundosas.”

“7.º Cereais. Abertos os canais de rega: aperfeiçoada e usada a hidrodinâmica; feitas reprêsas em tôdas as fraldas dos outeiros das terras; repartidos os estrumes e a mistura das terras; repartidos os baldios, e comuns dos conselhos; divididas as grandes estradas em praças com foros pequenos; fomentado e ajudado *com muito dinheiro o agricultor*; melhor distribuídos e arrecadados os impostos, Portugal poderia ter o triplo dos grãos que hoje colhe e chegar quase ao estado em que estávamos no tempo de Dom Fernando. Mas isso será impossível, se sèriamente não cuidarem os administradores do Estado em aumentar, sobretudo, a povoação; e esta cresce, tirados os obstáculos”.

“8.º e último. Pesca. Eis aqui o objeto mais importante de uma nação como a portugêsa. Um povo pequeno que se estende ao longo de uma costa marítima, na melhor situação da Europa para um vasto comércio com um terreno árido, e colônias ao longe com imensidades de terras deve de necessidade aperfeiçoar um ramo de substância donde há de vir barateza de viveres, embôlso de espécies, e uma escola de marinheiros, e aumento de marinha mercante. A Holanda, nossa mestra, subsiste e deve às suas pescarias a mor parte do esplendor e riqueza de que goza. Assim os portugêses devem ser negociantes marítimos, porque têm

colônias para sustentar e abastecer; porque têm um país pequeno, e não próprio de tudo; porque a sua situação geográfica assim o requer.”

Na verdade era do campo que José Bonifácio curava; era o campo que êle dividia, plantava, abastecia d'água, alindava com o trabalho. Era o campo opíparo, as colheitas excelentes, e a terra ópima a produzir — que êle precenizava. E acrescenta:

— “Portugal como recebia as fazendas de Inglaterra, e por êste canal se lhe ia muita parte do seu ouro, assentou, que o estabelecimento e manufaturas de seda, então era o meio de não empobrecer: mas, não assentou que uma nação que não faz comércio de economia, e de escala deve antes de tudo começar a renovar a agricultura aniquilada e animar a frota. A indústria das sêdas, cultivadas e trabalhadas pelos cristãos novos, foi, pela Inquisição poderosa, debaixo do govêrno da Casa de Bragança, com perseguições e extermínios, inteiramente destruída. Uns fugiram para Valença, outros levaram cabedais na Inglaterra e Holanda.”

José Bonifácio admitira, pois, uma diferença entre os países: havia aquêles que eram “de território limitado e comem superior a seus meios naturais, como acontecia com a Holanda, Itália e cidades hanseáticas, “tôdas de território limitado” e havia os que, como a Inglaterra, França e também Portugal, eram países com território para nêle desenvolver-se a agricultura. Uns se regeriam pelo mercantilismo; porém, os outros, pelos princípios ditados pela Fisiocracia, que sabe se valer da agricultura. O Andrada cita um exemplo muito conveniente, com que mostra quanto a insistência em desenvolver as indústrias pode prejudicar a agricultura e a nação:

“Portugal, que podia tirar do seu próprio terreno, e ao menos do Rio Grande, os trigos necessários, compra-os à Inglaterra. O antigo rei da Prússia pôs, como fundamento do seu sistema de finanças, o aumento da agricultura, isto mesmo tem adotado o sábio Parlamento britânico, a Suécia, a Dinamarca, a Suíça, etc., e se tem pôsto em tôda sua luz, depois dos utilíssimos estabelecimentos de sociedades agrônômicas. Portugal, porém, que não tem uma destas corporações, e ignora todos os fundamentos da boa imposição das taxas. O que a agricultura poderá jamais ter? O lavrador em Portugal, além de ser pobríssimo, é ignorante. E sôbre a sua indústria recaem tão exorbitantes impostos, como dízimos, décimas, direitos senhoriais, etc., que do produto bruto, tirados os avanços da cultura e da renda, fica tão pouco, que do produto líquido, descontados todos os impostos, não fica sequer com que sustentar a produção. Daqui a sua nímia pobreza e a falta de cultura das terras. Acrescem a tudo isto os impostos sôbre a consumação, os direitos de alfândegas, transportes, e tudo, conforme o novo sistema de Economia de Mirabeau, etc., vem a recair sôbre êle, o lavrador. Depois disto a falta de manufaturas dêsses mesmos gêneros brutos faz com que não rendam tanto quanto podiam ao Estado.”

“Portugal devia adotar um método mais cômodo, e menos oneroso de cobrar as rendas. É como diz Piefeld (*Int. polit.*, pág. 405), que o modo de cobrar as imposições faz mais dano ao povo que a mesma imposição. Portugal tira dos vassallos já décima, já dízimos, direitos de entrada das mercâncias importadas, e outras da alfândega, exorbitantes pelos aumentos da Rainha, já novos impostos, subsídios literários, e outras mil imposições. Quem não vê, que não tendo Portugal um comércio



ativo, e, faltando-lhe quase todos os meios de fazer girar e frutificar o dinheiro, que esta multidão de impostos pesados vai sacrificar o povo e fazer a indústria se afogar no seu berço? Seria bom que os nossos principais considerassem que os vassallos não devem pagar mais do que o preciso para se manter o Estado, e que, além disso, deve haver uma igualdade proporcional, tanto quanto é possível, entre todos os contribuintes, e seria bom que reconhecessem que todos os impostos vêm a recair em último lugar sobre os lavradores. Além disso todo o impôsto sobre o produto da terra é um meio de desanimar a indústria do lavrador, e de enriquecer o proprietário. Se, entretanto, vissem os gravíssimos prejuízos que resultam para a agricultura, provenientes de serem os senhores das propriedades frades, clérigos e fidalgos privilegiados, que não pagam certos impostos! Daqui se segue serem os lavradores meros vendedores, que não passam de simples agentes de indústria, sempre misérrimos e incapazes de pagar os tributos ao reino, sem se arruinarem a si. E vivem com o tempo a arruinar o Estado. Mais: o pagamento não deve ser uma extorsão ao vassallo; e se deve evitar tôdas as vexações. Bem sei que cá para êste fim talvez se arrendem vários tributos, como dízimos, etc.; mas êste arrendamento longe de ser útil ao lavrador e ao rei, lhes é sômente prejudicial. Ao lavrador é pernicioso porque os rendeiros para ganharem mais do que é justo fazem as costumadas vexações. Ao rei é pernicioso, por dois motivos: 1.º, porque tem interesse em que se não lesem os vassallos; 2.º, porque dêste modo os lavradores não pagam quanto devem, dizendo-se que aquilo é um furto. E isso serve sômente para enriquecer aos rendeiros. Seria preciso para

procedermos com menos generalidade, analisarmos cada tributo por si. Julgamos, porém, supérfluo, etc., etc., (J. B.).

A questão tributária é indício de crise econômica trazida ao país, se onera a agricultura de impostos para incentivar a indústria.

Condenando a industrialização do país sem antes partir de uma política econômica de desenvolvimento agrícola, êle doutrinaava como os Fisiocratas. Turgot, convencido da significação da agricultura, para a França, falava nela tanto quanto Sully, que dizia ser o campo a base da riqueza da sua nação. Portugal esgotou-se industrializando o país, o que foi "política econômica do conde da Ericeira (que) pelas suas viagens no estrangeiro, não se podia considerar alheio às manifestações do Colbertismo", política que se toma de "exageros que correspondiam ao que poderemos chamar uma crise de nacionalismos". (Francisco Antônio Correia, *História Econômica de Portugal*, II, pág. 39).

Já se projetava a Grã-Bretanha nos mares e os seus interesses rolaram imediatamente em direção a Portugal, que encetou melhorar a sua situação econômica embaraçada por ter contrariado os negócios com a Inglaterra, firmando então o tratado de Methwen com os ingleses, que preferiram Portugal à França, para comprarem vinho. Preferência (acusou certa vez Dom Luís da Cunha) calculadamente política, porquanto, pelo lado econômico (reclamava Adam Smith) era de preferir a mercadoria francesa, se ela vinha de muito mais perto: parece que Adam Smith não chegava a entender de política internacional... Tratado simples, diz Francisco de Oliveira Correia, foi êsse denominado de Methwen; entretanto,

significativo e, na verdade, de muita consequência.

A Inglaterra com êle firmaria, ainda mais, o seu comércio marítimo, levando a Portugal a salvação imediata, animando nesse país uma pequena vida agrícola em solo áspero, onde medra a videira. Nos lucros contratados, Portugal teria o solo aproveitado; mas navegar, vender, transportar, seria para a Inglaterra. Já Pombal, reagindo contra essa política inglesa acudira para regular a favor de seu país a navegação de cabotagem. Mas, inglês havia de ser, provavelmente, todo negócio, com as colônias de Portugal, e inglesas seriam as fábricas e a indústria das quais consumiria os produtos o povo português. Claro que todos vêem nessa distribuição de atividades de quem as perdas, e de quem os lucros. E os laços de imediato interesse entre Brasil e Portugal teriam de se afrouxar, com essa intromissão da Inglaterra.

Mas Portugal, país implantado aos dois lados do Atlântico e como que cindido, possuidor de escassos recursos econômicos, não haveria de assegurar da Europa o seu poderio na colônia, por lhe faltar recursos, com que chegar ao além-mar. Sem indústrias precisaria de indústrias para, como fornecedor, ter o predomínio em terras brasileiras. Já Duarte Ribeiro de Macedo, em 1675, na sua memória *Sobre a introdução das artes*, escrevia: “Mas é êste que pede remédio pronto, porque, se continua, se perderão as Conquistas e o Reino; as Conquistas, porque a sua conservação é dependente do valor dos frutos que nelas se cultivam, — e se não têm valor, não têm gastos, nem se podem comutar pelo infinito número de gêneros de que os moradores delas necessitam; o Reino, porque o dinheiro é o sangue das Repúblicas, e sucede no corpo político com a falta de dinheiro o mesmo que sucede no corpo físico com a falta de sangue.

Sem dinheiro e sem comércio poderão viver os homens, — mas da mesma sorte que vivem os índios no Brasil e os negros em África, dos frutos rústicos e naturais, mas sem sociedade civil, que é o que os distingue das feras.” (Págs. 243 e 244). E nunca os impérios. Ora, Ribeiro percebe bem os laços econômicos que deviam assegurar o domínio português no Brasil. Diz então, que o dinheiro é o sangue das repúblicas. Já é o conceito de que a circulação é o fator da unidade política; a nação, diz Vidal de la Blache, é a adoção de modos de vida diferentes.

Mas como se foram apagando essas idéias? Como de nada valeu voltar Pombal a elas? Como o Andrada, engenhoso, encontrou outros com que afastá-las? Como as últimas esperanças nelas é Pombal no govêrno?

De fato Luís da Cunha ao ver que terminavam os dias do reinado de Dom João V, a quem serviu na qualidade de ministro, endereçou a Dom José o famoso *Testamento político* vazando conclusões amargas a respeito do tempo prolongado pelo reinado dos dois reis a quem servira, pois fôra do conselho de Dom Pedro II, como de Dom João V. Mas “a revolução do marquês de Pombal (escreveu Oliveira Martins) acha-se esboçada no Testamento de Dom Luís da Cunha”. Só vejo um ponto em que admitir a afirmação feita, e está no conselho dado a Dom José para que tomasse como secretário do Reino, “Sebastião José de Carvalho e Melo, cujo gênio paciente, especulativo e ainda que sem vício, um pouco difuso, se acorda com a nação”. Dizendo assim, eis pois traçado um dos mais perfeitos retratos do estadista.

E' uma temeridade dizer que Carvalho e Melo era o homem cujo gênio “se acorda com a nação”. Previa Luís da Cunha o êxito dêsse ministro embora

fôsse um pouco difuso". Que êxito foi êsse?

Se Dom João V revelara benemerência, e não pudera ter a ousadia respeitad<sup>a</sup> das grandes figuras políticas europeias da época (daí considerarem-no bisonho), Sebastião José de Carvalho e Melo é que vai trazer a ousadia para Portugal. De fato é aquêlo cujo "gênio paciente, especulativo" se revelou obstinado.

O seu espírito indagador (especulativo) é que na verdade fêz Carvalho e Melo refletir e aproveitar as idéias dos que o precederam no govêrno, para que Camilo achasse de lhe apontar mediocridade e tendência a surripiar o que era dos outros. Mas, se é que tinha gênio paciente, julgava necessário insistir nas idéias que os outros não puseram em execução : ora isso importa em intuição das coisas de govêrno.

De fato Vieira já pensara nas grandes companhias postas em prática pelos holandeses, que dominaram o comércio marítimo, e Vieira aconselhara a Portugal usar do sistema. Pombal viu a Inglaterra fazer o que os holandeses fizeram lucrando com as grandes Companhias, e pensou em imitar os inglêses a prosperarem muito; retomou a idéia que era de Vieira. Seguiu as pegadas do jesuíta.

Êsse aproveitar-se do que outros povos estavam pondo em prática, era a fim de passar à frente da Grã-Bretanha, em um comércio que interessava Portugal. Ora, o duque de Oeiras não quisera Portugal cedesse a posição a outros povos; e havia muito que sentia a necessidade da autonomia econômica do país a se bastar a si mesmo, principalmente para com isto manter sob a sua dependência a colônia. A política de Pombal foi de franca competição com o povo inglêz. A verdade é que muito do que Carvalho e Melo escreveu de Lon-

dres para Portugal, era indício de se empenhar em uma política de competição mercantilista com os inglêses.

Vindo mais tarde a pôr em prática a reação à Inglaterra, revelou Carvalho e Melo obstinação, gênio paciente; o que (pensou êle) faltara a seus antecessores! A marca de estadista para Carvalho e Melo seria então êsse gênio obstinado. Cegou-se com isso e nada mais via. Ora, não se pode julgar Pombal sem pesar realmente aquêlo *gênio paciente*, por êle próprio considerado imprescindível para conduzir o Estado.

A política pombalina não foi de bons resultados, e não mudou a situação do país que continua a sofrer crises econômicas. Essas crises já tinham feito Luís da Cunha censurar "âsperamente os negociadores portuguezes pelo fato de contribuírem para que os lavradores de Portugal convertessem em vinho as terras de pão". (*História Econômica de Portugal*, Francisco Antônio Correia). Quer dizer: acabou-se então convertendo o esforço que Portugal empenhava no campo para se alimentar, no dispêndio para o próprio povo português produzir nas indústrias o que êle consumia da Inglaterra. Uma política por certo de passar à frente dos inglêses, política de "nacionalismo" econômico. Mas ao mesmo tempo um perturbador desajustamento da produção nacional, e a necessidade de pão em Portugal, e a decepção de não ver o povo produzir para o seu consumo. Os fisiocratas surgiram então doutrinando a respeito, e em parte se colocaram em antagonismo com a política econômica pombalina. Ora, José Bonifácio pertence à geração de fisiocratas que em certo momento dominou o país reagindo contra o sistema econômico de Pombal (Francisco Antônio Correia, *História Econômica de Portugal*, v. II, pág. 168).



Esses fisiocratas portugueses eram pois uma corrente dos que cuidavam de consertar a vida econômica interna do país já sem quererem mais se oporem à Inglaterra. Nessa corrente de economistas estava pois o Andrada. Para nela prosseguir. Nela continuar. Quer dizer : convenceram-se de que não podiam deixar de ter os ingleses em boa conta.

Essa má condição política doméstica de Portugal fôra apreciada por Dom Luís da Cunha; mas êle achava então que a coroa devia mudar-se para o Brasil em face da pressão dos países europeus na vida interna de Portugal. Conselho que se devia dar à puridade para que não soubessem dêle internacionalmente, e não o impedissem ser pôsto em prática. Abrir os portos do Brasil em 1808, foi deixar de todo da política econômica de reação à Inglaterra. A idéia de vir a coroa portuguesa para o Brasil, escreve Ameal, “vem de longe”. Faz parte do nosso patrimônio histórico e é trazida a lume nas ocasiões graves e melindrosas. Há quem a sugira a Dom Antônio, prior do Crato, em 1580, para se subtrair à invasão espanhola do duque de Alba e transportar além-Atlântico o fogo sagrado da Independência pátria; dá o padre Antônio Vieira a Dom João IV, o mesmo conselho, num lance dúbio da guerra da Restauração, temendo-se da Espanha, pensam Pombal e Dom Luís da Cunha na ida de Dom José para o Rio, em 1762. Mais perto, em 1801, escreve o marquês de Alorna ao príncipe-regente: “V.A.R. tem um grande império no Brasil, e o mesmo inimigo que ataca agora com tanta vantagem, talvez que trema e mude de projeto, se V.A.R. o ameaçar de que se dispõe a ir ser Imperador naquele vasto território adonde pode facilmente conquistar as colônias Espanholas e aterrar em pouco tempo as de tôdas as potências da Eu-

ropa”. Em 1803, advoga calorosamente igual solução Dom Rodrigo de Sousa Coutinho — e Silvestre Ribeiro Ferreira é de parecer que “a lusitania monarquia nenhum outro recurso restava, senão o de procurar quanto antes nas suas colônias um asilo contra a hidra então crescente, que jurava a inteira destruição das antigas dinastias da Europa.” Enfim, já em 1807, o conde de Ega, nosso embaixador em Madrid, se refere diretamente à possibilidade de tal medida e Tomás Antônio de Vila Nova Portugal quer que, pelo menos, Dom Pedro, ainda príncipe real, parta para o Brasil: “fulminado o tronco em Lisboa, a árvore da pátria refloresceria no seu ramo do Rio de Janeiro”...

“Por seu lado, a Inglaterra, em certa ocasião, não descansa na faina insistente de persuadir Dom João. Dois fatos que bem o comprovam são a vinda de Lord Rosselyn e do almirante Jervis. Sobre este último, elucida, num folheto curioso de 1808, o professor de Medicina Francisco Soares Franco: “Quando Landerdale e Talleyrand negociavam a paz entre as duas Nações, o segundo em huma das suas últimas Conferências, falou da conquista de Portugal; querendo-se já fazer então o mesmo, que se fêz em novembro de 1807. Os ingleses se aterrarão com razão, pela nossa sorte. Jervis apareceu em Lisboa para avisar a nossa Corte do perigo iminente, e para sustentar a retirada de S.A.R. para o Brasil, único recurso, que lhe restava contra a maldade, e perfídia dos seus inimigos.” Lord Rosselyn vem a Portugal, em missão especial, por 1806, acompanhado por Lord St. Vincent e do general Simcoe, estimular a resistência à França. “Caso Portugal não quisesse decidir-se por uma vitoriosa e eficiente resistência” — informa Oliveira Lima — “deveria sugerir a mudança para o Brasil, prometendo a Grã-Bretanha ajudar o projeto.” E,

na altura da avançada francesa, quando a Família Real está em risco de cair nas mãos de Junot — são os despachos do governo de Londres, mandados de bordo da sua esquadra por Sidney Smith, a 22 de novembro, que dissipam as últimas dúvidas. Vem à terra Strangford, e, recebido por D. João, põe-lhe o dilema : ou a nossa armada é entregue à Inglaterra ou utilizada a comboiar a Côte até o Rio de Janeiro”. (*História de Portugal* — Ameal, págs. 576-577).

Mas eis um fato pelo qual ninguém esperava. Eis uma ocorrência com que se punha em prática um pensamento sofreado e de há muito na mente dos reis portugueses, mas como que mantido sob vigia. Mas eis que o país é invadido pelos franceses e a rainha de Portugal teve de fugir aos soldados de Napoleão, partindo para o Brasil : sim, uma rainha louca, logo inconsciente...

Entretanto muito antes da coroa portuguesa passar ao Brasil, fazia-se política de consolidar a união do Brasil com Portugal, cogitava-se de identificar os brasileiros com o Estado português. A verdade é que assim Portugal já fazia política no Brasil.

Havendo essa idéa que Portugal tinha na mente sempre voltada para o Brasil, idéa presente em tôdas as vicissitudes que o país atravessou, umas de ordem política e outras de ordem econômica, ela já prepara a idéa de Reino Unido, vitoriosa mais tarde, porém desde há muito estava nas cogitações de Silvestre Pinheiro e Vilanova Portugal, tão interessados no Brasil : a esses nomes eram a elite, a alta política portuguesa, e o seu mais elevado pensamento. Um Vilanova Portugal de fato esteve interessado em trazer para o Brasil a indústria náutica portuguesa que se instalaria na costa da parte sul do país : quer dizer transferir para o Brasil o que era de importância tradicional no velho reino!

A tendência de Portugal valer-se do Brasil, apoiar-se nêle reconhecendo-lhe expressão política, é antiga. Data de 1640, ano da Restauração quando então a colônia foi elevada a vice-reinado, e figurou na casa real portuguesa o príncipe do Brasil, título expressivo. Portugal se restaurava, mas também pensava em instituir um Brasil mais significativo, e com que contar. Pode-se chamar a essa política, aquela que foi da dinastia de Bragança, e em que o padre Antônio Vieira muito orientou a Dom João IV, fundador dessa dinastia, aconselhando mesmo a mudar o trono para o Brasil.

Latino Coelho, ao falar em José Bonifácio, aponta uma vintena de brasileiros em Portugal, e Oliveira Martins então viria dizer — “brasileiros eram na máxima parte os sábios, os literatos”. E que a política tomara a forma de uma aproximação mútua entre homens a viverem nos dois continentes. E’ uma política extrema de uma aproximação necessária : uma política para a qual haviam de voltar os olhos procurando nela a salvação. Traziam-se brasileiros a Portugal, davam-se-lhes posições. Com os brasileiros pensava-se em trazer o Brasil a Portugal.

Vinham pois os filhos do Brasil ensinar em Coimbra, vinham exercer em Portugal funções públicas (o que aconteceu com José Bonifácio), para se identificarem com o velho reino. Esse acolhimento aos brasileiros não representa um favor. Nem o êxito alcançado em Portugal pelos nascidos na América do Sul, e não é também obra do acaso : a vinda deles à Europa (a França quis mais tarde fazer política de infiltração no Brasil, através dos brasileiros que chamava para estudarem medicina nas escolas francêsas) é do interesse português. Mas dispensar esta atenção aos que iam da América, era querer êles se

identificassem com Portugal, naquele tempo que o Brasil, no dizer de Oliveira Martins, já representava uma constituição orgânica. Já se cogitava então de, reunindo os elementos que pudessem um dia influir, consolidar o Brasil politicamente, dar-lhe expressão, para que êle valesse a Portugal. Política de comunhão de vistas seria essa. Política que toma diversas modalidades como a de atrair os brasileiros a Portugal, identificando-os com o velho reino, com a coroa: ou talvez vontade mesmo de, através de todos êsses que nasceram na América do Sul, projetar uma grande ação social e política no Brasil. Eis uma política que se pode traduzir na seguinte fórmula: influir no Brasil através de os brasileiros e atrair brasileiros, integrando-os na política de Portugal. Ora, antes de José Bonifácio chegar a Portugal, um Alexandre de Gusmão, filho da cidade de Santos, subira o ministro do Ultramar, para traçar programa político que de fato Portugal seguiu, programa êsse que muito favorecia o Brasil. Mas é José Bonifácio que, integrado nessa política, vai por circunstâncias muito especiais proclamar a independência do Brasil para salvar o antigo regime português da revolução em Portugal.

Camilo Castelo Branco, na intenção de combater Pombal, aponta Alexandre de Gusmão como sendo o inspirador do ministro de Dom José I. O romancista faz do duque de Oeiras um aproveitador das idéias de Alexandre de Gusmão. Isso fazia crer que os portugueses não tivessem noção do que era o Brasil na política internacional, e esperou que um brasileiro lhe abrisse os olhos. Mas antes de Pombal aproveitar-se da inteligência de um brasileiro, já Portugal, numa política de aproximação, abria-lhe as portas de acesso ao cargo de ministro: foi o que aconteceu com Alexandre de Gusmão.

José Bonifácio representa bem um momento especial na vida portuguesa, em que os brasileiros são chamados para tomarem parte no governo, e integrarem-se na alta cultura do país. Isto o tornou apegado à coroa, às tradições do país.

As posições que chegou a ter na vida administrativa de Portugal, e o apoio que teve nessas posições, suggestionaram de fato o seu espírito voluntarioso e predominante.

E José Bonifácio daquela ocasião é o José Bonifácio de sempre, a apoiar-se em uma forma de governo que favorecesse a sua independência de agir como homem de governo.

A monarquia, para José Bonifácio, ficou sendo, pela experiência de governo que êle teve em Portugal, como que parte da sua personalidade e meio com que dar curso a seu gênio.

O identificar-se com a política de Portugal que favorecia o gênio dos brasileiros, é que levou José Bonifácio a se identificar com os Braganças. As suas atitudes têm assim uma expressão pessoal, mas daí revolver êle a história, rever a figura dos reis portugueses para uma conclusão política e se identificar com o regime, defendê-lo em Portugal contra a revolução cujas idéias a França soprava contra todos os reis. Daí a reação formal do Andrada contra a Revolução francesa.

Ora, José Bonifácio, que se identifica com Portugal, com o governo português, com a monarquia, com os reis de Portugal pelos méritos dêsses torna-se um tradicionalista, opõe-se a revolução e fica sendo um reacionário. Fôra trazido ao velho reino pela política de aproveitamento dos brasileiros no governo de Portugal: pode-se dizer que estava assinado por ela.

Reunir as duas partes da nação — Brasil e Velho Reino, através dos



homens cultos : é o que se quis. O Andrada era um dêsses homens.

Recebeu a cultura que Portugal dava aos brasileiros.

Assimilou idéias que foram sendo apresentadas em Portugal, através da História de Portugal.

Deixou de lado as que Pombal abraçara; e perfilhou as dos fisiocratas portugueses.

Com as idéias dos fisiocratas, aplacava-se a reação à Inglaterra. Mudava-se de política internacional. Umas idéias iam ficando em caminho, como aconteceu com as de Pombal, e outras foram vindo com as injunções internacionais, para se radicarem ao país. Com esta substituição de umas pelas outras, com a substituição das idéias de Pombal pelas dos fisiocratas portugueses, toma-se insensivelmente diretriz com que, sob o aplauso da Inglaterra, chegar-se-ia à independência do Brasil: ocasião de aparecer José Bonifácio.

Pombal ia então sendo repudiado por todas as novas correntes de idéias que se foram formando em Portugal. Oliveira Martins repete a condenação; e pelo repúdio principalmente das idéias econômicas do marquês, e as repele chamando-lhes “utilitarismo burguês”. (*História de Portugal*, vol. II, pág. 143). Várias correntes de pensamento foram se avolumando contrárias a Pombal e a sua política internacional que se tinha mudado de todo; e José Bonifácio fôra do tempo da Fisiocracia, que representa, por sua vez, uma reação à economia política pombalina.

## VIII

### POLÍTICA DO DIABO

Que havia de ser a política praticada na Revolução? Política revolucionária! Ora é o mesmo que dizer política do

diabo. Na verdade Milton, e, mais recentemente, Anatole France, descreveram essa tremenda política, ambos acordes em dizer: é contraditória. E declama o lírico das *Flôres do Mal*, o poeta Baudelaire, invocando o Satã vencido e paradoxalmente agressivo:

O toi...

Dieu trahi par le sort et privé de louanges...

Et qui, vaincu, toujours te redresses plus fort...

Há uma antítese, uma contradição nas revoluções. Se elas vencem, é uma vitória terrível. Uma vitória árdua para o próprio vencedor, vitória que traz o desapontamento das revoluções. E anota José Bonifácio :

—“Uma política infernal, poderosa em maldades e cercada de crimes atrozes, que tirava do horror em que ela abismava o universo, uma potência desconhecida em êste século de frouxidão e fraqueza”. (J. B.)

Uma política de fôrça; mas uma ocasião de fraqueza geral.

E’ ver quem governa confundido pela falta de êxito, porém cada vez mais preocupado de estar forte. Uma vitória que não traz resultado feliz. A vitória das revoluções, como a do diabo, se implanta pela sujeição, e é uma vitória da demagogia, falsa no que promete. Impera. Submete a esperança dos infelizes e cria assim adeptos inabaláveis no êrro; mas, por isso mesmo, vai colher a última queixa dos condenados e conspiradores, dela os primeiros partidários.

Toi qui... au parias maudits

Enseignes par l’amour le gout du Paradis.

Toi qui fais au proscrit ce regard calme et haut

Qui damne tout un peuple autour d’un échafaud.

Confesseur des pendus et des conspirateurs...

E' a vitória mantida pela nevrose de dominar uma sociedade perturbada. Dirão ao que fôr vitorioso :

Gloire et louange à toi, dans les hauteurs.

Du ciel où tu regnes, et dans les profondeurs

De l'Enfer, ou, vaincu, tu rêves en silence.

Esses três versos são pois a mais satânica das invocações como jamais se formulou outra na terra.

Porém naquele tempo dois erros se praticavam na Europa.

O primeiro era não repelir a Revolução Francêsa e antes presenciavam-na atemorizados : e "ordenaram que (todos os reis) descessem dos tronos para deitarem-se na cama". Foi só "então que as Potências compreenderam que a continuação dos princípios revolucionários e a sua existência não podiam ser contemporâneos". (J. B.)

O segundo êrro: não repelir Bonaparte que ainda era a Revolução.

Não há que desculpar os monarcas da Europa de se iludirem acreditando que o imperador dos franceses era a volta ao regime dos reis, isto é, à tradição. Pensando assim, cuidavam que tudo estava mudando mirificamente. Apegavam-se beatificamente ao acaso, uma vez que não podiam fazer coisa menos tola. Estultice de se conformar procurando acreditar, ao invés de reagir. Entretanto acreditar não pode ser um lema. E' inércia às vêzes; e era ridicularia pensar que as coisas tornariam ao seu eixo por si mesmas. Bobice como a da personagem de um conto de Voltaire, que se immortalizou pela sua cegueira mental e o comodismo da mais ingênua das condutas : quero me referir a Cândido, "ou o otimismo".

Os reis da Europa, no século da Revolução Francesa, eram, na maioria, outros tantos Cândidos, e discípulos de

algum doutor Pangloss, tão parecido com os filósofos do século XVIII. Ingênuos de coroa à cabeça. Ora, Bonaparte castigava a ingenuidade dêsses testas coroadas, exceto uns poucos nomes assinalados por José Bonifácio.

Dom João era um dêstes excetuados. O Andrada encareceu então muito o valor dêsse príncipe que soube fugir... — que pôde fugir às garras de Napoleão. A página que José Bonifácio conservou a respeito dos reis balofos, postos face a face com a Revolução Francêsa e Napoleão, é uma das mais eloqüentes, e merece citada na íntegra. Mas a fuga de Dom João para o Brasil era possível nas condições geográficas excepcionálissimas de Portugal, as quais havia de referirse José Bonifácio a contar muito com elas.

Essa página que José Bonifácio conservou no seu arquivo denota, por certo, a impressão que teve com ela.

E' um dêsses escritos de crítica e apreciação, que não há dúvida que guardamos por estarem acordes com o nosso modo de pensar. Nêles se pensa como pensamos, e nêles se diz tudo que pensamos.

Não é êsse escrito o documento acêrca da opinião de um homem, porque não traz a assinatura dêsse homem. Mas é a referência a um fato, e a maneira de apreciar êsse fato. E se é maneira de pensar, nesse caso é a maneira de pensar de quem guardou êsse escrito.

Tornando mais corrente a frase, é que a inserimos sob o título que êle traz e que é na verdade sugestivo.

Se a eloqüência é convicção, e se conservamos um escrito eloqüente é que estamos convictos do que êle diz, e é que êle por sua vez é o espelho em que vemos melhor o nosso próprio pensamento.

Nesse escrito por certo que o Andrada viu tudo que êle havia de dizer da

vinda de Dom João para o Brasil. E ei-lo :

*Reflexões sôbre a conduta do príncipe regente de Portugal — Londres. Outubro de 1807.*

“Um dos fenômenos característicos da Revolução é que, depois de ter tornado a França, ameaça a fazer o mesmo à Europa; mas isto porque, desde a sua origem, nenhuma Potência Continental quis prever as conseqüências. Tem sido em vão mostrar-se isto de toda maneira: a inadvertência tem afogado o poder da razão; a persistência no erro tem subsistido à experiência; e, a credence não pode tirar os olhos dos prestígios que enganavam a fraqueza, até que os dominadores da França dilaceraram os estados, e ordenaram que descessem os reis dos tronos para deitarem-se na cama; sc então é que as Potências compreenderam que a continuação dos princípios revolucionários, e a existência delas eram incompatíveis.”

“Advertidos da iminência do perigo quando o tirano estava perto de lhes traspassar o coração, os reis abandonaram o seu primeiro erro para mergulharem em outro mais vergonhoso e muito pior; mas a fraqueza, que já os tinha enganado primeiro, os acabou precipitando na perdição.”

“O seguido erro foi os reis não quererem jamais lançarem mão de meios de defesa proporcionais aos meios de ataque, e de não quererem conceber que, para males extremos, eram precisos extremos remédios; que em situações inauditas não se vence sem usar de meios extraordinários, que impressionem pela sua audácia, e ressuscitem a confiança no ânimo abatido pela adversidade: meios excepcionais como aquêles que a desesperação e o ódio sabem criar.”

“Quiseram por meios ordinários ao que a imaginação não tinha podido conceber. Iam sempre na rotina assente em bases carunchosas. Uma política infer-

nal, poderosa em maldades, de crimes atrozes, fazia, do horror com que ela abismava o Universo, uma potência desconhecida em êste século de frouxidão e fraqueza.”

“Os inimigos da Europa têm deixado desfeitos todos os caminhos pelos quais podiam retroceder. Êles têm, assim, cavado, atrás de si, um precipício incommensurável, que atulharam de cadáveres, encheram de sangue, e é, com absoluta necessidade de vencer e de destruir totalmente a Europa, que hão de passar adiante para que êsses reis afeminados e êsses ministros da rotina e da intriga, já estejam penetrados de terror, tristes e desanimados pela sua própria fraqueza.”

“Cada fase nova da Revolução lhes tem parecido êxito novo para ela. Ame-drontados na sua impotência, e de todo resolvidos a se conservarem tais como eram, os reis não contavam senão com a sorte, pois que expediente, gênio, êles não tinham, e ânimo nunca tiveram”.

“Mas, desde o ano de 1789 que não tem havido nenhum indício, nenhum sinal, realmente benéfico, nem indício, com a Revolução, de oportunidade para que pudessem, por um milagre que pediam, salvarem-se os reis, que já não contavam como se assegurarem nos tronos e não aspiravam senão o milagre de uma ressurreição, sem entretanto terem mérito para se remirem.”

“O céu lhes tem constantemente recusado êsses prodígios, e êles têm se fiado nesse estado de humildade em que muito esperavam do céu. Faziam dos desejos esperanças. Das esperanças, realidade. E das quimeras, presunção de êxito.”

E ainda mais disse o escrito que o Andrada copiou. E acrescenta :

— “A Revolução nunca deixou de ganhar terreno. Ela tem tomado suces-



sivamente tôdas as aparências que lhe convém, para finalmente mergulhar a França no furor e no crime, chegando finalmente ao que ela almejava, isto é, a destruir a Europa cobrindo-a de crimes e encharcando-a de sangue. Teve ela um princípio. Mas tôdas as etapas foi vencendo até que teve grande necessidade de devorar a Europa, o que veio a ser de muita significação porque aí então reuniu todos os poderes de tôdas as autoridades, aliás diversas e muitas, e as quais se tinham instituído esparsas no continente, para ficarem na mão de um só homem, então investido em um poder absoluto que era a soma, a usurpação do que até então se tinha criado e firmado, com o andar dos tempos, de maneiras tão diversas e tanto equilíbrio, para Napoleão de tudo se apoderar de vez.”

— “Então aparece Bonaparte: êle não fêz a Revolução, mas a Revolução foi quem o fêz. Êle não a precipitou, mas foi a consequência dela. Ela o domina e pode destruí-lo *se êle cessar um momento de ser o flagelo do mundo*, e, se, contente com o que já tem, quiser hoje *descansar e gozar da sua fortuna*. O espírito infernal inspirou a escolha que se fêz dêle; mas as obrigações que lhe impuseram foram próprias e consequentes das inclinações de quem lhas dava. Criaram-no para destruir, para desolar, para verter sangue, para despojar, e cobrir a Europa de crimes e de lágrimas; as obrigações que lhe impunham eram deleites, e gostos para a alma mais atroz, mais perversa, e mais cruel, que jamais abismou o Universo.”

.....  
“Tal foi a última mudança da revolução, que os estúpidos gabinetes da Europa receberam com uma alegria que chegava ao delírio.” Que mudança?

“Napoleão se fêz imperador, isto é, rei como os outros reis, dando a pensar que

se irmanava e igualava para sentarem-se todos, como convivas da mesma mesa da política européia.

Assinala José Bonifácio que o tradutor do tão curioso escrito que êle guardou, diz que por tal acontecimento de Napoleão se fazer imperador, ninguém podia esperar, mas seria tido como uma sorte. E como ficaram todos? Como se consideraram afortunados? Êles se mostraram surpresos, mas “ditosos de verem uma coroa sôbre a cabeça dum cidadão de Ajácio, contentes de observarem êste homem com um cetro, que viram na frente dos terroristas, quando por ocasião da reconquista de Toulon, degolando com a sua mão os Realistas que encontrava; foi êste homem que depois viram enganar o povo de Paris, e que se sabia ter sido encadeado com um bebedor de sangue. Ora, depois do dia 9 de julho, os reis da Europa, satisfeitos de verem levantar-se um trono para êste monstro que tinha passado a sua vida a temer o cadafalso e a merecê-lo, se persuadiram de que êste novo irmão que a Revolução lhes tinha dado, com o manto real, assimilaria tão bem o espírito dos reis do século, contentes com a sua fortuna, e com a fraternidade que se lhe comunicava de tôda a parte. Persuadiram de que Napoleão consentiria em cair por sua vez na moleza, gozando do seu Império com a incúria e mesma despreocupação, êstes reis de quem êle se fazia igual.”

“Os reis da Europa não perceberam a princípio, que não era para ser igual a êles, que a Revolução elevava, a um trono, êste monstro. Mas que era para lhes dar um senhor, que a Revolução, concentrando-lhe na mão o poder, o preparava para chefe com um poder absoluto.”

“E o que êles não perceberam mais; e o que Bonaparte sempre lhes tinha ensinado. Êles p sabem hoje, e ei-los aí

perdidos no delírio do medo, e incuravelmente mergulhados nos abismos da sua fraqueza, opondo aos mais escandalosos perigos novas fraquezas, e pequenas intrigas, que enganariam apenas a sagacidade de um praticante das suas secretarias.”

“Êles fazem a paz; êles pedem a paz; êles ficam neutros; êles lisonjeiam o tirano que aborrecem. Êles estão algumas vezes duvidosos do que hão de seguir; o tirano lhes indica. Êles se desdizem do que tinham dito, e se prostram a seus pés de Napoleão, esperando que o excesso de submissão venha a ser diante dêle o penhor da sua benevolência.”

“Êles não podem compreender que a paz que pedem, Bonaparte não lhes pode conceder: êle não foi criado para a paz, se não existe senão para a guerra. E, no meio dessas humilhações, o tirano aprende a conhecê-los. O que êle vê por parte dêles, excede à sua expectativa. Êle não podia confiar nos seus ministros; mas vê como são êsses reis, e acredita no que lhe está a olhos vistos. Êle, depois de convencê-los a que esperem a paz: que notável delírio?... E assim nada embarça a marcha do tirano. Êle calcula épocas, fixa-as e todos êsses reis expirariam de terror se pudessem penetrar no íntimo do seu amo. Viriam que a sorte dêles já está escrita e saberiam quantos dias lhes restam viver, e a hora em que cessarão de existir.”

“Neste pasmoso estado de coisas em que a tibieza dos reis tem embrulhado a desgraçada Europa, êles estariam descreditos por terem tudo perdido; mas o céu, que condena essa geral calamidade, ainda tem permitido que existam na Europa três reis, que, seguindo, nos nossos tempos modernos, as antigas virtudes dos reis que ficaram na história, nos digam que há ainda almas grandes, e, por conseguinte, poderosos

elementos com que combater o tirano, e preparar o resgate da Europa.”

“A âncora da esperança da Europa é a Inglaterra: a coragem do seu rei nunca se abateu diante das ameaças. Poderoso, pela Constituição Nacional, êle nunca se domou, senão diante dela. Assim é êle muito poderoso, porque êste país, como está constituído, lhe dá todo o poder da Nação Britânica, tôda a energia que a liberdade confere a um grande povo, que não poupa esforços nem apóio, mas do qual a estima, uma vez ganha, é indestrutível. Eis aí o baluarte que o céu levantou contra o tirano da Europa: e disso vem o ódio furioso do tirano contra a Inglaterra. Êle sabe que esta grande nação, consolidada por uma constituição, está à prova das tempestades, e pelos séculos afora não pode ser humilhada, nem enganada. A necessidade de a aniquilar, e a importância de o conseguir fazem padecer o tirano todos os tormentos da raiva. Na impossibilidade de destruir a Inglaterra, êle se enturece contra todos os aliados dela.”

“Êstes aliados, sôbre os quais êle vibra todos os raios da sua cólera, têm sabido forjar e despertar, nas suas provações, o ânimo e despertar o seu gênio. São êles os dois reis, na Europa, mais fracos em territórios, e que entretanto ensinam aos grandes reis, hoje prostrados ao pé do trono de Bonaparte, que recursos há em um grande coração desesperado, mas capaz de afrontar a morte, ressaltar o seu poder, e se assegurar esta glória. A Suécia e Portugal são países essencialmente diferentes em recursos: mas os reis dêsses dois Estados, hábeis em reconhecerem o que lhes faculta a posição geográfica, dão a Europa o maior e o mais belo exemplo de um grande ânimo reunido ao gênio com que afrontam o perigo, e com que não desprezam senão envilecer.”

“Gustavo, habitante de uma extremidade da Europa, senhor dessas paragens donde partiram os seus predecessores em libertar o Universo da tirania dos Romanos, não tem no que confiar senão no seu valor e no que é próprio de uma nação leal, com elevada noção de honra, e para quem a honra não deve defender tão somente o nome de Gustavo, mas também a velha herança que Gustavo recebeu transmitindo-a por sua vez a essa terra, que concebeu heróis e lhes deu um trono e uma sepultura. Bonaparte não envilecerá êsse povo nem com vergonhosa paz, nem com ignominiosos despojos. Ele não o fará vassalo, nem cúmplice. E o verá viver, e morrer com o seu rei a quem Gustavo teria ensinado a conhecer de que fibra se formava, em outros tempos, o caráter dum rei.”

“O príncipe do Brasil tomou um grande partido porque êle sabe as vantagens de ter um nobre caráter.”

“Portugal, Estado fraco e à mercê dos vizinhos, não é mais que um acessório da potência portuguesa. Portugal foi berço de heróis que lhe criaram um vasto domínio no Universo : êles previram que com êsses domínios com que ficou Portugal, o país arrostaría o mundo com independência. A sua grande alma, não podendo suportar ameaça de jugo, assegurou a pátria livre mostrando que a força que tem está longe do país, em que nasceram. E’ no Brasil que Portugal é uma Potência. E é no Brasil que existe o seu inexpugnável baluarte contra a tirania da Europa. E’ do Brasil que, libertado da tirania de Bonaparte, e acobertado da ignomínia da Espanha, Portugal pode puni-los, um dos seus crimes, outro das suas vilanias, e vingar-se de todos males que um e outro terão querido acumular sobre Portugal, mas devendo considerar-se muito felizes no dia em que Portugal quizer se

esquecer dos seus ressentimentos para com êles.”

“Não. Neste século em que cada um nos apresenta novas vergonhas, e novas baixezas, eu não conheço resolução maior, mais magnânima, nem mais útil em todos os seus resultados, que esta do príncipe do Brasil.”

“O príncipe do Brasil, cansado de propostas execráveis do mais execrável tirano que lhe ordena de fechar seus portos a seu aliado mais fiel, e mais seguro, está avesso a esgotar seus tesouros para encher os do seu inimigo e a se manchar da infâmia de prender ingleses, que viviam debaixo da sua guarda em seus estados, e lhes confiscar as propriedades. Ele vê que Napoleão apenas quer finalmente atirá-lo contra a Inglaterra. O príncipe do Brasil percebe num relance o que inspira a Bonaparte essa audácia de lhe fazer propostas, que um rei não deve jamais ouvir. Ele compreende que a posição de Portugal é motivo da insistência do seu inimigo; êle reconhece em tempo o perigo e as conseqüências de sujeitar-se. Ao Brasil êle vai confiar a sua honra, a sua segurança, e a glória do nome português.”

“Eis aí uma grande e bela resolução! E’ assim que os reis são verdadeiramente os defensores de seus povos, e os libertadores da sua Pátria. Enfim, eis aí um rei.”

“Era possível pensar não houvesse mais reis assim. Mas Gustavo, e o príncipe do Brasil mostram os dois, ao mesmo tempo, o ânimo que têm, tornando-se êles na esperança de tôdas as almas.”

“Um só perigo confessamos, e nos preocupa: de que o príncipe do Brasil não seja vítima do engodo do tirano. A resolução que êle ameaçou de tomar causou a Bonaparte espanto o susto. A voz que ensurdece no meio da Europa degradada, a linguagem muda dêsses reis, que se calam e se aviltam, terá le-



vado Bonaparte a duas deliberações. A primeira: a vontade de impedir o príncipe do Brasil de executar o que anunciou; a segunda: a vontade de chegar a tempo de o exterminar, porque um príncipe, que tem manifestado tal independência, não poderia mais reinar, nem viver enquanto Bonaparte existisse.”

“Para conseguir, entretanto, alguma coisa, não houvera senão um meio, e era ter deixado de proclamações que fizeram tomar medidas que o tirano não suspeitaria, a fim de acalmar, e de adormecer em uma suposta segurança e quando já caísse sobre Portugal ao invés de ameaçar, logo se apoderasse da pessoa do príncipe, a tempo do plano da fuga para o Brasil não ser praticável.”

“Que felicidade é o magnânimo príncipe do Brasil se persuadir de uma grande verdade: a que não seria jamais molestado e que se mostraria a Bonaparte como um grande caráter, e homem de grandes resoluções.”

“O príncipe que se manifesta assim a este tirano deve ter calculado os resultados, e, para os medir, é preciso que conhecesse a fundo a alma de Bonaparte, é preciso ter ânimo de penetrar nesse pandemônio pasmoso. Ele se dispôs a descer a esses infernos, mas era necessário que, como Hércules, soubesse aí penetrar, e daí sair.”

“Bonaparte não pôde, neste caso, príncipe, que se lhe anuncia capaz de príncipe, que se lhe anuncia capaz e contrariá-lo, e que levanta forças contra a tirania: ele precisa de destruí-lo.”

“Bonaparte percebe logo o que será aquela nobre emigração, para a América, de um rei de Portugal, seguido de seus vassallos fiéis, mostrando então aos povos do Novo Mundo, como um rei da Europa ia residir no meio deles, para fugir ao envilecimento e à tirania, abandonando então a Europa que veio a

ser verdadeiro *habitat* da ignomínia do jugo do cetro de um corso.”

“Bonaparte percebe o que, para o futuro, um rei de Portugal residente no Brasil seria para a América. Ele sabe que a Espanha pode passar à América. Ele sabe que da vergonha de obedecerem a ele ficariam livres passando à América fora do alcance do seu domínio. Ele sabe o que representa a América sob a influência portuguesa e o que também significa na América, depois de ser a vítima desgraçada dos seus furores e insultos, esta desgraçada Espanha, da qual a fadiga e a paciência com a sua tirania fermentará a repulsa a esse humilhante tirano que a protege só para envilecer ao mesmo tempo o rei e a Nação.”

“Bonaparte terá calculado isso tudo logo que a magnânima resolução do príncipe do Brasil se manifesta, e, no mesmo dia, decreta a ruína de Portugal, e do seu príncipe.”

“Portanto não há mais que um partido a tomar e que é o de executar a magnânima e sábia resolução, quaisquer que sejam as compensações propostas por Bonaparte.”

“Executando-a, o príncipe do Brasil oferece a Portugal a única possibilidade de salvação. E’ do Brasil que a sua hombridade se defenderá, e pode ser defendida. E’, deixando Portugal com um vice-rei, a quem dará a representação necessária que pode falar, de igual para igual, com o tirano. Não resta ao príncipe do Brasil senão tomar este partido.”

“Se ele se curva às promessas do tirano; se ele cede ao que este estiver maquinando, e se ele aceita negociações, então está perdido. Mas ele tem feito Bonaparte conhecê-lo. Não voltará atrás impunemente depois de mostrar resolução tão altiva e tão sábia. Não tem outra coisa que fazer e é não dar ouvidos nem resposta ao que lhe propuser Bo-

naparte. Se o príncipe do Brasil quisesse ainda ficar em Portugal, êle devia ter ocultado a intenção de passar ao Brasil a Bonaparte; mas agora que essa intenção é conhecida do tirano, é preciso que os atos correspondam à palavra, ou Dom João estará perdido.”

— A vinda de Dom João para o Brasil representa para José Bonifácio a salvação de um grande princípio ameaçado por Napoleão : o princípio da independência dos povos. Mais do que a maneira de reagir contra o tirano da Europa, o ato de Dom João, então regente de Portugal, representava um meio especial de reagir aos europeus, apoiado em um fator geográfico do qual o Andrada tinha naquele momento plena consciência, como sempre a tiveram os jesuítas, principalmente o padre Antônio Vieira, autor da *História do Futuro*.

José Bonifácio pensa na significação do ato do príncipe regente, que se retirou de Portugal como salvação da autonomia política, ao mesmo tempo que o regime político português pensava êle em adaptar às condições sociais modernas.

Quando o Andrada se retirou de Portugal rompendo com a corrente que se apoderara do velho reino, e fala no Brasil se tornar independente, essa ameaça era uma invectiva para quebrar a sublevação partidária portuguesa diante da expressão política brasileira. Precisamente a ameaça que provocou pânico mal contido e levou os portugueses à política tensa com o Brasil, na qual se teve de seguir a caminho da Independência.

As preocupações políticas de José Bonifácio foram : salvar Portugal da perturbação da Revolução francesa e da tirania de Napoleão, que êle considerava, internamente, na França uma tirania como vinda da Revolução.

No escrito citado, do Arquivo do Andrada, há um trecho eloqüente, trecho de expressão sóbria, engenhosa, mas em cujo sentido era preciso penetrar. Ali se havia de ler o dilema que estava pôsto no destino dos portugueses. Ora, se diz nesse trecho : “Portugal, Estado fraco e à disposição dos seus vizinhos, não é mais que um acessório da Potência Portuguesa”. Ora, se Portugal era um Estado fraco, e se era um acessório da Potência portuguesa, estava sujeito à sorte internacional dessa Potência.

Mas no terreno da política internacional, a questão era para ser posta noutros termos.

Estado português : seria o velho reino na Europa, num canto da península Ibérica; potência portuguesa seria o Brasil a compor Portugal, e o Brasil tinha expressão geográfica para ter significação própria, para ser uma força valendo a Portugal como o Canadá valeu tanto à monarquia inglesa.

Quer dizer : estava certo o que Andrada pensava, porém o mal foi, somente, muito tarde, os portugueses concordarem com êle, dizendo, e redizendo em 1944 : “O Brasil, parcela maior que a monarquia em riqueza e em população, alcança a autonomia, passa de colônia a reino. A inépcia dos políticos liberais guindados ao poder pela revolução, tenta reduzir de novo o Brasil à categoria de colônia”. (*A Chave da História de Portugal*, pág. 80, José Augusto Vaz Pinto). O que o citado artigo dizia parece que eram palavras da Inglaterra, inspiradas pelo tino político inglês, a que o Andrada atenderia muito.

José Bonifácio não quis de modo nenhum a revolução, se essas seriam as suas conseqüências; e muito menos aceitou os liberais que ela guindou ao poder. Com êle já concordam os portugueses de hoje. Mas foi um mal não terem concordado a tempo. Porque o pensa-

mento de um grande homem educa, ensina, e faz um povo pensar...

## IX

### QUESTÃO PESSOAL

Por ocasião de acontecimentos que representam imensa gravidade, eis um homem de ciência à frente da sua grei, isto é, dos seus discípulos lançados todos na grave ocorrência política.

Esse homem : José Bonifácio. Aquêles discípulos : a mocidade de Coimbra. A ocorrência : Portugal invadido pelos soldados de Bonaparte.

No país havia gente com a opinião de que a Côte portugueza passasse ao Brasil, e, no partido dessa gente, estava, sem o dizer, o príncipe regente, Dom João, apavorado com Napoleão I, que, na verdade, era ainda a Revolução, e queria (pelo menos dizia querer) a transformação geral, a inclusão geral dos povos na sua política, o que era a quebra do ritmo de vida em que andavam os velhos reinos, e o desaparecimento do regime tradicional em que Portugal vivia.

Se viesse a ser mantida a realza dos Braganças, desapareceriam os seus hábitos, e incômodo era isso para os reis portuguezes. Incômodo, ou antes, apavorante para um príncipe como D. João.

Havia contudo corrente de opinião favorável a ficar a côrte em Lisboa, mesmo sob o jugo napoleônico, capitulando, diante da invasão estrangeira, a rainha louca. O regente, atônito com a ameaça de chegarem a Lisboa os soldados de França, não podia, acomodaticio que era, ajeitar-se a isso. Mas a rendição à política francesa era do parecer audacioso do conde da Barca...

Foi pois a bordo de nau portugueza que Dom João viu, em segurança, os franceses entrarem em Lisboa talvez mes-

mo mancomunados com os que por fim bandearam para o lado do invasor.

O país ficou em confusão. Em confusão ficaram os portuguezes que se tinham dividido nos dois partidos : o do regente de Portugal e o da política de França. Foi em aflitiva confusão que se começou a viver no velho reino. No seio da confusão é que se encontra a tradição ainda querendo tomar pé. Teve ela pois de ir ao encontro de um e de outro, dizendo-se apoiada no poderio inglês, mas procurando assim em quem confiar. O nome de José Bonifácio aparece nessa ocasião. Era o funcionário excepcional; e é justo que se confiásse nêle. Encontravam-no disposto a reagir, e êle vai defender o govêrno tradicional, que tanto o distinguuiu, e com o qual tão bem se entendeu.

Vai êle então a Coimbra, a fim de levantar a mocidade contra o invasor. A tradicional universidade portugueza estava pois sob o comando de outrem; mas o seu vice-reitor, que era então governador civil e militar da praça, seguiu logo "os intrépidos conselhos, austeros exemplos e infatigável atividade" do Andrada, que não era homem para não perder tempo.

José Bonifácio deu armas aos estudantes; e o Estado se apressava em entregar essas armas, a quem as empunhasse. De Tomar o govêrno enviou, com as armas, também espingardeiros para industriarem a mocidade no manêjo delas... "No ano seguinte (escreve Alberto de Sousa) organizou-se, de ordem superior, o Corpo Militar Acadêmico, do qual o Andrada foi nomeado major, e depois tenente-coronel, fazendo a áspera campanha do Vouga e Douro; e na mesma ocasião serviu como presidente do Conselho de Polícia de Segurança, da Divisão comandada pelo general Nicolau Frant, que o elogiou rasgadamente em seu officio de 22 de agôsto do mesmo ano. Também



o marquês de Campo Maior, marechal-general, em ordem do dia de 4 do mesmo mês e ano já mandara elogiá-lo pela bravosa pugnacidade com que se batera à frente de seus amados discípulos. — Em 1810, fôra Lisboa ameaçada pelos franceses. Reuniu José Bonifácio, de novo, o Corpo Militar Acadêmico, de que tinha sido nomeado comandante e o fêz marchar para Peniche, onde estacionou até a retirada das forças inimigas”. Em um país invadido foi ele capaz de atitude; José Bonifácio é que vai daí em diante se entender com o govêrno directamente.

“Ordena Sua Alteza Real (escreve o Secretário dos Negócios da Guerra, Dom Miguel Pereira Ferraz) que V. Mde. informe por esta Secretaria de Estado se já tem alistado no Corpo Militar Acadêmico de seu comando todos os indivíduos que pertenciam a êste nosso corpo, e que se achavam alistados até o dia em que foram mandados para suas casas pelo marechal comandante em chefe; e quando V. Mde. saiba que alguns dos mesmos indivíduos têm deixado de comparecer em cumprimento das ordens, que por esta mesma Secretaria se expediram a V. M<sup>e</sup> em 22 de outubro próximo passado, V. M<sup>e</sup> os mandará relacionar e declarar os motivos que alegaram para não acudirem ao novo alistamento...” (B.N. Documentos relativos a José Bonifácio, II, 30-16-1 a 14).

Depois da sua interferência para despertar o ânimo do Corpo Militar Acadêmico, surge o interêsse e a iniciativa de José Bonifácio, empenhado na sua reorganização. Êle é quem officia ao govêrno :

“Em consequência da Representação que V. M<sup>e</sup> me dirige no seu officio de 17 do corrente, é S. Alteza Real servido ordenar que o Corpo Militar Acadêmico continui a exercer as suas funções militares debaixo da organização das duas

companhias de que actualmente se compõem, ficando V. M<sup>e</sup>. na intelligência de que o mesmo Senhor determina que sejam presbs todos os individuos do referido Corpo que havendo recebido fardamento, e armamento deixaram de partir para o lugar que se lhes ordenou...” (B.N. Documentos relativos a José Bonifácio, II, 30-16-1 e 14).

Para improvisar a defesa do país, o Andrada usa de todos os expedientes. Tem êle a iniciativa em tudo. Vê o que é oportuno fazer. Vale-se, naquela conjuntura, do apoio inglês, como sempre, na sua vida politica. Nesse sentido escreve pois a Dom Miguel Pereira Forjaz: — “Respondendo ao conteúdo na carta que V. M. me dirigiu em data de 22 do corrente (carta datada de 26 de fevereiro de 1811) cumpre-me dizer a V. M. que acabo de escrever ao marechal Beresford para receber o seu parecer a respeito da reunião e organização do Corpo Militar Acadêmico que V. M. comanda.”

Pelo elemento militar que o Andrada reuniu se interessa o próprio Beresford que comandou as tropas portuguezas, sob as ordens de Wellington representando então importante papel na politica da época. A respeito das ordens dadas pelo cabo de guerra inglês, escrevia José Bonifácio :

— “Em cumprimento da ordem de S. Excia. o Sr. marechal Beresford que V.S. me participou para que houvesse de informar sôbre a família, idade e conduta de José Joaquim da Encarnação...” — E envia boas informações daquelle pelo qual intercedia o inglês.

Prestigiado, e resolutio, é que o Andrada se aprestou para a luta. Êle é o primeiro a agradecer a maneira de que foi assistido pelo govêrno: — “Devo agradecer (diz então) sôbre-maneira a V. Excia. pelo zêlo, a boa vontade, com que me tem favorecido, para que ao me-

nos uma fração, em verdade bem pequena, do Corpo Militar Acadêmico, contra quem a intriga e a inveja parece se tinham conspirado, marchasse para o campo da glória em defesa do soberano e da Pátria. E permita-me V. Excia. dizer-lhe que cumprindo eu sempre tôdas as ordens superiores com voluntária obediência, e prazer, não posso deixar de confessar a V. Excia. que me custa muito resignar-me, ver partir esta porção do meu corpo, pequeno (não por minha culpa) sem ir repartir com êle os perigos e a glória..." De fato, há um pouco de emoção, de altissonante linguagem hercúica, quando José Bonifácio se refere com ênfase à "porção pequena" de seus soldados que seguiram "sem ir repartir com êle os perigos e a glória".

Mas tarde, satisfeito com a maneira de que se portou na luta, contente com o modo de que se conduziu, dirá o Andrada com certa vaidade : — "o estudo das letras não desponta as armas..."

Essa campanha em que tomou parte, levou-o a grandes provações. Nela José Bonifácio vira o país desrespeitado. E' êle, então, o primeiro a se referir com a veemência própria do seu temperamento impulsivo, à agressão brutal de uma egoísta política internacional.

Uma ordem tão ignominiosa como a de invadir Portugal, dizia José Bonifácio, era para que ninguém a cumprisse, e o Andrada ainda guardou uma cópia da carta do almirante inglês Sidney Smith ao general Junot, a concitar que não obedecesse ao imperador dos francezes, em tão infame determinação.

Essa carta é uma eloqüente página de revolta, vazada em linguagem expressiva. Nela ocorrências emocionantes são invocadas uma vez que o almirante inglês já salvara Junot da morte quando ambos estiveram no Egito. Era pois humano haver entre êsses dois homens um laço de verdadeira amizade, e em nome dessa

amizade natural é que o inglês concita o general de França a ter uma atitude justa, no meio do descalabro político geral, em que o mundo se via levado por um espírito audacioso e obstinado, como Napoleão. Eis a carta :

"General!

"O rei da Grã-Bretanha, o Parlamento e a Câmara dos Comuns vão a falar-vos pela minha bôca."

"A guerra entre a minha e a vossa nação será eterna ou sômente a extinção de uma delas poderá rematá-la; e a acabar alguma qual deverá ser? A Grã-Bretanha? Não. As somas imensas de um numerário que a animam, a causa que defendeu, e sôbre tudo o valor, e o patriotismo dos descendentes dos Bretons lhes assegura a existência enquanto se vir o sol sôbre o Universo. A França pois tocará a sorte da extinção, e assim o reclama a justiça universal, o esmorecimento, e a fraqueza, em que vinte anos de guerra tem pôsto a vossa nação, sôbre tudo as privações infinitas, que nasceram do bloqueio geral, apressam por momentos a vossa ruína. Porque? Por caprichos concebidos em uma cabeça formada de salitre e enxôfre, pretendeis arrastar convosco ao abismo da desgraça tantas nações inocentes? Acordai, general. Abri os olhos aos vossos interêsses, e da vossa nação, recuai. A Portugal, restitui o que tão infamemente lhe haveis roubado; do contrário tenho, para vo-lo obrigar a fazer, milhares, milhares de raios, pólvora, bala, gente e valor. De mistura com o vosso sangue cairão por terra as tôrres e os castelos Lusos.

Os filhos de uma nação que tanto é estimada pelo minha verão o poder da Grã-Bretanha vingar-se da afronta que lhe haveis feito. Recolhei-vos ao vosso país; deixai os Lusos; reparaí o mais possível a traição praticada. Oferecer-vos-ão amizades; amigavelmente os de-

veis deixar em paz. Se fôr de outra maneira, eu me disponho já a castigar uma infâmia tão inaudita com um rancor também nunca visto, para que, quando nos séculos da posteridade se ler o vosso crime, se saberá também da punição. Nos anais do mundo se verá então que a França cometeu tal (crime), e (logo adiante se lerá) que a Grã-Bretanha teve (com que lhe) administrar essa (punição).”

“General! Desejo poupar-vos o sangue e o da vossa tropa. Amo a humanidade. Se porém não vir (satisfeito êste meu apêlo instigarei) no calor da luta os meus soldados — e ao nosso inimigo (não daremos por vencido), enquanto não matarmos todos — General, Fábio (mereceu a) estima de Anibal: tanto pode entre as almas grandes e simpatia. Presovos.”

As ameaças lançadas à França nesta carta, creio que o Andrada as guardou emocionado com a situação em que se defrontavam aquêles dois homens. Os reptos eram muito do seu agrado. Tem êsse escrito a veemência de uma atitude pessoal e o sabor do desafio atirado de homem a homem, o que Andrada nunca ouviu sem entusiasmo.

Entretanto a invasão francesa deu ensejo a grandes esforços, mas, também, a desilusões, para o brasileiro que combateu de armas na mão.

Há, no Arquivo do Instituto Histórico, três rascunhos de José Bonifácio acêrca da grande provação que sofreu Portugal. E diz o Andrada nesses escritos:

Primeiro: refere que estêve à frente do batalhão acadêmico e dá notícia da falta de conjugação de esforços e das informações falsas que correm mundo a respeito da invasão dos franceses.

Segundo: José Bonifácio comenta o desentendimento entre oficiais e a falta de boa organização de comando, durante a defesa do Pôrto, que caiu em poder do inimigo.

Terceiro: comenta que proveitos, entretanto, se poderiam tirar dessa guerra antipática perante o mundo inteiro.

A respeito da sua participação direta na luta, José Bonifácio acrescentou:

“Saí do comando do corpo militar acadêmico, sendo então major em 1809.”

“Em 1 de abril fui mandado dos Toros onde estava o Quartel General à Coimbra para fazer fortificação volante desde o cimo do Val de Coselhes até acabar no Mondego, formando uma vala de 30 pés de largo com o seu parapeito do lado de Coimbra de 4 pés de alto, para o que fui autorizado de exigir todo o auxílio e socorros das autoridades tendo às minhas ordens oficiais engenheiros, que estavam em Coimbra (vid. Ordem do Ajudante do General Frant).”

“Pus mãos à obra e apesar da insubordinação das ordenanças e falta de víveres e de todos os petrechos, que havia, estava muito adiantado, quando marchando depois a nossa divisão para o Vouga se suspendeu a obra, por não ser mais necessária, e marchei com o meu corpo, em cujas marchas se fêz muitas vêzes de Quartel mestre General.”

“Logo que chegamos ao Jordão, fui nomeado Presidente do Conselho de Segurança e Polícia do Exército dentro do Douro e Mondego por ordem do General Frant. Tinha, a seu cargo, êste conselho composto de mim, Presidente, e tenente-coronel, e de dois capitães... e um secretário, vedar tôda a comunicação com o inimigo, evitar a espionagem, prender e formar os sumários e todos os fatores do inimigo, e vigiar sôbre os passageiros e desertores como também tinha a seu cargo tôda a polícia do exército, começou as suas funções em 3 de abril, e findou em 7 de maio, quando marchou o exército para o Pôrto.”

“Neste curto espaço, foram prêsas, interrogadas e processadas pessoas além



das muitas outras que verbalmente se julgavam diariamente (vide Autos do Conselho de Segurança e Polícia)."

"Enfim tornou-se à cidade do Pôrto em maio, e o que fiz como militar consta da pequena obra publicada em Coimbra, e se confirma pela honrosa ordem do dia do Sr. Marechal Beresford e do officio do Coronel Frant." (J. B.)

O trecho em que o Andrada descreve a tomada do Pôrto, é o seguinte :

"A carta de officio de Wellesley sôbre a tomada do Pôrto de 12 de maio de 1809 é inexata e parcial; e só tem desculpa em ser feita muito à pressa. Não se fala uma palavra da divisão de Frant, talvez por enfado que neste dia teve Wellesley com aquêlê digno official. A outra, de Monte Alegre de 18 de maio, tem quase os mesmos defeitos : e é falso que, quando empreendeu a expedição para o norte, que tivesse esperanças que Silveira mantivesse a sua posição no Tamega, porque, ainda em Lisboa, devia saber do desastre daquela divisão, que toi a 2 de maio. O Marechal Beresford na carta de Samego de 12 de maio de 1809, enganou-se em cuidar, pelo ataque do lado do Vouga. Os francezes concentrariam tôdas as suas forças no Pôrto."

"O modo com que se comportaram a Legião Lusitana e o Regimento de milícias do Idanha no combate de Alcântara (segundo a carta de um official inglês de 17 de maio, à noite), fazem o melhor elogio da bravura portugêsa, e do quanto podem servir as milícias; o mesmo mostram as de Coimbra no Vouga."

"Da carta do General Miranda a Beresford, de Tomar, a 2 de maio de 1809, consta que apenas os francezes entraram no Pôrto, logo Miranda fêz avançar uma parte das suas tropas e (porque não antes?) a uma jornada de Coimbra, e tendo morrido todo o exército, dispuinha-

se a vir atacá-los; porém Beresford o fêz retrogradar, o que custou muito ao General e soldados, porém querendo depois marchar com Beresford, êste não o consentiu." (J. B.)

José Bonifácio critica também a política da Inglaterra que em parte não soube aproveitar da reação do povo contra os invasores, e, nesse sentido, escreve acêrca da "origem dos males que sofre hoje Portugal". (Dezembro de 1809).

"1.º Inépcia e poltroneria do Governador do Pôrto, donde o restabelecimento ilimitado da Regência; a má escolha dos generais, e depois o não serem depostos, logo que se conheceu a sua poltroneria e incapacidade — a anarquia do povo do Pôrto, e províncias — as faltas do exército no tempo da restauração."

"2.º Convenção de Cíntra e suas consequências, donde o não continuar uma guerra, que, pelo seu feliz êxito, formaria officiais e generais, disciplinaria a tropa, daria e sustentaria o entusiasmo nacional."

3.º Falta de armas e petrechos de guerra, que não tem prestado a Inglaterra para armar as milícias, discipliná-las."

"4.º A organização da Regência, para onde deviam entrar deputados das Províncias; sua inexperiência e frouxidão donde o licenciamento do Exército; a inatividade por três meses continuos; o desarranjo das Finanças, as ladroeiras e delapidações dos agentes e administradores do Exército, comandado por estrangeiros, ignorantes geralmente do estado político e econômico do país, e alguns da verdadeira tática militar adaptada às circunstâncias imperiosas da Península; as contemplações pessoais e individuais, inábeis, sem patriotismo, sem conceito público; a falta de medidas para reanimar o entusiasmo público com obras e palavras; a desunião entre os

membros do governo que se não estimam nem confiam entre si; a fatal inatividade das nossas tropas desde a batalha de Salavina para cá.”

“5.º O ataque mal combinado, e pior executado da expulsão dos franceses do Minho, que trouxe os mesmos males que a convenção de Cintra.”

“6.º A política do gabinete Britânico, que apesar de fazer todos os esforços aparentes de nos querer valer com as suas minúcias e delongas, e precauções pusilânimes, ajusta a Nação, desanima-a, e não sabe tirar todo o partido possível da nossa situação, e caráter para bem da Península, e honra sua, donde as fortificações de Lisboa, o desarmamento das tropas, os medos de Kraddock, a falta de socorros a Silveira e a Frant; a marcha irrisória pela fronteira, de Beresford — Donde tem sido até aqui Portugal um mero instrumento de certo jôgo oculto da política do gabinete Inglês.” (J. B.)

Quer dizer : um acúmulo de erros políticos. E em Portugal um governo com quem José Bonifácio está em desacôrdo! Desgostou-se de Portugal. Desentendeu-se de todo com êsses governantes.

O país, em balbúrdia sob as sucessivas invasões francesas, precisou de tudo. Precisou de quem lhe desse ordem. Ora, no Pôrto é que José Bonifácio, em exercício de função pública, se opôs a revolução iminente no país.

“Não foi puro de cruentas iniquidades (observa Latino Coelho) o alçamento do povo português contra os estranhos dominadores. A nota de jacobino apontava os infamados ao sumário julgamento da plebe fanatizada. Cumpria quietar os ânimos revoltos e refrear a violência e o atentado, vestidos na aparência do zêlo patriótico.”

“Passa José Bonifácio ao Pôrto com o officio de intendente de polícia. Pouco

depois despedem-no do encargo, achacando-lhe o ser fogoso, violento, apaixonado.”

“Foi austero, talvez duro nesta nova magistratura. Não é porém factível equilibrar de novo a sociedade, quando rotos por longo tempo os vínculos morais, sem que à gente acostumada à soltura dos costumes e das leis pareça draconiano e severíssimo, o que apenas é justo e salutar.”

Latino Coelho, considerando a passagem do Andrada pelo cargo político, louvou então o que na conduta dêsse homem pareceu draconiano. José Bonifácio de fato exerceu a função de polícia como devia exercer. Considerava o rigor nessa função como necessário para repor, na ocasião, a sociedade nos seus verdadeiros termos. Tinha êle uma concepção de ordem, profunda. Sociedade era, a seu ver, organização, espírito social elevado, e grande policiamento para chegar à grande finalidade dos povos.

O homem que estava em pequeno cargo era um grande espírito votado a grandes coisas : dispôs-se logo a fazer o que julgava que tinha que fazer. Em primeiro lugar reage contra a revolução : e toda revolução é um caso de polícia. Ora, o que há de ser ela para um tradicionalista, se, por sua vez, o tradicionalista, para uma revolução vitoriosa, não é senão um caso de polícia e de guilhotina?...

Como espírito arguto que era, José Bonifácio teve a intenção de repor a sociedade em equilíbrio e estava convencido da necessidade de uma atividade ampla, como no Brasil, mais tarde, pensou em exercer.

Revolução a repelir! Êle viu que ela chegava de toda parte : convenceu-se de que não era para contemporizar com ela.

Mas em Portugal, invadido pelo inimigo e em absoluta confusão, implantara-se

o desentendimento entre todos : o Andrada quis então impor o entendimento mútuo, que é a ordem.

Esse meio conturbado não se entendeu mais com êle, que, desautorado pelo governo, incompatibilizado com a política dominante, teve que deixar o cargo agastado com todos. Finalmente via só desilusões e contrariedades que lhe deram os que não queriam compreender a sua ação no momento. Desgostoso da função de intendente de polícia, é que redige o pedido de demissão dizendo-se desautorado :

“Pôrto, 5 de juillet, 1809.

“Excellence.

“Ne pouvant aller personnellement vous parler parce que je suis au lit, et faut que je vous écrive. L’Intendence de Police à qui vous m’avez nommé, est devenue pour moi insupportable. A Lisbonne on met en liberté le secrétaire *Papage* que vous y avez envoyé en prison : sur le Desembargador Frederico, on vous demande quels sont ses crimes, et à moi pourtant on me reproche pour L’Avis du 17 juin d’avoir jugé innocents quelques magistrats, qui avaient été nommés par le gouvernement de South. Je soupçonne avec beaucoup de raison que le Corrigidor d’ici José Teixeira a été celui qui a fait toutes ces intrigues à Lisbonne : il est enragé que vous ne le jugeâtes digne dans ses circonstances actuelles d’avoir... de Police, qu’il avait auparavant, il commence à me tracasser ouvertement sur des points de jurisdiction ; et sans ma maladie j’aurais déjà exigé de lui la satisfaction, que l’honneur demande. Les magistrats de sa Province n’accomplissent point mes ordres ; car, disent-ils, ils ne savent pas jusqu’où s’étend ma jurisdiction. Il y en a presque deux mois que la Régente à Lisbonne sait votre choix, et jusqu’à

présent on n’a pas confirmé votre nomination, ni on n’a pas donné des instructions pour bien remplir ma charge et différents objets du premier besoin sont pour cette raison négligés ; au même temps, que Loureiro a été immédiatement confirmé. Dans ces circonstances vous voyez, Monsieur, que mon honneur et ma délicatesse m’empêchent impérieusement de continuer avec la Police. Je vous estime et respect sincèrement, et pour vous je ferai volontiers des derniers sacrifices ; mais vous qui êtes un homme d’honneur, vous ne devez pas vouloir que je passe pour plus longtemps un si pénible sacrifice. D’ailleurs, je suis ruiné de santé, et j’ai besoin d’aller me rétablir au sein de ma famille. Daignez donc encore cette dernière fois accepter ma démission...” (Biblioteca Nacional. *Documentos citados*).

O desentendimento do Andrada é com os que se levantam no velho reino porfiando para tomar conta do país. Contrário a êles é que êle se apresentava.

Opôr-se-á às correntes políticas que irrompem no país ; aliás êle jamais seguiu nenhuma facção e sempre adotou uma concepção de governo em que subordinou tudo à tradição.

Se algo há de apontar-se na sua orientação, está pois na sua fidelidade à coroa, à monarquia, a qual, então no Brasil, continuou lhe dispensando tôda atenção, distinguindo-o sempre de maneira especial, para que êle sempre contasse com ela.

Dos que apoiam essa monarquia, e a seguem no Brasil, êle recebera, mal ela chega ao outro lado do oceano, palavras interessadas em agradá-lo, a êle, que, com o seu tino inovador, era um elemento em quem confiar Portugal. Em 26 de abril de 1810, lhe escrevia o conde de Linhares que acompanhou Dom João, e era ministro do regente no além-mar :



— “Sobre o seu Brasil pode estar descansado; são grandes os seus destinos e o melhor dos príncipes tem feito a seu respeito tudo o que era possível em tão pouco tempo. Liberdade de comércio a mais ampla e debaixo dos princípios os mais liberais. Direitos de Alfândegas, muito moderados, sendo os maiores de 24%, e uma 1/3 parte remetida a favor da navegação e Propriedade Nacional. Nenhum privilégio exclusivo. Declaração que não haverá Inquisição no Brasil, feita no tratado com a Grã-Bretanha. Introdução de tôdas as culturas preciosas e que o Brasil ainda não possuía. Abertura de tôdas as comunicações do interior do Brasil, tanto por água, qual a de Goiás pelo *Tocaty* com a do Rio Doce, e muitas outras comunicações para o Maranhão, para Mato Grosso, etc., sem esquecer os estabelecimentos de Guaruapuava, na sua Capitania, onde se tem entrado em fôrça para segurar o Paraná, e as cabeceiras do Uruguai, e organizando outras novas terras para criação de gados, unir a um tempo a fácil comunicação ao que se conquistou no país de missões, com as capitanias de São Paulo, e do Rio Grande. Remeto-me ao discurso que o nosso Lisboa fêz sobre os benefícios que V.A.R. tem feito ao Brasil e não quero importuná-lo, nem me sobeja tempo para me ocupar de matéria tão agradável. O que V.A.R. tem também ordenado a favor de Portugal não há de deixar de o elevar.”

“P.S. As suas Minas hão de dar grandes passos, e agora vamos com as de ferro que prometem muito. Temo que lhe possam aí faltar os Alemães, que nos mandou, mas console-se que daqui podem voltar, ou os seus discípulos. A Fábrica de pólvora criada por Nafione vai divinamente; creio que neste mês trabalhará em cheio, com pouco maior despesa de 100 mil cr. S.A.R. vai estabelecer

no mesmo local a fábrica de fundição de Pesos. Creio que se não tem dormido. As Minas de Sorocaba, onde foi Varnhagen, espero que brevemente trabalhem, e dizem-me que são muito ricas e que darão excelente ferro.” (Biblioteca Nacional. *Documentos*, II-30, 12, 6).

Minuciosa eram as informações prestadas a José Bonifácio. Há um grande plano a executar, uma grande obra a fazer, concepção inteligente, importante, ampla, parece que já de todo assentada, e em que Linhares então fala ao Andrada. A maneira do conde escrever faz supor que houve interesse especial, recomendação do Andrada a respeito da sua terra. De fato José Bonifácio tinha a idéia fixa na América. Os seus planos de organização de um governo filosófico revertiam sempre em favor do além-mar. Mas a verdade é que o Andrada ficava em Portugal e estava radicado às suas funções públicas no velho reino.

Assim que êle interrompeu a sua carreira política apenas iniciada no Pôrto, tem para onde voltar. Reunir-se-á aos homens com quem conviveu e que já estavam no Brasil. Êsses o distinguem; apreciam-lhe o convívio. Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, que mais tarde faria parte das Côrtes Gerais em Lisboa, e que nessas Côrtes contaria com a amizade de muitos brasileiros, compreendendo-lhes as tendências políticas, e até o último momento procurando manter-lhes a união com os deputados portugueses, evitando assim a cisão em dois partidos, fatal para a assembléia constituinte que se reunira em Portugal, fala pois em suas *Memórias*, de José Bonifácio, nessa fase da vida, em que o Andrada deixa o cargo de intendente de Polícia no Pôrto, a fim de voltar à comunhão dos homens de cultura.

“Em novembro de 1812 (eis o que escreve Trigoso) renovaram-se as elei-

ções para os cargos da Academia de Ciências. Müller, de todo impossibilitado por moléstias, não podia já há muito tempo dirigir os negócios da Sociedade, e por isso era necessário que saísse de secretário. Frágoso, por outras causas, parecia que não deveria continuar em Vice-Secretário. A sociedade nomeou para o primeiro lugar a José Bonifácio de Andrada, e, no escrutínio para o segundo, ficaram os votos empatados entre mim e meu irmão. Este empate produziu um embaraço na Assembléa, que a nós ambos era muito lisongeiro, porque nenhum dos que tinham votado num, queriam excluir o outro. Alexandre Antônio das Neves pretendeu decidir a questão, propondo que ambos ficassemos Vice-Secretários e que assim a Sociedade ficaria melhor servida: todos aplaudiram esta lembrança e assim se resolveu unânimemente.”

“Este novo cargo, que durou três anos, era com efeito assás trabalhoso, mas o gosto com que o trabalho era feito tornava-o muito suave. Havia uma perfeita inteligência e grande amizade entre mim, meu irmão, José Bonifácio e Alexandre Antônio, que era o Tesoureiro e Guarda-Mór da Academia. O Conde de Redondo, depois marquês de Borba, Vice-Presidente, tratava-nos com a maior contemplação. Muitos homens de letras concorriam para fazerem as nossas conferências mais agradáveis e úteis.”

“Eu conhecia já de Coimbra a José Bonifácio; era homem de grandíssimo talento e instrução, de muita vivacidade, de gênio forte e empreendedor, e muito espirituoso e engraçado em sociedade de amigos. Alexandre Antônio era homem de talento e engenho agudo; tinha além disto, um bom senso natural, e era virtuoso e, pôsto que melancólico e atrabiliário, estava muitas vezes de humor jovial quando com os seus amigos.”

“Recordo-me com prazer e com a mais viva saudade de tão bons companheiros e do agradável tempo que passamos! Quanto à Academia, não se pode duvidar do que depois disse José Bonifácio no discurso repetido em 24 de junho de 1819, (tomo VI, parte II, *Memórias da Academia*), a saber: que, durante os sete anos que estive no emprêgo de secretário, sempre as suas sessões foram muito freqüentes e importantes e os seus trabalhos muito seguidos e constantes.”

“Com efeito, em 1820, a Academia começou a decair e não sei quando se tornará a levantar. Perdeu então José Bonifácio, que foi para o Rio de Janeiro, e desde esse tempo nunca mais tive com êle comunicação alguma.” (*Memórias*, Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato. Coimbra. Impressos da Universidade, 1933, págs. 64-65).

O trecho das *Memórias* de Trigo, refaz o traço predominante do caráter do Andrada: “era homem de grandíssimo talento e instrução, de muita vivacidade, de gênio forte e empreendedor, e muito espirituoso e engraçado em sociedade de amigos.” Essa vivacidade de José Bonifácio, esse gênio empreendedor, e essa feição *engraçada*, tomarão vulto na história, causarão surpresa, e, por vezes, apreensões. Trigo aponta o homem tal qual êle o era. Do “grandíssimo talento” ainda falaria algum dia Latino Coelho, traduzindo, nas páginas mais bem informadas, o valor do cientista que foi o Andrada na ciência que Latino Coelho também cultivava.

A revolução, que se implantava em Portugal, José Bonifácio de fato nunca a aceitou. Julgava-a como sendo a balbúrdia, a confusão, a desordem, de que aos poucos se foi vendo cercado. Como sendo uma falta de senso é que êle aponta tôda e qualquer revolução. Para o Andrada ela é sempre a ignorância pre-

sunçosa dos que não se comedem imprudentes, em coisas de govêrno.

E' no exercício de cargos administrativos que José Bonifácio há de ficar experiente para estar em desacôrdo com todo elemento revolucionário, desatinado, mas, pouco a pouco, dominante em Portugal.

Foi então que no panegírico de Dona Maria I, feito por êle na Academia de Ciências de Lisboa, levantou a famosa advertência de que a monarquia havia de se salvar no Brasil. A repulsa à Junta Governativa com quem não se entendera, fazia-o lançar essa previsão. Quem apareceu naquêle momento de agitação de Portugal invadido pelo inimigo, e na mão do estrangeiro? Insensatos! ... — “porque não valem por uma nação (considera Oliveira Martins) uma dúzia de próceres despeitados e outra dúzia de demagogos estóicos, talvez outra dúzia de boas pessoas ingênuas. Só a fôrça ulterior das coisas, o crescer da decomposição interna, os movimentos políticos da Europa e uma série de acasos imprevisos puderam tornar êsse grupo numa opposição que, apesar de dilacerada por divergências íntimas, melhor ou pior, se uniu no campo de batalha e conseguiu vencer, quando a corrente das idéias liberais se tornou predominante no século — para durar o que a êle faltava ainda! (*Portugal Contemporâneo*, pág. 81) Ora essa confusão geral, essa divergência desnorteadora, era para o Andrada uma experiência, e um estado de coisas **contra o qual**, des- Portugal, êle começou a reagir.

Nos seus rascunhos há queixas que êle profere contra o Govêrno, na época das invasões e das juntas governativas. Eis uma:

— “Pelo real Aviso que recebi com dor e mágua minha por ser a primeira vez que me vejo repreendido em nome

de V. Mge. em 28 anos de serviço que tantos conto no Real Serviço...” (Biblioteca Nacional. *Documentos*, II, 60-19-52. Está riscado êsse começo de frase que se não completa. Nela há aleive assacado à realeza que não olha para os seus grandes servidores. Se o Andrada não completou o que escrevia, a luta íntima que se travou nêle revolvido, está patente. A sua irreverência, o seu ímpeto não era pouco, para que tomasse da pena e assim começasse a escrever.

Dizia êle mais: — “Depois de oito meses passados quando menos foi Vossa Majestade servido de ceder apressado pelo seu real Aviso de 17 de novembro que recebi em ... sôbre a minha representação de 17 de abril do corrente ano em que me queixava pelas razões que expus no meu ofício, de Jerônimo Rosado e que me pareciam...” (*Documentos citados*. Biblioteca Nacional).

Havia, pois, descontentamento de José Bonifácio para com os elementos da administração em Portugal. Era da desordem administrativa que êle discordava. A desordem reinante estava pois inçada de intrigas, de desrespeitos, de agravos que faziam o Andrada dizer: “Augusto senhor, a primeira vez de minha vida pública que me vejo repreendido no decurso de vinte e oito anos, que tantos conto de real serviço...” Há pois uma data assinalada no rascunho em que se lêem tais palavras amargas: 22 de novembro de 1818, isto é, quase ao deixar Portugal para voltar ao Brasil. Descrente de tudo. Até mesmo do rei.

Latino Coelho há de acusar o estado de coisas que constringe o Andrada. “O seu trato com os governadores do reino não era cordial, nem o convidava a que passasse a vida longe do Brasil”.

“Na carta, em que o grande naturalista, acolhendo-se ao patrocínio de um ministro, seu consócio e valedor, solicita



do príncipe regente a licença de voltar à sua pátria, desafia em acerbíssimas palavras o desgosto que trazia lacerado e ofendido.”

“Na oração, em que o ilustre secretário se despede da Academia, percebe-se o doloroso ressentimento do varão atribulado pelas injustiças e malquerenças dos seus adversários. “Se almas degeneradas... procuraram, exclamava o eminente brasileiro, amargurar por vêzes a minha cansada existência, e buscaram, mas em vão, malograr o meu patriotismo e bons desejos, o estudo da natureza e dos livros no seio da amizade, e a voz da consciência foram sempre o bálsamo salutífero que cicatrizava estas feridas do coração. Cumpre pois deslembrar-me do passado. “No discurso histórico recitado perante a nossa Academia, na sessão aniversária de 1815, é clara e terminante a exprobração “contra a ignorância tímida ou desleixada, e ousarei dizer, contra o obscurantismo de algumas toupeiras, que temem ou não podem suportar a luz.”

“E’ plausível que essas lóbregas toupeiras se acóutassem nas eminências do governo, avesso à liberdade e isenção do pensamento.” (*Ob. cit.*, págs. 166 e 167)

Tudo tivera José Bonifácio em Portugal. Recebera tôdas as atenções. “Pelo Alvará de Minas de 30 de janeiro de 1802 (lembrou-se êle de anotar) me conferiu S.A.R. nos §§ 3.º e 5.º, do título 10 e outros das Leis e Regimentos anteriores uma jurisdição ampla sôbre todos os Ministros e Officiais de Justiça, fazendo a guerra, em tudo que respeita à polícia, administração, e governo econômico das minas e metais, e seus pertences.”

Ora, tudo isso, tôdas essas atribuições e honras conferidas, não valiam de mais nada. José Bonifácio não tem mais prazer nenhum em Portugal, quando um dia há de lhe chegar a impressionante carta de sua mãe, atônita, e a dizer :

“José Bonifácio, meu estimável filho.

— Pouco me falta para acabar esta minha vida e muito mais agora com a desgraça de vosso irmão, a qual já sabereis para conceberes a que cúmulo tem chegado a minha desgraça; porque cuidando eu, inda sem poder, com a falta de vosso pai de cooperar para os fazer homens honrados e distintos; porém enganai-me, antes fui cavar a sua desonra e minha infelicidade, pois vos confesso que êsse pesar breve terminará a minha carreira. Eu nada mais vos posso escrever, porque depois que aconteceu êsse levante de Pernambuco pouco me falta para enlouquecer...” (*Biblioteca Nacional. Arquivo de documentos*, II, 30-13, 14).

Antônio Carlos no Brasil se tornara revolucionário! Estava prêso, vencido, repudiado pelos poderosos, quer dizer, por todos, repellido aos olhos da sociedade...

Talvez no carcere esperasse uma degradante morte, que êle encara com firmeza e altivez.

Mas tudo isso perturba, desnorteia, confunde uma inteligência cansada de uma pobre velha que é mãe e escreve aflita ao filho, em Portugal...

No velho Reino nada mais prenderia o Andrada. Em Portugal estava tudo acabado para êle. — “A fundação da monarquia brasileira fará uma época na História futura do Universo”, dirá então se despedindo da Academia de Ciências de Lisboa, isto é, a última vez que nela falou. Quer dizer : em Portugal uma fatalidade ferira a forma de governo que representava para José Bonifácio, a ordem, a vida, a tradição. No Brasil é que poderia encontrar a boa tradição de governo a se firmar de novo.

“A revolução de 1820, diz Calmon, era esperada, tardava, desde 1818 fremia no subsolo, tremia debaixo dos pés da regência portuguesa fraca e perplexa.”

José Bonifácio não tinha pois mais nada que fazer em Portugal, e o famoso elogio a D. Maria I, pronunciado por êle em 1817 na Academia de Ciências, era, naquella situação muito confusa, a sua réplica, corajosa e veemente. Há, nesse escrito do Andrada, a manifestação de ânimo com que repele a revolução, que êle em Portugal não quis ver, com os próprios olhos...

E consegue voltar para o Brasil.

Mas não lhe foi fácil sair de Portugal.

Conta Melo Morais :

“Finalmente resolveu-se que um brasileiro fôsse nomeado ajudante do ministro assistente ao despacho, e que só depois de dar provas de sua fidelidade no exercício dêste novo emprego fôsse elevado a ministro de Estado em uma das repartições, para a qual se mostrasse mais habilitado. Tomás Antônio escolheu para seu ajudante José Bonifácio de Andrada e Silva, que se achava então em Coimbra, para onde expediu ordem (sem dizer para que) que fôsse José Bonifácio enviado ao Rio de Janeiro.”

“A regência de Portugal não obedeceu a esta ordem; representou, e fundava a sua representação no perigo que lhe parecia devia correr a paz pública se José Bonifácio voltasse ao Brasil. Era isso uma tradição antiga que datava de Martinho de Melo, ministro da marinha e do ultramar no reinado de D. Maria I, que tinha calado no ânimo dos homens de Estado de Portugal.”

“Martinho de Melo não consentiu que José Bonifácio voltasse ao Brasil senão depois de acabar seus estudos em Coimbra, receioso de que fôsse fazer uma revolução, e o mandou viajar e estudar à custa do Estado. A regência obedeceu à segunda ordem, que foi expedida em termos terminantes e José Bonifácio chegou ao Rio de Janeiro em 1819.” (*His-*

*tória do Brasil — Reino e Brasil-Império*, pág. 193).

Martinho de Melo e Castro já se sabe de que têmpera era ao exercer “a cada passo... a sua livre crítica em franca discordância com as iniciativas do marquês de Pombal”. (*Ameal, História de Portugal*, págs. 556-557).

Homem de ação, centralizador, manteve-se sempre sem admitir que nada escapasse ao seu querer. Mantendo-se êle “como ministro e secretário da Marinha e dos Negócios do Ultramar”, a ameaça de José Bonifácio aos políticos portugueses, de firmar a monarquia (da qual o Andrada foi adepto extremado) era uma afronta a Melo e Castro, homem apegado a Portugal onde se firmava como govêrno, e donde estendia a sua ação. O reacionário, em José Bonifácio tem expressão todo particular! Era, então, um reacionário querendo a monarquia forte no Brasil e a prevalecer contra os homens e políticos em Portugal. E essa monarquia firmada no Brasil a temer a ameaça revolucionária espalhada por toda a Europa e a chegar a Portugal, foi a intriga que o Andrada lançou entre o Brasil e Portugal, no panegírico que fêz de Maria I. Daí Melo e Castro não querer êle voltasse para o Brasil. Em Portugal êle não representava perigo; no Brasil podia vir representá-lo. Aquella antiga política de constituir o Brasil com expressão própria, importava no risco dêle se sobrepôr a Portugal, risco que aumentara com a coroa no Brasil para que o Andrada já dissesse da monarquia o que andava dizendo. O perigo já parecia ameaça grave, da qual os portugueses não mais se esqueceriam logo que as Côrtes Gerais se reunissem em Lisboa. O velho Reino sentiu-se de fato ferido na sua dignidade de sede tradicional do trono! Ora, foi essa questão, que, sagaz, intrépido, mordaz, José Bo-

nifácio veio levantar. Daí Melo e Castro não querer que êle, audacioso, combativo, expressivo, passasse à sua terra.

A situação do Andrada tomou certo aspecto mais vivo quando resolveu o governo chamá-lo ao Brasil.

Sim; já eram os homens de Estado um em Portugal e outro no Brasil, disputando a pessoa de José Bonifácio. O que estava em Portugal quis retê-lo para lhe inutilizar a ação política; o que estava no Brasil quer chamá-lo, para lhe dar funções políticas. E êsse que chamava então, à sua terra, o homem que a faria independente... — era Vilanova Portugal! E' que eram amigos. Admiravam-se pois êsses dois homens cujas idéias os aproximavam.

Os receios, as supostas intenções ocultas, as previsões de conseqüências graves, espalhadas no ar denunciavam incerteza, e uma situação obscura, na qual um nome aparecia mas por acaso. O que José Bonifácio dizia em altas vozes é que o tornava suspeito. Uma questão de temperamento é que o levava a se referir àquilo que todos receiavam. Mas sem intenção maior êle o fazia. E também passava de uma questão pessoal: desentender-se com os portugueses. O seu temperamento era franqueza e diatribe, e jamais conspiração, que não é dos temperamentos claramente impulsivos com as suas manifestações à flor da pele. Antônio Carlos, sim, era reservado e se controlava atrás do sarcasmo. Conspirou. Muito.

Encaminhou José Bonifácio a Independência quando a questão já foi levada a êle e era a solução única...

Havia tanta razão para reter José Bonifácio em Portugal?

Mas a questão que levaria à Independência não fôra ainda posta. A Independência seria muito mais a conseqüência de uma política em que os portugueses se lançaram, fazendo o que fi-

zeram para afastarem o *perigo* da Independência. Criaram o fantasma que provocou a sublevação. Com medo, se tornaram antipáticos.

Mas José Bonifácio? Informa o marquês de Olinda: — “Não obstante o nome que tinha e a reputação européia de que gozava, o seu gênio versátil e infantil (é o que repete Melo Moraes) o desconsiderou por fim... e então, desgostoso por isso, passou-se, em 1819, para São Paulo, sua pátria.” (Melo Moraes, *ob. cit.*, pág. 328). Isto é o que havia de certo na ocasião. Uma questão pessoal! E só.

Quando José Bonifácio, que dissera o seu país ser a terra da salvação da monarquia, chega a ela, depois de trinta anos de ausência, acolhe-o, no Rio de Janeiro, Tomás Antônio com o convite para ocupar o cargo de ajudante do ministro, assistente ao despacho. Era pois um dos lugares da renovação política da monarquia de Portugal no Brasil, começando-se então por tomarem parte no governo os brasileiros. O Andrada, desgostoso que vinha, não aceitou o que lhe ofereciam, e pediu que “o deixassem ir viver como simples roceiro no lugar em que nascera”. O que dissera em Portugal, era em parte questão pessoal: e em Portugal tinha ficado! Chegando ao Brasil mostra absoluta indiferença pelas questões políticas, e nenhuma ambição ou idéia pela qual se bater.

Entretanto, no Brasil, pensava em José Bonifácio Dom João VI, que estava com a atenção posta no Andrada.

Houvera pois um projeto de Universidade por faltar, para a formação de uma classe culta, um centro de estudos superiores. Foi a idéia acariciada “pelo rei” que chegou a convidar José Bonifácio para director dela, mas não igualmente favorecida por todos os ministros pela tenaz oposição de ainda preponderante elemento português, o qual assim



receava ver desaparecer uma das principais bases, sobre que a metrópole apresentava a sua superioridade. Na colônia existiam capacidades, bem se sabia no velho Reino, tanto melhor quanto o século XVIII, português fôra intelectualmente de metade de brasileiros.” (Oliveira Lima, *D. João VI, no Brasil*, página 262)

Mal o Andrada pôe o pé na cidade natal, em São Paulo, recebe datada de Vila Rica, em 30 de dezembro de 1819, desoladora carta, como se os grandes nomes da ciência tudo dêle esperassem no país :

— “Há oito anos que estou nesta Capitania, tenho procurado todos os meios para ser útil, e creio que não o tenho sido pouco para a Capitania em geral, se eu não o fui para a Real Fazenda em especial, o ministro tem de queixar-se a si mesmo, pois nunca me deu meios alguns. Com a chegada de V. S. espero que isso tomará outro caminho, principalmente o que respeita a tão decaída mineração de ouro que em um decênio de todo estará acabada se não tomarem medidas mais adequadas, se não promoverem as Sociedades de Mineração, se não se fizerem leis novas para este ramo da administração.”

— “Tenho nesse trabalhado muito e tudo quanto pude alcançar foi a Carta Régia para os estabelecimentos da Sociedade de Mineração; mas a que serve se não cassem as leis antigas? — a que serve se o ministério não protege estes estabelecimentos, a que serve ser eu inspetor geral sem ter jurisdição, se dêste modo a cada passo encontro dificuldades invencíveis, apoiado pelas leis antigas e ministros ignorantes na matéria, como são os ouvidores superintendentes? —

Pois peço : — administração das Minas, por bem do Estado, e com  *muito gôsto* eu o reconhecerei o meu superior — Mas antes que V.S. empreenda alguma coisa a este respeito, por favor, e por bem desta Administração lhe peço de ouvir-me primeiro, pois persuado-me que não há ninguém que melhor conhece os defeitos e atrasamento da mineração que eu e conhecendo-se êstes, mais fácil é empregar os meios de melhoramentos...”

— “Estou encarregado de pôr em bom caminho o trabalho das lavras de sociedades de mineração cujos progressos vão com passos mui lentos primeiro por não haver quem anime a criação de mais sociedades, segundo pela desconfiança geral de tôdas as pessoas de que serão roubadas (segundo o costume) entrando em semelhantes sociedades, terceiro pela falta de palavras nos contratos, não havendo uma jurisdição própria que vigia e obriga a cumpri-los, quarto por ser o Regulamento antigo das Minas, ainda em uso contrário ao bom método porque se devem trabalhar as lavras regulares.” (Biblioteca Nacional. *Manuscrito*, I, 28-32-44).

O que está aí escrito, revela o desalentador estado a que se chegara na administração do país, a atravessar confusa época política. A censura é de ninguém menos que o barão Echowage. José Bonifácio desiludido quis se esquecer de tudo que era govêrno, e que era passado de vida pública. Então planeja uma viagem mineralógica na sua província, em companhia do seu irmão, Martim Francisco. Fêz como o famoso escritor francês, que, para se distrair da balbúrdia do mundo, viajou em tórno do próprio quarto : êle, José Bonifácio, fêz uma viagem mineralógica na sua província natal.

## O PAN-AMERICANISMO NO QUADRO GERAL DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL (\*)

Cel. J. B. MAGALHÃES

### INTRODUÇÃO

Meus senhores,

Quis a direção desta casa, a mais antiga das instituições culturais do Brasil, cenáculo votado ao amor da pátria pelo estudo da sua alma, a história, e do seu corpo, a geografia, tivéssemos nós, o mais novo e menos meritório dos seus membros, a honra de falar-vos nesta sua 16.<sup>a</sup> comemoração do dia Pan-Americano.

Lisonjeados com a benévola regalia, vamos cumprir a incumbência — difícil para os nossos modestos predicados e difícil, principalmente, porque succede-mos nesta tribuna a abalizados americanistas, proectos professores, insignes historiadores, militares ilustres e mestres da eloquência — relembrando, no quadro geral da civilização ocidental, a marcha seguida pelo americanismo até o presente momento.

Preocupar-nos-emos sòmente com os largos traços, aliás bem visíveis na cronologia dos acontecimentos, que nos mostra o trabalho vigoroso e tenaz de espíritos de escol do Continente, pugnando por que a América se faça uma unidade política. Trabalho que esbarra em dificuldades oriundas de causas múltiplas, e começa apenas a se mostrar francamente produtivo, a partir da última década do século XIX.

Não procedem aqueles grandes espíritos sòmente pela impulsão de sentimentos benignos de seus corações magnânimos.

Obedecem a injunções da sabedoria política que os levam a compreender residir na união da América o mais firme assento das próprias energias defensivas. Se não conseguem, porém, obter logo resultados práticos seguros, é porque para isto seria preciso vencer múltiplas dificuldades derivadas, umas do estado da política humana nos séculos XVIII e XIX; constituídas outras, do complexo colonial subsistente na alma dos povos americanos, da própria geografia destas terras e pelo espírito de independência bastante forte nestas plagas.

E' principalmente em tôrno dos interesses militares da vida continental que surge a necessidade da *União americana* — note-se desde já — e têm sido elles o elemento acelerador por excelência dos últimos progressos no rumo de uma política continental coesa, harmônica e solidária. Se é assim, por que tanta dificuldade para reagir num sentido que tanto parece convir? Tudo reside visivelmente na eterna opposição *homem-mundo*, de que o americanismo é um simples capítulo. Opposição, porém, essencialmente dinâmica, em incessantes transformações para alcançar uma harmonia mais perfeita, conforme a idéia que o homem faz da natureza, nela incluído elle mesmo, constantemente incompleta e não raro errônea. Daí a marcha tumultuosa do seu progredir.

(\*) Conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 14 de abril de 1948.

Todavia, se nos colocamos, como recomenda Joseph De Maistre, à altura conveniente para ver os fenômenos históricos, podemos compreender, como nos ensina Pascal, que "*toute la suite des hommes doit être considérée comme un même homme que subsiste toujours et apprend continuellement*". Assim, também, no ambiente particular da América.

Recordemos. Nada traduz melhor ao que êsse dualismo nos condena, que as próprias interpretações históricas dos momentos da humanidade.

O *interêsse* — o que parece ser atual — é sempre a regra dominante. (1).

Até o século XVIII, quando começavam a desabrochar com vigor as sementes lançadas no século XV pelo gênio de Copérnico, na seara das interpretações científicas do universo, e a serem mais judiciosamente valorizados os conhecimentos introduzidos desde o século VIII, pela civilização árabe na cultura do Ocidente, a interpretação dos fatos da vida humana era feita sem a idéia de desvendar a sua continuidade. Não se procurava na história conhecer a fatal filiação dos acontecimentos. O ponto de amarração do pensamento humano era o conceito da divindade, de caráter essencialmente estático.

Bousset tentou preencher tal lacuna, realizando enorme progresso para a valorização da história. Mas, teve de sujeitar-se muito ainda à interpretação teológica dos fenômenos, atribuindo àqueles que pareciam não poder se enquadrar na lei da filiação, motivos de um desígnio divino particular.

Surgiram sem tardança os seus contraditores, mas nem Voltaire, nem ou-

tros, conseguiram opor-lhe um conceito mais valioso ou satisfatório. Veio depois a fase do romantismo, que atribuía a semidivindades, indivíduos predestinados pela natureza, a causa dos progressos da humanidade. Carlyle assinala magnificamente o papel dramático dos heróis na evolução humana, mas deixa na sombra, e indefinidas, as determinantes do surto desses heróis e as que lhes orientam as condutas. Não havia ainda a consciência positiva das energias emanadas da própria sociedade humana que nos ensina: "por maior que seja a influência dos grandes homens, ela é forçosamente limitada e dirigida pelo meio social." (2).

Apesar do progresso havido na justa interpretação dos fenômenos históricos, que êste último modo de ver revela, o *meio social*, se o consideramos isolado do *meio físico*, não basta para explicá-los. Mas, é enorme o avanço sobre o sistema de Bossuet, de Voltaire e de Carlyle, para os quais Tolstoi (3) assinala a inconveniência de mostrarem a vida da humanidade como se tudo fôsse conseqüente de procedimentos de reis, guerreiros e sacerdotes. Tolstoi, porém, supre a lacuna com a noção imprecisa das fatalidades do destino, evidentemente também insatisfatória.

No entanto, em meados do século XIX, Buckle havia já introduzido uma noção nova ao estudo da história, correspondente à influência do meio físico, e Marx subordinava as transformações da civilização a fundamentos de ordem econômica considerados preponderantes.

---

(1) *Enciclopédia Britânica* — verbete *history* — "the content of history always reflects the interest of the age in which it is written".

---

(2) *Estudos e Ensaios* — 1.<sup>a</sup> Série — Ed. da Soc. Capistrano de Abreu — 1931 — pág. 77.

(3) *Guerra e Paz*.



Chegou-se assim às noções positivas que hoje nos dominam, pelas quais temos consciência da complexidade das causas que influem na conduta dos homens, mas de cujo conhecimento muito nos escapa ainda.

Mas, pode-se agora formular com suficiente nitidez que em nosso momento histórico, *o interesse* da humanidade, superior ao dos seus elementos componentes, é definido pela idéia de que “we have become a world society with a world economy which call for a world order”. (4.).

Aliás, não se contém aí uma noção inteiramente nova. A unidade do mundo foi sempre, de algum modo, tentada realizar, ou, ao menos, antevista e desejada. E o dissídio que hoje se estabelece entre a Rússia e o Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, nada mais é que o efeito do impulso dessa idéia, sob a égide dos interesses econômicos e gerais, que os progressos da civilização industrial tornaram indisfarçavelmente interdependentes em tôda a Terra. A unidade buscada será útilmente realizável se se admitir que prevaleça a *liberdade* das nações e dos *indivíduos*, ou, o que é o mesmo, se fôr levada a efeito por livre consenso e não pela força. (5).

A tudo isso subordinamos a compreensão do americanismo.

---

(4) *Enciclopédia Britânica* — verbete *history*.

(5) William Ebenstein — *Man and the State* — Ed. Reinhart and Company — New York — 1947. “The indestructible reality of the individual stands in the center of the westerns democratic theory of politics. Compared with the majesty of the individual, state, society and governments are but pale artifacts, devices to enable the individual to be most himself. By contrast, the antidemocratic theory of politics puts the state into the pivotal position of social reality, and within the shadow of its power the individual leads but a timid and dependent existence”.

## QUANDO A AMÉRICA SURGE NO MUNDO

No momento em que a nossa terra foi descoberta para a civilização ocidental, tais concepções jaziam ainda desconhecidas ou em estado puramente embrionário, e era profundo o fôssco que separava a vida do oriente da do ocidente.

A civilização européia, desenvolvida no Mediterrâneo, depois de afastado, com a destruição do poder persa por Alexandre, qualquer risco de predomínio das correntes orientais e de se haver consolidado com Roma, no quadro geográfico fixado por Augusto, evoluíra com o catolicismo, sem comunicações de vulto com a Ásia. Depois surgiu o maometismo, no século VI, que adquiriu bastante força para constituir uma nova corrente civilizadora estendida pelo norte da África, e penetrante na Europa, através da Espanha, cerca de dois séculos mais tarde.

Os progressos do islam põem em perigo o mundo católico. E êsse perigo, ajuntando-se às necessidades de ordem política da própria organização da Europa, deu origem às *Cruzadas*, donde resultaram consideráveis reações econômicas e culturais, e maior interesse pelo Oriente. Estabeleceu-se, naturalmente, grande afluxo de ocidentais rumo às terras do sol nascente. Mercadores ou emissários do Papado buscaram-nas interessadamente e ao regressarem revelavam maravilhas de que haviam tomado conhecimento. Não só, porém, maravilhas anunciavam êles. Davam a conhecer a considerável extensão das conquistas da fé maometana em marcha rápida para o Norte e Êste da Ásia. Somam-se, desartê, interesses religiosos, comerciais, econômicos e culturais, dos quais advém impulso irresistível no Ocidente, para tudo incorporar ao seu sistema, impulso que se desenvolve naturalmente con-

ditionado pela geografia, cujas linhas de menor resistência procura.

As dificuldades de comunicações, retardam, porém, o movimento, e surge a preocupação de encontrar caminhos mais fáceis, sem transpor os campos do império de Maomé. Era preciso obter rotas mais seguras, notadamente, a partir do século XV, quando os turcos se apoderaram de Constantinopla, e chegaram mesmo a ameaçar de novo o Ocidente, a própria Roma, pela via da Grécia e dos Balcãs. E isto era possível. Possível e necessário.

Possível, porque os progressos introduzidos pelos Árabes na Europa haviam dado frutos. Os europeus, desenvolvendo-o por conta própria, tinham adquirido poder militar considerável com o aperfeiçoamento das armas de fogo e, notadamente, a criação de uma poderosa artilharia, que se casava com uma capacidade maior de construção naval e da arte de navegar.

Necessário, porque a Europa estava em equilíbrio instável. Sevia-a uma crise aguda, tanto política, religiosa e econômica, como social (6), produzida pelo que se chamou o renascimento. Era preciso dar-lhe desafoço.

E' a época em que se processa a mudança paulatina do antigo mundo feudal para o moderno, durante a qual, como assinala Cristovam Ayres, "tudo apresenta, então, um estado de incerteza e hesitação, coexistindo mesclados os

velhos elementos com os elementos novos, todos instáveis e em transição. (7).

Nos fins do século XV o problema é em parte resolvido por Portugal e Espanha, herdeiros diretos dos progressos da civilização árabe, e prósperos, no quadro ainda forte da Igreja Católica, apesar dos abalos que esta sofria. Eram os países que a situação geográfica melhor os colocava para esta missão.

Em busca do Oriente, das Índias, Vasco da Gama contorna a África pelo sul, e Cristóvão Colombo procura chegar lá diretamente, calcado na teoria da esfericidade da terra, mas, sujeito às imprecisas notícias que então se havia da geografia do Mundo, vem esbarrar na imensa barreira da América.

Não atingira a Ásia, a Índia, mas o objetivo principal de sua viagem era alcançado de uma maneira surpreendente, e haveria de ter consideráveis repercussões no futuro.

No século XVI, logo a seguir tratam Portugal e Espanha de tomar posse de quase toda ela, passando depois, cada vez mais, a viver do que aí encontraram, parasitariamente, o que vai ser uma das causas de sua decadência.

A tomada da posse do Novo Continente, dada a superioridade militar dos conquistadores sobre os povos primitivos

---

(7) Cristovam Ayres — *História do Exército Português* — Imprensa Nacional, Lisboa, 1906, 1.º volume: "Afirma-se o poder real e com ele o sentimento patriótico; o terceiro estado surge como um sintoma, não local mas nacional; começam a emancipar-se as classes baixas e a enriquecer as classes burguesas; a heresia nascente é o primeiro albor da alforria da consciência; as letras, as artes, as ciências começam a sacudir o jugo estreito do dogmatismo religioso; as navegações buscam os vastos oceanos e os continentes longínquos".

Buscam e os encontram — observamos nós, — imprimindo nêles as consequências da ação de sua mentalidade, então incerta.

---

(6) Jules Mancini — *Bolívar et l'émancipation des colonies espagnoles*. E. Persin et Cie. — Paris, 1912: "L'Ancien Monde traversait, comme on dirait aujourd'hui, une crise économique qui semblait insoluble au moment où les caravelles de Cristoph Colomb, obtenues du reste à grande peine, singlaient obscurément vers leurs immenses destinées".

vos que o habitavam, foi rápida. A sua colonização rápida e brutal, conforme à mentalidade da época.

O espírito religioso, já enfraquecido, prevalecente mais na forma do que no fundo, foi logo submergido pelo do mercantilismo, ficando em plano muito secundário nos métodos da colonização a *idéia civilizadora*. Foi obra tal que um otomano do nosso século, personagem ilustre entre as que se esforçaram para reavivar o espírito estagnado da Turquia, pôde acusar as nações da Europa de, por sua ação colonizadora, haver produzido apenas tremenda convulsão no mundo com inauditas crueldades. (8)

E' o mesmo conceito do português Christovam Ayres, quando comenta as acusações de crueldades que alguns fazem aos árabes: "Nenhum princípio religioso foi mais longe que o cristianismo no ideal da caridade, e nenhum povo, como o cristão, abusou mais da força e empregou maior crueza na conquista de outros povos e na cristanização a ferro e fogo". (9).

Em tais julgamentos está, sem dúvida, verdade incontestável, não, porém, tôda a verdade. Outros resultados houve da ação colonizadora dos Ocidentais, que redundaram no espírito de fraternidade que hoje vai se impondo e pode-se dizer atinge estado avançado em nossa América.

---

(8) Ahmed Riza — *La faillite morale de la politique occidentale en Orient* — Lib. Picart, Paris, 1922.: "*un bouleversement gigantesque du monde entier; des races humaines presque complètement anéantis; d'autres transplantées d'un continent sur l'autres par les flottes de Negriers; des territoires immenses devastés hier l'esclavage, la misère aujourd'hui. La civilisation n'a pas suprimé la barbarie, elle la tout simplement raffinée*".

(9) *História do Exército Português*, volume III.

Tal conduta se explica, pelo enfraquecimento da força moral, tornada incapaz de frear os *interesses* egoísticos da política que dominava na Europa, no século XVI, dividida entre poderes rivais. Política calcada no *direito da força*, de parceria com as astúcias da má-fé, que havia já inspirado a Dante, no início do século XIV, a *Divina Comédia*; a Maquiavel, no seguinte, a *Razão do Estado*; que Vieira pintara ao vivo no século XVII e que sugeriu a Frederico, no XVIII, esta sarcástica observação: "*Comme on est convenu, parmi tous les hommes, que duper son semblable était une action lâche, on a été chercher un terme pour adoucir la chose, et c'est le mot politique qu'on a choisi*". (10).

### FORMA-SE O ESPÍRITO AMERICANO

Parece havermos dito o bastante para podermos definir, resumidamente, de onde veio a nossa América e o ambiente em que se criou.

Surgiu num momento crítico da civilização, transitório das concepções humanas, e cresceu em meio de disputas das potências senhoras do mundo, as velhas e as que iam surgindo (11), quando as forças temporais mais se utilizavam das espirituais que a elas obedeciam.

Apesar de tudo, porém, e através de erros cometidos do ponto de vista humano, é fato que se operou na América uma obra realmente civilizadora, caracterizada em grande parte pela reação natural por ela mesmo oposta espontaneamente aos erros cometidos. E' o

---

(10) *L'Art de Régner* — citado por Ahmed Riza — *Opúsculo citado*.

(11) Falamos do surto da Holanda, França e da Inglaterra, como novas forças influentes nos destinos do mundo.



que nos parece dizer Jules Mancini (12) quando assinala repetirem naturalmente as colônias a formação metropolitana, mas, ao mesmo tempo, que se iam formando sociedades com características próprias e se acomodavam cada vez menos aos moldes estreitos em que as metrópoles persistiam em querer mantê-las.

E' o embrião do *espírito americano* que se vai formando destarte, cujas primeiras manifestações no Brasil se deram no século XVII com a guerra holandesa, mas que na América do Norte se implantava com as primeiras colônias britânicas formadas com elementos expedidos da mãe Pátria, cujo ambiente opressivo se tornara para eles irrespirável. Caracterizava-o desde logo o amor à *liberdade*.

Na América Latina, o divórcio entre os seus povos e as metrópoles surge naturalmente da formação étnica das populações coloniais em presença da prosápia irritante dos europeus que totalmente tratavam todos os nativos, fôsem embora brancos e de sua própria descendência direta, como gente inferior (13). Divórcio que se torna inevi-

---

(12) *Opúsculo citado*.

(13) José Pacífico Otero — *História del Libertador San Martín* — Vol. VI — Bib. del Oficial de Círculo Militar — Buenos Aires, 1944. "La sociología Peruana era por su naturaleza heteróclita y por lo tanto compleja. En alto de sus escala se destacaban los peninsulares, nobles muchos de ellos y grandes potentados los demas. Seguian luego los criollos, clase esta de gran despejos y que por instinto era la clase que prohibaba la libertad y venian luego las familias indígenas, los negros y los mulatos reconocidos todos ellos como clase infima.

Tres siglos de dominacion colonial habian mantenido a esta masa de esclavos en la ignorancia y en la barbarie. Que hubiera hecho ella, se de golpe se coloca en sus manos una arma tan peligrosa como la democracia?"

No Brasil, a parte predominante de negros e mestiços nas camadas ínfimas da popula-

tável pela insuficiência das concepções dominantes na política metropolitana, política incapaz de ver nas colônias mais do que fonte de recursos a colhêr sem quaisquer deveres.

A reação espontânea contra isto vai se tornando em revolta. Faz surgir um sentimento próprio do Continente, não, porém, imediatamente bastante forte. Hesitante mesmo, quando é já oportuno fazerem todos os povos uma reação solidária para a conquista da liberdade e depois, como até há pouco, para melhor assegurar os interesses da defesa da própria independência. E' que, além de rivalidades resultantes da organização colonial, sofriam os povos da América as influências da própria situação geográfica, tendentes a diversificá-los. (14). As diferenças nos processos dos dois sistemas colonizadores de Portugal e de Espanha davam-lhes também matices que até hoje ainda se manifestam, apesar dos progressos da cultura e das condições novas da civilização.

Nos fins do século XVIII a situação, para as colônias, tornava-se intolerável. Haviãam progredido apesar de tudo e as metrópoles não sabiam modificar o sistema de relações que mantinham com elas. Daí resulta uma reação que se intensifica quando as lutas na Europa enfra-

---

ção e o número muito menor de índios, pois que houve nêle maior devastação das populações primitivas, a situação era praticamente a mesma. O elemento *brasileiro* era até mais hostil ao *português* que o *criolo* ao espanhol, como atestam as várias rebeliões que se deram, a partir da guerra holandesa.

(14) André Siegfried — *Amérique Latine* — Lib. Armand Colin, Paris, 1934. "La fierté nationale est fait en grand partie de cet attachement á la tradition espagnole (ou portugaise) toute idée de lieux politiques étant naturellement écartés; mais elle comporte aussi l'orgueilleuse conscience qu'ils ont d'être américains dans les sens où ce terme possède une portée continentale."

quecem os velhos sistemas de govêrno, opostos às conquistas feitas pelos progressos do espirito humano.

Os primeiros elementos a reagir foram as colônias inglesas da América do Norte, que se constituem em Estados Unidos, com um regime republicano. Vibra, desde então, todo o ambiente continental. Elementos de sua elite, aproveitando as tendências espontâneas em prol da eliminação da tirania dos colonizadores, bem denunciadas por vários movimentos rebeldes, entre os quais sobressai a revolta de Tupac-Amarú, dão início à luta pela independência.

Excita-os, ainda, não só o exemplo da formação dos Estados Unidos, mas o fato de o Brasil se haver tornado autónomo desde que, em 1808, o trono português tocado pelo vendaval napoleónico nêle se viera abrigar, instalando aqui a sede da velha monarquia, que ostentava com prazer-se de seu novo carácter americano.

Na América espanhola fazem-se de tal modo insopitáveis os desejos de rompimento com o sistema de Madrid, que o desejam inda mesmo que isto consista apenas em trocá-lo pelo britânico, mais liberal, ou, como no caso do Prata, em união mais ou menos íntima com o novo reino do Brasil. (15) e (16).

---

(15) Bartolomé Mitre — *História de Belgrano y de la Independência Argentina* — Ed. Félix Lojanane — Buenos Aires, 1887. "Fué entonces (1809) que don Saturnino Rodríguez Pena promovió el proyecto de emancipar y constituir las provincias del Río de la Plata, coronando á la Infanta (D. Carlota Joaquina) como soberana de ellas, proyecto de que ya nos hemos ocupado, y el que tomaran parte Belgrano, Moreno, Saavedra, Castelli, Vieyete, D. Nicolas Pena, los hermanos Pasos, Piuyerrendon y outros, que después formaron el gran partido patriota de la revolución, que estalló en 1810."

(16) *Idem* — 1.º volume — "El establecimiento del trono del Brasil, después de haber dado el paso de abolir el sistema co-

O apoio da Inglaterra foi procurado com insistência. Mas, não quis, ou não pôde, por causa dos interesses da guerra que movia a Napoleão e da famosa política do equilíbrio europeu, de que era um dos elementos principais, empenhar-se a fundo na questão. Limitou-se a facilitar o movimento libertador, porque convinha ao seu maior interesse, todo de ordem comercial. Todavia, não se descuidou de adquirir uma base para possíveis ações futuras, apoderando-se de alguma coisa na zona do mar das Caraíbas.

Foi por isto que Miranda, venezuelano, e militar formado no Exército francês, não tendo podido obter o apoio de Pitt, o tenacíssimo adversário de Napoleão, decidiu-se a iniciar sozinho a luta para eliminar a Espanha da América, iniciativa que tomou, em 1805. (17).

Obtém êxitos. Mas, após uma luta de cinco anos, é vencido. Não o apoiam firmemente os povos americanos, baldos ainda de um forte sentimento patriótico, capaz de resistir aos manejos

---

lonial poniendose al lado de la América en la cuestión que la divide ahora con la Europa, necesita nuevas fuerzas para seguir cortando los lazos que todavia detienen los pasos de su política, y embarazan la marcha natural de esta parte del mundo a sus altos destinos. De este modo viene á quedar in cierta manera dependiente de nosotros la aproximación de esta época verdaderamente grande por sus consecuencias y el impulso de nuestra política no pode obrar sino en el mismo sentido que el de esta nacion nueva, para enlazar intimamente con ella nuestros intereses y aún identificarlos se fuese posible".

(Correspondência de Dom Manuel José Garcia, representante das Províncias Unidas do Prata, no Rio de Janeiro).

(17) Miranda combateu com as tropas francesas pela independência ianque e tomou parte nas lutas da *Revolução*. Fundou em Londres uma sociedade para trabalhar pela libertação do jugo espanhol.

dos agentes metropolitanos, e influenciados pelas organizações clericais, temerosas do ateísmo do sistema revolucionário, que Miranda representava. (18). O movimento, porém, reaparece, em 1812, impulsionado por Simon Bolivar, que combatera com êle. Acrescendo então, ao que dois anos antes se manifestara no Prata e no Chile, nos quais se destacavam as magníficas figuras de San Martin e O'Higgins, formaram-se assim duas correntes libertárias que se foram encontrar em terras do Peru.

A sua junção não era fruto, porém, de um acentuado e solidário espírito americanista. Nem mesmo fôra planejada por antecedência. Resultava espontânea, principalmente, do interesse dos do sul em bater as forças espanholas renitentes nos Andes, antes que a metrópole pudesse reforçá-las.

Desde que se encontram no Alto Peru, logo se dá um choque entre as tendências consubstanciadas em San Martin e Bolivar. Primeiro, em torno da forma de governo a adotar pelas novas nações independentes; depois por causa da organização da América livre. Pugna San Martin por uma solução no quadro dos governos monárquicos, e Bolivar pela republicana. Mas Bolivar, na exaltação do seu entusiasmo, vê o panorama de uma só nação formada por toda a América do Sul, ao menos, inicialmente, quanto às de origem espanhola. Os platinos discordam, ciosos de sua personalidade nacional, originária da existência autónoma do vice-reinado do Prata, e porque haviam evolvido separadamente no ambiente do Atlântico.

Não é isto fato único na espécie. Com a luta, surgiu um patriotismo local forte,

---

(18) Jules Mancini — *Opúsculo citado*: "Il faudra bien des traverses avant que la notion vraiment patriotique de l'Indépendance s'impose à tous les esprits".

nos grupos americanos formados na diversidade dos quadros geográficos em que se processou a ação colonizadora, sentimento que predominava sobre a idéia americanista. A evolução desta será lenta.

## A EVOLUÇÃO DO ESPÍRITO AMERICANO

A independência fêz-se em toda América, inglesa e espanhola, sob a forma republicana de Washington e preconizada por Bolivar. No Prata mesmo, apesar de suas tendências iniciais, não medrou a idéia monárquica, mercê da rebeldia natural dos caudilhos, entre os quais sobressai o vulto enérgico de Artigas. Só o Brasil, por se haver sem luta transformado em reino, que também pouco depois rompeu os laços da comunidade com Portugal, fêz-se monárquico, fato êste que se vem juntar às outras causas para dificultar a constituição da unidade política americana.

Formaram-se, assim, múltiplas nacionalidades, numerosas nações livres, mas, militarmente, fracas. Fraqueza que os seus melhores espíritos do continente reconhecem e procuram conjurar pelo compromisso de apoio recíproco, sem jamais o conseguirem eficientemente.

Surpreende por isto, a quem não examina a fundo tais acontecimentos que, a despeito do modo de ver de seus homens mais eminentes, não haja jamais logrado a América formar uma unidade política e militar, verdadeiramente operante, o que somente agora se esboça de modo positivo.

Que forças invencíveis se opuseram? Que impediu se produzisse tal efeito, procurado por quase todos os responsáveis políticos, com raríssimas exceções?

E' que — como assinalamos já — a isso se opunham as influências geográ-



ficas, as circunstâncias gerais da formação colonial, e as desconfianças contra o sistema monárquico do Brasil, olhado por alguns, erradamente, como uma cabeça de ponte ou vanguarda do reacionarismo europeu. Depois, vieram os dissídios herdados do antagonismo luso-espânico, reacendidos pelo problema da delimitação dos espaços próprios ao exercício das respectivas soberanias, motivo êste também de discórdias entre os povos de origem espanhola, dando lugar a manifestações de extremado patriotismo, cuja exacerbação parecia querer compensar, por um esforço sentimental do homem, a fraqueza das nações. Mais tarde aparece a desconfiança contra o imperialismo ianque.

O próprio lançamento da doutrina de Monroe, em 2 de dezembro de 1823, o ato mais positivo e enérgico — que o Brasil não hesitou em apoiar —, afirmativo do surto de um sistema político americano independente do europeu, não encontrou desde logo o mais amplo acolhimento. A repercussão favorável que houve em quase tôda a América, não foi bastante forte para consolidar e permitir o desenvolvimento dessa idéa, sem ressalvas.

Não era evidentemente compreendida no mesmo sentido e do mesmo modo em tôda parte, nem mesmo nos Estados Unidos. Por alguns fôra até repelida, mais ou menos, claramente. Outros, mais tarde, quiseram ver na doutrina de Monroe mais do que ela anunciava, mais do que mera oposição à recolonização. Deram-lhe até, mais tarde, alguns espíritos pouco confiantes, ou malévolos, a capciosa fórmula de “América para os americanos... do Norte”.

Evidentemente, o *sentimento americano* espontâneo apresentava-se impotente para criar a almejável unidade política continental.

Mostrava-se débil.

O primeiro congresso americano, convocado por Bolívar em 1824 e realizado em 1826, não logrou o êxito a que aspirava o Libertador. Nem os Estados Unidos, nem o Brasil, que aceitaram bem a idéa de sua convocação, a êle compareceram. Afastou-os o programa adotado para os respectivos trabalhos que interferia com assuntos de política interna das nações, como, por exemplo, a questão da escravidão, e o fato de não ter um caráter *nimamente americano*, pois fôra chamada a Inglaterra a desempenhar nêle papel importante. Bolívar visava mais, evidentemente, consolidar a independência do que fazer obra de *puro americanismo*, amarrando-a numa larga organização mundial. Dêsse conclave também ficaram ausentes a Argentina e o Chile, receiosos da tendência de Bolívar em prol da idéa de reunião das antigas colônias, sob um mesmo poder governamental.

Outras tentativas houve sempre de resultados limitados e incompletos. Em 1864, quando o Peru, sentindo a necessidade de fazer frente a gestos de recolonização européia, tentou mais uma vez consolidar num compromisso global a força defensiva americana, surgiu até uma manifestação francamente hostil. Foi a do Sr. Rufino Elizaldo, ministro do Exterior da Argentina, em resposta ao convite que para aquêle fim fôra dirigido à sua nação. Disse êle: “A América independente é uma unidade política que não existe, nem é possível existir por meio de combinações diplomáticas. A América formada por nações independentes com necessidades e meios de governos peculiares, não pode mesmo constituir uma só unidade política”.

E chega até a referir que o seu país se considerava mais ligado à Europa que aos co-irmãos do continente. (19).

Não era o único a ter este modo de ver e de sentir, o então chefe da diplomacia argentina. Nessa época, quando os Estados Unidos estavam às voltas com a sua guerra de secessão, muitos outros americanos provocavam até, excitados por paixões de política interna dos respectivos países, a intervenção da Europa em suas pátrias. Napoleão III entronara, por esse meio, no México, um preposto seu e ensaiava fazer-se protetor do Equador. (20).

Tais fatos levantaram nos Estados Unidos, cujo governo nada lhes opunha de eficiente, a questão de saber se a declaração de Monroe tinha o caráter de manifestação particular de um seu governo, ou de *doutrina nacional*, a que todos os governos deviam obedecer em sua política internacional. O Congresso decidiu que se tratava de doutrina nacional.

Isto representou um progresso sensível na *idéia americanista*. Não ainda, porém, bastante avançado e positivo, à altura das ânsias colonizadoras que em

---

(19) J. V. Lastarria — *La América* — Ed. América — Madrid. Diz ainda efetivamente o Sr. Elizalde “más vínculos, mas interés, mas harmonia hay entre las repúblicas americanas de origen española con la Europa que entre ellas mismas”.

(20) Também no Brasil havia dissidentes da doutrina de Monroe. Sintetizou-os mais tarde Eduardo Prado com a sua *Ilusão Americana* que parecia merecer o aplauso de Capistrano de Abreu: “exorta-nos a abrimos os olhos para os perigos da doutrina de Monroe com a qual nada temos a ganhar e podemos tudo perder. Os fatos irão demonstrando se êle tinha ou não razão. *Ensaíos e Estudos* — 1.<sup>a</sup> série.”

Ainda agora, 1948, aparecem no Congresso dos Estados Unidos manifestações interpretativas da doutrina de Monroe no sentido do interesse exclusivo daquela grande nação.

meados do século XIX assinalavam a política das potências européias, dominada pelo princípio da *razão de Estado* e tendo a força por supremo argumento.

E' a época da máquina a vapor. A da prosperidade ampla e rápida dos países que tinham facilidades para dispor de carvão de pedra e, notadamente, daqueles que eram possuidores de ricas jazidas desse combustível. As diretrizes políticas de então, prevalecentes na Europa, só atendiam a duas ordens de idéias: — ter campos seguros de obtenção das matérias primas necessárias à indústria; e contar com mercados certos para escoamento dos produtos fabricados.

A recolonização da América Latina entrava naturalmente nas cogitações das potências mais fortes da Europa (21). Mas, felizmente, e felizmente porque os Estados Unidos não seriam bastante fortes para fazerem valer a doutrina de Monroe, elas eram rivais e fêz-se impossível combinarem-se para uma ação comum contra este continente. De resto, encontravam também campo de ação mais fácil para a aplicação de sua superioridade bélica, em Ásia e África, sem atritos entre si muito perigosos.

A questão, porém, foi se agravando dia a dia, em virtude do problema que se veio a chamar “do espaço vital” resultando dos excessos de população em certos países europeus. Formou-se intensa corrente imigratória dirigida para a América do Sul e surgiu uma política

---

(21) Lastarria — *Opúsculo citado*: “Inglaterra, Francia y España han estado deseando sin cesar la reconquista de la America Central (*observe-se onde havia o interesse do canal interoceânico*) y Meridional. Ninguna de ellas la queria sino para si. Todas ellas havian de ver con digusto las conquistas que las otras hiecen en este continente. Pero, con la esperanza de coger para si el fructo quando estuviessse maduro, todas han trabajado de mancomun para madurarlo”.

*emigrantista* que não tardou em tomar caráter tendencioso de preparação para conquistas futuras (22), como se deu com os alemães e depois com os japoneses.

Tudo isto deveria favorecer a consolidação da *solidariedade americana* e conduzir à criação no Novo Continente de uma unidade de *fôrça* moral e material, política e militar. No entanto, os efeitos nesse sentido foram muito fracos e lentos. Eram contrariados pela própria influência européia, favorecida pela maior facilidade de relações comerciais e culturais dos países do velho continente com os da América do que haviam estes, de modo geral, uns com os outros (23). Opunha-se ainda a desconfiança reinante nos latinos americanos contra os Estados Unidos. Não sem plausíveis razões.

Faziam estes as chamadas políticas do *big-stik* e do *dollar*, usadas para levar a sua soberania até o Pacífico, e depois, forçados por necessidades primordiais de própria segurança militar, para realizarem a abertura do canal interoceânico da América Central. Depois tudo mudou. O isolacionismo internacional, de resto, não era mais possível, à vista dos progressos gerais da civiliza-

ção industrial, de que os Estados Unidos eram pioneiros.

Durante toda a fase porém, que corresponde à época da *independência* e termina somente em 1914, com a inauguração do canal do Panamá, não cessou o trabalho para criação de relações continentais sem desconfianças perniciosas, principalmente, para os países mais fracos. Não produziu muito. Dêle resultou, todavia, em 1890, um órgão destinado ao cultivo sistemático de sadio sentimento *americanista*, a União Pan Americana.

A partir daí realizaram-se valiosos progressos, embora encontrando sempre sérios tropeços, entre os quais, não é, sem dúvida, desinteressante frizar ainda uma vez a influência de relações mais fáceis com a Europa, existentes até depois da primeira guerra *mundial*. E' a partir de então que começa a se modificar sensivelmente este estado de coisas pelo rápido desenvolvimento da navegação marítima intercontinental e o surto da navegação aérea utilizada nas relações correntes de vida civil.

A Europa contrariava o desenvolvimento da *solidariedade americana*, entre outras razões por sua mentalidade belicosa. Fabricantes e fornecedores de armamentos para todo mundo, preocupavam-se naturalmente os europeus em organizar aqui bons mercados para os mesmos, o que os levava a exercitar a preparação militar de umas nações contra outras. Isto que convinha aos seus pontos de vista comerciais, não lhes causava nenhum risco direto, porque bem sabiam quanto é precária a *fôrça* militar moderna dos países sem indústria firmada em bases sólidas.

Destarte a preparação para a guerra na América Latina tomava um falso sentido em face do seu real interesse: a soma de todas as suas forças para que resistissem juntas a um ataque, ataque que

---

(22) Geografias alemães consignavam no Sul do Brasil uma Alemanha Antártica. Vêr ainda Xavier de Oliveira *O problema Imigratório na América Latina*.

(23) Helio Lobo — *Fôrças Contrárias ao Pan Americanismo* — 3.º Congresso de História Mundial, 1938, vol. II. "Países de exploração agrária, os americanos viveriam de exportação de matérias primas e artigos de alimentação, de modo que suas correntes comerciais se dirigiriam para fora do continente, à Europa sobretudo com prejuízo do movimento propriamente interamericano. Não havia objeto de trocas, pois todos, mais ou menos, produziam e exportavam a mesma coisa, e nossas necessidades industriais gerais só podiam satisfazer-se pelo Velho Mundo".



só poderia vir de fora do continente, ou dos Estados Unidos. E esta última hipótese não era desprezada pelos agentes armamentistas.

A reação, porém, da primeira guerra mundial no mundo inteiro, evidenciando até que ponto as nações eram tôdas interdependentes, causou modificações profundas na maneira dos ocidentais compreenderem o sentido da civilização do século XX. Repercutiu também fortemente no *sistema americano*. Revelou a importância enorme dos Estados Unidos e fêz compreender, se não com a mesma intensidade em todos os países da América, ao menos na maioria dêles, quanto à solidariedade continental, era uma condição necessária à garantia da sobrevivência autônoma de cada um e para o seu progresso.

A partir de então, sob a égide dos Estados Unidos, a União Pan-Americana encontrava campo mais fácil para o seu labor. Todavia nem todos, mesmo naquela grande nação lhes facilitavam o trabalho. Havia ainda quem desconfiasse o que mais convinha ao desenvolvimento do americanismo, tal como se viu na 5.<sup>a</sup> Conferência Inter-americana de Santiago do Chile, em 1923. A maneira por que o chefe da delegação ianque recusou admitir a discussão da proposta, que aí se fêz, para dar à doutrina de Monroe uma significação mais ampla, foi um rude golpe no progresso que se vinha obtendo desde que Elihut Root mostrou deferência pelas nações mais fracas, com o seu comparecimento, à reunião do Rio de Janeiro, em 1906.

Tais atitudes eram causa de que cinco anos mais tarde, em Havana, pudessem os Estados Unidos ser ainda acusados de imperialistas, com algum fundamento.

Com os procedimentos, porém, de Franklin Delano Roosevelt e Cordell

Hull a situação melhora consideravelmente. Inaugura-se a política do *bom vizinho*, atestado de quanto êsses dois grandes estadistas souberam ver a conveniência de ser acelerada a formação de *unidade americana*, encaminhando a solução prática do problema, pela via única capaz de grandes e definitivos efeitos.

No entanto, não era ainda bastante. Havia falhas de procedimento, conseqüentes da idéia incompleta que, de fato, os americanos do Norte, como assinala Dunkan Aikman (24), possuíam a respeito da América Latina. Escapava-lhes a nítida percepção de seus complexos psicológicos e de suas necessidades reais. Não sabiam medir bem a maneira comum que têm os latinos-americanos de encarar as questões políticas, econômicas e culturais (25), não obstante suas diversas origens e as diferenças entre êles criadas por seu evoluir.

Em virtude dêsse desconhecimento, não podia logo a política nova — a *do bom vizinho* — dar os melhores frutos (26), pois que, apesar de aceita por todos, nem todos falavam a mesma linguagem, não a interpretavam do mesmo

---

(24) *The All American Front* — trad. espanhola de Editorial Claridad — El Frente Americano — Buenos Aires — 1942.

(25) André Sigfried — *Op. cit.*: “Il y a dans tout pays sud américain une façon commune d’envisager les problèmes économiques, politiques et culturels”.

(26) Aikman — *Op. cit.*: “Certamente, *neighbor* traduz literalmente a palavra vizinho (ou vicino) mas vizinho significa mera proximidade física, mais do que relações íntimas e cordeais”. Explica o autor que na América Espanhola as relações mais cordiais e freqüentes não são estabelecidas em regra, entre os vizinhos da mesma categoria social e sim entre residentes afastados. Os bons vizinhos, diz o referido autor, encontram-se entre os elementos de categorias sociais e recursos econômicos diferentes, que se auxiliam mutuamente.

modo — não afinavam pelo mesmo diação. De resto, não era fácil à América Latina, dados os antecedentes que recordamos, perceber a nova feição da política mundial ianque, conduzida por uma *opinião pública*, cada vez mais firmada nos avançados conceitos da civilização industrial, nem guerreira nem militar.

Tais razões explicam, por que, em 1938, na conferência de Lima, apesar de haver perigo visível para toda a América, o germânico e sorrateiro avanço nipônico, não foi possível fazer em benefício da defesa comum, mais do que uma *declaração de princípios*, com a obrigação da consulta entre os chanceleres, em casos de interesse para a América.

Verdade é que em tal oportunidade duas fortes correntes doutrinárias de conceito internacional — a nazista, retrógrada, atuando principalmente sobre os elementos governamentais ou d'ele aproximada, e a comunista, ultra avançada e que a Rússia pusera a serviço do seu neo-imperialismo eslavo, intoxicando a mentalidade das massas — exerciam forte propaganda em toda América, em oposição à influência dos Estados Unidos.

Não obstante, o progresso realizado em Lima foi marcante. Antes de Pearl Harbour, deliberaram os chanceleres americanos, reunidos no Panamá, a neutralidade no conflito europeu e definiram o campo geográfico em que essa neutralidade teria de ser respeitada, incluindo nêle todo o hemisfério, mesmo as colônias pertencentes aos países em guerra. Tal decisão e a declaração de não beligerância inicial da Itália no conflito foram duas fórmulas novas de política internacional surgidas para definir um estado *quase de guerra*, pois que eram atitudes condicionais, com preferências e simpatias ostensivas. Depois

de Pearl Harbour, as declarações de solidariedade irrestrita com os Estados Unidos foram quase unânimes e não houve nenhuma nação americana francamente hostil, ou mesmo, que se isentasse completamente de responsabilidades na luta.

Terminada esta segunda guerra mundial — a noção de que a América é fatalmente solidária — tornou-se de uma clareza cristalina. Não se pode mais admitir sensatamente dúvida a respeito, e o problema a resolver tornou-se apenas o encontro da fórmula mais conveniente para dar-lhe eficiência.

Os temores de uma ação rebuçada dos Estados Unidos, num sentido imperialista, à vista de sua atitude universal, ficaram sem nenhuma razão de ser. De fato, houvessem êles veleidades dessa natureza ou resquícios de qualquer mentalidade militarista — tipo século XIX — ser-lhes-ia fácil exercer violências brutais, criar fatos consumados como, por exemplo, se praticou na Europa, originando a segunda grande guerra, e se pratica ainda ameaçando uma terceira. Parece mesmo pecarem até, em presença da política russa, por excessivos cuidados democráticos, cuidados que denunciam no entanto o grau de progresso mental realizado pela grande nação do Norte. Lá, nenhum homem ou sistema prevalece, sem que corresponda ao sentimento nacional, sem que antes conquiste o apoio da opinião pública formada por enorme massa proletária que desfruta o mais alto padrão de vida da civilização atual, e esclarecida por uma elite de opinião liberal, forjada num sistema universitário de extremo desenvolvimento.

A fórmula a encontrar nada mais será do que fazer com que se compreendam bem o norte e o sul do continente.

O homem do Norte, favorecido por um clima frio e terras férteis e princi-

palmente por imensas riquezas carboníferas, a pedra angular dos progressos materiais da civilização dos séculos XIX e XX, — criou uma nação forte com rapidez e amplitude jamais vistas, sem os prejuízos tradicionais da velha mentalidade européia.

O homem do Sul, ao contrário, habitante de uma terra quase tôda montanhosa ou mergulhada no calor dos trópicos em nada foi favorecido. Teve de vencê-la com redobrado esforço, sem poder se desenvolver como o do Norte, inda mesmo naqueles países de clima frio e planícies férteis, pois faltava-lhe o elemento básico da riqueza industrial, ricas jazidas de bom carvão de pedra. (27).

Esta é a causa primeira da diferença entre os progressos de um e de outro, cuja compreensão facilita agora o entendimento mútuo.

## CONCLUSÃO

E' notório que êsse entendimento se processa bem. A visão de que pode vir a ser um terceiro conflito mundial repercute profundamente no americanismo. Faz dar largos passos para a formação efetiva da almejada unidade americana, olhada como uma etapa para ser alcançada a ampla unidade do Mundo, termo natural da civilização industrial.

Avançou-se bastante na conferência de Quitandinha com a proscrição da guerra entre as nações americanas e o compromisso formal de concurso de tôdas as forças continentais em defesa de qualquer delas que venha a ser agredi-

da, seja qual fôr o agressor, a forma ou o pretexto da agressão militar.

Resta consolidar, firmar no sólido terreno das realizações práticas essa unidade, hoje de todos almejada, pela adoção dos organismos necessários ao desenvolvimento de um preparo militar homogêneo em vista da defesa comum — conforme as características da guerra hodierna, na qual a força resulta de possibilidades científicas e pujança econômica.

Quer isto dizer que, se a América concorda, de fato, em constituir uma unidade militar tem que saber fazê-la também política e econômica e não pode desconhecer que isto exige, para ser verdadeiramente operante, sólida preparação intelectual, moral e material.

Os dois primeiros aspectos hão de evidenciar a existência de um espírito de solidariedade a tôda prova, respeitante de uma boa disciplina, que imporá a todos esforçarem-se por evitar iniciativas isoladas, limitando os impulsos entusiásticos do orgulho nacional ou continental.

O terceiro aspecto não pode deixar de compreender diretamente a preparação para a guerra. De fato, esta assenta numa sólida construção técnica e industrial que permitia aproveitar todos os recursos continentais (28). E, ainda mais, reclama a possibilidade de utilizá-los oportunamente onde necessário, o que depende não só das existências locais, mas de um sistema de comunicações e transportes, convenientemente traçado e aparelhado.

Do ponto de vista puramente militar do problema, ademais, é essencial unidade de comando, facilitada pela ado-

---

(27) A compreensão destes fatos, hoje vulgares, foi pela primeira vez publicamente exposta por um brasileiro, o Dr. J. Pires do Rio, em seu *O Combustível da Economia Universal* em 1916. Há aí mais uma demonstração de que o nosso homem não é um tipo inferior.

---

(28) General Marshal — Relatório sobre a última guerra. "Totechnological warfare we devoted 98 percent of our entire effort."



ção de uma doutrina de ação comum, de uma linguagem única, para que haja plena convergência de esforços e possam todos se entender, nos teatros de operações e campos de batalha. Mas isto tem que ser conseguido sem perda das características nacionais, para que cada qual possa desenvolver ao máximo as forças que lhe são próprias.

Aí está a tarefa correspondente à Conferência de Bogotá, tão dramaticamente interrompida. Cobia-lhe realizá-la, senão completamente, avançando, ao menos, de modo satisfatório. Aí está o ponto a que chegou o americanismo no quadro da civilização ocidental, como etapa marcante dos progressos humanos, a ultrapassar sem rivalidades, ou veleidades particularistas de qualquer natureza.

Meus Senhores!

Franklin Delano Roosevelt — essa figura política imponente que a história da humanidade conservará em destaque — disse que o americanismo vem do cérebro e do coração e não da raça e da

origem. E nós aceitando-o plenamente compreendemos que assenta no quadro físico das nossas terras e é uma necessidade orgânica para o progresso da civilização ocidental, a obra desse homem ideal de vida eterna, aprendendo sempre, a que se referiu Pascal. Obra que encontra agora, para avançar na senda do progresso, esse admirável espírito da moderna política ianque, que não renega o papel correspondente ao povo da grande pátria da América do Norte de líder do mundo, mas compreende-o sem basófia militarista, como um dever resultante da sua situação excepcional, adquirida ao abrigo das brutais destruições da guerra e mercê de suas privilegiadas condições de existência. (29). Espírito, que se esforça por estender a toda a Terra as benemerências do regime de liberdade que usufrui e não pretende, como era hábito dos fortes até aqui, prevalecer da fraqueza alheia para maior benefício próprio.

Temos concluído.

---

(29) Ver discurso do Secretário de Estado, General Marshall — Na Universidade da Califórnia em 19 de março de 1948. Consideramo-lo a mais bela peça de oratória política que jamais se pronunciou no Mundo.

# CONFERÊNCIAS COMEMORATIVAS DO "DIA PAN-AMERICANO"

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

## ANEXO I

ANO	CONFERÊNCIAS	ASSUNTO
1933 —	Dr. Rodrigo Otávio .....	O Dia da América
1934 —	Dr. Rodrigo Otávio .....	O Dia da América
1935 —	Dr. Manuel Cícero Peregrino da Silva ....	O Dia da América
1936 —	Dr. Pedro Calmon .....	O Dia das Américas
1937 —	Dr. Basílio de Magalhães .....	O Dia Pan-americano
1938 —	Dr. Rodrigo Otávio Filho .....	A doutrina de Monroe e o Pan-americanismo
1939 —	Dr. Caio de Melo Franco .....	O Dia da América
1940 —	Cel. A. L. Pereira Ferraz .....	O Pan-americanismo e suas origens.
1941 —	Dr. Ernesto Leme .....	O conceito atual de Pan-americanismo.
1942 —	Dr. Oswaldo Aranha .....	
1943 —	General Sousa Docca .....	Tradição Panamericanista do Brasil.
1944 —	Dr. J. M. Carvalho Mourão .....	O Dia Pan americano
1945 —	General Pedro Cavalcante .....	O Dia Pan americano
1946 —	General Leitão de Carvalho .....	O Dia Pan americano
1947 —	Dr. Ataliba Nogueira .....	O Dia Pan americano

# O PAN-AMERICANISMO NO QUADRO GERAL DA CIVILIZAÇÃO OCIDENTAL

## ANEXO II

### CALENDÁRIO DAS MANIFESTAÇÕES DO ESPÍRITO DE SOLIDARIEDADE AMERICANA

(*Justitia et pax osculatoe sunt*)

Organizado pelo Cel. J. B. Magalhães, com elementos quase exclusivamente extraídos das conferências feitas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em comemoração do Dia Pan-Americano

1750 — (13 de janeiro) — O tratado de Madrid feito entre Portugal e Espanha, inspirado e redigido por Alexandre de Gusmão, brasileiro, secretário particular de Dom João V e ministro do Ultramar, isenta as Américas, Portuguesa e Espanhola, das responsabilidades e conseqüências das guerras que possam haver entre aqueles dois Estados. Adota para ela um regime “de paz perpétua e espírito de vizinhança”.

Alexandre de Gusmão, nas instruções dadas para a demarcação das fronteiras luso-espanholas na América, manda inscrever nos marcos que forem construídos a divisa:

*“Justitia et pax osculatoe sunt”*

1776 — Colônias britânicas do Norte, proclamam-se independentes, formando uma confederação.

1777 — O tratado de Madrid, que fôra revogado em 1761, é revalidado pelo de Santo Idelfonso, entre Portugal e Espanha.

1782 — John Guncy Adams — Declara ao encarregado de negociar a paz britânica com os Estados Unidos os princípios americanistas.

1786 — José Joaquim da Maia — Estudante brasileiro em Paris, procura entendi-

mento com o embaixador dos Estados Unidos, Thomas Jefferson, para obter auxílio daquela nação em prol da independência do Brasil, apresentando, como uma das suas razões, o fato da *existência continental que tornava os habitantes da América, “de alguma sorte compatriotas”*.

1789 — Adams — em carta dirigida a Livingstone, reafirma os princípios americanistas.

1795 — José Joaquim da Maia — julgou chegado o momento de “transformar, com a ajuda da Providência, a América, unida por interesses comuns, em uma grande família de Irmãos”.

1796 — Washington — declara que “os países da Europa têm uma série de interesses primordiais sem relação alguma conosco ou têm, quando muito, relação muito remota”.

1808 — Thomas Jefferson — declara que há comunidade de interesses americanos com exclusão de toda influência europeia neste continente.

Desenvolve, mais tarde, essa idéia, proclamando a necessidade de uma cordial cooperação entre todas as nações americanas para a formação de um sistema político independente do europeu. Considera que o objetivo do



- patriotismo americano deve ser saber evitar na América os hábitos de guerra da Europa.
- 1810 — Juan Egana — chileno — proclamou: “No dia em que a América, reunida em Congresso, falar ao resto da terra, sua voz se fará respeitar e será difícil opor-se às suas resoluções”.  
— San Martin — argentino — recomenda a união da América do Sul para “garantir suas aspirações de liberdade e independência”.
- 1812 — Bolivar — venezuelano — faz um memorial, sugerindo a formação de uma confederação americana.
- 1813 — Artigas — uruguaio — declara: “Será considerado como um ato inimigo tudo quanto implique ameaça de sujeição ou de nova conquista das províncias do Prata ou de qualquer outra do continente americano”.
- 1815 — Bolivar — em sua célebre carta de Jamaica, insiste a favor da idéia de formar-se uma confederação americana.
- 1817 — Os revoltados brasileiros de Pernambuco incumbem Cruz Cabanga de obter, em nome de princípios americanos, o apoio de Jefferson, para a sua causa, que implica na independência do Brasil.
- 1818 — Bolivar — em carta a Puyrerredón, Presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata, diz que proporá o estabelecimento de um “*pacto americano*” para que as nações da América formem um corpo político que a presente ao mundo “com majestade e grandeza sem exemplo nas nações antigas”.
- Jacinto Araújo Carneiro — luso-brasileiro — representando o Brasil na Europa, escreve a Vila Nova Portugal, ministro de Dom João VI: “os aliados natos do Brasil hão de ser sempre os americanos do Sul e mesmo do Norte”.
- O'Higgins — chileno — lembra formar-se a Confederação latina da América para defender suas liberdades políticas e civis.
- 1819 — Rodrigo Pinto Guedes — luso-brasileiro, depois almirante e barão do Prata — sugere a criação de uma Liga Americana.
- 1820 — Jefferson — americano do Norte — em carta a William Short, diz que falaria de ver as esquadras do Brasil e dos Estados Unidos navegando juntas como irmãs e seguindo o mesmo destino”.
- Henry Clay — americano do Norte, Presidente da Câmara dos Representantes, dos Estados Unidos — sugere a formação de uma *liga americana pela liberdade humana* (*Human Freedom League in América*) com tôdas as nações do Continente, da baía de Hudson ao Cabo Horn, do Atlântico ao Pacífico.
- 1821 — Bolivar — propõe ao Secretário de Estado dos Estados Unidos, o estabelecimento de um *pacto americano* em opposição à ameaça de reconquista espanhola, apoiada na Santa Aliança, e para *proteger as nossas instituições republicanas*.
- O Brasil (16 de abril), embora ainda sob o governo de Dom João VI, dá instruções ao seu representante no Rio da Prata, José Manuel de Figueiredo, para o reconhecimento da independência da Argentina e Chile, com acentuado espírito americano.
- 1822 — Silvestre Pinheiro — brasileiro — Sugere a idéia de uma liga de nações das Américas sob a presidência dos Estados Unidos.
- José Bonifácio — brasileiro (30 de maio) — Em instruções dadas ao agente *comercial e político* do Brasil no Rio da Prata, recomenda que se façam ver “as utilidades incalculáveis que podiam resultar de fazerem aquêles governos uma confederação ou tratado ofensivo e defensivo com o Brasil para se oporem, com outros governos da América, aos cerebrinos manejos da política europeia”.
- O barão Roussin (1 de maio) — representante da França no Rio de Janeiro, informa ao seu governo que José Bonifácio é o principal promotor do “*système bresilien pur*” e que o objeto de “suas especulações políticas é a formação de uma confederação de todos os Estados livres da América”.
- José Bonifácio (junho) — declara a Rivadavia, ministro do Exterior das Províncias Unidas do Rio da Prata, que “o príncipe regente não desejava nem podia adotar outro sistema que não fôsse o americanismo, por estar convencido de que o interesse de todos os governos da América,

quaisquer que êles fôsem, deveriam ser homogêneos, derivados todos de um mesmo princípio, que era a justa e firme repulsão contra as imperiosas pretensões da Europa”.

- O barão Wenzel Mareschal (10 de agosto) — representante da Austria no Rio de Janeiro, assinala ao seu govêrno o *entusiasmo americano* de José Bonifácio.
- Gonçalo Cruz — brasileiro (5 de outubro) — escreve de Filadélfia a José Bonifácio, dizendo-lhe a acolhida simpática que a opinião pública americana dá às notícias sôbre os acontecimentos da revolução da Independência do Brasil.
- José Bonifácio (13 de outubro) — manda ao representante do Brasil no Rio da Prata instruções em que diz: “Aproveite esta notícia (a de que Portugal e Espanha combinam uma expedição militar contra o Brasil) para fazer ver prontamente aos Governos do Rio da Prata do quanto urge o apressarem-se a tratar de uma Federação com o Brasil, pois uma vez que a Espanha ofereça com efeito tropas a Portugal para virem à América, não precisa ser grande político para perceber que o seu verdadeiro fim não é cooperar com Portugal contra o Império do Brasil, mas, sim, tentarem, com êste motivo, um desembarque em qualquer das suas ex-colônias”
- Gonçalo Cruz (17 de novembro) — escreve de Filadélfia, lembrando que, se houver necessidade, será fácil adquirir nos Estados Unidos navios de guerra e contratar oficiais de Marinha. Diz que se têm fabricado fragatas, brigues e canhoneiras para o México e Colômbia, sem nenhuma objeção do govêrno daquele país.
- Monroe — americano do Norte (2 de dezembro), Presidente dos Estados Unidos — em mensagem ao Congresso, declara que os Estados Unidos consideravam não mais poderem as nações americanas ser colonizadas e que teriam por ato a êles hostil a intervenção de qualquer potência europêia com o fim de oprimir ou dirigir Estados cuja independência haviam reconhecido.

centro natural do mundo, localização espontânea para sede de uma Capital política universal.

- O Brasil — por instruções (23 de janeiro) ao seu novo representante nos Estados Unidos, José Silvestre Rebello, adere à doutrina de Monroe e sugere a idéia de uma liga ofensiva e defensiva com o Império como parte do continente americano”.
- O Brasil — é o primeiro a reconhecer a independência do Paraguai.
- O visconde de Cachoeira — brasileiro (13 de julho), ministro do Exterior — manda fazer constar no Prata que a *política brasileira era americana e pela independência de qualquer tutela europêia*”.
- O Brasil — declara (31 de janeiro), em instruções dadas ao seu representante para tratar de reconhecimento de sua independência pelo Estados Unidos, que os seus *interesses se acham em inteira concordância com os próprios princípios do govêrno daquela nação*.
- O Brasil — em instruções dadas (30 de julho) ao seu representante no Prata declara: “a *política do govêrno brasileiro é propriamente americana e tem por seu objeto principal a independência em relação a toda a espécie de tutela europêia*”.
- A Colômbia, as Províncias Unidas e o Chile — por ocasião da recepção de missões diplomáticas de caráter permanente norte-americanas junto aos respectivos governos, manifestam grande regozijo pela doutrina de Monroe, com que concordam.
- 1826 — Reune-se o Congresso de Panamá — convocado por Bolivar em 1824, ao qual comparecem México, as nações da América Central, Peru e Colômbia, notando-se que Venezuela, Equador e Panamá ainda formavam um só estado com esta última. Não comparecem Chile, Repúblicas do Prata, Brasil e Estados Unidos.

Tais ausências parecem resultar do fato do referido Congresso ter excedido do espírito americano, admitindo em seu seio a influência britânica e porque, além do seu objetivo principal de salvaguardar a independência das nações americanas,

1824. — Bolivar — faz a convocação das nações americanas para um Congresso a reunir-se no Panamá, onde via o

trataria de questões políticas internas, como as relativas à escravatura.

Nesse congresso foram adotados o princípio de arbitragem e o da abolição do tráfico de escravos.

- O Brasil — recebeu bem o oferecimento da Colômbia para intervir na guerra do Prata, porque “um negócio americano deve ajustar-se entre nações da América”.

- Alguns norte-americanos mostram-se hostis ao congresso do Panamá, por motivos racistas, visto só concorrerem homens de raças inferiores.

- 1828 — O Dr. Filipe Aranda — Ex-ministro do Exterior da República Argentina — revela, em 1846, que a conclusão das negociações de paz, com o Império do Brasil, relativa à guerra do Prata foi acelerada para evitar que Lord Ponsonby em viagem para o Brasil, a chegar ao Rio de Janeiro, parecesse ter influído na solução.
- Clemente Pereira — Ministro do Exterior do Império — declara então aos negociadores argentinos, generais Ramon Balcarce e Tomás Guido, que o referido tratado era “*um primeiro anel de onde deveria partir algum dia a formidável cadeia de um sistema continental americano*”.

- 1829 — Em instruções dadas a Duarte da Ponte Ribeiro para negociar, se possível, um tratado de Comércio com o Peru, diz o ministro do Exterior do Império, marquês de Aracati, que esse tratado devia “*fundamentar-se em princípios liberais, ou para melhor dizer, de política americana, a fim de se animarem cada vez mais as relações de amizade e boa vizinhança*”.

- 1830 — O general Tomás Guido — representante da Argentina no Brasil — informa ao seu governo, que o Império propusera a formação de “*um vasto plano continental americano*”, semelhante ao que o general Bolívar tentara realizar com o Congresso do Panamá.

- 1833 — Juan Dio Canedo — do México — Percorre a América Latina, em nome do seu país, para tratar da convocação de um congresso continental.

- 1841 — Duarte da Ponte Ribeiro — brasileiro — lembra o mal que faz à América a falta de um sistema uniforme de política e de Direito Público Externo, próprio do Novo Mundo.

- 1847 — Reúne-se, em Lima, um Congresso Americano — a que comparecem Colômbia, Chile, Equador, Bolívia e Peru, em virtude da ameaça de intervenção da Espanha no Equador, com o fim de restaurar o governo deposto do general Juan José Flores. Faz-se um tratado de apoio mútuo, para a defesa da independência, soberania e integridade territorial, dos referidos países.

- O Brasil — declara ao Peru que, no caso de concretizar-se a ameaça de invasão de forças sob o comando do general Juan José Flores, “sua política será conforme os interesses americanos”.

- 1856 — Reúne-se, em Santiago do Chile, um Congresso Continental — no qual Chile, Equador e Peru assinam um tratado de aliança e confederação.

- Assinam em Washington uma convenção — a Convenção de Washington — de mútuo apoio e proteção, Costa Rica, Salvador, Guatemala, México, Colômbia, Peru e Venezuela.

- 1857 — Costa Rica, Salvador, Guatemala, México, Colômbia Peru e Venezuela — assinam um tratado de mútuo apoio.

- 1864 — Reúne-se, em Lima, um Congresso Americano — por motivo da ocupação das ilhas Chinchas pela Espanha, fazendo-se entre Peru, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Guatemala e Venezuela uma convenção de aliança defensiva e de paz entre si, obrigando-se esses países a recorrerem a meios pacíficos para resolverem suas diferenças.

- O Brasil declara — nessa ocasião, que o “engrandecimento dos Estados da América, em suas relações entre si e com as potências européias, podia resultar de um acôrdo entre os primeiros, em que se fixassem os princípios reguladores de suas relações internacionais e a prestarem-se mútuo auxílio quando porventura perigassem sua integridade e independência”.

- A ação do representante do Brasil no Uruguai, neste ano, mereceu mais tarde, do historiador argentino Dr. R. Cárcano, a classificação de “*precursor da política pan-americana*” que setenta anos mais tarde “todos



- presidentes republicanos sacan de las posturas protocolares y tentativas espasmódicas y realizan en la convicción, el sentimiento y accion populares”.
- 1856 — O Brasil — protesta contra o Bombardeio de Valparaíso pela esquadra espanhola.
- Os Estados Unidos — intervêm a favor do Chile.
- 1876 — Dom Pedro II, imperador do Brasil — vai pessoalmente associar-se aos festejos comemorativos da independência dos Estados Unidos.
- 1877 — Reune-se, em Lima, um Congresso de Juristas Americanos — com representantes da Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Equador, Peru, Venezuela. Fizeram-se um tratado de extradição e um para o estabelecimento de regras de direito internacional privado.
- 1882 — James G. Blain — Secretário de Estado, dos Estados Unidos — convida as nações americanas para se reunirem em Congresso em Washington, a fim de discutirem métodos de evitar a guerra entre si. Em virtude de alterações no governo dos Estados Unidos e da situação desfavorável criada pela guerra do Pacífico, a conferência foi adiada.
- 1883 — Reune-se, em Caracas, um Congresso Americano — comemorativo do *Centenário do Libertador*, Simón Bolívar. Fizeram-se várias declarações sobre direito internacional.
- 1888 — Reunem-se, em Montevidéu — em conferência americana, Uruguai, Argentina, Chile, Peru, Paraguai, Bolívia, Brasil. Resultaram tratados de direito civil, comercial e penal, sobre direitos autorais, relativos a marcas e patentes, e para o exercício de profissões liberais.
- Bayard — Secretário de Estado, dos Estados Unidos — convoca para o ano seguinte a Conferência Americana projetada para 1882.
- 1889 — (2 de outubro) — Reune-se em Washington a 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional Americana, presidida pelo Secretário de Estado dos Estados Unidos, James G. Blaine, a qual comparecem todas as nações livres da América, exceto S. Domingos, em “térmos de absoluta igualdade”. Daí resultaram: O Bureau Internacional das Repúblicas Americanas, órgão coletor e difusor de informações americanas;
- A Decisão de se efetuarem periodicamente *Conferências Internacionais Americanas*, nas diversas Capitais dos Estados da América;
- Um tratado de Arbitragem para certos conflitos;
- Acordos sobre tráfego ferroviário e marítimo;
- Medidas para facilitar o Comércio — tais como uniformidade de documentos comerciais, direitos portuários, regulamentos sanitários, bancos inter-americanos, patentes e marcas comerciais, liberdade de navegação em rios internacionais.
- Não consegue êxito a proposta de declaração sobre a *eliminação de direito de conquista por efeitos de guerra*.
- (27 de junho) — É empregada pela 1.<sup>a</sup> vez a expressão — *Pan-americana* pelo jornal norte-americano *Post*.
- 1890 — (14 de abril) — Encerra-se a 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional Americana. É instalada a *União Pan-Americana*, que atuará por intermédio do *Bureau Internacional*, com sede permanente em Washington.
- 1895 — O Presidente Cleveland — dos Estados Unidos — declara, a propósito do dissídio anglo-venezuelano, *que todo ato de soberania britânica, além das fronteiras que lhe correspondem na América, encontrará tenaz oposição dos Estados Unidos*.
- 1894 — (4 de junho) — Em reunião dos Representantes das nações Latino-Americanas em Washington — deliberouse, com o Secretário de Estado dos Estados Unidos, estender a ação do *Bureau Internacional Americano* a todos os assuntos relacionados com a vida econômica e o desenvolvimento das nações. Foi criado um *comité executivo de cinco membros*, entre os quais o Secretário de Estado dos Estados Unidos, como seu presidente.
- 1901 — (22 de outubro) — Reune-se a 2.<sup>a</sup> Conferência Internacional Americana, no México. Resultaram:
- adesão à Convenção de Haia em 1889;
- quatro tratados, seis convenções e várias recomendações, sobre assuntos jurídicos, econômicos e de cooperação intelectual, entre os quais:
- regulamento para reclamações de dívidas, “copyright”, patentes e marcas comerciais; extradição.

- de criminosos; troca de publicações científicas, oficiais, literárias e industriais; codificação das leis internacionais; aprendizagem profissional; direitos dos estrangeiros; tratado de *arbitragem compulsória* (subscrito por nove nações, etc.).
- José Higino — do Brasil — propôs e foi adotada a resolução de se proceder a codificação do Direito Internacional Americano.
- Reorganizou-se o Conselho Executivo, que passou a se denominar *Bureau Internacional Americano*, e foi criado um *Conselho Administrativo Geral*.
- 1902 — Em 31 de janeiro — encerra-se a 2.<sup>a</sup> *Conferência Internacional Americana*.
- A França, Inglaterra e a Alemanha fazem pressão militar sobre a Venezuela para cobrar dívidas deste país a seus súditos. A pressão cessa por intervenção dos Estados Unidos.
- Drago (29 de dezembro) — define, em nome da República Argentina, a doutrina relativa ao caso, que toma o seu nome, pela qual fica estabelecido para a América a inadmissibilidade da intervenção à mão armada para a cobrança de dívidas públicas.
- 1903 — Reune-se em New York um congresso alfandegário americano em obediência a uma deliberação da 2.<sup>a</sup> *Conferência Internacional Americana*.
- 1906 — Reune-se (23 de julho a 27 de agosto) no Rio de Janeiro, a 3.<sup>a</sup> *Conferência Internacional Americana*. Não comparecem Haiti e Venezuela. Elihu Root — Secretário de Estado dos Estados Unidos, exerce com Rio Branco a presidência honorária da Conferência. A presidência efetiva coube a Joaquim Nabuco, que declarou em discurso solene: “A consciência americana é o sentimento da nossa órbita especial, inteiramente separada da europeia”. Resultaram:
- melhoria das relações dos países latinos com os Estados Unidos, que haviam sido chocadas pela ação americana nos processos concernentes à abertura do Canal do Panamá;
- codificação do Direito Internacional Americano;
- aperfeiçoamento das convenções sobre os estatutos de naturalização, reclamações, de dívidas; patentes de comércio e “copyright”, etc.
- É criado um *Conselho Diretor de cinco membros*, no quadro do Conselho Administrativo Geral, do Bureau Internacional Americano;
- Essa conferência foi considerada por um internacionalista francês como preparatória da Conferência Mundial de Haia, de 1907.
- 1908 — Rio-Branco — manifesta-se sobre pan-americanismo dizendo: “quando já não fôr só questão de ocupar um pórtio, senão bloquear meio continente sobre dois oceanos, as coisas mudarão substancialmente, não só para a segurança, mas também para o prestígio e o conceito da nossa América”.
- 1910 — Reúne-se (12 de junho a 30 de agosto) a 4.<sup>a</sup> *Conferência Internacional Americana*, em Buenos Aires. Não comparece Bolívia.
- Domício da Gama — delegado brasileiro, propõe que a conferência reconheça na doutrina de Monroe “um fator permanente de independência externa”.
- Resultaram: Quatro convenções sobre questões jurídicas, serviços marítimos, cooperação intelectual por troca de professores e estudantes, etc.
- Adota-se a denominação *Pan-Americana* em vez de *União das Repúblicas Americanas*. O Bureau Internacional Americano, passa a chamar-se *União Pan-Americana*.
- E’ fixada a data da 5.<sup>a</sup> Conferência a realizar-se em Santiago do Chile, para 1914, a qual deixou de se efetuar em virtude dos acontecimentos relativos à Primeira Guerra Mundial.
- 1914 — O coronel House — influente junto ao Governo dos Estados Unidos, projeta um convênio interamericano de segurança ou assistência mútua.
- Theodoro Roosevelt — diz, em Santiago do Chile, considerar “mais do que nunca que as nações americanas não podem admitir nem corquista nem colonização que a dissimule”.
- 1916 — O presidente Wilson — declara que, para não haver incerteza no emprego do poder americano, convém a união dos Estados da América para garantia mútua de absoluta independência política e absoluta integridade territorial.
- 1917 — O Governo do Uruguai — declara que “toda ameaça aos direitos de um país do continente deve ser conside-

rada ameaça a todos e provocar, da parte destes, uma reação uniforme e comum”.

Em virtude desse princípio não ficam sujeitos no Uruguai aos encargos de beligerância os países da América em guerra com outros não continentais.

— Dr. Wenceslau Braz — Presidente do Brasil, fundamentando a declaração de guerra à Alemanha, declara: que o Brasil “*continua imprimindo à sua política externa uma forma prática de solidariedade continental, política que, por outra parte, foi também a do antigo regime, sempre que haja estado em causa qualquer das nações irmãs e amigas do continente americano.*”

1920 — Marcos Fidel Suarez — estadista colombiano, lança a sua doutrina, sobre a proteção da liberdade de imprensa da América.

1923 — (25 de março a 3 de maio) — Reune-se, em Santiago do Chile, a 5.<sup>a</sup> Conferência Internacional Americana. Não comparecem Bolívia, México e Peru. Abrindo-a, o presidente Arturo Alessandri declara: “O pan-americanismo vai além do próprio ideal, é uma força dinâmica, eficaz, gerada pelo poder inevitável das causas geográficas, históricas e políticas, por fatores inteiramente reais, que convidam a uma ação comum”.

Resultaram dessa Conferência quatro convenções e sessenta deliberações, entre as quais um tratado para evitar conflitos entre as nações americanas, a chamada *Convenção Gondra*.

E’ reorganizada a União Pan-Americana. Prevê-se a realização de uma série de conferências de caráter técnico e especializado para se tratarem determinados problemas.

— Fletcher — Secretário de Estado dos Estados Unidos, opõe-se a que se considere a doutrina de Monroe declaração continental, com suas plenas consequências.

— Criam-se na União Pan-Americana quatro comissões permanentes para tratar de:

- relações econômicas e comerciais;
- trabalho;
- higiene;
- cooperação intelectual.

1928 — Reune-se (16 de janeiro a 20 de fevereiro) em Havana, a 6.<sup>a</sup> Conferên-

cia Internacional Americana, à qual compareceram todos os países livres da América.

Adotam-se 11 convenções, 62 resoluções e 4 acordos, concernentes a diversos assuntos, entre os quais: *Código de direito internacional americano*, estatuto dos estrangeiros, asilo, agentes consulares, pessoal diplomático, neutralidade marítima; guerra civil, aviação comercial.

Alguns delegados acusam a política dos Estados Unidos de ser intervencionista na América.

1930 — (17 de maio) — O Conselho Diretor da União Pan-Americana — institui o *Dia Pan-Americano* (14 de abril) em comemoração da reunião da 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional Americana — e data da criação da *União Internacional das Repúblicas Americanas*, por sugestão do Embaixador do Brasil, nos Estados Unidos, Silvino Gurgel do Amaral.

— O representante da Nicarágua sugere que todos os povos da América comemorassem mutuamente suas grandes datas e se congratulassem uns com os outros pelo aniversário da independência de cada um.

1931 — Celebra-se na União Pan-Americana, em Washington, pela primeira vez, o *Dia Pan-Americano* com a presença dos representantes das vinte e uma Repúblicas Americanas, em sessão solene do seu Conselho Diretor.

— O ministro do Exterior, do Brasil, em seu relatório anual, declara: “Partes componentes deste grande todo aonde a natureza fez grande, só podemos ser pequenos, débeis e pouco respeitados, enquanto divididos”.

1932 — Dezenove Repúblicas, por seus representantes em Washington, dirigem-se ao Paraguai e à Bolívia convidando-os a cessarem a guerra do Chaco.

1933 — Inicia-se no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a comemoração sistemática do *Dia Pan-Americano*, por sugestão do Sr. Léo Rowe, diretor Geral da União Pan-Americana. A primeira conferência comemorativa foi feita pelo sócio e notável internacionalista Dr. Rodrigo Otávio.

— E’ assinado no Rio de Janeiro o *Pacto Saavedra Lamas* de não-agressão e conciliação entre o Brasil e a Argentina.



- Franklin Delano Roosevelt — declara na União Pan-Americana que “adotara a política do bom vizinho porque as qualidades dêste são essenciais para o verdadeiro pan-americanismo: “respeito ao direito de outrém, sentimento mútuo com simpática apreciação dos pontos de vistas alheios, escrupulosos cumprimentos dos deveres recíprocos”.
- Reune-se (26 de dezembro) — em Montevideú, a 7.<sup>a</sup> *Conferência Internacional Americana*, que adota o *Pacto Saavedra Lamas*. Não comparece Costa Rica.
- Cordell Hull — Secretário de Estado dos Estados Unidos, faz, em nome do Presidente Roosevelt, uma declaração relativa ao início da *política do bom vizinho*.
- Além do *Pacto Lamas*, resultam dessa Conferência: modificações e acréscimos no Código de Direito Internacional Americano sobre deveres e direitos dos Estados no que entende com extradição, asilo e nacionalidade; acôrdo sobre interdição da intervenção de um Estado em negócios externos e internos de outro.
- Tratam-se ainda questões econômicas, comerciais e política-tarifárias etc.
- 1934 — O Professor J. M. Perez — da Colômbia, salienta na Liga das Nações, o inconveniente de sua falta de entendimento com a *União Pan-Americana*.
- 1936 — Reune-se em Buenos Aires a *Conferência Internacional para a consolidação da Paz*.
- Franklin Delano Roosevelt — declara que não se trata de “estabelecer aliança, partilhar despojos de guerra, repartir nações ou jogar com seres humanos como peões sobre um tabuleiro de xadrez”.
- Oswaldo Aranha — representante do Brasil, declara que sua nação considera *agravo próprio qualquer fato que possa ferir a soberania de uma nação continental*.
- 1938 — (9 a 27 de dezembro) — Reune-se, em Lima, a 8.<sup>a</sup> *Conferência Internacional Americana* à qual comparecem todos os países e reafirmam sua solidariedade continental. Adotam a *Declaração de Princípios Americanos*, pelos quais, se a paz, a segurança e a integridade continental de qualquer dêles fôr ameaçada por atos de qualquer natureza, elas combinarão entre si as medidas aplicáveis ao caso. Es-

tabelece-se o *método de consultas* entre os ministros de Exterior para tratar dêsses casos.

Essa conferência representa uma tentativa para a organização da *unidade americana*, a qual, aceita em princípio, não logrou, no entanto, ainda adquirir cunho prático eficiente e sólido.

- Cordell Hull — Secretário de Estado dos Estados Unidos, declara que “não deve existir sombra de dúvida em parte alguma sobre a determinação das nações americanas, de não permitirem a invasão, neste hemisfério, de forças armadas de qualquer potência ou aliança de potência”.

1939 — (setembro) — Realiza-se a 1.<sup>a</sup> *Reunião de consulta dos ministros do Exterior americanos*, no Panamá, para tratar da situação da América em face da guerra que irrompeu na Europa.

Delibera-se fazer uma *declaração geral de neutralidade* e fixar como limite da zona neutra americana uma faixa marítima até 300 milhas da costa.

- 1940 — Os ministros do Exterior das Repúblicas Americanas reunidos pela segunda vez, em Havana, consultam-se sobre o caso, cuja possibilidade surge de serem transferidas colônias de um país europeu na América, de um ocupante para outro. Resolve-se serem inadmissíveis tais transferências e que em tal hipótese as Repúblicas Americanas tomariam a si a administração das mesmas.

- 1942 — Em consequência da agressão japonesa a Pearl Harbours reúnem-se pela terceira vez, no Rio de Janeiro, os ministros do Exterior, em consulta sobre a conduta da América. Decide-se a ruptura de relações diplomáticas com os agressores.

O Brasil apoiou integralmente os Estados Unidos.

- 1945 — Reune-se, na cidade do México, uma Conferência Internacional donde resulta a “*Ata de Chapultepec*”.

- 1947 — Reunem-se no Rio de Janeiro os chanceleres de tôdas as Repúblicas da América — resulta uma convenção sobre a *unidade americana* e o compromisso de medidas militares comuns. As instituições armadas da América adquirem, como dever principal, o preparo da defesa do Continente e, eventualmente, sua entrada em ação conjugadamente. *A guerra é proscrita do ambiente americano*

## FERREIRA FRANÇA ATRAVÉS DA POLÍTICA E DA ANEDOTA (\*)

Com o luzimento meridiano de seu estilo, valendo-se de poucas tintas mas de muita claridade para traduzir o próprio pensamento, o publicista Costa Rêgo considerou, faz pouco isso e no matutino que ilustra, o aplauso às comemorações centenárias dos grandes nomes nacionais, mostrando em como assim se traz ao espírito dos que as assistem a idéia de um velho estilo que renasce, da existência de uma hierarquia no domínio da cultura, ensinando o respeito e prolongando a estima ao que se fôra, da mesma feita em que retifica juízos ligeiros e positivas afirmações que a serenidade da justiça há de solidificar nos dias venturosos (1).

Evoco-lhe o pensamento em apoio do meu proceder. Nas biografias nunca descobri outra sorte de utilidade, e como as comemorações centenárias são biografias multiplicadas e a prazos certos, sempre as aplaudi, sempre as recomendei e vez por outra intrusamente as pratiquei. Trazendo do olvido um nome ou feito ilustre que as décadas encobrem e o desvestindo dos excessos, mas depois o vestindo com os predicados e dignidades, e o emoldurando em caixilhos de mostra à apreciação hodierna, o que bem fazemos é justificar em como no passado se deve buscar o concreto com que construiremos o futuro. Se depende êste de nós que somos o atual e se o nosso orgulho sem lindes humanos não basta para que nos proclamemos pai universal do que virá, por certo havemos de tirar do passado, no próprio olvido mesmo, as forças de que carecemos para a

edificação do amanhã. Também assim se estará traçando e levantando o mais são elogio às prestadias da História, nesta augusta casa cujos chãos e cuja cúpola extremam a mais conceituosa história do Brasil.

Dá-se agora o transcurso do centenário da morte de um brasileiro que ousou classificar entre os de mais merecer. Não era êle desta casa, mais isso não importa, de vez que aqui se serve sobretudo à glória do Brasil e não somente a sacerdotes e acólitos de nossa igreja sagrada. Podia tê-lo sido, medeando cêrca de um decênio o surgimento do Instituto, em 21 de outubro de 1838, o desaparecimento, a 9 de março de 1848, do homem de que vos quero tratar. E antes do término do decênio já se afastara êle da côrte, cumprindo o dever político de apresentar na Assembléia Geral Legislativa, e muito nobremente, a província baiana de que fôra legítimo delegado.

Entretanto, a quem se deve o plano da comemoração do centenário da morte de Antônio Ferreira França neste comenos? ou de modo melhor se interroga, em que se justifica essa comemoração? Livro de minha testa o açoite da primeira indagação e pretendo, nos passos que vou desenvolvendo, mostrar-vos que se trata realmente de um brasileiro notável, cuja vida de cidadão e de patriota muito legou para a refulgência moral e cultural, da sociedade contem-

(\*) Conferência lida pelo Sr. Afonso Costa, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a 5 de maio, em comemoração do centenário da morte do Dr. Antônio Ferreira França.

(1) Colaboração no *Correio da Manhã*.

porânea, refulgência que ainda agora podemos ver nas aberturas dos caminhos que perlustram quantos se abeberam das fontes do saber, e nelas se dessedentam de ânimo satisfeito.

Era êle da Bahia, uma terra boa através de muitos prismas por que a queiramos conhecer a fundo, berço de gente boa, hospedeira só de boa gente, e não importa com que pigmento ou origem racial se apresente, porque o clima da terra amenizou em doçuras até mesmo a agrestia da adustão africana que lhe servia às possanças da economia geral. Ali, quando Ferreira França era homem feito, os ussás só se revoltaram por não poderem mais sofrer a angústia mortificante do bacalhau de feitores e capatazes desalmados.

Filho de português e de mineira das Ceraís, era o primogênito da trindade provinda do casal. Não vai aqui afirmativa absoluta quanto ao número de filhos de Joaquim Ferreira França e de Ana Inácia de Jesus, pois quem lida com pesquisas genealógicas se vê a todo instante aturdido com filhos que se atribuem cu que realmente procedem dêste ou daquele casal, com veras ou inverazes discriminações de origem... Aceitemos que eram três, dois varões e uma varoa, talvez melhor se diga uma varunca...

Para conhecer-lhe o caráter desde a formação, apreciemos o ambiente em que se desenvolvera, o lar em que recebera os primeiros influxos, a gente de que se cercara no berço e na infância. Ora que a Bahia vivia num formigamento político que inquietava a própria corte português-a, desde que de lá se extinguiu, dez anos antes, a permanência dos jesuítas que, bem ou mal a todos os interesses, tinham incontestadas utilidades. Também de lá havia sido transferida, em 1763, por um golpe de malandragem da coroa, a sede do governo geral, sem qualquer justificativa ou compensação que impedisse o

natural estrilo. Certo, os jesuítas apri-sionados, embarcados à força, erradicados daquelas terras, e de todo o Brasil não eram como os primeiros, os que inspiraram a Castro Alves patriótico poema e se chamavam o grande Nóbrega, o suave Anchieta, o delicado Cardim, o luminoso Vieira, o zeloso Alexandre de Gusmão e também o safadíssimo Villhena. Mas em honra dêsses perdoemos a puerilidade dos que o admirável conde de Oeiras houve por bem afastar das plagas brasileiras.

Se era êsse o ambiente geral da colônia, ou da Bahia, o que se pode alegar de Joaquim Ferreira França se terá portanto suficiente para a verificação do que lhe teria recebido o Antônio. Era do Pôrto-Rapazola com audácias de aventureiro, veio para a Bahia no meado do século 18, e meteu-se no comércio. Profissão ideal do português no Brasil, tão decantada, já de cem anos antes, pela musa estonteadora de Gregório de Matos. Do comércio, logo refeitos em tôdas as artes, artifícios e artimanhas de fazer fortuna, êles se apressam a promover, por mãos estranhas, a agricultura, a criação, a pequena indústria, e ficam donos da terra. Para que um brasileiro lhes tome alguma vez a dianteira, há que suar sangue de sacrifícios sem contagem e sem medida. E Joaquim Ferreira França venceu. Bastou chegar, ver e atirar-se a conquistá-la, apenas com a arma da ousadia e a munição da artimanha. Mais rico, voltou-se à cidade do Pôrto e lá assegurou com economias os restantes dias dos pais e os interesses dos irmãos, aquintalou-se para as vicissitudes do futuro, recorreu ao crédito na praça e tornou à Bahia com os barcos abarrotados de tudo quanto destinara à curiosidade, à vaidade e às necessidades dos bahianos. Casou-se aí por 1770. Toma parte nas milícias, pois que era dever político, e assim o temos em 1793 promovido de alferes



da companhia dos familiares, da guarnição local, ao posto de tenente. Mas essa tenência durou pouco, porquanto em 1797 era reformado e no derradeiro ano do século a viúva Ana Inácia de Jesus requeria lhe dessem a tutoria dos filhos, dizendo-os menores. Seriam ainda o Antônio, nascido a 14 de janeiro de 1771? o Clemente, a 16 de março de 1775? e Ana Inácia? Não somente. Vários outros filhos provieram do casal, sem que se lhes repetissem os nomes.

Antônio era um diabrete nas suas desenvolturas e a literatura infantil dos nossos dias, fartamente manuseada, e devorada, por muita gente taluda, que ainda chora a ausência das calças curtas, lucraria imensamente se pusesse em moda as extravagâncias, tão próprias da infância, do varão que estou tentando retratar neste esboço. Aliás, conviria acrescentar-se que mais lucraria se explorasse a vida anedótica desse brasileiro ilustre que, a meu ver, é mais ilustre pelo mundo de anedotas admiráveis, ora postas à sua responsabilidade e que, de verdade, o enobrecem.

Menino, com fumos de sabelença, pois que os conhecimentos das humanidades já lhe eram micharia, tanto as sabia e as discutia com os maiores, ouvia dos mestres e dos doutores, também nas conversas paternas, que Portugal era um assombro de grandezas. Que havia em Coimbra uma universidade onde os sábios se reuniam e ditavam sabedoria por tôda a parte, e onde os brasileiros de posse iam receber quanto bastasse ao esplendor da inteligência para as vitórias do espírito nas conquistas profissionais. Por que não iria ele também frequentá-la? Certo o velho Joaquim poderia atendê-lo nessa aspiração, tanto dispunha de recursos, mas igualmente sabia que ele o preparava claramente para as lides comerciais, dentro das quais a fortuna de modo mais fácil se canaliza para

a riqueza individual de quem as pratica. Cuvia os conselhos maternos e êstes só lhe eram em desfavor, adstritos ao propósito de que se não deve desrespeitar as vontades paternas, como se os pais sempre se encontrassem na condição intelectual, e moral, de sobrepor-se aos filhos. Erro de todos os tempos, ainda no momento a que assistimos. Muita gente há que segue tal partido ou tal religião porque êsse partido ou essa religião lhe viera dos pais, com êles os seguira, dando assim o testemunho de sua incapacidade de raciocinar, de discernir, de ajuizar, de deliberar.

Mas Antônio não era de tal calibre. Podia ter vontade e cumprí-la, desde que sentia assim proceder sob o viso de sua própria grandeza futura. O pai não queria mandá-lo para os estudos e a mãe não o ajudaria na pretensão? pois êle os substituiria em providências. Como? perguntarão todos. Fêz-se passageiro clandestino de uma charrua do próprio pai, que no momento levantava ferros e abria as velas com destino ao reino. De roupas, bastavam as que trazia no corpo e nunca as roupas, por tôda a vida, o importunaram. Livros de estudo, em Portugal os teria mais adequados. De cartas de recomendação não precisava. Nem de dinheiro. Se ainda agora os clandestinos não morrem de fome... De maus tratos nas unhas da polícia, pode ser que sim. O tal mestre de bordo, em o descobrindo num esconderijo, deu de ré a embarcação e rumou para a terra, temendo a condução de clandestino e ademais quando êste era um pirralho cheio de espevitamentos.

Em terra todos sabiam já da fugida do Francinha. O velho Joaquim França estava como rabanete maduro, ressuando zanga e preocupações. E afinal o pimpolho chega à casa simploriamente, nada denunciando ter demais acontecido. Também tudo se conciliou, porque Ana Inácia de Jesus entrou de logo a

acobertar as audácias do filho, quebrando femininamente as agruras do marido.

Só o rapaz não se desvaneceu da empreitada e se reservaria para repeti-la noutro ensejo, assim lhe cerceassem as disposições. Mãe e madrinha condoveram-se e entraram em conciliábulos reparadores. Economias foram pesadas, medidas e assentadas. Recursos se reuniriam e o próprio velho França não era de verdade hostil, máxime quando as demais opiniões se mostravam favoráveis.

E Antônio Ferreira França é despachado para o reino, com o objetivo de ingressar na Universidade de Coimbra, da mesma feita portador de numerário e de recomendações. Dois anos mais tarde lá se fôra também o irmão, Clemente Ferreira França, que os fados depois fizeram força prestigiada da magistratura em Pernambuco, Marquês de Nazaré, senador pela Bahia, ministro do Império. Do casal só restou, dos que sabemos, Ana Inácia Ferreira França, a que veio a ser espôsa de Manuel Carneiro de Campos, e que serviu de semente, ou de enxertia, aos constantes cruzamentos entre os Ferreiras França e os Carneiros de Campos, durante dezenas de anos.

Para as notas biográficas que lhe estou levantando, em louvor do retrato psicológico destinado à história, passo por alto em tudo quanto se lhe atribuiu durante a permanência na Universidade e no reino. Questão de defesa de autor, em face do volume de informações à vista e que não estão autenticadas. Conhecendo-lhe a situação e o caráter, bem como a inteligência, podemos avaliar o que teria sido êle na qualidade de universitário. E assim o digo porque tenho sal na moleira, à vista da palmeação ou da tapeação francamente cerebrina com que certo licenciado, se é que o seja, de nome Pereira Rebelo, tratara o meu muito querido Gregório de Matos, emprestando-lhe fantasias e verbiagens inve-

rossímeis, praticadas na mesma Universidade. Rebelo dissera coisas que o correr dos tempos e a análise dos fatos ainda hoje desmentem. Não encamparei informes com visos de disparates e de provadas inverosselhanças. Baste-me de Ferreira França na Universidade a prova de ter-se matriculado em Direito a 11 de outubro de 1790, formando-se a 14 de julho de 1794, e matriculado em Matemáticas a 30 de outubro de 1790, recebendo o diploma de bacharel das mesmas a 14 de junho de 1794. Sua matrícula em Medicina deu-se a 19 de outubro de 1793, e a formatura de médico em julho de 1798. Diz-se-lhe haver frequentado cursos especiais de astronomia e que até recusara a promessa de o fazerem catedrático da multissecular instituição em que se formara, sob o pretexto de que se habilitara intelectualmente para servir só ao Brasil e no Brasil.

Mas do reino ou de Coimbra Ferreira França havia de trazer alguma coisa além dos conhecimentos aí aprendidos. De sua parte nem mínima atitude denotava animadversão a Portugal, conquanto os ânimos brasileiros, diante de portugueses, já se esquentassem em separação, com seguros prenúncios de que o futuro não estava distanciado disso positivar-se. Seria, e sempre fôra, solidário com os seus patrícios que subrepticamente trabalhavam a independência, mas nenhuma hostilidade apoiaria se fizesse aos portugueses. Tudo se pode resolver diplomáticamente, a menos que ambições belicosas, de desesperados ou de políticos aventureiros, forcem nações ou arrastem povos a lutas armadas. E trouxe êle como lembrança a mais materializada de tôdas as lembranças, a companhia com quem passara a dividir a própria sorte. Uma conimbricense que não poderia ser espécime dos mais ricos em formosura, tendo-se em conta que Ferreira França não era ho-

mem que se encantasse com belezas materiais. Filha de Marçal da Costa Barradas, preposto da Universidade, chamava-se Ana. Ana era, pois, o nome de sua mãe, de sua irmã, de sua espôsa, mas várias filhas que teve a nenhuma assim nomeou.

Afirme-se de antemão que pai e filho, Joaquim Ferreira França e Antônio Ferreira França, tiveram lar feliz. Daí a justiça de incorporar-se sempre às biografias dos ilustres a contribuição que lhes trouxera a família. A influência do lar paterno chega a ser escola, tornando-se absoluta na vida dos indivíduos, e não será de somenos a da espôsa e dos próprios filhos. Quem quer que faça ou escreva biografia não olvide jamais essa contribuição e mandam gratidão e justiça que a tais estudos se levem os nomes das consortes, e dos filhos maiores, com a soma da influência que exerceram, tanto quanto se procede com referência aos pais dos biografados. Justiça e verdade histórica... E de relance podemos traçar confronto entre o lar de Antônio e o de Clemente. Logrou êste tôdas as posições políticas, sendo quase até o imperador do Brasil, mas ninguém ainda conseguiu saber-lhe o nome da espôsa, a senhora marquesa de Nazaré, diga-se Nazaré de Pernambuco, nem mesmo o autorizado investigador da vida dos Ferreiras França, professor Mário França, que os jornais disseram ter falado, dêsse seu glorioso parente, poucos dias há. Um lar sem as virtudes do de Antônio e que teria influído no destino do senador baiano. Que se dizia e ainda se diz de Clemente? Que se dizia e se está dizendo de Antônio? De mim apenas abro veredas para o conhecimento de sua existência ilustre, quando sei que de todos, ascendentes e descendentes de Joaquim Ferreira França, se levantam estudos especiais autorizadamente.

O regresso do Dr. Antônio Ferreira França, do reino para a Bahia, teria ocorrido em fins de 1798 ou começos de 1799. Quase coincidentemente com a morte de seu pai, levando-se em conta o fato de que sua mãe requerera o reconhecimento à tutoria de filhos menores mais ou menos nessa época. Em vindo para cá, lhe deram a nomeação de professor de aritmética e geometria, criando-se a cadeira dessas disciplinas especialmente, como se deduz de carta da rainha, datada de 21 de novembro de 1798, e dirigida ao governador Dom Fernando José de Portugal (2). A remuneração anual importava em 400\$000. Da cadeira teve posse a 11 de setembro do ano imediato.

Estava êle na sua terra baiana, estimado, conceituado, gabado. Fazia clínica médica no hospital da Misericórdia e em domicílios. Exercia o magistério particular, ensinando humanidades, tanto quanto preleccionava oficialmente as disciplinas da cadeira que lhe atribuíram. Na regência desta teria êle escrito as *Preleções de Geometria* a que se refere o prestantíssimo Sacramento Blake, e que não foram publicadas nem tiveram destino sabido. “Entre elas”, é Blake a informar, “há uma de origem dos sinais da numeração, em que o autor mostra a maneira por que se começou a representar os números no algarismo ro-

---

(2) “Dom Fernando José de Portugal... Eu a rainha, vos envio muito saudar. Sendo-me presente a necessidade que há de se estabelecer na cidade da Bahia uma cadeira de Aritmética e Geometria, e constando-me que no bacharel Antônio Ferreira França concorrem os requisitos necessários para bem desempenhar o dito emprêgo, sou servida criar na dita cidade da Bahia a mencionada cadeira, nomeando para ela o referido Antônio Ferreira França, com o ordenado de 400\$000 por ano, o que vos participo para que assim o fiqueis entendido e façais executar. Escrita no Palácio de Queluz aos 21 de novembro de 1798”.



mano, como no comum, assunto que vem mencionado na *Lingua dos Cálculos* de Condillac, mas que este não descreve, nem explica". Desde esse tempo era filósofo, na qualificação popular. O vulto da sabedoria, o olvido aos preceitos, a aliança com os preconceitos sociais, o destoante dos modos de andar, de vestir-se, de proceder, diferentemente dos demais, emprestavam-lhe motivo para a denominação pública. Ainda hoje é assim. Filósofo é o indivíduo que se desaparece nas vestes, no trato, no cumprimento das obrigações, de vez que o faça com inteligência e ostensivo desapego às mentiras convencionais da sociedade. Naturalmente por não termos filósofos de verdade, criador de filosofia ou, pelo menos, sistematizador das ciências. Dão os competentes que Farias Brito teria sido o mais aproximado nessas especulações no Brasil, mas apenas procurava coordenar um espiritualismo à sua maneira. Raros o dizem filósofo.

E veio a família real para o Brasil, na Bahia o príncipe regente permanecendo mais de mês. Iniciou-se desta sorte na colônia a era dos cometimentos culturais e das realizações materiais. Dom João mostrava-se diligente no servir as terras da América portuguesa, e mais o teria feito se a influência da rainha-mãe e da esposa não lhe fôsse hostil. Uma era louca varrida e outra muito cínica, de cerviz violento e de sentimentos que lhe denunciavam os maus bofes. Com elas o Bragança se fazia aliado tão somente para dar idéia ao público de boa ordem nas coisas domésticas.

Com tal permanência na Bahia e nos primeiros dias aqui no Rio, não careço de esmiuçar provas do bem que se proporcionava. A abertura dos portos, autorizada por sugestão principalmente de Silva Lisboa, economista e comercialista de distendida visão, e a criação do Colégio Médico-Cirúrgico, ou seja a atual

Faculdade de Medicina, por lembrança do médico pernambucano Correia Picanço, uma a 28 de janeiro e outra a 18 de fevereiro de 1808, são realmente dois marcos do grande surto do progresso material e do adiantamento cultural que se rasgava ao Brasil.

Ferreira França estava na companhia dêsse movimento, seguindo-o, louvando-o, concitando alunos e discípulos a que o ajudassem no louvor, cumprindo assim ditames da consciência de patriota e de mestre das gerações. Dois anos depois, em 1810, sabendo-lhe o governo as características, a honestidade, a inteligência, encarrega-o de outra função, na sua qualidade de professor, fazendo-o visitador das escolas oficiais instaladas na Bahia.

Aí por 1812 a vaidade dos homens atraçou-o. Desceu a assinar documento que eu não tomaria a responsabilidade de fazê-lo, mesmo na insignificância de minha irremovível situação. Bem o sei, entretanto, que isso era dos tempos, era de lei, e quando o amparo do tempo e o apanágio da lei acobertam as coisas, elas podem ser feitas sem qualquer viso de escândalo. Quintino Bocaiuva, meu preclaro patrono noutra instituição, condecorado à revelia com as insígnias da ordem da Rosa, pelo imperador, isso em 1855, consentiu que filhos e netos seus se envolvessem com tais penduricalhos quando jogavam o gude ou brincavam de cabra-cega no subúrbio, tanto levava a sério semelhantes honrarias. Ferreira França requereu ao príncipe que o inscrevesse na ordem de Cristo, porque muitos outros, naturalmente inferiores em confronto com os seus valimentos, já lá estavam lançados, e isto lhe era desprimor diante dos demais. Mandaram-lhe a mercê, acompanhada de tença, em prova do deferimento do pedido, a 17 de dezembro de 1812, muito envaidecido ficando o homem que eu

juízo não teria outras vaidades, senão orgulho dos próprios merecimentos e predicados.

Atendendo a contingências políticas externas, aventadas pelo famoso diplomata Mr. de Talleyrand e sopradas pelo governo da Inglaterra, o príncipe eleva o Brasil à categoria de reino, a 15 de dezembro de 1815, e volta a extirpar entre dentes, saciado de consciência e famélico ante as volições do estômago, mais um gordinho frangote das dúzias que lhe vinham anafados da fazenda de Santa Cruz e redondezas. Agora, a ordem era ressonar, emitindo eructações de régio repouso. Acordando, assina carta a 29 dêsse mês, pela qual ordena a reforma, em moldes gerais, do ensino médico na Bahia, e temos então a Escola de Medicina e Cirurgia, com outros cursos, outros recursos e uma coorte recomendável de professores. Ao lado de Manuel José Estrêla, Avelino Barbosa, Álvaro do Amaral, Soares de Castro, estava Antônio Ferreira França na cátedra de Higiene, Etiologia, Patologia e Terapêutica Cirúrgica, destinada a alunos do 3.º ano. Marcaram-lhe por isso 600\$000, que se acumulavam com os vencimentos de professor de geometria. A acumulação de cargos técnicos era legalíssima, mesmo sem constituição política. O mais humilde biógrafo que teve Ferreira França, porém dos mais seguros nas afirmativas, de quantos consultei para o presente esboço, diz de suas aulas, pontilhando a simpatia: "Na sua cátedra era um gosto ouvir-lhe as lições, onde, a par da profundidade dos termos, estava a concisão da frase. Provava à evidência, sem a superabundância das lantejoulas da retórica banal". Muito de coração me faço solidário com o amanuense-arquivista da Faculdade de Medicina, Anselmo Pires de Albuquerque, nesses conceitos, recomendando-lhe o saudoso nome, tão justamente incorpo-

rado aos que dignamente trabalharam e trabalham a história baiana.

Já agora o cenário é inteiramente outro. Há mais sol nas aspirações e mais treva nas transações para os entendimentos subversivos. Se nos veio a família real com as suas realizações, também a Bahia recebeu um parente do imperador Napoleão com as suas maquinações políticas. O conde da Ponte, homem que governava com elevação, recebe a ambos com elegância e fidalguia, mostrando quanto a colônia havia sido desenvolvida em civilidade e educação. O príncipe francês espalha rastilhos de idéias francesas, ou revolucionárias, por toda a parte. A Maçonaria, por ele trazida, alça o colo dentro do próprio sambenito com que lhe talam os passos os arautos da catolicidade. Essas idéias francesas, aliás, já haviam sido motivo e razão para que, ao encerrar do século 18, uns pobres pretinhos alfaiates, e alguns soldados rasos da polícia, por terem ouvido a leitura de livros franceses, os mesmos antes e depois espalhados pelo príncipe de Joinville, fôssem dados como cabeças de sublevação e por isso tivessem a sorte da execução capital. Depois foram briosos agitadores pernambucanos de 1817, considerados homens perigosos ao regime e, como tais, logo presos, julgados, executados de plano, na praça pública, porque a tanto aprouve o servilismo do governador, a quem comerciantes portugueses da Bahia oferecem em prova de gratidão uma espada de ouro, por quem reúnem recursos bastantes à formação de um morgadio e cuja effigie copiam em estátua. Hoje se diz que os alfaiates fizeram revolução social, quando tudo não passou de arranjo policial, à semelhança dos que se preparam com o rótulo de plano Cohen, para castigo de comunistas, integralistas e de quem não pense como situacionista.

O certo é, porém, que a coisa se agravou. Se noutra capitania os poetas tidos como revolucionários pediam liberdade, mesmo que tardiamente, na Bahia, quando se falava em liberdade, logo se completava o desejo com o desconsôlo: “já vem tarde”! O primeiro estouro da bernarda deu-se em fevereiro de 1821 e daí em vante, num período que sendo quase de quinze anos, em nada se mostrava curto, tamanhas as guerras produzidas que a capitania, ou nova província, parecia um inferno de homens em combate, em dispersão, em morticínio. Os lusitanos não queriam deixar a presa e as côrtes, em Lisboa, os açulavam, prometendo-lhes fôrças armadas e reforços de guerra. O brigadeiro Madeira de Melo, tustarudo como todo bom português, recebe instigações dos mercadores compatriços, estabelecidos na praça, e o governo provisório do reino acaba por lhe confiar o comando das armas na Bahia e o poder ditatorial na capitania. Tudo isso desde o violento ataque de 10 de fevereiro, cujas conseqüências infelizes se prolongaram até no ano seguinte, com o selvagem assassinio da abadesa da Lapa, uma baiana de rara fibra, energizada pela fé e pelo patriotismo, que repele a sanha da soldadesca dissoluta e embriagada, embora lhe cravem ao peito os desalmados a baioneta da morte. No Rio de Janeiro o rei representava a insegurança dos próprios atos, a vacilação, a dúvida no perder um pássaro à mão, novo, resplendente de futuro promissor, e no voltar a milharar um corujão que já não dava mais nada e por quem as ambições no poleiro eram em demasia. Amigo do Brasil, querendo-lhe venturosos dias, mas também amigo de Portugal, sua pátria, resolve alfim o regresso, após mais de doze anos de vida nova, diferente, serena, em terras de um Novo Mundo.

Devo passar de vôo na apreciação dessa quadra e apenas memorá-la quanto baste para em seu curso defrontar-me com o Dr. Antônio Ferreira França. Nem um dia ou nem um instante se ausentara êle do serviço à boa causa. Queria que os acontecimentos tivessem evolução normal, dentro do choque das idéias, e tanto ia à presença de Madeira para exprobrar-lhe as desenvolturas dos janízaros policiais, quanto buscava os brasileiros sublevados para dizer-lhes que às lutas materiais e guerreiras só redundavam em prejuízo da cidade e em detrimento de sua população. Credenciado com tais convicções, não temia lugares perigosos, não se ocultava de sicários armados, e, vereador que era (3), tanto quanto mais tarde membro do Conselho do Govêrno, buscava o senado da Câmara para cumprir o seu dever e seu mandato, a despeito de tudo. Por vêzes e vêzes o encontrava deserto, ausentes pelo terror os demais titulares. Na praça, à sua passagem, que o apupassem, tal o seu porte, as suas vestes, as suas maneiras, as suas ousadias, mas a tanto nem dava de ombro à surriada da canalha das ruas, continuando o passo com o seu largo chapéu de sol sobraçado e com o seu imenso colarinho duro afogando-lhe as orelhas, o mento, o occipital.

A guerra entretanto estendia-se, ao tempo em que o cêrco aos portugueses mais se estreitava na cidade. Um general francês já havia sido contratado pelo govêrno imperial e começa a fazer diabruras, grosserias, violências, deshonestidades, mandando passar dezenas de brasileiros a fio de espada, e afinal é

---

(3) A 18 de fevereiro de 1822 recebeu-se a comunicação da Mesa do Desembargo do Paço de que os novos vereadores da cidade da Bahia eram Antônio Ferreira França, Francisco Antônio de Sousa Uzel e Francisco Gomes Brandão, os quais no mesmo dia se empossaram e entraram em exercício.



preso, deportado, demitido. Mais tarde teve estátua e culto cívico, em testemunho de que a carne é mesmo fraca... Outro também contratado para a guerra contra Madeira é um almirante inglês, que evita aproximação com a frágil esquadra portuguesa e vai rumo do norte, apenas para ser, com mais dias, o marquês do Maranhão, mesmo desvirtuado de quaisquer direitos a tanta mercê. Enquanto isso o general lusitano resiste valentemente, embora a premência da fome, com o assédio da cidade que ocupa e a grita dos compatriotas que lhe pedem terminar a inglória luta, ou que lhe rogam fugir de vez, ou que o instigam a reduzir a pó os brasileiros. Estes, sofrendo tudo, mostram o são patriotismo que os inspira. E lutam. Até na adversidade encontram motivos de vitória. Ordenando um comandante dos nossos, em ocasião embaraçosa, no recôncavo, que o corneta ao lado dê o toque de recuo, para evitar um desbarato certo, a humilde praça, ditada pela inconsciência sobreavisada, emite a ordem de *Cavalaria! avançar! degolar!* E não ficou português na redondeza. Quem não fugiu foi mesmo degolado. O toque errado do corneta Lopes serviu para decidir da guerra. Esta a verdade.

Quero, entretanto, ressaltar, em todos os entrechoques de tão graves consequências, dentre os muitos nomes que avultaram em dignidade, em brio, em coragem, em patriotismo, em abnegação, em moralidade, e citam-se Joaquim Pires, Ribeiro de Araújo, Falcão Brandão, Sousa Lima e tantos, a figura serena de um magistrado, superiormente visto em todos os passos da peleja cruciante, que tendo sido brasileiro como nenhum outro o excedera, amparara e defendera nobremente a pátria diante da sanha incontida, da intriga, da traição, da inveja, das virulências que tornavam corpo aos seus pés e em seu der-

redor. Tal é o Dr. Francisco Vicente Viana, chefe do governo em diferentes e mais estranhas situações, sob o domínio português ou sob o domínio de brasileiros. Homem de rijo caráter, de honestidade não tocada, sem ódios, nem perfídias, mesmo atraído por estrênuos confidentes, toma por lema apenas conciliar no bom termo e no alto sentido, para o maior proveito da terra e da gente. E assim lhe reconhecendo os alevantados méritos, quando normalizada a província, é à sua impressionante força condutora que se entrega a responsabilidade de primeiro presidente da província da Bahia e de seguida o distintivo título de barão do Rio das Contas.

Havia sido convocada a 3 de junho de 1822 a Assembléia Legislativa para reunir-se como constituinte, no Rio de Janeiro. Assim, aqui em terras do sul tudo corria sob os eflúvios de melissas, de fôlhas de laranjeira que enterneciam o ambiente político. O 7 de setembro fôra de verdade uma contingência fisiológica e o 12 de outubro a aclamação que se pretendia como independência ou morte. No entanto, na Bahia, o pau não furado lograva descanso e não o tivera senão a 2 de julho do ano seguinte. A Assembléia instala-se a 3 de maio de 1823. A Bahia está ausente, pois que se encontrava em guerra, matando e morrendo para que se consolidasse a independência do Brasil. Por fim veem os seus deputados. Onze são eles, quase todos de nobre porte na ação política, nos foros da inteligência, no painel dos grandes serviços nacionais: Silva Lisboa, Carvalho e Melo, Montezuma, Costa Carvalho, Galvão, Araújo Guimarães, Carneiro de Campos (o Francisco), Miguel Calmon, Couto Ferreira, Caldeira Brant. Também Antônio Ferreira França. Empossa-se a quase totalidade deles entre o fim de julho e o começo de agosto, prontos para a obra construtiva da nacionalidade. Infelizmen-

te, em novembro, por decreto de 12, com a assinatura do ministro Clemente Ferreira França e inspiração da hegéria que domina no paço, a Câmara era dissolvida, deputados são presos, a pressão da polícia política se exercendo, para repetir fundamente nas províncias do norte.

Nesses poucos meses no Rio, Ferreira França entrou de relações com o imperador, o rei cavalheiro que fôra o fundador do império do Brasil. O Dr. França sempre lhe perdoara os dispautes e lhe gabara as atividades quixotescas, pois muito lhe ia na alma em aprêço às coisas extravagantes, ou exóticas, como as praticava o desimpedido bragantino. Pode-se adiantar que se fizeram íntimos, tantas as afinidades simpáticas conjugadas. No leito, enfêrmo, em consequência, diziam os áulicos chalaceantes, de uma queda de ginete que cavalgava e de que lhe resultaram fraturas de vértebras, o médico baiano é levado à câmara do paço. O enfêrmo submetete-se a cuidadoso exame e o diagnóstico é repetido à pureza do soberano: “V. M. está sofrendo consequência de pauladas que pais ou maridos zelosos teriam aplicado em momentos de aventuras noturnas”. E a gargalhada escachoante do monarca estrugiu, apenas abafada pelos reposteiros de veludo e sêda. Acabou sendo médico do paço. Mas era de praxe um requerimento nesse sentido. Fê-lo, nestes termos secos, em fôlha de papel sobrescrita ao imperador: “Quererá V. M. nomear-me seu médico?” O outro, que também denunciava ter uma aduela de menos, despachou a petição: “Não”. E nomeou-o pouco depois médico da casa imperial.

Regressa Ferreira França à província, para continuar o magistério na Escola de Medicina e Cirurgia. Em 1823, não se deram cursos. No ano seguinte seis rapazes, todos baianos, matriculam-se no primeiro ano, e mais três no se-

gundo, quinto e sexto. Ferreira França, lente do terceiro ano, fica sem função.

De seguida anuncia-se a eleição para o Senado, e para a Assembléia Legislativa, que se instalariam em 1826. Para senador recebe votação, não logrando a escolha imperial para qualquer das seis cadeiras a êsse tempo criadas. Mas é eleito deputado, com Lino Coutinho, Miguel Calmon, Costa Carvalho, Marcos Antônio, Agostinho Gomes, Araújo Basto, Galvão e outros. 13 deputados ao todo, que honram a província da representação.

De novo o Dr. Ferreira França no Rio de Janeiro, deputado pela Bahia. Desta vez não lhe acontece o que ocorreria anteriormente ao pisar a cidade de Estácio de Sá. Conta-se que os garotos implicaram com as suas roupas, as suas maneiras, o seu tipinho sumido, de cabelos grandes, e lhe assobiaram à passagem. Do assobio foram à vaia. Ferreira França calado, passando. Valeram-se os moleques de pedrinhas sôltas e lhe atiraram algumas. Muito calmamente também se curva êle ante outras pedrinhas volantes, apanha algumas e as atira em retribuição. “Mas que é isso, Sr. Dr.?”, perguntaram-lhe circunstantes. “Não é uso da terra? Quero adaptar-me aos costumes”.

O período de mais luzimento da vida de Ferreira França é êsse em que representa a Bahia como deputado. Mostra-se o professor, o parlamentar, o sociólogo, o estadista, o sábio, atacando os problemas que mais interessam à nacionalidade em formação. Poucas palavras e muita ação. Cada projeto, indicação, emenda ou parecer de sua autoria corresponde a uma necessidade nacional, resolve uma equação administrativa, esclarece um problema político, completa um surto de vida nova à sociedade que começa a organizar-se no Brasil.

Aos saltos mesmo, porque a medida do meu tempo não permite dilações, sigamos-lhe as variadas etapas cronológicas de sua ação e atuação no parlamento.

Empossado a 23 de julho, a 1 de setembro toma conhecimento, pois que nesta data apresentado à Assembléia, do projeto de Constituição. Já no dia 17, ao ser discutido o artigo segundo, tira êle, por meio de emenda, o mais ousado petardo do avanço político nacional: “Que a Nação “compreende confederalmente as províncias”. Era a federação que vinha nascendo no embrião da emenda, porquanto a boas vistas de logo se percebia, mesmo de relance, que sem o espírito federativo seria difícil a integração absoluta do Brasil. Combatte-se a emenda, defende-se a proposição ousada. Deputados com renome de constitucionalistas esgrimem no plenário as luzes do saber. Mesmo entre os deputados baianos dá-se o choque de opiniões. Carvalho e Melo e Silva Lisboa combatendo-a, enquanto Montezuma na defesa. O futuro Jequitinhonha profere uma das suas doutrinárias orações, atestando as valias do preopinante: “Muito respeito as luzes dêste varão conspícuo, meu mestre”. Bem se avaliava prematuro o alvo de Ferreira França e só na República, luminosamente trabalhada pela força cósmica dos talentos de Rui, a federação se implantou. Baiano semeou, baiano corporificou e deu vida florescente à grande árvore cujas frondes tanto nos unem e nos protegem.

Outra emenda importante é dada na sessão de 1 de outubro sobre a condição de filho de estrangeiro nascido no Brasil: “Os filhos de estrangeiros nascidos e criados no Brasil são cidadãos brasileiros, os seus pais estivessem ou não em serviço de suas nações”. Novas e fortes

discussões, sem aprovação do proposto ao parágrafo sétimo do artigo 5.<sup>o</sup> do citado projeto.

Dias depois, ou seja a 11 de outubro, ao discutir-se o projeto de lei relativo à organização dos governos provinciais em justificativa de seu ponto de vista profere estas palavras e êstes conceitos, que sendo aliás de uma simplicidade do infável Calino, veiculam um fundo de filosofia política sobrelevado: “Eu não vi que o govêrno eleito na minha província... fizesse os males de que o tem acusado, e também vejo que é melhor que o filho da província governe, do que o de fora, naquela que tem filhos capazes de governar...:

As províncias, por exemplo a da Bahia e a de Pernambuco, porventura não têm filhos capazes de governar a província, eleitos pelo povo, que os pode conhecer, e que tem direito de os eleger? Não seria mais útil que um filho da província a governasse, do que mandar governá-la por um filho de outra?

Quem é que pode governar melhor uma casa, o filho dela ou o de outra, nem que seja parente? Digo que o filho dela, pois o parente, apesar do vínculo que o liga, não governa tão bem como o próprio, que tem mais interêsse nela. O mesmo digo da província: deve ser governada pelos seus próprios filhos e não pelos de outras.

Não digo que seja inteiramente da eleição do povo, mas que o povo os proponha para dêles escolher o govêrno. Eu faço uma comparação muito simples, e já peço perdão a esta Assembléia, e a êste povo que me está escutando, da comparação que faço: Quem defende melhor a casa, o cão manso dela ou o valente de fora?... O cão que melhor defende a casa é o criado nela, que lambe as mãos daquele que o sustenta, e que é como o servo que ama a seu amo



que lhe cobre as carnes e o sustenta; este é que é o bom guardador, e não o cão valente, de fora, que até morde os filhos da casa.

Deixemo-nos de cães de fora, ainda que sejam valentes, para nos defender a casa.

Em proveito dos escravos sua atitude se portara permanentemente elevada e nobre. Lafaiete Silva, companheiro aqui de Vieira Fazenda, disse-o “um grande amigo dos escravos”. Os negros, desgraçados homens vendidos para o enriquecimento da fortuna dos brancos, mereceram sua imensa bondade. Dois dentre os que lhe serviam de criados recusaram, ainda na Bahia, ir à fonte das proximidades, com os potes de barro, recolher água para as necessidades domésticas. Reclama-se contra isso ao Dr. França. Outro senhor, que não éle, os castigaria pelo desafôro. No entanto, que fez? Tomou as roupas, chamou os dois escravos e ia meter-se na cadeirinha de arruar com os dois poais aos lados e tocar em direitura da fonte e recolher o indispensável líquido. Mas os mesmos criados refletiram no que estavam fazendo e a água é trazida para as necessidades da casa, sem maior incômodo do senhor.

Também na Assembléia por êles trabalhou várias e várias vêzes, nalgumas arrastando o próprio nome ao desaire dos deputados escravagistas. Sem demagogias que dessem a escravidão negra como úlceras e cancos sociais, e sem caraterizar, como animais das selvas, os negros vendidos, tal qual blateavam certos abolicionistas, altivamente responde ao deputado José Clemente, que compreendia o escravo como propriedade, ser isso, “um comércio de salteadores. A proposição mais horrível que ouvi... e não sei como possa ouvir cer-

tas coisas nesta Câmara”. Disse-o na sessão de 4 de julho de 1827. Passados dias, a 29 do dito mês, leva Ferreira França à Câmara uma indicação assim concebida: “Que os escravos da nação sejam libertados, em lugar de serem vendidos”.

Sempre alerta à busca ou à espera de vez para o ataque ao escravagismo, apresenta a 24 de julho de 30 um projeto de resolução, pelo qual, “no primeiro dia de festa nacional, depois da sanção desta resolução, o govêrno declarará a liberdade dos escravos da Nação”. Tão forte o sentido do projeto que nem se abalançou a mesa em considerá-lo na condição de ser levado a debate. Ao deputado sinatário isso era o mínimo, bem sabendo a distância em que se encontravam, nesses passos, o seu e o pensamento da mesa, ou da Câmara. Realiza-se a sessão de 5 de agosto, ainda de 1830, e Ferreira França remói o assunto com esta emenda: “Libertar-se-ão os escravos da Nação de que trata a presente resolução”. E junta palavras em justificativa: “E peço por Deus, peço pelos santos, e até pelos anos de vida do nosso imperador, que dê a liberdade a êstes escravos, e aquêle que foi autor da desimportação da escravaria para o Brasil, seja também o autor da liberdade dos escravos da Nação”. Propõe assim: “No dia dos anos do nosso imperador o govêrno declare a liberdade dos escravos da Nação”. Continuando, esclarece: “Já em um dia dos anos do nosso imperador, uma senhora, chama-se D. Leonor e parece-me que parenta do Sr. Calmon, deu a liberdade a setenta escravos seus. Eu também tive a honra, no dia em que casei a minha filha com o lente de São Paulo (*aqui é o futuro visconde de Caravelas*) de libertar alguns dos meus escravos”.

E' sobremaneira admirável o empenho com que êsse homem, silenciosamente,

numa obra conciente, sem alardes e sem matinadas de clubes, de comícios, de pregações e manifestos, vai trabalhando a benemerência da extinção da escravatura no Brasil. Propõe, acima do quanto já enunciei haver proposto nesse sentido, seja feita a cessação das relações comerciais com a costa da África, naturalmente para impedir o mercado negroiro, que é um pouco diferente do mercado negro hodierno; declara, para constar de lei, que “o ventre materno não transmite a escravidão, assim como não transmite a infâmia e quaisquer penas”, antecedendo de quarenta anos com esta propositura a gloriosa ação de Silva Paranhos, concretizada a 28 de setembro de 1871; insiste pela criação de uma taxa de 6\$000 anuais por escravo de mais de quinze anos de idade, onerando desta maneira a economia do senhor de negros. Sempre que se lhe oferecia azo, no parlamento, entrava êle com a sua dedada de proteção ao escravo. E ainda agora os negros do Brasil, que não lêem os *Anais* do Parlamento Brasileiro, continuam ignorando a ação nobilíssima dêsse eminente compatriótico.

E, finalmente, para cúpula de sua obra de verdadeiro valor moral da humanidade, o projeto de lei pelo qual seria completada a abolição total, gradualmente, em cinquenta anos. Achava que apagar de um só golpe a mancha negra seria talvez opor embaraços ao desenvolvimento agrícola do país, que se fazia com o trabalho dos escravos, e fixou, por isso, a extinção total para cinquenta anos, realizada por pequenas etapas. Assim, a 25 de março de 1831 cada senhor libertaria o cincoentavo de seus escravos. No mesmo dia do ano immediato, dar-se-ia alforria ao quarenta e nove avos, e assim por diante até que, insensivelmente, chegasse o ano de 1882, quando seriam declarados livres os escravos restantes”. Os que combateram

o projeto lograram apenas a vitória dos pirrônicos, pois que seis anos depois essa extinção se verificava, embora violentamente, estremeccndo, senão derrubando, o próprio trono.

Só nessas proposições em favor do negro estavam lançadas, e alicerçadas, as premissas de tudo quanto, posteriormente, no curso do século, se conseguiu no Brasil pela abolição do cativeiro e através de mil sacrifícios.

Mas a ação de Ferreira França no Parlamento foi realmente de vulto e de elevação. Até o celibato clerical mereceu suas cuidadas atenções. Por que celibato do clero, pensava êle, quando os padres moralizados no Brasil podiam ser modelos chefes de família, e quando os que não eram dessa qualificação se fizeram e se faziam pais sem a obrigação do lar e sem o reconhecimento legal da paternidade? Pois não era isso o que se via desde Tomé de Sousa? Não era contra essa prática que se levantara a voz altissonante do eloquente padre Manuel da Nóbrega? Propôs então que se fizesse a abolição do celibato clerical, em sessão de 3 de setembro de 1827: “Indico que o nosso clero seja casado e que os frades e freiras se acabem entre nós”. Como era de esperar-se, quase o mundo veio abaixo. O poderoso padre Diogo Feijó não se sentiu desagradado com a medida proposta, pois que homem sem peias e sem freios. Apareceu em campo mas para apresentar, a 10 de outubro, voto em separado ao parecer em torno da matéria, e nesse documento veícula afirmativas desabusadas. Uma destas sustenta que “a fôrça dos homens”, ou sejam as leis, as religiões, os costumes, “não pode vencer a fôrça da natureza”, referindo-se certamente aos eclesiásticos, por serem célibes, pois tudo “são fraquezas da humanidade”, confirma, e “convem por isso mesmo não advogar contra elas, pois que todos somos ho-

mens” O Perereca também, ou o memorialista padre Luís Gonçalves dos Santos, surgiu para o debate, mas em contrário à indicação de Ferreira França. Nem ficaria excluído o famoso Dom Romualdo, político de artes duvidosas no Pará e na Bahia, feito arcebispo de minha terra pela intervenção da majestosa marquesa de Santos, consoante revelação do nosso afeiçoado Alberto Rangel.

A propósito do projeto, que então se discutia, relativo a abusos da liberdade de imprensa, e onde se cominava até a pena de morte, Ferreira França foi à tribuna, a 10 de julho de 1826, e preso à fidelidade dos seus sentimentos cristãos, produz vibrante oração, emitindo conceitos dos quais retiro êstes para comentário: “Eu não sei para que se há de impor a pena de morte, eu não desejava que se impusesse nunca esta pena. Por ela não se dá ressarcimento, o homem que morreu não pode ressarcir e fica-se no mesmo estado, e a sociedade não ganha com lhe tirar a vida”. De outra feita, a 6 de maio de 1830, sustenta, quando se discutia certo projeto de resolução, que “a pena de morte está abolida pela Constituição”. Aceitemos tivesse êle razão, respeitemos-lhe a convicção, mas a verdade é que, se o Brasil não tem nos seus códigos a máxima pena, há grandes nações em civilização, em cultura, em adiantamento intelectual e material que a conservam, e que a cumprem religiosamente. Há casos em que crimes só devem ser lavados e ao esquecimento levados com pena dessa natureza. Manes de Ferreira França que me perdoem ou que me enviem, por isso, a dita punição.

Neste rosário de proposições realmente notáveis ainda se enumera a de referência à criação de um instituto com atribuições de tribunal, para o julgamento definitivo das questões interamericanas. Foi isso a 8 de maio de 1830, dian-

te de projeto de decreto. Largamente explana o seu pensamento e da proposição apresentada separo o “item” que assim reza: “As nações americanas competem renunciar à guerra entre si e criar um conselho de nações americanas que estabelecerá as regras recíprocas delas, para a maior felicidade de cada uma, e comporá e julgará qualquer dessas nações.” Que isso quer dizer senão o sentido americanista que se nutria e se fortalecia, em todos os pensamentos, através do hemisfério? Ferreira França, de educação puramente português, senão européia, apenas tendo assistido, e nelas sendo parte, às lutas da Independência, via distintamente, embora distantemente, quanto se afastavam os dois continentes nas suas criações para a felicidade humana, no porvir, tanto quanto via que por força dessa separação nos deveríamos unir e fortalecer, se quiséssemos sobreviver. A doutrina de Monroe sobretudo, a criação da União Panamericana para mentor dos destinos das nossas nações, e, depois, essa política salvadora de boa vizinhança estabelecida pela autoridade do incomparável estadista da humanidade, que os homens sentidamente viram morrer em Hyde Park, em abril de 1945. Muito vale registrar-se, em sustentação da matéria, o projeto de lei apresentado em sessão de 18 de agosto de 1834 por Ferreira França, por seus filhos Ernesto e Cornélio e ainda outros deputados (4), para que se firmasse um

---

(4) “A Assembléia Geral Legislativa decreta :

Art. 1.º O Brasil e os Estados Unidos Nacionais Americanos serão federados para mutuamente se defenderem contra pretensões externas e se auxiliarem no desenvolvimento da propriedade interna de ambas as nações.

Art. 2.º As duas nações se defenderão com tôdas as suas forças, determinando-se para êsse fim, anualmente, as necessárias contribuições pecuniárias.



tratado de aliança, amizade e defesa entre o Brasil e os Estados Unidos de América, o que prova quanto desde a Independência, ou de muito antes dela, os brasileiros compreendiam que os dois grandes países do continente, ao norte e ao sul, haviam de marchar à mesma voz e do mesmo passo para as realizações do futuro.

Estávamos em 1831. O fundador do Império já se havia partido de vez e o

---

Art. 3.º Cada uma das nações terá representantes na assembléia nacional da outra.

Art. 4.º Os produtos de cada uma das duas nações serão recebidos na outra da mesma maneira que os próprios, isentos de qualquer imposto.

Art. 5.º As duas nações prestar-se-ão mútuo auxílio para que as instituições, misteres e produção de cada uma se naturalizem na outra.

Art. 6.º Os cidadãos de cada uma das nações gozarão na outra de todos os benefícios dos naturais desta.

Art. 7.º As causas entre os súditos das duas nações serão decididas ou por conciliação, ou por árbitros nomeados pelas partes, ou por júri composto de jurados com nacionais delas em igual número.

Art. 8.º As duas nações obrigar-se-ão a ajudar-se mutuamente na conservação e perfeição da forma nacional de governo, em tôdas as calamidades que se oponham a seu melhoramento físico ou moral.

Art. 9.º O governo do Brasil procurará realisar este tratado de aliança, que será indefinido.

Art. 10. Este tratado, depois de concluído, será presente à Assembléia Geral para ser definitivamente aprovado.

Art. 11. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Em 18 de agosto de 1834. (a) Cornélio Ferreira França, Antônio Ferreira França, Ernesto Ferreira França, Antônio Fernandes da Silveira, João Barbosa Cordeiro, João Ribeiro de Vasconcelos Pessoa, José Maria Ildefonso, Jácome da Veiga Pessoa, Joaquim Teixeira Peixoto de Albuquerque, com algumas restrições.

(Do *Jornal do Comércio* de 25 de julho de 1848).

pequeno imperador nem ainda era coisa que valesse, senão por mãos de tutores e de regentes da Nação. Ferreira França, com uma argúcia finalística que bem poucos lhe acreditavam verdadeira, vê que, sendo estabelecida a federação, com ela o regime não se sustentaria, embora se devesse assegurar o imperante por todo o seu reinado. Aí está em como o sonho de república se ia formando em nebulosas distantes. E apresenta à Assembléia outra proposição bomba-atômica, que determina a vitaliciedade do governo do Brasil na pessoa de Pedro II, mas uma vez desaparecida esta, que se seguisse, em regime temporário, a responsabilidade de cada presidente de província confederada. Nem consideraram, a mesa e os deputados demais, fôsse o projeto tomado em consideração para debate. Pouco importa isso. O deputado baiano lembrava-se bem de como procedera o grande pregador, que, sendo um laiano naturalizado, pregava sermões aos peixes do Maranhão.

Ia vencer-se o 1.º semestre de 1834 quando a 26 o agitado padre pernambucano Henriques de Rezende apresenta projeto de proibição da entrada de Pedro I no Brasil, de volta de Portugal, fôsse qual fôsse o pretexto. O excêntrico deputado baiano Ferreira França toma o pão à unha, exacerba-se, tuge e muge a valer, preso àquele sentimento muito nobre de reconhecer no então Pedro IV de Portugal um benemérito do Brasil. E ajunta em sustentação de seu pensamento: "Sr. Presidente, o fato é que Dom Pedro I foi o autor da Independência e da liberdade do Brasil. Suponhamos que este homem tem necessidade de vir para o Brasil, sem hostilizar, eu por certo hei de lhe abrir a porta", adiantando que "isso é uma lei de

mêdo, mas o Brasil não tem mêdo de Dom Pedro”.

Em todos os seus passos de parlamentar jamais desertou a linha serena para a iniciativa dos cometimentos superiores. A exemplo, quando se tratava de naturalização de estrangeiros, por algumas vezes ocupou a tribuna e do muito que disse e justificou, deu o alvitre de ser “preciso que a lei se faça com muita cautela, e que nos venham dela mais bens do que males, a fim de que os estrangeiros não tomem conta de nós”, isso em sessão de 1 de julho de 1826. Êsse projeto de naturalização inspirou-lhe ainda uma página impressionante, quanto a seu pai, que era português, e, pois, naquele momento, se vivesse, seria estrangeiro. Não se deve omitir a confissão, que importa em traços de fiel biografia, mesmo porque através dela se alcança como se delimitavam os sentimentos entre pai e filho, ou entre brasileiro e estrangeiro, nesse tempo em que ainda estava aberta a estrada das máguas entre o Brasil e Portugal.

Mas sobe de ponto, porém, a independência de opiniões do deputado quando se discutia o melindroso processo de responsabilidade do ministro da Guerra, empossado a 24 de junho de 1828 e que a 5 de agosto já era substituído. Oficial general do Exército, mandara êle praticar certos atos em Pernambuco que as duas casas do Parlamento consideravam ofensivos à Constituição, ao governo e aos interesses nacionais. Atos que hoje nem chegam a ser café pequeno ao exame de nossas práticas. O processo atravessou extensa via-sacra e a respeito Ferreira França vai à tribuna, a 18 de julho de 1829. Cronista da época, noticiando êsse instante, tal como ainda o fazem certos vespertinos correntes, divulgou: “O velho França, ocupando a tribuna, foi apupado e insuliado por mi-

litares que enchiam uma das galerias, e foi no mêsmo tom, com indiferença desesperadora, que, duas vêzes interrompido com vozes e ameaças, por três vêzes repectiu a acusação, sem permitir que tôsse alterada a proposição que provocara a indébita gritaria”. Restabelecido o silêncio, concluiu assim sua oração: “Cometeu o ministro o crime por ignorância? Não. Por má natureza? Não, não sei. Portanto, não digo que o ministro da Guerra seja condenado; até, se possível fôsse, fechar os olhos... Mas entendo que sou procurador do povo brasileiro, que sou procurador de minha província, sou procurador de mim mesmo e de meus filhos e, até, Sr. presidente, sou procurador do gênero humano... Eu voto sempre pela acusação do ministro”.

São de sua responsabilidade ou co-autoria outras importantes proposições. Quem agora se dê ao prazer ou pena de consultar a famosa exposição de José Bonifácio, e nela vir quanto o venerando patriarca propunha fôsse carreado ao Legislativo para a conversão em leis, e para a situação mais alta e mais nobre da nacionalidade, verificará que Ferreira França muito se inspirara nas idéias do glorioso Andrada, ou que ambos nelas colaboraram, ficando entretanto assinalado, para o escritor da história política do Brasil, que era êsse, pouco mais ou pouco menos, o pensamento dos estadistas do tempo, alistados na porfia do melhor serviço à Nação em perspectiva de crescimento.

O muito que tenho referido de sua ação na Assembléia é realmente diminuído em face do que ela representa. Nem vale a pena à que vos tenho trazido miudear comentário em torno de cada parte dêsse grosso conjunto. Citemos apenas, por ementas, o que reputamos de principal: O plano da transferência da capital do Império, para local do município da Praia Grande (sessão de 9 de

agosto de 1834); habilitação da mulher para o exercício da medicina e da cirurgia, bem como o direito de voto às senhoras viúvas e às que fôsem independentes nas suas vontades; criação de escolas de primeiras letras e de artifícios em cada localidade onde se contassem pelo menos cem fogos, com a preferência de senhoras para regê-las; em cada vila e cidade do Império uma cadeira de ensino de higiene e de agricultura, como em cada cidade uma de geografia geral e de história do Brasil (sessão de 29 de setembro de 1929 e de 1 de outubro de 1927); estabelecimento de um porto franco, e que este seja o da Bahia (idem de 17 de maio de 1827); contra a matança de cães, senão quando em benefício do povo e, assim mesmo, sem dano da moral pública (sessão de 7 de julho de 1834); exigência de brasileiro nato, exclusivamente, para o provimento de cargos eletivos (idem de 15 do dito mês); contra a vitaliciedade do Senado (*Jornal do Comércio* de 28 de setembro de 1832); nomeação dos comandantes da Guarda Nacional por escolha dos comandados (sessão de 26 de agosto de 1832); elaborou projeto de reforma do ensino médico; colaborou no projeto de lei sobre instrução pública, assinando, aliás com restrições, esse documento (idem de 16 de junho de 1826); relator do parecer sobre a etiologia da cólera-morbus, conquanto contrariasse a opinião da sociedade de medicina local (idem de 11 de agosto de 1832). Isto o que, por alto e assim de voo, pude recolher da leitura não tanto seguida dos *Anais* do Parlamento Brasileiro.

De certa oportunidade em que se discutia instrução pública, dera-se incidente, que todos os seus biógrafos reiteram, com um colega deputado cujo nome não se pretendeu guardar, evitando-lhe o ridículo permanente. Falava este contrariamente à criação da cadeira de grego

no ensino secundário. Ferreira França ouvia-o, sem apartá-lo. Terminada a descabida arenga, levanta-se o deputado baiano, pede a palavra e, voltando-se para o orador precedente, pergunta-lhe:

— “V. Excia. sabe ou em algum tempo estudou ou procurou saber a língua grega?” “— Não”, respondeu-lhe o colega. “Sr. Presidente, tenho respondido ao nobre deputado”. E sentou-se, por entre a hilaridade geral da Câmara, que em seguida aprovou o projeto em questão.

Há na crônica do Parlamento brasileiro um episódio com semelhança ao que acabo de referir. Li-o em Henriques Leal, e reli-o em Humberto de Campos. Atribuem-no ao incomparável Gomes de Sousa, o famoso Sousinha das matemáticas, deputado pelo Maranhão ao início da legislatura de 1857. Um diálogo com deputado que alegara saber de tudo e que interpela Gomes de Sousa sobre certa matéria. Este acode à deixa com resposta desconcertante, quanto à competência do interpelante, que entrega ridiculamente os pontos.

Que importa a Ferreira França as suas palavras, as suas idéias, os seus esforços não tivessem inteira repercussão na própria Câmara? Ele aguardava que os altofalantes da posteridade viessem fazê-lo um dia, não somente para a veiculação do que projetara, senão para proclamar quanto os seus programas foram posteriormente aceitos, admitidos, adotados, cumpridos, no curso deste século.

E dou termo à série dos dias de Ferreira França na Assembléia com o encerramento da 3.<sup>a</sup> legislatura, em 1837, repetindo apenas que ele fôra, em todos os tempos, no Parlamento, o único brasileiro com a honra de sentar-se ao lado de dois filhos igualmente deputados, igualmente dignos pela inteligência e pela ação, ambos magistrados de respeito e todos os três baianos de nascimento e



de representação na legislatura — Ernesto Ferreira França e Cornélio Ferreira França. Outros filhos mais, o Antônio, no cenáculo da ciência médica, voltando diplomado pela Faculdade de Paris, confirmavam o saber e o renome dos Ferreiras França da Bahia.

Quando deputado, Ferreira França tinha residência num casarão estante nas proximidades em que ficam as ruas Paisandu e Marquês de Abrantes, e aí, segundo os costumes de elegância e fidalguia do tempo, oferecia recepção, com bailes a que comparecia o granfinismo da cidade. Vanderlei Pinho disse sãbiamente do costume dêsses bailes e dos salões em que êles se realizavam, principalmente no segundo reinado, quer no Rio ou na província. Em casa do Dr. França dava-se um baile de aniversário, quando aparece à porta um pretinho, trajado à moda de mensageiro, trazendo bandeja de prata que ocultava, sob preciosa toalha de rendas, alguma coisa que seria presente valioso. Todo curiosidade, Ferreira França apressa-se em levantar a ponta da toalha e comprova que a bandeja continha um par de chavelhos de bovino. Solicito, sorridente, antevendo o desconcerto em que ficaria o malicioso ofertante, tira da algibeira uma moeda, passa-a ao moleque, dizendo-lhe: “Rapaz, tome esta pataca, volte com a bandeja e o conteúdo e diga a seu senhor que fico muito agradecido, certo de que cada um dá do que tem”. Que se pretendia? Manchar a nitente honestidade do lar de Ferreira França? Não, por certo. Apenas verificar o remetente até que medida se continha o Dr. França nos sentimentos, em recebendo afronta dessa natureza.

Outra finíssima passagem anedótica que se lhe atribui, de quando residente no Rio, teria ocorrido com a Pompadour do primeiro reinado. Era já marquesa e marquesa ainda hoje se chama, na Bahia e noutras terras brasileiras, certo móvel

que tanto serve para nêle se assentar quanto para dormir. Baiano também se chamava o utensílio de louça que os criados-mudos resguardam de olhares curiosos. No caso havia a marquesa de Santos adoentada, febril, nervosa, dominadora, com perfidiazinhas... e, assistindo-a, médico imperial, o baiano Dr. Antônio Ferreira França. Duas interessantíssimas personagens para o diálogo. A marquesa, para alfinetá-lo, faz maliciosamente o elogio do baiano nas suas presta-dias noturnas e às pessoas doentes, enquanto o médico a escutava, com os olhinhos de víbora tremeluzindo o êxito da resposta imediata. Conta a Pompadour que passara a noite tôda acamada, senão do leito para o baiano, do baiano para o leito, sempre aflita, premida de cólicas. E fala o médico a seguir das utilidades das marquesas, na apreciação dos baianos, quando sôbre elas se deitam, se espalham, e dormem, sonhando as magnificências dos tálamos das Cleópatras, das Semíramis...

Finda a legislatura de 1834-37, com encerramento a 10 de outubro dêste último ano, Ferreira França parte para a Bahia e nunca mais ao Rio torna como deputado, nem senador. Agora é o provinciano. O médico clínico. O professor. O chefe de família.

São contados os seus dias como lente de ensino superior. Ingressando em 1815 como professor de Higiene, Etiologia, Patologia e Terapêutica Cirúrgica, por força da reforma de 3 de outubro de 1832, se empossava a 18 de outubro do ano seguinte, na Escola de Medicina e Cirurgia, como professor de Patologia, e nesta cadeira consegue aposentadoria por decreto de 8 de novembro de 1837.

Curioso é que à beira dos setenta anos e através de existência assás laboriosa, quanto proveitosa, o velho França volta-se a ser candidato a um lugar de professor

do Liceu Provincial, o estabelecimento de ensino secundário que se instituiu na Bahia por lei de 9 de março de 1836 e ainda agora na plenitude de seus destinos. Verificando-se em março de 1840 a morte de José Estanislau Vieira, primeiro professor na cadeira de grego desse instituto, e aberto o respectivo concurso, apresenta-se candidato único o Dr. Antônio Ferreira França. Seria, porventura, só ele quem na Bahia soubesse, para ensinar, o idioma de Homero e que por isso o tivessem convidado, depois de jubilado noutra escola, a candidatar-se, mesmo com setenta anos de idade? Também por motivo de crise financeira, não seria o sabido que alguns de seus filhos se educaram e se formaram na Europa, naturalmente com grandes dispêndios de recursos. Diga-se, pois, que tão somente pelo gosto de ensinar, de ensinar grego, e o prazer de não ficar ocioso com a jubilação na Faculdade. Dois nomes respeitáveis de professores o examinaram, os doutores José Cardoso Pereira de Melo e Antônio Joaquim das Mercês, cônego e padre respectivamente, e à presença do presidente da província, a esse tempo Tomás Xavier de Almeida. Aprovado *nemine discrepante*, a 2 de maio era provido na cadeira e já no ano vindouro, a 7 de junho, eleito por seus pares diretor do Liceu, em cujo posto se manteve até a morte.

No Liceu e como professor e diretor muito, haveríamos, que respigar e divulgar no tocante às caturrices e extravagâncias do biografado. O presidente da província e autoridades tais ali se mudavam de dias em dias, deu-se à curiosidade de visitar o Liceu, de inopino. A sede do instituto era no largo da Palma, onde justamente o diretor tinha residência, em local da esquina que inicia a rua com o seu nome digno. O Dr. França estava em aula e em aula continuou, sentando-se à sua direita a primeira autoridade baiana. A pre-

leção, de propósito, mostrava-se de uma infantilidade adequada para alunos primários, e, finda, o chefe de Estado, mansinhosamente sorrindo, desconfiadamente se acautelando, achou, e disse, que sendo o Liceu para ensino secundário, bem poderia a preleção ser mais elevada e mais profunda. “De acôrdo”, tal a resposta imediata do professor, “mas eu dou lições de três patacas e meia. Quando o governo pagar mais, sim, a coisa será outra”, Talqualmente referiu, de certa feita, o professor Joaquim Pimenta, a propósito do padre Verdeixa, do Ceará, com os seus sermões de meia tijela, porque eram pagos a quatro patacas.

Nessa residência, ao largo da Palma, teria ocorrido a passagem a que se reporta o encantador e nunca substituído Afrânio Peixoto, inteligência e brilho de mais esplendor da intelectual no Brasil: “Um sapateiro instalado no andar térreo entrega-se aos lundus às noites com amigos e companheiros, impedindo ao sábio dormir. Reclama e recebe a resposta: “Os incomodados são os que se mudam...” França manda vir água, deramando sobre a sala, abaixo da qual tinha oficina o sapateiro, e se põe de caniço e anzol... A água atravessa o assoalho e começa a danificar o cabedal do sapateiro, que sobe a reclamar... “Estava pescando. Os incomodados são os que se mudam”.

E ainda estoutra, na dita moradia: Certa manhã bate-lhe inesperadamente à porta o arcebispo Dom Romualdo, seu amigo, seu colega de representação na Assembléia Geral, que, tendo de assistir, àquela hora, na igreja da Palma, à festa do Senhor da Cruz, aproveitara minutos antes para um cavaquear com o Dr. Francinha. Este não se perturba, recebe o antístite como está e apenas põe o redingote de seu uso, ora num espaldar da cadeira, sobre o roupão de que estava vestido, sem quaisquer outros panos. E

conversam, e conversando se despedem, e conversando o Dr. França vai acompanhando à saída o arcebispo, e, afinal, o leva até a porta da igreja, com aquêles esquipático traje, enquanto Dom Romualdo se cobre com as vestes correspondentes à sua hierarquia. A multidão de fiéis saúda o prelado, olha e ri satisfeita da sencerimônia do velho professor, tão de seu conhecimento e aprêço.

Poucos dias depois da estada de Ferreira França na sua terra, em fim de 1837, rebenta aí, à noite de 7 de novembro, o malsinado movimento de insurreição política denominado Sabinada. Simples e perigoso movimento que agitadores promoveram, e realizaram, primeiro porque contavam com insufladores despeitados na política da côrte, e segundo porque o chefe de polícia, responsável pela segurança da ordem pública, se revelou de uma inépcia que, não fôra mesmo inépcia, seria co-participação. Desde êsse dia e até meado de março do ano seguinte, a província atravessou duríssimos e cruelíssimos momentos, com devastações, saques, incêndios, destruições, assédios, violências, mortes. Luta de povos irreconciliáveis. E tudo por que? Revolução cujos corolários só se positivariam durante a menoridade do imperador. . . Vê-se que gesto de desesperados, qual o de promover movimento revolucionário, com todos os aspectos terríveis de guerra, apenas para a vitória temporária de uma ação de politicagem mesquinha. Teria a Sabinada concorrido para a precipitação da maioridade? Estou a pensar que não e me escudo nos fatos e na história para a afirmativa. Vencido o movimento na Bahia, com rigorosos e justos castigos a seus executores, por quase três anos ainda se batalhou politicamente no Rio de Janeiro pela concretização do “quero já” do jovem imperador.

Como sempre, nesse triste ensejo a posição de Ferreira França é a da dignidade. Não apóia os agitadores, os usurpadores da situação, nem os que emigraram para o subúrbio, o recôncavo e os sertões, de uma hora para outra. No entanto percorre, na sua qualidade de facultativo, os lugares onde os seus serviços médicos seriam necessários. A tudo assistindo, vendo, observando, sentindo como a miséria e a fome se estendiam em dizimações, pôs êle à margem tôda a sua ingênua bonhomia e dirige ao rotulado presidente da República em exercício esta violenta mensagem, que é um protesto de angústia e desespero :

“Exmo. Sr. Diz Antônio Ferreira França que o povo está miserável. Mas até onde deve chegar a miséria dêle? Deve perecer com a tropa? Natural ou violentamente? Ou primeiro que a tropa? Por que a tropa é alimentada, com preferência ao povo? O povo vai ao celeiro e compra chibatadas em lugar de pão. Quer fugir, e para que se lhe dificulta a fuga? Não há direito senão para evitar que não levem armas. Sr., conciliemo-nos. O povo não crê em quantas polícias benéficas se exercem, nem em quantas boas fortunas se lhe prometem, em paga das penas que sofre. Diz que os agravos com que se pretexta a revolução não são demonstrados; o remédio atrocíssimo é improvável de sortir bem; os patriotas encarregados de desagravar a Pátria, sem procuração dela, e movidos se fazem por motivos que não os que pretextam; o meio legal, pacífico e breve, é desprezado; a desgraça da Pátria tornada provável por muitos anos. Sr., conciliemo-nos. Pede a V. Excia. pelas entranhas de sua mãe, de sua mulher e filhos.

Atendido? não, e bem sabia que o não seria, mas enquanto a maldição da poste-



ridade ainda pesa sôbre o nome dos sabinos agitadores, o de Antônio Ferreira França, mesmo por isso, avulta e permanece engrandecido na apreciativa dos contemporâneos, mais de cem anos após a sua morte subjetiva.

Esse homem foi realmente, por tôda a vida, fiel à linha que se traçou. Quanto aqui sêca e rudemente me empenhei em revelar neste ensejo de homenagem à sua memória, é sobreposse diminuído para definir-lhe o moral alevantado, em tôdas as suas caraterísticas e modalidades. Mas falta ainda um aspecto a ser visto em mais larga projecção e é o que se refere ao homem do lar, da família. Numa ou noutra vez tive que aludir, tão sòmente, o que se deve definir.

Nascido a 14 de janeiro de 1771 e não noutra data que allures se repete, casou-se com Ana da Costa Barradas, que o sobreviveu por algumas décadas. O casal teve, ao que dizem pesquisadores da constituição de famílias baianas, oito filhos. Três eram mulheres e uma destas casada com o ilustre Carlos Carneiro de Campos, mais tarde visconde de Caravelas, a qual trazia o nome de Fabrícia Ferreira França. Outra, Auta Ferreira França, tornou-se espôsa do coronel Frederico Carneiro de Campos, o que, sendo presidente da província de Mato Grosso, se viu prisioneiro dos paraguaios, ao passar pelo pôrto de Assunção. Da terceira filha, o nome ficou envolvido no anonimato, mas há quem diga ter-se casado com um Moreira de Pinho, de distinta linhagem santamarense. Um dêsses dois Carneiros de Campos, não sei qual, teve os seus momentos difíceis certa vez, quando namorava a filha do Dr. França. O jovem par de namorados encontrava-se sempre às escondidas, e isto porque pensam os namorados que os seus pais têm os olhos furados, diz o provérbio.

Encontraram-se um dia em casa da jovem, cujo pai bem que os vira mas fingiu que não, passando entretanto a vigilante espia. Carneiro de Campos estava ocultado em dependência da casa, aguardando ocasião de escapular-se. À hora do jantar o velho França manda que se ponha à mesa mais um prato e uma cadeira no local correspondente. E sem qualquer acanhamento, nem malícia, apenas produzindo o rubor nos que tinham culpas, ordenou fôsse convidado para a refeição o moço que se encontrava ocultado. E foi assim que se fêz o noivado e se consumou o matrimônio. Isso, talvez se tenha dado com o Frederico, pois êle é que nasceu com a sina de ser prêso.

Os demais cinco filhos foram Ernesto Ferreira França, Cornelio Ferreira França, Antônio Ferreira França, Eduardo Ferreira França e Francisco Ferreira França, todos ilustres, e bem que se diga, e um ou outro, como é natural, mais notável. E' só compulsar-lhes as biografias quem os pretenda conhecer. Dos que se radicaram e ramificaram na Bahia é mais falado o Eduardo, nascido a 8 de junho de 1809 e falecido em março de 1857, por sua vez pai do respeitável professor Augusto Ferreira França, jurista e político. Continuou êste a seguida, através do filho, também jurista, político e professor de vasta fama, que foi José Alfredo de Campos França, por seu turno pai de um que me ouve neste momento, o Dr. Acácio França, igualmente professor, escritor, crítico de arte, com largos préstimos às relações culturais panamericanas, e dotado de outro maior predicado qual o de ser meu amigo desde a minha recuada infância...

Haveria razão no comemorar-se o centenário da morte do Dr. Antônio Ferreira França? Era ou não notável por

seus legítimos merecimentos, assim ligeiramente enunciados. para que se lhe fizesse a homenagem cem anos depois? Registre-se, entretanto, que não promovi a celebração e que intrusamente tratei as coisas ditas agora, apenas porque preci-

sava, no momento de amargores e de amarguras que atravessamos, se tivesse igualmente um instante de anedotas deliciosas, e documentadamente históricas, para mitigação de nossas bílis irreparáveis.

## DESCOBRIMENTO DO BRASIL (\*)

Desembargador VIEIRA FERREIRA

A casualidade, ou a intencionalidade, no descobrimento do Brasil atribuído a Pedro Álvares Cabral, é questão que tem ocupado e dividido historiadores brasileiros e portugueses, como o atestam inúmeros artigos de jornais e revistas, além do que se lê, num ou noutro sentido, em livros de história.

No Brasil o problema começou a ser estudado em 1859 e Dom Pedro II o distribuiu, numa sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao sócio correspondente Joaquim Norberto de Souza e Silva, que entendeu não ser devido ao acaso o descobrimento. Em sentido contrário manifestou-se Gonçalves Dias (1).

Os partidários da intencionalidade subdividem-se, atribuindo alguns dêles a intenção do descobrimento a Dom Manuel, enquanto outros supõem que Pedro Álvares Cabral se desviou da rota que devia seguir, com o fim de descobrir terras desconhecidas.

Para outros, o verdadeiro descobridor foi Duarte Pacheco Pereira.

Mas a interpretação de documentos históricos e indícios resultantes de fatos incontestados podem levar a uma opinião divergente: nem Cabral em 1500, nem Duarte em 1498, teriam descoberto o Brasil, cujas terras muito antes já eram conhecidas por Dom João II.

E' a opinião que me parece preferível. Com efeito, a existência possível de

ilhas ou terra firme no Atlântico austro-occidental não era coisa de pouca monta para príncipes que deviam temer, mesmo dêsse lado, a ambiciosa concorrência de outros.

Em 1474, quando Fernão Teles pediu doação da ilha das Sete Cidades ou Antilha, Afonso V mandou consultar o célebre Paulo del Pozzo Toscanelli sobre a possibilidade de se ir à Ásia navegando-se para oeste.

Foi afirmativa a resposta de Toscanelli e é muito provável que o mesmo rei ou seu filho depois dela tivesse mandado averiguar o que havia para as bandas em que seus súditos pediam terras no caminho de Catai e de Cipango. Mas isso era mais para o oeste do que para o austro.

Em 1486 Bartolomeu Dias dobrou o cabo que denominou das Tormentas e a que Dom João II com o seu sadio otimismo deu o nome, que conserva, de Boa Esperança.

Entre êsse descobrimento e o das Antilhas por Cristóvão Colombo medearam seis anos, durante os quais por algum motivo relevante deixou Dom João II de enviar à Índia uma esquadra como a que Dom Manuel, realizando a *boa esperança* do seu ilustre antecessor, confiou em 1497 a Vasco da Gama.

O adiamento supõe que o príncipe perfeito quis primeiro consolidar o domínio português no Atlântico.

(1) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vols. XV e XVIII.

(\*) Conferência realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 2 de junho de 1948.



Mas depois da viagem de Cristóvão Colombo vieram as bulas *Eximiae devotionis e Inter cetera* de 3 e 4 de maio de 1493, — na última das quais o papa Alexandre VI concedeu a Castela tôdas as ilhas e terras firmes que se achassem a oeste de uma linha norte-sul distante cem léguas dos arquipélagos dos Açôres e de Cabo Verde, que, entretanto, não estão na mesma longitude.

O único modo razoável de compreender tal delimitação é supor que até o paralelo de Cabo Verde, na ilha mais setentrional, as cem léguas deviam ser contadas dos Açôres e dêsse paralelo para o sul contadas de Cabo Verde: uma linha quebrada, portanto, formada por dois arcos de meridiano e um de paralelo.

Ora, as cem léguas medidas de Cabo Verde não atingiriam terras da América, vindo só até um meridiano que passaria 134 léguas a leste de Pernambuco, não chegando para as 234, ou treze graus, entre as ilhas de Cabo Verde e a costa oriental do Brasil, mesmo tomando-se 18 por grau.

Dom João II, alegando um direito que fundava em dádivas pontifícias anteriores, opôs-se às pretensões de Castela, disposto mesmo a recorrer à sorte das armas, se necessário fôsse; mas, procurando primeiro um meio pacífico, enviou por embaixador aos reis católicos Rui de Sande com uma proposta, ao mesmo tempo que os monarcas espanhóis mandavam a Portugal por Lope de Herrera um convite a Dom João para enviar embaixadores à Espanha, onde se trataria do caso.

O monarca português mandou como embaixadores Pêro Dias e Rui de Pina com a sua proposta, que era dividir-se o globo pelo paralelo das Canárias, ficando o norte para Castela e o sul para Portugal, que teria assim, além de todo o

hemisfério austral, uma faixa de 27 graus de latitude no outro.

Dom Fernando não concordou com essa proposta. Dirigiu-se então ao príncipe português ao papa, reclamando contra a bula *Inter Cetera*, como contrária ao que bulas anteriores haviam concedido a Portugal; mas Alexandre, informando-se das contradições alegadas, expediu a bula *Dudum siquidem*, de 26 de setembro de 1493, que não só mantinha como ampliava a *Inter cetera* em favor de Castela e revogava quaisquer outras em contrário.

Diante dêsse indeferimento Dom João renovou seus protestos junto aos reis católicos, alegando o direito resultante para Portugal, não só das concessões pontifícias, como também do tratado de Alcáçovas.

Nada conseguindo, armou uma poderosa esquadra que lhe assegurasse o domínio das terras de que ficaria despojado pela bula *Inter cetera*.

Os reis católicos mandaram então a Lisboa dois embaixadores, cujas negociações, que parecem propositadamente dilatórias, a nenhum resultado chegaram.

Não desanimando no seu empenho de conseguir um acôrdo satisfatório, Dom João mandou nova embaixada à Espanha, para se dirimir por um tratado essa questão de limites entre as duas coroas. Dessa vez com melhor êxito.

Pelo tratado de Tordesilhas, assinado a 7 de junho de 1494, tomou-se para divisão do globo entre as duas potências um meridiano distante das ilhas de Cabo Verde 370 léguas para o poente.

Note-se, não foi um número redondo de centenas, como se deveria esperar da incerteza quanto à existência de terras para essas bandas. Nem mesmo três centenas e meia, mas três centenas e sete dezenas: 370.

Esse número por si parece contrariar a opinião de Capistrano de Abreu, segundo o qual “ninguém sabia o que dava ou recebia, e se ganharia ou perderia com êle no ajuste final de contas”.

Por que 300 mais 70, por que 350 mais 20, por que 400 menos 30?

A resposta é dada pelo que Dom João conseguiu com o tratado, que foi apañhar tôda a costa do Brasil, do Rio Grande do Sul ao Pará, com um meridiano que passa nas imediações de Belém e Laguna.

Esta finalidade na estipulação do número de léguas é assinalada pelo sábio jesuíta João de Mariana em sua *História da Espanha*, quando, sem notar a singularidade da parcela 70, escreve que foi “esto para efecto que el Brasil de nuevo descubierto se comprendiese dentro de la conquista de Portugal”.

Como se pode ver no mapa-múndi inserto pelo visconde de Pôrto Seguro nas páginas de sua *História Geral do Brasil*, 2.<sup>a</sup> edição, o meridiano estipulado em Tordesilhas deixou a leste para Portugal as terras em que nascia o pau-brasil (*Caesalpinia echinata*), a nossa ibirapitanga.

Veja-se também êsse meridiano assinalado nas cartas que ilustram *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial* do insigne presidente perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro José Carlos de Macedo Soares, em boletim dêsse Instituto.

O acêrto no resultado prova que o número 370 não foi ajustado às cegas, mas que os portugueses possuíam muito aproximadamente a longitude, em léguas, do meridiano que alcança a parte mais ocidental da costa brasileira para o sul, tendo-a tomado nos mares do Rio Grande e Santa Catarina.

Disse com razão Bensaude:

“Les données qu’on possède à cet égard, l’orientation prévoyante de D. João II, la minutie des détails de ses plans, et les résultats auxquels on est arrivé, laissent entrevoir une connaissance certaine des pays que Colomb venait de découvrir en occident.”

Essa determinação do meridiano aquém do qual ficavam as florestas costeiras em que havia pau-brasil atesta a admirável competência técnica dos pilotos portugueses.

Sem o cronômetro é muito difícil o cálculo das longitudes e tinham êles de recorrer a outros processos, o mais perfeito dos quais consiste em medir-se na abertura de um ângulo geocêntrico as distâncias lunares do sol ou de uma estrela, método que ainda pode ser útil, segundo Kerlero de Crano, quando algum acidente prive o navio de seu cronômetro.

(Acrescente-se hoje: E também de seus aparelhos radiofônicos e telegráficos).

Diz êsse oficial de marinha que o processo, para o cálculo pelas distâncias lunares, é muito delicado, podendo resultar grandes erros de uma observação imperfeita, mas que se consegue com a prática uma aproximação de sete ou oito milhas, ou pouco mais de duas léguas (2).

Essa precisão foi conseguida pelo oficial da marinha portuguesa que calculou a longitude dessa parte da costa brasileira onde acabam as matas e as montanhas.

Por que se dispunha Dom João a mover a esquadra em defesa de um direito que não estava claro nos termos da bula *Cuncta mundi* de Nicolau V, nem nos da *Inter cetera* de Calisto III, nem nos

da *Aeterni regis* de Xisto V, que aprovou o tratado de Alcáçovas?

Em todos êsses diplomas só se cogita da África e ilhas nos mares adjacentes, descobertas e por descobrir, até a Índia, sem referência alguma a terras do ocidente.

Por que propusera Dom João como limite para os domínios das duas coroas o paralelo das Canárias, senão porque sabia que dêsse modo salvava para Portugal a costa sul-americana sôbre o Atlântico?

Ele, que não transigia tratando-se de um meridiano a cem léguas das ilhas de Cabo Verde, por que só se contentou com 370? Não eram as cem léguas mais do que suficientes para o caminho da Índia, que se buscava em redor da África?

Por que, pois, se dispunha até a impedir militarmente a execução da lula de Alexandre VI, afrontando mesmo a pena de excomunhão cominada no parágrafo 8.º contra quem a infringisse, de qualquer dignidade que fôsse, “mesmo real ou imperial”?

O motivo deve estar no conhecimento que tinha da costa brasileira até a latitude em que ela se achata para o sul, cessando ali a serra do Mar, cujo relêvo se avista do Atlântico.

Um matemático português determinou com perícia as coordenadas geográficas dêsse ponto austro-occidental tão importante em múltiplos aspectos.

Pelo tratado de Tordesilhas, na demarcação, o ponto terminal das 370 léguas poderia ser procurado “por singraduras de léguas” ou “por graus de sul e de norte”.

Êste foi o processo proposto por Jaime Ferrer aos reis católicos em 1495 numa carta escrita sôbre o modo prático de se fazer a demarcação, preferível ao

da contagem de singraduras pelos nós da barquilha, e consistia na solução de um problema geométrico ensinado na teoria das figuras semelhantes.

As 370 léguas a oeste de Cabo Verde seriam o primeiro cáteto de um triângulo retângulo e o segundo tomar-se-ia em graus do meridiano atingido por elas. Navegando-se pela hipotenusa no rumo da extremidade do segundo cáteto, devia alcançar-se o meridiano quando se chegasse à latitude escolhida para termo dêsse lado.

Na prática a operação levaria a resultados errôneos, porque a ação de causas materiais, ondas, ventos ou correntes, arredaria o navio da hipotenusa, fôsse para boreste ou para bombordo, antecipando ou retardando a chegada à latitude prefixa.

Parece-me que preferível ao processo lembrado por Ferrer seria procurar, na costa mais oriental de qualquer terra encontrada a longitude, por meio das distâncias lunares, e completar, indo pelo paralelo, o que faltasse para 370 léguas.

Como na ocasião do tratado Colombo fazia a sua segunda viagem, uma cláusula desse ato ressaltou para Castela, até o dia 20 de junho então occorrente, qualquer terra firme ou ilha que seus marinheiros descobrissem além de 250 léguas de Cabo Verde, — ainda que aquém das 370.

Para que Portugal corresse algum risco em descobrimentos nesse intervalo de 120 léguas, era necessário que Colombo, empenhado em ir à Ásia pelo occidente, deixasse as ilhas dêsse lado e voltasse a sua navegação para sueste, o que não era provável. Só na terceira viagem é que êle foi pelo norte da América do Sul, porque, como afirmou, queria “ver cual era la intencion del rey Don Juan de Portugal que decia que al aus-



tro habia tierra firme". Mas então já havia passado o dia 20 de junho de 1494 sem os descobrimentos de que a cláusula tratava e só pertenceria a Castela o que se achasse além das 370 léguas.

Não foram portanto, descobertas por Duarte Pacheco em 1498 as terras do Brasil, que Dom João II, em 1492, já sabia existirem no hemisfério antártico, no austro.

Atribui-lhe êsse descobrimento o pro-  
vecto professor Luciano Pereira da Sil-  
va, da Universidade de Coimbra, argu-  
mentando com trechos do Esmeraldo, de  
*situ orbis*, que transcreve biografando  
Duarte Pacheco, às págs. 241 e seguin-  
tes da *História da Colonização Portu-  
guêsa do Brasil* (3).

Diz êle, referindo-se à viagem de  
Duarte Pacheco: "Dirigir-se para a  
América Central seria violação demasia-  
do manifesta do tratado. Não devia ul-  
trapassar o meridiano divisório e, não  
tendo sido para o norte, foram as costas  
do Brasil o objeto de sua viagem".

Mas em primeiro lugar não havia no  
mar e em terra marcos que assinalassem  
os pontos por onde passava o meridiano.

Em segundo, o tratado de Tordesilhas  
não vedava aos navios de uma parte na-  
vegarem nos mares da outra, desde que  
não fôsem destinados "a descobrir e  
achar terra nem ilhas algumas, nem a  
contratar, nem resgatar nem conquistar",  
e até previa essa navegação, mandando  
que as terras nela descobertas fôsem  
respeitadas por quem as achasse além da  
sua raia.

Afigura-se-me, pelo contrário, que a  
viagem de Duarte Pacheco foi um reco-  
nhecimento da costa além do meridiano  
divisório, procurando descobrir-lhe a  
configuração, indo pelo norte e pelo oci-

dente dela, se o mar aberto dêses lados  
permitisse o rodeio.

O resultado foi negativo, convencen-  
do o expedicionário de que a terra firme  
vinha de polo a polo. Não é crível que  
tenha chegado para o norte à latitude de  
70 graus, que só seria medida no mar de  
Baffin ou a leste da Groenlândia, perto  
do círculo polar ártico.

Por onde foi, só encontrou terra fir-  
me e grandes ilhas, a que se refere no  
Esmeraldo. Navegou, portanto, pelo  
mar das Antilhas.

Penso que o ilustre professor tem ra-  
zão quando nega haver Duarte Pacheco  
navegado pelas costas orientais dos Es-  
tados Unidos, mas isso não obsta a que  
êle procurasse ao norte da linha equino-  
cial terras que pudessem pertencer a  
Portugal, por estarem aquém do meri-  
diano.

Era possível até haver na mesma costa  
concavidades para Castela e convexida-  
des para Portugal.

Quanto aos 28 graus e meio de lati-  
tude sul, ou aos 28 graus que limitavam  
a região do "muito e fino pau-brasil",  
não nos diz Duarte Pacheco, no Esme-  
raldo, que os houvesse êle mesmo medi-  
do, nem os 70 de latitude norte, nem os  
que pôs num quadro de latitudes.

Tinha para isso outras fontes.

Omite o professor Pereira da Silva,  
transcrevendo o trecho do Esmeraldo,  
transcrito à pág. 241 da *História de Co-  
lonização Portuguesa do Brasil*, uma ne-  
gativa que lhe altera inteiramente o sen-  
tido. A transcrição de Carlos Malheiro  
Dias, à pág. 28 da sua monumental  
Introdução, é que está certa.

Diz Duarte Pacheco: "Temos sabido  
que das praias e costas do mar dêstes  
Reinos..., atravessando além todo o  
Oceano diretamente ao ocidente, por 36  
graus de longura, que serão 648 léguas  
de caminho, é achada esta terra não

(3) Edição monumental comemorativa do  
Primeiro Centenário da Independência do  
Brasil, Pôrto, MCMXXII.

(nom) navegada pelos navios de vossa alteza e por vosso mandado e licença os de vossos vassallos e naturais.”

Essas 648 léguas são contadas no Esmeraldo do cabo Finisterra e chegam mais ou menos ao meridiano que passa a 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde, linha além da qual começava a *terra não navegada* por navios portugueses.

“E indo por esta costa sobredita, do mesmo círculo equinocial em diante por 28 graus de ladeza contra o polo antártico, é achado nela muito e fino pau-brasil com muitas outras coisas de que os navios nestes Reinos vem grandemente carregados.”

Não diz nessa informação, para a qual não lhe faltavam as fontes, que fôra êle quem tomou a latitude.

Não foi para o sul que navegou mas para oeste, como êle mesmo no-lo diz no trecho transcrito pelo ilustre professor: “donde nos vossa alteza mandou descobrir a *parte occidental*, passando a grandeza do Oceano.”

As latitudes de 28 graus e 28 e meio foram tomadas por outro, como a de 70 no hemisfério setentrional: o Esmeraldo não é um relatório.

Os 28 graus e meio de latitude foram medidos antes do tratado de Tordesilhas, provavelmente pela mesma pessoa que calculou a longitude para o meridiano aceito, numa posição próxima de Aranguá ou Tórres ao sul de Laguna.

Foi possuindo as coordenadas dêsse ponto, o mais occidental de uma costa até lá convexa, com serras visíveis do mar. que Dom João II pôde salvar para sua coroa, no acôrdo de Tordesilhas, a terra do pau-brasil e, defronte da costa africana, outra em que se virasse de bordo navegando para o cabo da Boa Esperança, ou dêle em torna-viagem.

Mas, se os portugueses, como acredito, foram os primeiros descobridores de terras na América, não se sabe, entretanto, quem foi o navegante que as viu primeiro, nem a data do descobrimento.

Não se sabe também quando começou o corte do pau-brasil, nem como e por quem foi achado.

As consideráveis distâncias marítimas tornam pouco provável que o Brasil tenha sido avistado por navegantes que viajassem por conta própria, partindo da Madeira ou dos Açôres, como Fernão Domingues do Arco e Fernão d’Ulmo, que, em 1474 e 1476, obtiveram doação prévia das ilhas que descobriram.

E’ mais provável que o descobrimento se tenha verificado em alguma navegação com ponto de partida ou de escala no arquipélago de Cabo Verde, descoberto em 1456 por Alvise de Cada Mosto a serviço de Portugal.

Entre êsse arquipélago e o nordeste brasileiro, a distância é a de Portugal aos Açôres e pouco mais da metade, como pude comparar medindo-a em diversos globos.

Quase na mesma linha, no rumo de sudoeste, estende-se a costa noroeste da África e a nordeste sul-americana, e o mesmo rumo seguem, paralelamente à costa africana, as ilhas de Madeira, Canárias e Cabo Verde.

Ventos alísios, ventos gerais, correntes oceânicas, tudo podia aproveitar-se em navegações de Cabo Verde para sudoeste, ao encontro das quais como que se estendia, convexa, a costa brasileira, enquanto a africana recuava no gôlfo de Guiné a correspondente concavidade.

Para nessas navegações descobrirem o Brasil tiveram os portugueses, entre o descobrimento das ilhas de Cabo Ver-

de em 1456 e o tratado de Tordesilhas em 1494, 38 anos.

Seria inexplicável se não tivessem vindo a estas plagas em tão longo tempo.

Quanto à época em que começou no Brasil o corte da árvore que lhe deu o nome, não há documento que a determine.

Parece-me, porém, aproveitável, para se conjecturar pelo menos a anterioridade a certas datas, o que leio na preciosa monografia de Bernardino José de Sousa, *O pau-brasil na história nacional*, escrita para o Terceiro Congresso de História Nacional e publicada em boletim do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (4).

São dois trechos, dos quais o segundo é de uma importância transcendente.

Eis o primeiro: "Afirma Gaspar Correia que a própria nau que levou a Dom Manuel a notícia do descobrimento da ilha de Vera Cruz, do comando de Gaspar de Lemos, carregou para Lisboa alguns toros de pau-brasil..."

Brasil e pau-brasil teriam sido descobertos ao mesmo tempo por Pedro Álvares Cabral. Tripulantes botânicos foram vendo e classificando logo a *Caesalpinia echinata*.

E' mais provável que antes de 1500 já soubessem que o pau-brasil ia destas bandas e por isso o procurassem nas matas de Pôrto Seguro.

Noutra página escreve Bernardino de Souza: "E quanto a Portugal é prova inconcussa a carta del-rei Dom Afonso V, datada de Alenquer em 19 de outubro de 1470, pela qual prohibia a todos os lugares e a tôdas as pessoas particulares que tivessem privilégio para comerciar nas terras de Guiné, que o fizessem dos

seguintes gêneros: gatos de algalia, malagueta, unicórnio e qualquer especiaria, e bem assim pedras preciosas, tintas de brasil ou laca, pois êsses gêneros reservava para si (*Alguns documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo* publicados ao celebrar-se a Comemoração do Quadricentenário do Descobrimento da América)".

Veja-se bem, Dom Afonso V reservava para si, no comércio de Guiné, tintas de brasil.

Ora, todos os mais gêneros de que trata o diploma são de produção africana buscada em Guiné, quando o brasil só devia provir nessa época da Índia ou da Indonésia pelo mar Vermelho, sendo levado a Alexandria, onde era embarcado para a Europa.

Por que, pois, se acha incluído nos gêneros de Guiné, com a malagueta, o unicórnio e o gato de algalia, que ali eram procurados?

Deve ser porque daqui já era levado secretamente em navios do Estado, para não despertar a cobiça e a concorrência estrangeira.

Na indeterminação do nome Guiné estava encoberto naquele tempo (1470) um Brasil já descoberto.

Daqui, para se conservar o segredo, só deveria levar-se pau-brasil. Índios, araras, bichos diferentes dos conhecidos na Europa, armas e artefatos dos silvícolas, de modo nenhum, porque seriam imprudentes indícios de procedência não africana.

Para o simples corte e embarque da madeira não eram necessários quaisquer estabelecimentos na costa brasileira, e vindo-se aqui sem outra intenção, fácil era manter relações pacíficas com o indígena sem interesse algum em impedir o corte de algumas árvores.

E' possível, provável mesmo, que as tintas de brasil fôsem fabricadas em

(4) *Anais*, tomo X, págs. 51 e 66.



Cabo Verde, para se economizar no transporte e evitar as suspeitas que o volume da madeira poderia despertar no desembarque em Lisboa.

Assim, a reserva de tintas de brasil na carta de lei de Dom Afonso V só se explica admitindo que em 1470 já se tirava pau-brasil nas florestas de nossa costa marítima.

Quatorze anos antes (1456) fôra descoberto o arquipélago de Cabo Verde, aquém do qual, sempre no mesmo rumo sudoeste, os portugueses terão vindo ver o que havia, se não é que encontraram a América numa navegação angular, ao largo, para chegarem mais ao sul de outros pontos da África.

Portanto, para negar navios a Colombo e acertar no tratado de Tordesilhas com tanta precisão nos resultados, já tinha Dom João II, a contar do descobrimento das ilhas de Cabo Verde, uma experiência nacional de 38 anos tempo suficiente para se chegar a paragens mais remotas, proporcionando-se a muito maiores distâncias a ousadia dos navios lusitanos.

Sou, pelo exposto, levado a considerar intencional a passagem da segunda expedição pelo Brasil, no caminho da Índia, e é pelo prisma da intencionalidade que vejo tudo nessa viagem.

Por que vieram logo encontrar o monte Pascoal e não outro ponto da costa? Não creio que fôsse por acaso, mas porque êsse monte, que se destaca saliente no relêvo orográfico, depois de uma costa rasa, era um ótimo têrmo de referência para a navegação nos mares da Bahia e do Espírito Santo.

Como importante acidente do nosso litoral, foi recomendado a Cabral que viesse ter a êsse ponto, cuja latitude não podia ser omitida por exploradores tão solertes, como os navegantes portu-

guêses que freqüentaram estas paragens no século quinze.

Assim, também o navio de mantimentos, sob o comando de Gaspar de Lemos, deve ter vindo para voltar daqui, não só com o relatório da primeira parte da viagem, mas com o carregamento — de pau-brasil, em lugar dos gêneros transferidos para os outros navios da frota.

Quanto às surpresas do descobrimento na ingênua carta de Pêro Vaz de Caminha, provam só que êle, como quase todos da expedição, não estava iniciado no mistério do pau-brasil.

Era necessário aparentar o descobrimento casual de uma ilha no caminho da Índia, oportuna como ponto de arribada.

Mas Pedro Álvares Cabral e algum, ou alguns, dos capitães de sua armada sabiam bem a que terra tinham chegado.

Se na viagem de Vasco da Gama, indo para a Índia, se teve à direita no Atlântico, não certeza, mas suspeita de terra, no dizer de Camões, é que um considerável segredo de Estado ocultava a existência dela por causa do pau-brasil, mesmo depois do tratado de Tordesilhas, *res inter alios* para a França, a Holanda e a Inglaterra.

Podiam tornar-se incômodas a quem precisava de frotas no Oriente.

Assim as viagens de Cabral e de Colombo são epílogos dramáticos de feitos náuticos anteriores praticados no espaço e no tempo, com intrepidez e perseverança, pelos *barões assinalados*.

Só o caráter oficial da publicidade que tiveram os últimos fatos, descobrindo-se ainda mais o que já tinha sido achado, fizeram de Pedro Álvares Cabral o descobridor do Brasil e de Cristóvão Colombo o descobridor da América.

Não fêz o almirante da segunda armada enviada à Índia senão dar cunho ofi-

cial a um descobrimento de que se guardava segredo.

Quanto ao célebre genovês, sua proeza náutica, tirando o lado emocionante com que é narrada, só avulta pelos efeitos históricos.

Antes de sua travessia, a serviço de Castela, muitos Colombos lusitanos já tinham com suas quilhas sulcado o Atlântico, rumando navegações em todos os sentidos; porque o pequeno Portugal, sacada ibérica da Europa sobre o Oceano, era naqueles séculos gloriosos como que um pombal de caravelas.

Do canto da Glória, onde fôra erguido em 1900, sendo presidente da república o Dr. Manuel Ferraz de Campos Sales, removeu-se o monumento comemorativo do quarto centenário do descobrimento do Brasil, representando Pedro Álvares Cabral e seus companheiros.

Onde quer que o ponham, por exigências do trânsito ou do embelezamento urbano, mude também de significação, para simbolizar somente a posse da terra americana deixada a Portugal pelo tratado de Tordesilhas, como as telas artísticas da segunda missa rezada no Brasil exprimem o primeiro contato espiritual de duas raças que iam mes-

clar-se na população de um grande império.

Mas, se os portuguezes começaram o descobrimento da América, esta só foi definitivamente descoberta, como outra parte do mundo, em 1513, quando um interessante aventureiro, Vasco Nunes de Balboa, fidalgo espanhol endividado, avistou, não de um cêsto de gávea, terra no horizonte, mas do alto da montanha que lhe indicaram os índios, do outro lado da serra, a imensidade azul do Oceano Pacífico.

Como outro continente, o descobrimento da América só se completou em 1728, quando Vito Bhering, almirante dinamarquês a serviço do czar Pedro o Grande, descobriu entre a Sibéria e o Alasca o estreito a que deu nome.

Infelizmente, essa frígida ruptura geográfica tem analogias no mundo moral, privado, pela ação calamitosa de ódios glaciais, de um clima aquecido pelo motor dantesco pôsto no último terceto da Divina Comédia, como um d'namo sublime: o Amor.

*Ma già volgeva il mio disir e il velle,  
Si come ruota ch'igualmente é mossa,  
L'Amor che muove il sole e l'altre stelle.*

Era o próprio Deus.

## DESCOBRIMENTO DO BRASIL (\*)

Almirante GAGO COUTINHO

Já há bem um quarto de século que venho estudando o *Descobrimento do Brasil*. Por isso peço licença para apresentar aqui, *em resumo*, as conclusões a que cheguei.

— Na falta de documentos diretos, como seriam *Diários* de bordo e Relatórios dos capitães, os Cronistas e Historiadores, apoiando-se em análises literárias — como as da *carta de Caminha*, que se confessa estranho à “marinhagem e singraduras” — têm estabelecido confusão com suas *conjeturas* pouco verossímeis. Inventam calmarias, tempestades, correntes, rumos de veleiros contra os ventos dominantes. Barros até se viu obrigado a conceder só dez graus de latitude à primeira terra avistada por Cabral, bem mais de um cento de léguas a norte do Monte Pascoal.

Enfim do fato de Dom Manuel ter dito que o descobrimento “parecera milagre, insistiram pela sua “casualidade”.

— As correntes e os ventos, hoje bem conhecidos, não explicam tal acidente, contra vontade dos pilotos. A rota *normal* a caminho do *Cabo*, que êles permitem, vai passar pela *Trindade*, cento e meio de léguas ao mar de *Pôrto-Seguro*.

— A opinião de navegadores — como o comandante Oliveira Belo, e outros — é diferente. Desde que, “passado o cabo Santo Agostinho”, a costa se “inclina” para sudoeste, ao passo que o vento *geral de Sueste* começa *alargando* para leste, é certo que os navios já

vão podendo ganhar sul, sem mais *risco* de ir avistar o costa a Ocidente. O fato de Cabral lhe ter passado, tanto ao largo que não houve sequer “sinais” da costa do Brasil que vai mais a nascente e ao vento — Pernambuco — êste fato exclui, a olhos náuticos, a explicação de um acidente ou *acaso* tanto a sul, como fica o *Monte-Pascoal*.

— Estudando esta questão, o professor americano S. Morison, examinou as viagens de centenas de navios, e só encontrou um que foi levado à costa brasileira, mas aos *Abrolhos*, que ficam mais ao mar que *Pôrto-Seguro*.

O fato concreto de Cabral não ter imitado a rota anterior de Vasco da Gama, indo às ilhas de cabo Verde *tomar barlavento* a sueste, tendo-se contentado com rumar de lá “pelo sul”, de acôrdo com as conhecidas *Instruções*, constitui forte indicação de que já então era conhecida até qual a rota própria para, no inverno, se evitar o ser *ensacado* na costa para Norte do *cabo Santo Agostinho*. De modo que aquêlê critério, ainda adotado pelos veleiros modernos, tinha sido *descoberto* antes de 1497, ano em que já Vasco da Gama soube traçar sua rota a *evitar* a terra firme prevista no Tratado de 1494 e, depois, buscada e achada por Colombo em 1498.

Em resumo, para explicar o *Descobrimento do Brasil* não é necessário ar-

---

(\*) Palavras proferidas no sermão de 2 de junho de 1948.



iastá-lo para 1500, attribuindo-o teòricamente a um raro *acaso* de *tempo contrário*, que nunca tève navio algum conhecido.

Nàuticamente, eu concludo que só é lícito considerar como mais provável o fato natural de os experientes marean-

tes portuguezes terem avistado terra brasileira antes de 1497, senão antes de 1494. E' sabido que, ao Norte, a margem occidental do Atlântico só foi atingida por Caboto em 1497. O Brasil tem pois, a primazia.

## PIMENTA BUENO, GRANDE PUBLICISTA E CONSTITUCIONALISTA DO IMPÉRIO

HAROLDO VALLADÃO

Empossando-me no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, realizo com ufania — porque não o confessar claro e sem a mínima demora — o belo sonho de um grande e antigo admirador desta Casa gloriosa e de um contínuo e devotado estudioso do direito pátrio.

Tem raízes profundas esta minha admiração.

Vem da infância, despontou e cresceu no lar paterno, para se consolidar através dos tempos nos trabalhos aqui feitos de pesquisa e de consulta, e no trato dos varões e das obras d'este egrégio sodalício.

São raízes afetivas e culturais indestrutíveis.

Criança, ainda, ouvia falar em casa com amor e respeito do Instituto Histórico e de suas tradições, da figura de Dom Pedro II, seu sábio e imortal protetor e colaborador, e de seus eminentes sócios, grandes vultos da nacionalidade, e de sua biblioteca, e de sua revista, e da galeria dos quadros, e dos trabalhos e dos discursos e congressos aqui realizados...

Muito moço, então, recordo-me, já se vão mais de trinta e cinco anos, da linda solenidade, na antiga sede, da posse do vosso colega, hoje sócio benemérito, do Ministro Alfredo Valladão, meu estre-moso pai e mestre, recebido pelo insigne orador, o Barão de Ramiz Galvão, na Presidência o saudosíssimo Conde de

Afonso Celso, secretariando o inesquecível Max Fleiuss...

E logo a seguir, tantas e quantas vezes aqui retornei pela mão de meu pai, era acompanhando-o em seus estudos e investigações, ora para assistir a sessões e conferências. Ainda tenho viva na memória aquela grandiosa reunião, repletos êste salão e a varanda e a antesala e a galeria, comemorativa do centenário da Revolução de 1817, em que ocupou a tribuna, proferindo importante oração, o sócio efetivo, o notável parlamentar, Alexandre Barbosa Lima.

Filho de um homem, por tradição, por vocação e por continuidade modelar de vida, dedicado às coisas da inteligência, aluno de ginásio eu já era frequentador desta Casa, já conhecia salas, galerias, quadros, que meu pai timbrava em mostrar-me e explicar-me, já tinha a honra excelsa, de que não raro me vangloriei nos bancos acadêmicos, de conhecer, pessoalmente, aqueles e outros tão ilustres vultos da nacionalidade que aqui trabalhavam em prol da cultura pátria, como Pedro Lessa, Rodrigo Otávio, Viveiros de Castro, Aurelino Leal, para só falar de alguns já falecidos.

E foi assim que, desde jovem, aprendi no exemplo paterno a querer e a acatar o Instituto Histórico, a olhá-lo como um templo da cultura pátria.

Mais tarde, dirigindo minha atividade intelectual para os estudos de direito, não me afastei dos vossos horizontes. Antes, dêles muito me acerquei.

---

(\*) Discurso de posse, de sócio honorário, em sessão de 25 de junho de 1948.

No meu primeiro trabalho jurídico, “O Direito Romano nos Cursos Jurídicos”, publicado no “Jornal do Comércio”, em dois artigos, pouco tempo após a formatura, em 1923 e 1924, e, ainda, posteriormente, no Congresso de Ensino Superior, de 1927, comemorativo do Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos, propugnei, com o maior empenho, pela supressão da cadeira de Direito Romano autônoma, devendo ser substituída pela de História do Direito, especialmente do Direito Nacional.

Afirmara mesmo que era um verdadeiro “salto mortal” o que ocorria, e, infelizmente, até hoje se verifica: pular do estudo do *Corpus Juris* para o do Código Civil Brasileiro, acrescentando que o estudante de modo errôneo fica a supor que a tradição do direito pátrio é única e exclusivamente o direito romano.

E exemplificara, para mostrar o desacerto da falta de estudo da história do nosso direito com a famosa questão da posse dos direitos pessoais, posse negada pelos civilistas, apoiados no direito romano, quando o direito canônico, o direito reinícola e o direito imperial a estabeleciam claramente.

Esta preocupação de pesquisar as fontes históricas, em particular as origens pátrias, no estudo das instituições de direito e de seus problemas, tornou-se contínua na minha vida de jesuítas militante há mais de um quarto de século.

Deixei-a marcada em trabalhos de advogado, de professor de direito de orador e de Presidente do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, de conferencista, de escritor.

Naquele Instituto, o culto da história era, aliás, um imperativo do cargo de orador que ali exerci de 1941 a 1944. Não podia dele fugir nas sessões, solenes de aniversário ao fazer o elogio dos

sócios falecidos. Da mesma forma na sessão magna, de 7 de setembro de 1943, comemorativa do seu centenário, onde tive a excelsa honra de ser o intérprete de um dos grandes centros de cultura do Brasil, qual — o que tanto me sensibilizava — já fôra um lustro antes, de outro, rimão mais velho, d'êste Instituto Hisótrico, na data em que completara um século, na grandiosa sessão de 21 de outubro de 1938, o vosso orador daquele tempo, o Ministro Alfredo Valadao.

E não poderia eu jamais, como jurista, prescindir de auxílio, que sempre considerei indispensável, dos conhecimentos históricos e geográficos.

Aplicando o odireito existente ou elaborando o direito novo, o intérprete ou o legislador, consciente do bom exercício de seus altos deveres de realizadores da justiça, pracsiam, a cada momento, aprofundar sua visão, volver ao passado, observando o que fzieram as gerações pretéritas, e ampliar a perspectiva, alargar horizontes, conmetplando o que fazem os outros povos.

Nas questões jurídicas que lhes são submetidas, o advogado, o jurisconsulto, o juiz, o administrador têm comumente — e sobretudo agora no longo período de instabilidade legislativa em que vivem o Brasil e o mundo — necessidade, por ordem do próprio legislador, de regular a sepécie por uma orma jurídica precedente e, não ato, ainda mais remota.

Doutras feitas a norma antiga ou moderna remete para leis promulgadas nouros lugares, por legisladores alheios, de diferentes Nações, Estados, Províncias, Municípios e até Religiões.

Eis aí como o jurista é obrigado, por lei, a estudar para resolução de casos concretos, o direito doutras épocas ou doutras terras e diversas gentes.



É mesmo no interpretar o direito em vigor num determinado território precisará êle, para descobrir a razão de ser do preceito e alcançar sua finalidade, sempre de remontar ao pretérito, que o direito atual foi produzido em tempo anterior, e várias vezes de olhar para as regras doutros países, que inspiraram aquêlê direito.

Sòmente assim o jurista terá uma percepção completa da norma a aplicar. E' o caminho único para não se perder em aspectos unilaterais, e, pois, errôneos.

Não posso aqui deixar de me referir, para combatê-las, à identidade que se procura estabelecer entre o histórico da lei e a pesquisa da vontade do legislador, e à condenação que se faz dêste último critério exegetico.

Distinguem-se porque a pesquisa do histórico da lei é mais ampla, vai investigar tôdas as origens da norma ou da instituição, recua no tempo à época de sua produção a ver os motivos por que foi criada. O segundo, o descobriamento da vontade do legislador, também de caráter histórico, é mais restrito, limita-se ao estudo dos debates parlamentares contemporâneos à elaboração do preceito. Ambos constituem elemento relevante para a interpretação da lei.

E, assim, não nos parece procedente uma orientação, acentuada nos últimos tempos de pré-guerra, de se negar qualquer valor ao elemento histórico na interpretação.

Tem êsse modo de ver explicação no regime das Cartas Constitucionais e dos decretos-leis, em que o pensamento do autor do texto ou permanece oculto...

Pode ser, aí, uma liberação para o aplicador da norma, e, quem sabe, na pesquisa do pensamento da lei em lugar do pensamento do legislador, uma saída

para considerár vontade da lei o próprio querer do intérprete...

E' o mais perfeito caminho para confundir o raciocínio de *lege lata* com o de *lege ferenda*, para substituir o arbítrio admitido, do criador da norma, pelo contestado, do seu intérprete...

De ressaltar, ainda, a comodidade de dissertar sôbre uma vaga vontade da lei e a dificuldade, mesmo o trabalho árduo, de pesquisar a vontade real do legislador.

O estudo histórico do texto e a procura da vontade do autor da regra jurídica são os elementos inseparáveis da boa e, sobretudo, da democrática exegese, ou seja do respeito à vontade do povo através do voto de seus legítimos representantes.

Finalmente, no campo de produção constitucional do direito, na pura tarefa legislativa, ou modificando o direito vigente ou criando direito novo, será impossível fazer obra justa e duradoura sem um prévio exame do atual e do antigo direito.

Os conhecimentos históricos e geográficos desenrolam a esteira da vida de um princípio ou instituto jurídico, desvendando, minudentemente, as causas de sua aparição, de seu desenvolvimento, e até de sua extinção, e a influência apresentada sôbre a sociedade e o direito em geral.

Daí partirá o legislador para mantê-lo ou suprimi-lo segundo perdurem ou não, face aos postulados científicos, as razões que o haviam justificado outrora. Aí terá o elaborador da lei dados positivos para verificar os efeitos da introdução de novas normas na ordem jurídico-social e observar de como esta reagiu, reage ou poderá reagir a respeito.

Os estudos dêste Instituto Histórico e Geográfico constituem, pois, campo experimental, de primeira ordem, da ciência jurídica.

Demonstra-se, assim, que não foi por mera coincidência que entre os fundadores do Instituto se contavam duas figuras ilustres de juristas e parlamentares, Araújo Viana, mais tarde Marquês de Sapucaí, e seu presidente, e Aureliano Coutinho, mais tarde Visconde de Sepetiba; que o ministro do Império que, em nome de Dom Pedro II, prazerosamente aprovou os Estatutos dêste sodalício, foi essa figura gigantesca de jurista e parlamentar, que se chamou Bernardo de Vasconcelos e seria seu futuro sócio; que, formado em direito, e autor do projeto apresentado em 1823 à Assembléia constituinte, criando uma Universidade entre nós, e ministro do Império, que referendou a lei de 11 de agosto de 1827, criando os cursos jurídicos de São Paulo e Olinda, foi o ilustre Fernandes Pinheiro, mais tarde Visconde de São Leopoldo, e primeiro presidente eleito do Instituto.

Extraordinário é o número de juristas que, com colaboração efetiva, têm passado pelo quadro de seus sócios.

E ainda neste momento o orador oficial por quem vou ter a honra de ser recebido, ao mesmo tempo que historiador consumado e primoroso mestre da palavra, é jurista ilustre e diretor e professor da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, bem como professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica, e autor de direito constitucional.

Entusiasta, assim, Senhor Presidente e Senhores Sócios, dos estudos a que vos consagrais, foi em verdade, qual já disse e ora repito, com ufania que recebi a notícia de vossa enobrecedora escolha.

E pareceu-me que o meu agradecimento à vossa bondade pela minha eleição seria mais efetivo se às palavras juntas-se um pequeno trabalho, se prestasse o

compromisso regimental compartilhando logo em vossas lides.

E passo, assim, a tratar da figura de um dos vossos colegas, que já se foi há setenta anos, de um dos maiores juristas brasileiros de todos os tempos, tanto mais caro a esta Casa quanto foi o jurisconsulto predileto de Dom Pedro II, do Doutor José Antônio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, que estudei principalmente como o grande publicista e constitucionalista do Império.

E assunto a que sou conduzido, outrossim, por uma interessante consideração histórica, qual a de que há cem anos, a 29 de janeiro de 1848, era êsse eminente compatriota escolhido para a pasta dos Estrangeiros e interina da Justiça no Gabinete Alves Branco, formado a 22 de maio de 1847, e, a seguir, para a pasta efetiva da Justiça no Gabinete Almeida Torres, formado a 8 de março de 1848.

Ministro de Estado, assim, no início de uma nova e importante fase da nossa história política, isto é, da consolidação do parlamentarismo. Foi Alves Branco o primeiro presidente do Conselho que se contou entre nós, cargo êsse criado pelo Decreto de 20 de julho de 1847, como se diz no preâmbulo, “pela conveniência de se dar ao ministério uma organização mais adaptada às condições do sistema representativo”. Consagrava-se, de direito, um regime que embora não estando no texto da Constituição de 1824, se vinha impondo, qual bem salientou o Ministro Alfredo Valadão, em 1925, no seu trabalho “Abdicação de Pedro I”, pela brilhante pregação do gênio de Bernardo de Vasconcelos, iniciada desde quando se inaugurou a Assembléia Geral do Império; era a adoção do princypio da unidade política, da solidariedade ministerial.

Da sua figura ocupam-se em traços gerais Manuel Joaquim de Macedo, ora-

dor dêste Instituto, ao fazer-lhe o elogio, em 1878, e a seguir Sacramento Blake, no Dicionário Bibliográfico, Almeida Nogueira, nas Tradições e Reminiscências de Academia de São Paulo, e, por fim, Spencer Vampré nas Memórias para a História da mesma Academia.

E, de modo especial, sôbre assuntos internacionais, administrativos, na atividade pelo mesmo exercida no Conselho de Estado, no Parlamento, nas pastas ministeriais ou na presidência do Conselho, em missões diplomáticas; e, em particular, sôbre a Lei de 28 de setembro, que declarou livres os nascidos de mulher escrava — foi ela estudada cumpridamente por Joaquim Nabuco em o *Um Estadista do Império*.

Também focalizou-a em rápido perfil, Tavares de Lira, na conferência aqui realizada em 1923 sôbre “A Presidência e os Presidentes do Conselho de Ministros”.

Darei preferência ao estudo de Pimenta Bueno como jurista, e, em particular, como grande publicista e constitucionalista do Império.

Foi, em verdade, o maior jurisconsulto que São Paulo deu ao Brasil, e um dos primeiros da nacionalidade.

Natural da cidade de São Paulo, segundo consta do termo de matrícula no Curso Jurídico da mesma cidade que Almeida Nogueira transcreve, nascido a 4 de dezembro de 1803, matricula-se naquêlê Curso Jurídico ao ser o mesmo instalado em 1828, bacharelando-se pela primeira turma, de que foi um dos melhores alunos, sendo aprovado plenamente em ato de 20 de outubro de 1832 presidido pelo Conselheiro Carneiro de Campos.

Formou-se tarde, com vinte e nove anos, mas sempre estudara e à sua própria custa, trabalhando em modesto emprego público provincial antes, durante

e até 18 dias após a formatura, até 7 de novembro de 1832, data em que foi nomeado Juiz de Fôra da Vila de Santos. Não tivera pai rico que o mandasse a alguma Universidade da Europa e ingressava logo numa das duas primeiras instituições de ensino superior fundadas no Brasil.

Doutorou-se, também, já na idade madura, com quarenta anos, mas com a nota plena, a maior que de costume se dava àquêlê tempo na Academia, em ato de 20 de março de 1843 presidido pelo Professor Manoel Dias D’Aguiar.

Na magistratura, como informam os trabalhos gerais citados, ascendeu em 1836 a juiz de direito e chefe de polícia; serviu em 1842 na comarca do Paraná; foi promovido a Desembargador da Relação do Maranhão em 1844 e à da Côrte em 1847, onde trabalhou com brilho, aposentando-se com honras de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça em 1857.

Na administração pública subiu, de amanuense do Tesouro Provincial e oficial do Conselho Geral da Província de São Paulo a Presidente da Província de Mato Grosso de 1835 a 1837, Encarregado de Negócios e Cônsul Geral em Assunção no Paraguai de 1843 a 1847; Presidente da Província do Rio Grande do Sul em 1850; Consultor Jurídico do Ministério dos Estrangeiros de 19 de fevereiro a 30 de abril de 1859; Conselheiro de Estado Extraordinário em 1859 e Ordinário a partir de 1866.

Na política atingiu os mais altos postos de govêrno. Foi Deputado Geral pela Província de São Paulo na Legislatura de 1845-1847 e Senador pela mesma Província a partir de 1853. Ministro efetivo dos Estrangeiros e interino da Justiça por quarenta dias, de 29 de janeiro a 8 de março de 1848, no Gabinete Alves Branco; Ministro efetivo da Jus-



tiça dessa data a 31 de maio de 1848, no Gabinete Almeida Torres; Presidente do Conselho e Ministro dos Estrangeiros, no Gabinete de 29 de setembro de 1870, que perdurou até 7 de março de 1871 quando substituído pelo Gabinete Rio Branco.

Quando efetivamente na pasta da Justiça, embora por pouco mais de dois meses, deixou seu nome vinculado a um magno problema, o da reforma da Lei de 3 de dezembro de 1841 que derrubara o liberal Código do Processo de 1830.

Este Código como bem salientou Joaquim Nabuco: “havia feito dos juizes de paz o elemento ativo da justiça criminal; a reação conservadora substituiu esse mecanismo eletivo popular pela policia, que foi centralizada nas capitais, com a criação dos chefes, e unificada nas mãos do ministro da Justiça. Quando se votou a lei de 3 de dezembro que assim transformara completamente o sistema da justiça, o partido liberal protestou em nome das conquistas populares da Regência, e levantou-se em armas em São Paulo e Minas. No governo, porém, de 1844 a 1848, êle nunca seriamente pensou em reformar a lei de 1841; fêz apenas algumas tentativas sem insistência”.

Uma destas foi a de Pimenta Bueno com um Projeto que formula, pelo qual segundo expõe Joaquim Nabuco “as atribuições de formar culpa, conceder fiança e julgar passam das autoridades policiais para os juizes de paz, conforme a tradição ortodoxa do partido”.

E’ verdade que se passou em seguida para o partido conservador, como o faria também Rio Branco, e, em sentido contrário, vindo do partido conservador para o liberal, procederiam Olinda, Nabuco e Zacharias, uns e outros, por certo, movidos por elevados ditames de sua consciência cívica.

Aliás caberia a tal partido levar a efeito, com a reforma judiciária de 1871, a revogação da referida lei de 3 de dezembro de 1841.

Expondo o programa do Gabinete de 29 de setembro, de que era Chefe, Pimenta Bueno, já Visconde de São Vicente desde 1867, fala mais como um jurisconsulto do que como um político.

Vejam-se êstes períodos: “E’ escusado dizer que observaremos e faremos observar as leis e os princípios de Justiça, é isso dever de todos os governos, é a base em que repousam os direitos do homem e do cidadão, a liberdade prática e o verdadeiro progresso; é, portanto, uma obrigação de lei, de honra e de consciência. Ao par da devida e discreta economia promoveremos os possíveis melhoramentos do país, e entre êles o desenvolvimento de suas forças industriais, que são fontes fecundas da riqueza e poder dos Estados. O país demanda, sem dúvida, algumas medidas ou reformas muito importantes. Especializarei as que se referem ao elemento servil e à melhor administração da Justiça. A primeira exige uma solução prudente, previdente, que procure compor e harmonizar os valiosos interesses que nesse assunto estão incluídos. A segunda decide de valiosos direitos, que não estão bem garantidos. Envidaremos nossos esforços para coadjuvar a tarefa legislativa. Na luta das legítimas opiniões políticas ou das aspirações de influência na direção de interesses sociais, a moderação é sempre útil ao Estado, e por isso mesmo a todos. Sem ela é difficil reconhecer bem a verdade. Apreciar o que mais convém. O ministério não só concorrerá para isso, mas desejaria mesmo a coadjuvação de todos os brasileiros, sem quebra de suas opiniões conscienciosas. Êle prezará os serviços feitos ao Estado, a honra e os talentos onde quer que estejam ou quaisquer que sejam as idéias políticas”.

Eis aí bem caracterizada a sua ténpera de jurista.

Ele já o era e definitivamente consagrado em 1870.

E fôra alçado à Presidência do Conselho em virtude de seus profundos e respeitados conhecimentos jurídicos.

Realmente. Aliava Pimenta Bueno de modo admirável a ciência à aplicação do direito ao ingressar no Conselho de Estado, a princípio, como Conselheiro Extraordinário, 1859, e a seguir, 1866, como Conselheiro Ordinário.

Tinha a láurea de doutor em direito e era autor de obras fundamentais, de cunho altamente teórico, sobre processo criminal, 1849 e 1857, processo civil, 1850 e 1858, direito público e constitucional, 1857, direito internacional privado, 1863.

E, no campo da prática fôra magistrado em primeira e segunda instância em Santos, no Paraná, no Maranhão, na Corte e Presidente de Província, em Mato Grosso e no Rio Grande do Sul, e Encarregado de Negócios e Cônsul Geral em Assunção do Paraguai, e Ministro dos Estrangeiros e da Justiça.

Daí o elevado mérito e a profunda segurança dos pareceres e votos que proteria no Conselho de Estado, particularmente sobre Negócios da Justiça e dos Estrangeiros, qual tive ocasião de verificar pela respectiva leitura, através da publicação de Carotá em 1884 dos referentes aos da Justiça, e dos originais e cópias existentes no Arquivo Histórico do Itamarati quanto aos relativos aos dos Estrangeiros.

Há nêles estudos valiosos sobre inconstitucionalidade de leis provinciais, questões de direito internacional público e privado, problemas de processo, de direito civil e comercial, proibição de advocacia por estrangeiros, imunidades consulares, etc.

Não foi de estranhar, portanto, que Dom Pedro II, o rei amante das ciências e das letras, o tivesse na maior conta, e dêle se tornasse grande admirador e amigo.

Confirma-o Joaquim Nabuco: “No Gabinete Zacharias dá-se um fato singular: o Conselho de Estado é convocado constantemente para estudar uma série de projetos formulados por Pimenta Bueno, depois Marquês de São Vicente. A multiplicidade e diversidade dos assuntos, a proximidade das sessões marcadas, não deixam dúvida alguma de que São Vicente, ao redigir êsses projetos, não fizera senão satisfazer o desejo do imperador; nem de outro modo Zacharias admitiria que lhe fôssem sugeridos planos de reforma por um adversário, cujas idéias estavam quase sempre em antagonismo com as suas, e ainda menos daria êle as honras da discussão em longas sessões do Conselho de Estado pleno a êsse trabalho de uma só procedência. Os projetos apresentados por São Vicente ao imperador e por êste transmitidos a Zacharias versavam sobre a emancipação dos escravos, a abertura do Amazonas, a reforma do Conselho de Estado, o qual já se estava convertendo em uma primeira Câmara Legislativa e a organização dos Conselhos das Presidências”.

Sobre a abertura do Amazonas havia, aliás, Pimenta Bueno dado importantíssimo parecer, anteriormente, em Consulta da Seção de Negócios Estrangeiros de 17 de dezembro de 1865.

Quanto ao problema do elemento servil já em parecer de 6 de dezembro de 1862, para o Ministério dos Estrangeiros, escrevia Pimenta Bueno: “... a condição de escravos que a legislação brasileira apenas tolera por necessidade...”.

E foi assim que iniciou êle em 23 de janeiro de 1866 a justificação dos projetos que apresentou ao imperador sôbre a extinção da escravidão no Brasil: "Para um soberano tão ilustrado, como é V.M.I., para um povo cristão, como é o do Brasil, fôra ocioso rememorar quanto tem de repugnante, odiosa e bárbara a escravidão de uma porção de seres humanos, em tôda a sua vida, e ainda depois em sua posteridade. Seria ocioso analisar como essa fatal instituição corrompe a moral da sociedade, retarda o aperfeiçoamento do trabalho, afrouxa o vigor da liberdade política, enerva, enfim, o progresso em suas variadas aspirações".

Disse ainda: "O projeto n.º 1 contém as disposições fundamentais de todo o sistema. Êle contempla não só a geração que vai nascer, mas mesmo parte da atual, a quem leva alguns raios de consolação e de esperanças. Suprime-se a escravidão em sua origem, libertando o ventre; ela cessará, pois, porque ninguém nascerá escravo, nem se poderá importar. E' ao mesmo tempo uma consolação para os pobres pais. No dia 31 de dezembro de 1899 todos serão livres, a escravidão já vê, pois, o seu termo: já há um raio de esperança ao menos para os mais moços, e vigorosos".

Os projetos foram longa e brilhantemente debatidos em duas reuniões do Conselho de Estado, no paço da imperial quinta da Boa Vista, a 2 e a 9 de abril de 1866, através de extensos votos, pelos Conselheiros Visconde de Abaeté, Jequitinhonha, Itaboraí e Euzébio de Queiroz, Silva Paranhos, Souza Franco, Nabuco de Araujo, Torres Homem, Barão de Muritiba, Marquês de Olinda e Pimenta Bueno já Visconde de São Vicente, deliberando o imperador, afinal, a 11 de abril, nomear uma comissão de conselheiros: Nabuco, Presidente, Tor-

res Homem e Souza Franco, substituído pelo Visconde de Sapucaí, para com assistência do Visconde de São Vicente, "organizar um projeto sôbre a extinção da escravatura no Império", o que aconteceu em 1867.

A idéia, porém, estava em marcha e com o apoio do imperador e a tenacidade de Pimenta Bueno e de Nabuco de Araujo caminhava para se converter em lei.

E quando o Visconde de São Vicente é convidado para formar o Gabinete de 29 de setembro de 1870 chamava o imperador o jurisconsulto para fazer a emancipação e, assim, a finalidade precípua do seu governo seria a resolução do problema do elemento servil.

Entretanto, não pôde realizar o seu ideal. Mais afeito aos trabalhos de gabinete, à elaboração jurídica, aos substanciosos pareceres e projetos que emitia e organizava, era um temperamento avesso às refregas da política, não resistia às dissensões surgidas dentro do próprio Ministério e à oposição do partido liberal.

Solicitou sua demissão, como salientou Joaquim Nabuco, julgando que não conseguiria a lei da emancipação, que se sentia obrigado a promover, e só tinha um pensamento: passar o poder a Rio Branco, que julgava capaz de conseguí-la, como haveria de se dar.

Preferiu sacrificar-se à imolar seu ideal ou sequer retardar-lhe a execução.

E' o que se vê desta informação que tanto o honra, que tanto o exalta, colhida e publicada por Joaquim Nabuco: "O imperador, em uma de suas anteriores conferências, quando São Vicente insistia pela sua demissão, falou-lhe na glória que lhe adviria, se êle conseguisse realizar, como governo a reforma servil: — *Senhor, glória maior terei como Cristão, a de não concorrer um só dia, um*



*só instante, para prejudicar os direitos dos nascituros”.*

Atitude, em verdade, muito de jurista e bem pouco de político.

Predominava, sempre em Pimenta Bueno, sobre o homem de ação, o de pensamento, face ao prático, o teórico, perante o realizador, o sábio.

Foi antes e acima de tudo um cientista do Direito.

Veja-se a sua obra jurídica de estêreia: “Apontamentos sobre o Processo Criminal pelo Juri pelo Dezor. José Antônio Pimenta Bueno, Rio de Janeiro, Tip. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e C., rua do Ouvidor 65, 1849”.

Foi o primeiro livro de processo criminal brasileiro, a completar um século no próximo ano, reeditado e aumentado pelo autor em 1857, com o título “Apontamentos sobre o Processo Criminal Brasileiro”, assim orientado desde a primeira publicação: “Procuraremos dividir e considerar cada um dos atos do processo criminal em separado, sobre cada um dêles exporemos: 1.º A nossa legislação pátria. 2.º As leis estrangeiras paralelas. 3.º Os princípios filosóficos da ciência ou instituições criminais.

A análise assim combinada ilustrará a matéria, mostrará as lacunas ou imperfeições em que alguma das disposições de nossa lei possa laborar; e emitiremos mesmo nossas opiniões a respeito, para que, quando não destituídas de fundamento possam servir de lembranças de melhoramento. Sabemos que os princípios por si sós e as leis estranhas não são leis positivas do Brasil; mas sabemos também que mutuamente se auxiliam e iluminam: que aquêles são a matriz das leis, como filhos da ciência ou razão esclarecida, que estuda e proclama os elementos da organização e ordem social, e que estas fornecem exemplos, apreciam

os resultados, assinalam os defeitos e preparam os melhoramentos das instituições”.

Eis aí a suma importância que Pimenta Bueno consagrava ao direito comparado e aos princípios filosóficos da ciência, e de que daria mostra relevante citando, a todo momento leis e autores ingleses: Blackstone e Philips, franceses quais Faustin Helie, Chassan, etc... e portugueses recém-aparecidos como Nazareth, e versando a matéria com sistema, rigor lógico, síntese e clareza admiráveis.

O trabalho era de mestre, possuía real **cunho científico** e só por modéstia excessiva se poderia intitular “Apontamentos”.

Estava muito acima da média cultural das obras jurídicas então publicadas.

Não foi de estranhar, pois, que Bernardes da Cunha escrevendo em 1862 sobre processo criminal brasileiro se referisse à obra de Pimenta Bueno como tratando apenas da *teoria e índole* do nosso processo...

No ano seguinte, em 1850, publica êle os seus “Apontamentos sobre as Formalidades do Processo Civil” que desta forma justifica: “Seu estudo é arido e fatigante, e sua teoria entre nós muito pouco cultivada. Nossos praxistas, na quase totalidade, limitam-se a indicar os resumidos e algumas vêzes obscuros e incompletos preceitos das ordenações, os casos julgados, estilos ou opiniões, algumas delas controversas, sem desenvolver os princípios elementares desta parte da ciência jurídica, e muito menos as razões fundamentais de suas diversas disposições. Um tal método de estudo, além de degradar a importância da matéria, assassina a inteligência e tende muito positiva e diretamente a embrutecê-la: é fazer da jurisprudência relativa a êste

transcendente ramo dos interesses públicos um verdadeiro e ininteligível hieroglifo ! O templo de Themis, como diz Moura, deve pelo contrário ser para todos patente; e os mistérios desta deusa não devem parecer-se com os de Eleusis. Em verdade o estudo do processo civil é digno de outra sorte e da meditação de ilustradas inteligências. Ele encerra graves questões e elevados princípios, que devem ser luminosamente contrastados”.

E até hoje êsse pequeno livro, que o autor reeditou em 1858, com a mesma orientação doutrinária do anterior, *correctior et auctior*, constitui pela agudeza e profundidade de conceitos, em forma resumida e cristalina, uma obra básica do nosso direito.

Sua citação ainda é corrente entre nós.

Das outras obras aparecidas no Império sobre processo criminal e processo civil, nenhuma excede às de Pimenta Bueno e todas são posteriores, com exceção da Praxe Forense de Moraes Carvalho, que é da mesma época, de 1850, e doutrinariamente, inferior.

Mas o grande jurista de São Paulo havia de manter e alhear êsse belo padrão científico de suas produções.

Do seu “Direito Internacional Privado”, de 1863, já tratamos, com largueza, em livro sobre o Ensino e o Estudo do Direito, especialmente do Direito Internacional Privado, no Velho e no Novo Mundo, e queremos apenas repetir “que foi a primeira obra sistemática da matéria editada no mundo ibero-americano, modernamente. Nem na Espanha nem em Portugal, nem na América Central ou América do Sul, havia ainda aparecido, qualquer trabalho doutrinário, completo e metódico como aquêle. No mundo havia os livros de Story nos Estados Unidos, 1834, Roco na Itália, 1836, Shaefner na Alemanha, 1841, Foelix na

França, 1843, Savigny, na Alemanha, 1849, Westlake na Inglaterra, 1858, que eram respeitáveis, de alto valor mas sem um tratamento sistemático dos assuntos que constituem o objeto da disciplina. A única equiparável no método à de Pimenta Bueno, foi a de Von Bar saída em Hanover, menos de um ano antes, 1862, e que era desconhecida do tratadista brasileiro”.

Deter-nos-emos hoje, em particular, sobre a obra prima de Pimenta Bueno, que coroa o seu justo título “Grande Publicista e Constitucionalista do Império”.

Referimo-nos ao livro: Direito Público e Análise da Constituição do Império pelo Dr. José Antônio Pimenta Bueno, Rio de Janeiro, Tip. Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., Rua do Ouvidor, 65, 1857”.

Foi o primeiro tratado sistemático de direito público e constitucional, publicado entre nós, e não excedido quanto ao seu valor doutrinário.

Os Elementos de Direito Público, vindos à luz em 1848, no Recife, do Dr. Pedro Autran da Mata e Albuquerque e por êle ali reeditados com o título de Elementos de Direito Público Universal, em 1860, são, qual o título indica e sua leitura revela, simples exposição rudimentar, sem relêvo científico.

Os Comentários da Constituição do Império, de 1829, de Lourenço José Ribeiro, os primeiros que surgiram segundo salientou o Ministro Alfredo Valadão na sua Exposição de Motivos às Teses do 2.º Congresso de História Nacional, realizados na cátedra de Olinda, expandidos pela imprensa de Pernambuco e enfeixados em manuscrito, apresentam apenas valor histórico pela influência pedagógica e política que tiveram ao seu tempo.

Os Comentários, e os Estudos Constitucionais esparsos, aparecidos posteriormente, de José Carlos Rodrigues e de Rodrigues de Souza, de Zacharias de Gois e Vasconcelos, de Braz Florentino, de Tavares Bastos, de Melo Mattos, de França Leite, ou são ligeiros, ou constituem trabalhos de valor, porém monográficos, ou valem como páginas de história política, nenhum dêles tendo tido a repercussão doutrinária e didática do livro que examinamos.

Na América Latina também cabe a Pimenta Bueno, no Direito Público Constitucional, a prioridade que teve no “Direito Internacional Privado”.

Os tratadistas hispano-americanos de direito público e constitucional escreviam, em regra, mui depois dêles.

Assim no México, Montyel y Duarte, autor do *Derecho Público Mexicano*, em quatro volumes, o 1.º de 1871, e J. M. del Castillo Velasco, com seus *Apontamientos para el Estudio del Derecho Constitucional Mexicano*, de 1871; na Colômbia, qual afirma Tulio Enrique Tascon em seu *Derecho Constitucional Colombiano*, 1939, o primeiro trabalho completo do século passado foi o de José Maria Samper, “autor de una obra en dos tomos que se titula “*Derecho Público Interno de Colombia*” y que trata, en el primer tomo, de las historias del derecho constitucional colombiano, y en el segundo, del comentario exegético de la Constitución de 1886”, obra, assim, posterior a 1886; na Venezuela, as obras de Felipe Larrazabal, *Principios de Derecho Político e Elementos de la ciencia constitucional*, e de Luis Sanojo, *Estudios sobre Derecho Político*, são, respectivamente, de 1864 e de 1877 (1); no Chile, salvo o pequeno livro de J. V.

(1) Informação que obtivemos, em atenciosa carta do eminente jurista professor Luis Loreto, de Caracas, Venezuela.

Lastarria, *Elementos de Derecho Público Constitucional*, em 2.ª edição de 1848, de caráter rudimentar, puramente para estudantes, as primeiras obras, de Manoel Carrasco Albano, de 1858 e 1870, e Jorge Hunneus, com os notáveis livros “*La Constitución ante el Congreso*”, 1870 e “*Derecho Constitucional Comparado*”, 1888, seguem-se à de Pimenta Bueno; no Uruguai, dos fins do século XIX as obras de Carlos Maria Ramirez e de Justino Jimenez de Arechaga (2); e, por fim, na República Argentina, ressaltadas as Bases e os *Elementos de Derecho Público Provincial* de Alberdi, obras de caráter mais político, econômico e informativo, só após 1870 e 1880 e 1890 começam a aparecer as lições, obras e compêndios dos Estradas, dos Gonzalez, dos Védias, dos Montes de Oca...

Doutra parte o direito público e constitucional ainda era um direito jovem, sem grandes precedentes, mui pouco cultivado no Brasil e no Mundo em comparação dos estudos clássicos, das obras valiosas de direito civil ou de direito das gentes.

Foi, destarte, Pimenta Bueno pioneiro e construtor.

E, por isto, a sua grandiosa obra apresenta o sólido caráter da exposição criadora, desenrola-se com intensa unidade espiritual em uma série de raciocínios lógicos a desvendar os princípios básicos e as suas decorrências: corolários e aplicações.

No direito público e constitucional teve êle, mais do que no direito processual ou no direito internacional privado, oportunidade de pensar por si próprio, de subir com exclusivo esforço às fontes filosóficas para descer à sistematização das normas.

(2) Informação do eminente jurista professor Eduardo Couture de Montevidéu.



Veja-se o que diz na Introdução: “O plano que vamos seguir parece-nos natural e simples. Nosso direito público positivo é a sábia constituição política, que rege o império; cada um de seus belos artigos é um complexo resumido dos mais luminosos princípios do direito público filosófico, ou racional. Procuraremos pois desenvolvê-los; não separaremos um do outro; aquêle é a nossa lei pública, êste é a fonte esclarecida, de que ela foi derivada. Confrontando-os com algum desenvolvimento, embora resumido, teremos pelo menos as noções elementares do direito público, assim pátrio, como geral, ou filosófico; da lei, e da ciência, que se auxiliam, e mutuamente aperfeiçoam. E’ a confrontação da norma reguladora com as máximas, ou demonstrações coligidas no depósito venerando da inteligência. O estudo de direito público não deve ter por tarefa o indicar só rapidamente a distribuição dos poderes políticos, só sua organização, e relações fundamentais; convém que acrescente mais alguns esclarecimentos, que ministre idéias, embora resumidas, sobre o modo por que elles funcionam, sobre as condições mais fecundas, ou importantes, de cada um dêsses grandes instrumentos sociais. E por isso mesmo que entraremos em algum desenvolvimento sobre o poder executivo, e especialmente sobre o conselho de estado, que poderá parecer mais próprio do Direito Administrativo, do que do Direito Público. .... Outro tanto diremos sobre o desenvolvimento que possamos dar ao ministério público, e ainda mais ao supremo tribunal de justiça, e teoria da cassação ou revista. E’ a parte culminante do poder judicial, é a sua cúpola política, e de elevada transcendência”.

E êsse plano tornou-se realidade esplêndida. E as qualidades, já reveladas, de método, de clareza, de profundidade,

sublimam-se no Direito Público e Análise da Constituição do Império.

A obra é um edifício harmonioso e agradável com divisões perfeitas e facilmente acessíveis.

Os títulos, capítulos, seções e parágrafos se coordenaram de tal forma, com tamanha ordem e seqüência, que dão a impressão de ser impossível outra distribuição da matéria.

Ajunta a esta qualidade ser um trabalho completo e profundo, que esgotou a matéria do direito público e constitucional e penetra, muitas vêzes, qual êle próprio confessou, e por conexão indeclinável, no campo do direito administrativo.

Dividida em Duas Partes, com 496 páginas, inicia-se com um *Título Preliminar, Do Direito, das leis e da bibliografia do Direito Público*, por onde se vê como estava a par das principais Constituições e livros de direito público e de direito administrativo existentes, em especial da Inglaterra, da França, dos Estados Unidos, de Portugal, da Bélgica, que não raro cita e invoca em apoio de suas opiniões.

No Título Primeiro trata *Da Nação, soberania, e poderes políticos brasileiros*, postulando com profundo espírito cívico a unidade nacional e verberando em parágrafos argumentados e candentes os grandes males do que chamou de *abuso da subdelegação de poder legislativo no poder executivo*.

Estuda no Título Segundo o *Poder Legislativo Geral ou Nacional*, examinando com notável proficiência entre outros os problemas: da interpretação da lei, por medida geral ou de autoridade, judicial ou por meio de doutrina e quanto às leis administrativas, para condenar a retroatividade e o abuso dos governos na matéria; das leis de orçamento em que proclama: “E’ de suma necessidade

a criação de um tribunal de contas, devidamente organizado...”

O Título Terceiro é consagrado ao *Poder Legislativo Provincial* com uma análise detida das respectivas disposições da Constituição e do Ato Adicional. O Título Quarto dedica-se às *Eleições*, emitindo o autor valiosas opiniões e apreciando as leis estrangeiras respectivas; o Título Quinto se intitula *Do Poder Moderador, sucessão do império e família imperial*.

O estudo que faz no Título Sexto, do Poder Executivo, tornou-se clássico no direito pátrio, em particular no trecho relativo aos regulamentos, decretos e instruções para execução das leis, de citação continuada pelos nossos constitucionalistas até o presente. De notar, ainda, a interpretação restritiva que Pimenta Bueno dava à atribuição constitucional do Poder Executivo de concluir tratados sem audiência da assembléia geral: “que a faculdade dada ao executivo não é arbitrária, sim limitada pelos princípios constitucionais do Estado, que elle jamais deve ultrapassar suas atribuições”. De destacar ainda nesse título os Capítulos, do Ministério, minuciosamente estudado, inclusive quanto à opposição constitucional e à opposição sistemática, do Conselho de Estado e da Administração, Provincial e Municipal, com defesa da autonomia desta última.

A Segunda Parte abre-se com o Título Sétimo, *Do Poder Judicial*, e com estes períodos: “O Poder Judiciário, segundo o nosso direito público, é um poder político distinto e independente, é, como os demais poderes, uma emanção da autoridade soberana da nação. Igual declaração é enunciada pela constituição belga em seus arts. 25 e 30, e pela constituição portuguesa, art. 11: esse também é o princípio reconhecido pelo direito constitucional da União America-

na, e da Inglaterra” (pág. 327), seguindo, o combate à teoria dos que conceituavam o Poder Judicial como um ramo do Poder Executivo.

Cuida, assim, da importância desse Poder, da instituição dos jurados, que exalta, e das garantias dos juizes, que defende, independência, perpetuidade, inalterabilidade dos vencimentos pelo governo, e da impossibilidade da avocação de processos ou da criação de tribunais extraordinários, e da responsabilidade dos juizes e da publicidade de seus atos, asseverando mesmo que: “As comissões administrativas dadas aos juizes turbam e confundem o equilibrio, as linhas demarcadoras da separação dos poderes políticos” (pág. 335).

Merece, contudo, referência especial e alto elogio a concepção que Pimenta Bueno expendeu acerca da natureza e importância do Supremo Tribunal de Justiça.

Eis como inicia o seu estudo: “A instituição do supremo tribunal de justiça, ou corte de cassação, é filha de um alto, de um sublime pensamento, que compõe graves dificuldades e que conseguiu firmar a ordem e harmonia na divisão dos poderes políticos de acôrdo com a perfeição e a *inteira independência do poder judicial*. E’ uma instituição mista de caráter político e judiciário, e em que o primeiro predomina mais, *por isso mesmo que é o que mais garantias oferece à ordem social*” (pág. 345).

E mostra a seguir que: “Era pois essencial, indispensável descobrir um meio, criar uma autoridade que tivesse a alta missão não de ser uma terceira instância, sim de exercer uma elevada vigilância, uma poderosa inspeção e autoridade, que defendesse a lei em tese, que fizesse respeitar o seu império, o seu preceito abstracto, indefinido, sem se envolver na questão privada ou interesse das partes,

embora pudesse aproveitar ou não a elas por via de consequência” (pág. 346).

Para acrescentar: “Para resolver pois tôdas estas dificuldades criou-se o supremo tribunal de justiça com uma constituição e missão especial, que, como já dissemos, *é mais política do que judicial*” (pág. 346) e ainda: “Não é só à ordem civil, ou judiciária, que esta instituição presta tais serviços; a ordem política deve-lhe também valiosas garantias, *é um guarda vigilante da exata divisão dos poderes, da independência da autoridade judiciária*. Forte de sua própria independência, colocada no direito e no dever de não aplicar senão as disposições legais, esta instituição se degradaria se se tornasse um instrumento cego do despotismo. Quando algum ministro por erro, ou usurpação expedisse um regulamento ilegal, ela deve fazer o que por vêzes tem feito a corte de cassação em França” (pág. 348), e concluir: “Tal é a natureza desta sublime instituição ainda tão desconhecida, e tão pouco considerada em nosso jovem país; ela porém está plantada no terreno constitucional, e a Providência há de fecundá-la; há de ser entre nós o que é em outros Estados, aos quais tem prestado úteis e gloriosos serviços” (pág. 347).

Oferecia, portanto, Pimenta Bueno, em 1857, ao Supremo Tribunal de Justiça, as faculdades, que, desenvolvidas, chegariam à própria decretação da inconstitucionalidade das leis.

Após terminar êsse Título, estudando o Ministério Público, Pimenta Bueno encerra a sua obra com o último e o principal e o mais desenvolvido Título, o Oitavo, *Dos Direitos dos Brasileiros*. É a parte mais importante de seu livro, dedicada de modo intenso aos direitos individuais, civis e políticos, e que até o presente vem sendo de alegação cons-

tante em nossas decisões e pareceres, quer judiciais quer administrativos.

Havia, pois, a obra de Pimenta Bueno, de ser o grande livro de direito constitucional do Império, de consulta obrigatória de todos que precisavam conhecer, entre nós, o direito público e a Carta de 1824.

E foi perfeito Tavares de Lira quando lhe fazendo o rápido perfil disse que: “engrandeceu as letras pátrias com os mais copiosos subsídios do seu saber jurídico, ainda hoje *rica fonte de luz*”.

Mas, sempre modesto, Pimenta Bueno assim abriu, aquêlê livro: “Nosso trabalho aspira a menos: destina-se a auxiliar os esforços dos jovens brasileiros que se dedicam ao estudo do Direito, e que não têm ainda, ao menos que saibamos, um expositor nacional dos princípios fundamentais de nossas leis e liberdades pátrias. Destina-se também ao uso de nossos concidadãos, que empregados em outras profissões, não cultivam habitualmente a ciência da legislação”.

E terminara: “A mocidade estudiosa é quem em breve terá de governar o Estado: nós outros somos a luz que se esmorece, que se finda, que se apaga; ela é a luz que se acende, que cresce, e que vai resplandecer; receba agora o nosso trabalho, estude e logo depois o corrija, acrescente; e aperfeiçoado o ofereça à mocidade que tem de sucedê-la. Levamos nossa pedra, segundo nossas forças, à pirâmide da pátria”.

E se interessava pelos moços, pelos acadêmicos, que, afinal, todos estudaram no século passado e tantos, ainda hoje aprendem, nas lições de sua obra, o direito constitucional pátrio.

A popularidade de sua obra de direito público e constitucional perdurou nas Faculdades ainda após o aparecimento, em tradução francesa, da obra de Bluntschli, e ainda mesmo depois da República.



Do seu amor à mocidade acadêmica ainda deu nova prova decisiva oferecendo-lhe o livro sobre Direito Internacional Privado: “e a mocidade brasileira, a quem já temos oferecido alguns outros pequenos trabalhos, que aceite mais êste, como uma prova sincera do desejo que temos de auxiliar os seus esforços”.

Poderíamos resumir a sua vida benemérita e a sua obra imperecível dizendo que foram filtrados através de três prismas puríssimos: a inteligência, a liberdade e a fé.

Disse Pimenta Bueno sobre a inteligência: “O homem é tanto mais homem

quanto mais inteligente: e a inteligência, o conhecimento das ciências, não se improvisa, demanda diuturna aplicação”.

Afirmou sobre a liberdade: “De outro lado não basta querer ser livre, é preciso saber sustentar a liberdade, para poder gozá-la”.

E pôde concluir: “Dizia um membro do parlamento francês, e dizia uma grande verdade — *“L’Evangile et la liberté sont les bases de la vraie législation, et le fondement éternel de l’état le plus parfait du genre humain”*”.

Nada mais preciso eu dizer.

## O BRASIL E A QUESTÃO DO DESARMAMENTO (\*)

Major E. LEITÃO DE CARVALHO

Professor estagiário da Escola de Estado Maior, e ex-membro da comissão militar que acompanhou a Delegação do Brasil à V Conferência Pan-Americana.

### NOTA

A conferência *O Brasil e a Questão do Desarmamento*, que o general Estevão Leitão de Carvalho pronunciou há mais de um quarto de século, na Escola de Estado Maior do Exército, versa a respeito de um episódio da história diplomática brasileira, de modo nenhum recente.

Entretanto, decorrido o tempo que sobre ela passou, é interessante que seja divulgada para melhor julgamento após os acontecimentos que lhe sobrevieram servindo de argumento na discussão a respeito do assunto explanado.

*O Brasil e a Questão do Desarmamento* é uma página que elucida como se desenvolvem as questões internacionais. Tinha o conferencista, para fazê-lo, uma documentação que até hoje não conhece publicidade a fim de que êle, de posse dela, desenvolvesse o tema com excepcional acerto.

De diversas maneiras se pode apreciar o trabalho que produziu o ilustre militar brasileiro.

Primeiro: pelo valor informativo.

Segundo: pela maneira de explanar, em seus meandros, a questão de política internacional.

Terceiro: pela maneira de que ficou por fim colocado o tema de importância tamanha.

Estas conclusões que destacamos, justificam a conferência ter sido pronunciada perante os homens que conhecem a questão militar e os que de certo modo têm alta responsabilidade na política internacional.

Só êstes é que se reuniram para o major Estevão Leitão de Carvalho tratar de um

(\*). Conferência feita na Escola de Estado Maior, a 11 de agosto de 1923.

assunto naquele momento palpitante para não ser lançado em público porquanto as pessoas nêle envolvidas ainda estavam nas posições políticas. Ouviram a conferência pronunciada na Escola de Estado Maior do Exército, os ministros da Guerra e da Marinha, o ministro das Relações Exteriores, os membros das Comissões de Marinha e Guerra, e de Diplomacia e Tratados do Senado, e da Câmara dos Deputados, os membros da Delegação brasileira à V Conferência Pan-Americana, oficiais do Estado Maior do Exército, e professores e oficiais alunos da Escola de Estado Maior.

Hoje, *O Brasil e a Questão do Desarmamento*, publicado pela Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, passa a estar ao alcance de todos.

Os acontecimentos que lhe sobrevieram são argumentos que fazem com que tudo que ali se disse, deva perder o caráter de assunto reservado, para uma reflexão maior que ficará nas páginas da História.

Para que a conferência, agora divulgada, aos olhos de todos acresça de valor, é preciso que se diga que o major Estevão Leitão de Carvalho, oficial brasileiro dos mais distintos pela sua cultura e fé de Ofício, pronunciou-a em condições todo especiais.

Proposto o tema da limitação dos Armas dos países da América, no Conselho-Diretor da União Pan-Americana, que, em Washington, coordenava os trabalhos preparatórios da V Conferência das Nações do Continente, a reunir-se em Santiago, o Brasil tinha de se pronunciar. Mas, para isso, só o militar, como técnico, é que podia falar melhor, o que resultou no pedido ao Estado Maior Brasileiro para dizer a respeito.

O general Tasso Fragoso, que chefiava então o núcleo de técnicos militares, destacou, para colaborar no estudo do aspecto militar da questão, em ligação com o Estado Maior do Exército, o então major Estevão Leitão de Carvalho.

A delegação brasileira, que foi à conferência realizada no Chile, levou consigo uma comissão militar chefiada pelo general Tasso Fragoso, da qual fazia parte o autor da conferência a respeito do desarmamento.

Acompanhou êle, no teatro das discussões, o debate acêrca do assunto militar que já levava estudado ao partir do Brasil. Documentara-se êle. E mais se documentou ao presenciar o certame internacional. O que proferiu, depois, na conferência que fez, é um depoimento dos mais valiosos para interessar a História.

FEIJÓ BITTENCOURT

## O BRASIL E A QUESTÃO DO DESARMAMENTO

### INTRODUÇÃO

Senhores:

Foi com geral surpresa que a opinião pública brasileira recebeu, nos primeiros dias de dezembro do ano findo (de 1922), a notícia de que, entre os assuntos apresentados ao Conselho-Diretor da União Pan-Americana, em Washington, para serem incluídos no programa da V Conferência das nações do Continente, a reunir-se, em março, na capital do Chile, figurava a tese da limitação dos armamentos dos países do novo mundo.

Sem outras informações além das notícias telegráficas, de origem estrangeira, fornecidas pela imprensa, a opinião pensante do Brasil só recebera, até então, incompletas ou deturpadas, as infiltrações passadas através do ambiente diplomático, dentro do qual se processava o estudo preliminar da questão.

Não eram, porém, êsses dados, fragmentados e desconexos, inverídicos ou tendenciosos, lançados em circulação pela indústria sensacional das agências infor-

mativas, preocupadas em excitar e alimentar a insaciável curiosidade em que anseiam as populações das grandes *urbs* modernas, os elementos seguros de que necessitava o país para se orientar sobre a forma por que surgira e se encaminhava a debate o delicado tema, e certificar-se da atitude assumida pelo Brasil em face da questão.

Não é de admirar, portanto, causasse certa estranheza dentro de nossas fronteiras a divulgação de que, por iniciativa do Chile, se ia tratar de tão grave problema no continente americano. A intervenção agressiva de alguns órgãos da imprensa platina, rompendo contra o Brasil e a sua política externa, no momento em que se discutia ainda o programa da Conferência de Santiago, agravou êsse estado de opinião, pretendendo apresentar-nos aos olhos da América e do mundo como cegos por ambições imperialistas, para cuja realização se organizara militarmente a nação, dotando-a de abundante e poderoso material de guerra, capaz de permitir-nos exercer uma *hegemonia pacífica* no Sul do Continente.

Colhida de surpresa, sem outros elementos de convicção além de uma idéia vaga e imprecisa sobre a tese da redução dos armamentos no ambiente universal, ignorando a ação da nossa Chancelaria, ainda naquele período em que os trabalhos diplomáticos requerem uma prudente discrição, a opinião pública do Brasil, profundamente emocionada pela acusação feita ao país, debatia-se entre a certeza dos sentimentos pacíficos da nação afirmados em tôdas as ocasiões pela nobreza de sua conduta, franca e leal, inspirada nos mais alevantados propósitos e o desconhecimento das circunstâncias que influíam em Washington na organização do programa da V Conferência Pan-Americana, que exigiam toda a atenção do Itamarati no assegurar a de-



fesa do nome e dos interesses do Brasil.

Foi nesse ambiente de vacilações e incertezas, que surgiu a versão pessimista de que fôra o Brasil, seu Governo, sua Chancelaria, quem provocara, inoportunamente, a grave questão, ferindo susceptibilidades, levantando suspeitas sôbre os desígnios de nossa política internacional, perturbando a fecunda paz americana, à cuja sombra propícia se processava há tantos anos a grandiosa obra do progresso e do acercamento das nações do Continente.

Mas não durou muito a falsa versão.

Bastou a divulgação de algumas das notas diplomáticas enviadas pelo Brasil às principais nações do Continente, nas quais a nossa Chancelaria traçava com mão firme a diretriz de sua política externa, de concórdia e solidariedade americana, de respeito a tôdas as soberanias, fiel à nossa tradição e coerente com a definida atitude que assumíramos já na Liga das Nações, em face do mesmo problema, — para que, à luz da verdade, se dissipassem as dúvidas que permitiram supor coubesse ao Brasil qualquer responsabilidade na insólita acusação, de que nos animavam ambições de hegemonia, que buscávamos servir com poderosos armamentos.

Senhores: Tôda a verdade sôbre êsse momentoso assunto ainda não foi dita, e é preciso que saibamos qual a atitude do Brasil no trato dessa grave questão, que interessa, tanto à diretriz da nossa política no Continente, como à nossa reputação de potência mundial.

A consciência brasileira, é certo, está tranquila; sabe-se com a razão, sente-se segura no seu direito, mas não conhece ainda a evolução do pleito em que estivemos envolvidos e do qual nos saímos honrosamente, graças à justiça da própria causa, e à esclarecida serenidade com que os diretores de nossa política externa e

os seus delegados em Santiago fizeram valer os direitos do Brasil.

E' preciso, porem, estudar êsse processo à luz de informações verdadeiras, saber como êle surgiu, a evolução por que passou, o papel que o Brasil representou em tôdas as fases de seu desenvolvimento; assim, fortaleceremos o nosso patriotismo e colheremos os ensinamentos que o caso nos proporciona.

## PRIMEIRA PARTE

### AS ORIGENS DA QUESTÃO

Não é novo o problema da redução dos armamentos por meio de convênio entre as nações, nem de hoje a inutilidade dos esforços em buscar-lhe solução.

Levado à Primeira Conferência da Paz, de Haia, em 1889, graças à generosa iniciativa do Czar da Rússia, não acharam os Estados, reunidos naquela magna Assembléia, a fórmula capaz de conciliar os interesses encontrados dos países europeus, de modo a enquadrar numa solução concreta as nobres aspirações da humanidade, sempre fraudadas, de pôr termo aos formidáveis dispêndios em que se exaurem a inteligência e o trabalho, as forças intelectuais e físicas das nações, no acumular incessante dos meios para a sua própria destruição.

E se aquela Assembléia não conseguiu mais do que a aprovação de um acôrdo platônico, em que se declarava serem "as restrições aos gastos militares em extremo favoráveis ao incremento do bem estar material e moral da humanidade", exprimindo, ao mesmo tempo, o desejo de que os governos examinassem a possibilidade de limitar as forças armadas de terra e mar e os orçamentos de guerra, já a Segunda Conferência de Haia nem mesmo pôde tratar da limitação dos armamentos, tais foram as resistências criadas por algumas na-

ções, contentando-se com mostrar o seu desejo de que “os governos retomassem a sério o exame da questão”, ante o acréscimo considerável dos gastos militares, em quase todos os países, desde o encerramento da Primeira Conferência.

Mas é com o Tratado de Versailles, que pôs fim à grande guerra, que a questão do desarmamento entra em sua fase atual, trazendo o mundo embalado por esperanças de uma paz duradoura, assegurada pela limitação dos recursos bélicos dos povos.

O Pacto das Nações, — parte fundamental daquele Tratado, em que os países aliados e associados reuniram os princípios básicos da reconstrução mundial, — proclama, em seu art. 8.º, que “a manutenção da paz exige a redução dos armamentos ao mínimo compatível com a segurança nacional”, conferindo ao Conselho Executivo da Liga das Nações a incumbência de preparar os planos dessa redução, nos quais devem ser levadas em conta a situação geográfica e as condições especiais de cada Estado.

Firmados êsses princípios, para cuja aplicação o Pacto estabelece, numa correlação íntima, as prescrições destinadas a tornar solidários os membros da Liga na repressão aos infratores, estava lançado em discussão, no cenário mundial, o grave problema de que vamos tratar.

Era de esperar, portanto, que os Estados filiados à Liga, tendo aceito como condição fundamental para a manutenção da paz a redução do poder militar dos povos, uma vez reunidos em assembléia, tornassem efetiva a declaração do art. 8.º, diminuindo os formidáveis exércitos de terra e mar, elevados pelas potências beligerantes ao máximo de sua expansão, e sem utilidade imediata

após a vitória e o desarmamento do inimigo.

Mas isso não se deu.

Reunida a 1.ª Assembléia da Liga das Nações, vimos as grandes potências, embora sob a pressão esmagadora de seus gastos militares, — insustentáveis com os recursos econômicos da Europa, exausta e ensanguentada, — resistirem à iniciativa das nações mais fracas, fazendo transferir para quando o mundo, no seu dizer, estivesse mais tranquilo, uma medida que todos haviam julgado indispensável à manutenção da paz entre os Estados.

E êsse primeiro Congresso das Nações, a que já não compareceram os Estados Unidos, um dos principais fundadores da Liga, — encerrou os seus trabalhos sem chegar a nenhuma decisão prática, traduzindo apenas o seu desejo de paz num *voto*, que não logrou sequer a aprovação de todos os Estados, e no qual se concitavam as nações a não despenderem com seu aparelhamento militar, nos dois anos seguintes a 1921, mais do que o haviam feito nesse mesmo ano.

O Brasil, meus Senhores, recusou francamente sua aquiescência a êsse convite que, parecendo encerrar uma generosa aspiração, praticava uma injustiça, pois igualava na mesma exigência as grandes potências, super-armadas pela guerra, e as nações fracas, cujo poder militar, insuficiente, mesmo em face do art. 8.º do Pacto, não acompanhara os progressos assombrosos, introduzidos nos processos de combate pelas descobertas científicas e técnicas, realizadas durante os quatro anos de luta. E, não proceder assim, seria conformar-se com a sentença iniqua, que impunha a definitiva fraqueza militar às nações pacifistas, que, no seu idealismo extra-terreno, procuram virar sempre o rosto à cruel necessidade dos armamentos mili-

tares, e consagrar a sabedoria das que a tempo se souberam armar.

E quando, pela segunda vez, se reuniu a Assembléia das Nações, sua obra não teve maior alcance prático: todas as vistas voltavam-se, então, para Washington, o novo centro de gravitação da política mundial, a cujo convite as grandes potências marítimas iriam em breve resolver entre si o grave problema, que não obtivera solução na Assembléia geral dos Estados. Suas decisões limitaram-se, em última análise, à reafirmação do *voto* anterior e à sugestão para que se prosseguisse nos estudos encetados.

De forma que, reunida a 3.<sup>a</sup> Assembléia, em setembro de 1922, os trabalhos encaminhados através de sua comissão de armamentos e dos órgãos consultivos da instituição, cuja marcha tarda e desencorajada vinha protelando as soluções radicais, que pudessem sacrificar de vez a autoridade da Liga, — recobram novo alento, e ao que haviam resolvido, para o seu caso particular, as grandes nações marítimas, quanto ao seu poder nával, quis-se impor como solução geral a todos os membros da Sociedade, sem consultar suas condições próprias, e com manifesto desprezo pelas disposições do art. 8.<sup>o</sup> do Pacto, que manda levar em conta, na fixação do poder militar das nações, a situação geográfica e as condições especiais de cada Estado.

\*  
\*   \*   \*

Na Conferência de Washington, Senhores, os Estados Unidos, a Inglaterra e o Japão, e, em segundo plano, a França e a Itália, nações cujo poder naval havia atingido um formidável desenvolvimento, impossível de manter com os seus recursos financeiros, por demais comprometidos pelas despesas da guerra, fizeram um acôrdo, segundo o qual as

suas marinhas de guerra ficaram limitadas durante o prazo de 10 anos.

Para chegar a um tal resultado, esses países abandonaram os seus programas de construção naval, em via de execução, e tomaram como base para a limitação de suas fôrças de mar as esquadras de navios de batalha que no momento possuíam.

Era um critério bem diferente do prescrito no art. 8.<sup>o</sup> do Pacto, que fixa o *mínimo* compatível com a segurança dos Estados, enquanto ali se partiu do *máximo* que seus recursos comportavam. Aliás, estavam os Estados Unidos no seu direito de escolher qualquer base para a limitação dos armamentos, pois haviam abandonado a Liga, não estando mais sujeitos às determinações contidas naquele artigo do Pacto. O mesmo não se pode dizer das outras nações.

Mas não foi propriamente o *statu-quo* das marinhas de guerra daquelas grandes potências o que sancionou a Convenção de Washington, pois, além do sacrifício dos programas já iniciados, ajustou-se o equilíbrio, nuns destruindo, noutros permitindo o acréscimo de unidades, até chegar-se a fórmula definitiva, segundo a qual o poder naval dos Estados Unidos, da Inglaterra e do Japão ficou expresso pela relação 5.5.3.

\*  
\*   \*

As negociações realizadas em Washington, de 12 de novembro de 1921 a 6 de fevereiro de 1922, deram lugar a sete tratados, dois dos quais sôbre a limitação de armamentos. Preocupados como se achavam os representantes das nações membros da Liga em resolver essa questão, é natural que êsses tratados tivessem immediata repercussão no seio da 3.<sup>a</sup> Assembléia, reunida em setembro seguinte. Não era de esperar, mesmo, outra coisa, pois, iludindo as dificuldades que se antepunham à solução equânime do problema, havia a Comissão



Temporária Mista (1) declarado, em seu relatório, à 2.<sup>a</sup> Assembléia, em 15 de setembro de 1921, *que o fato de maior importância para a obtenção da paz no mundo, depois do desarmamento da Alemanha, era a convocação do Presidente Harding, às grandes potências marítimas, para o estudo do problema do Pacífico e a redução dos armamentos.*

As eminentes personalidades que compunham essa Comissão aguardavam, portanto, com ansiedade, os frutos das negociações, na esperança de que elles conduzissem a um acôrdo sôbre as fôrças de mar, que completasse a redução dos armamentos terrestres projetada para o Continente europeu.

\*  
\*   \*  
\*

Firmados os tratados da Conferência de Washington, sua repercussão na Liga das Nações foi, assim, immediata. A Comissão Temporária Mista reuniu-se, sendo-lhe presentes, entre outras proposições concretas de redução dos armamentos terrestres, *três projetos de extensão dos princípios do tratado naval de Washington aos membros da Sociedade que o não haviam subscrito*: o do almirante inglês Segrave, o do tenente-coronel francês Requin e o do marquês di Saluzzo, italiano.

A Comissão Temporária Mista concordou, em princípio, com essa extensão, mas como se tratava de assunto de caráter técnico, julgou conveniente submeter os três projetos à sub-comissão naval da Comissão Permanente Consultiva, órgão auxiliar do Conselho da Liga, que, a 27 de julho, dava o seu parecer favorável à extensão proposta. Na sub-comissão naval foram os três

(1) Órgão consultivo, criado em virtude de uma resolução da 1.<sup>a</sup> Assembléia, para estudar o problema do desarmamento, tanto no seu aspecto técnico-militar, como em suas relações com as questões políticas e económicas.

projetos fundidos num só, apoiado com calor pelos representantes das grandes potências signatárias da Convenção, mas combatido pelo contra-almirante Penido, representante do Brasil, e o almirante espanhol marquês de Magaz, que o julgaram inaceitável por seus países.

O contra-almirante Penido, nas razões que apresentou à sub-comissão naval, argumentou com a extensão das costas marítimas do Brasil, que reclamavam um poder naval de interesse vital para a própria existência do país, e indispensável às suas necessidades interiores. Referiu-se à idade dos navios que possuíamos, alguns já obsoletos e inúteis, outros com a metade de sua vida consumida, o que não permitia a trégua de 10 anos, para as novas construções, prescrita no tratado. Salientou o fato de ser a via marítima o meio quase exclusivo de que se servem, em suas comunicações, 18 Estados brasileiros, razão de possuímos a maior frota mercante sul-americana, exigindo essa navegação especial uma frota de guerra capaz de defendê-la. Mostrou, por fim, a diferença existente entre a situação das grandes potências mundiais, armadas desmesuradamente para a guerra, e as condições modestas das nações que prosseguiram, ou se mantiveram numa política militar moderada, providas de recursos muitas vezes abaixo das suas mais elementares necessidades.

De concôrto com o delegado espanhol, que também se insurgira contra o critério do *statu-quo*, o almirante Penido subscreeveu o seguinte arrazoado que, apresentado à sub-comissão naval, foi rejeitado por quatro votos contra dois (2):

“1.<sup>o</sup> Os Estados signatários do Tratado de Washington não pertenciam todos à Liga das Nações. Eram, por conse-

(2) Inglaterra, Japão, França e Itália, contra o Brasil e Espanha.

quência, livres de chegar a um acôrdo, sem levar em conta os preceitos impostos no Pacto. O único motivo da nossa reunião é, ao contrário, emitir opinião, como técnicos da Liga das Nações, e, desde que estamos dependentes do Pacto, só podemos agir segundo os seus preceitos;

2.º Os representantes das potências em Washington eram políticos; podiam, pois, basear seus acôrdos em princípios puramente arbitrários. Nós somos técnicos; por consequência, devemos basear nossa opinião em princípios científicos;

3.º Desde que certos Estados fixaram um limite para seus armamentos navais, devemos admitir que êsse limite é o mínimo compatível com a sua segurança nacional. De outra forma seriam obrigados pelo art. 8.º do Pacto a reduzi-los ainda mais.

A única coisa que nos resta, pois, fazer, é estabelecer o limite dos armamentos dos outros membros da Liga, por meio de comparações convenientes, baseadas na situação geográfica e nas condições previstas no art. 8.º do Pacto.

Se, por considerações políticas, êsses motivos não forem aceitáveis, caberá, então, aos políticos modificá-los.”

\*

\* \*

Rejeitadas pelos representantes das grandes potências, na sub-comissão naval, as considerações subscritas pelo almirante Penido em defesa dos interesses brasileiros, absteve-se êle de continuar a tomar parte nos trabalhos, dirigindo-lhes a seguinte declaração:

“Considerando que a situação dos países signatários do tratado de Washington é completamente diferente da dos países da América do Sul, como expus nas observações que acabo de apresentar à sub-comissão, em relação ao Brasil;

“Considerando que os representantes dos países signatários da Convenção e

autores (excetuado o Japão) dos projetos, rejeitaram a proposta que o almirante Magaz e eu próprio apresentamos à sub-comissão, proposta em que se estabelecia como base da discussão os princípios contidos no art. 8.º do Pacto, concernentes às exigências da segurança nacional, à situação geográfica e às obrigações internacionais;

“Considerando que, como técnico da Liga das Nações, eu não posso afastar-me dos princípios estabelecidos na lei orgânica da Sociedade,

Abstenho-me de participar na elaboração de um projeto de convenção contrário às necessidades da defesa naval de meu país.”

\*

\* \*

A sub-comissão naval, sem a participação do representante do Brasil, adotou, por fim, um texto conciliatório das opiniões de seus membros, tendo como base o *statu-quo* das marinhas de guerra a 12 de novembro de 1921, data da instalação da Conferência de Washington, sob a alegação de não haver encontrado um meio mais prático para avaliar a tonelagem conveniente a cada nação.

Quanto às modificações a introduzir no critério adotado, não estando todos os países representados na sub-comissão, julgou ela mais acertado deixar que fôsem resolvidas por uma Conferência internacional, com poderes bastantes para estabelecer definitivamente as condições de aplicação do projeto formulado.

Assim, de acôrdo com o projeto de tratado para a extensão da Convenção de Washington às potências não signatárias, foram fixadas as seguintes toneladas para os países sul-americanos:

República Argentina — 81.000 toneladas, em substituição das suas 82.290 atuais;

Brasil — 45.000 toneladas, em substituição das 45.714 que possui atualmente;

Chile — 35.000 toneladas, em substituição de suas 35.560 atuais.

A injustiça desses algarismos era tão chocante, que a sub-comissão naval sentiu-se no dever de acrescentar ao artigo 4.º do projeto a seguinte nota:

“Redigindo o art. 4.º de acôrdo com os principios do *statu-quo*, a maioria dos membros da sub-comissão naval acredita dever chamar a atenção do Conselho para a desigualdade que daí resulta para as forças navais respectivas dos três Estados sulamericanos: Argentina, Brasil, Chile, quando estimam que esses três Estados deveriam logicamente ter forças navais melhor equilibradas, ficando, no entanto, a tonelagem total, em navios de linha, de cada um deles, inferior a 80.000.”

\*

\* \*

De posse, a Comissão Temporária Mista, do parecer da sub-comissão naval, adotou o seu projeto de tratado, sugerindo à 3.ª Assembléia (setembro de 1922), a conveniência de ser convocada imediatamente uma Conferência internacional, a fim de discutir o projeto e formular o acôrdo sobre a limitação.

\*

\* \*

Quando a Comissão Temporária Mista tratava da extensão dos principios da Convenção de Washington às potências não signatárias, foi que o delegado chileno, Sr. Manoel Rivas Vicuña, deu conhecimento a ela de que seu país ia submeter a questão dos armamentos, em seu aspecto continental, à V Conferência Pan-Americana, que se reuniria em Santiago, no ano seguinte. Essa iniciativa foi recebida com vivo aplauso pela Comissão, que aprovou uma resolução, na qual se declarava ser a comu-

nicação do delegado chileno acolhida com interesse, exprimindo, ao mesmo tempo, a esperança de que o Congresso das Nações Americanas *chegasse a uma solução prática* “susceptível de entrar no quadro mais geral do desarmamento, objeto dos trabalhos da Comissão.”

\*

\* \*

Não é possível, Senhores, mostrar-vos aqui todos os trâmites por que passou o projeto de tratado no seio da 3.ª Assembléia, onde elle chegou sem o apoio do Brasil. Mas necessitamos ao menos salientar suas fases principais.

Enviado à 3.ª Comissão, coube ao Delegado do Brasil, ministro Regis de Oliveira, defender aí o ponto de vista em que o nosso país se havia colocado, conseguindo vencer, de maneira hábil, sem comprometer o prestígio por nós adquirido no círculo das grandes potências, apesar de não ter encontrado o apoio que era de esperar das nações sul americanas, cujos interesses, no caso, coincidião com os nossos. Ao contrário, as declarações do delegado chileno Sr. Manoel Rivas Vicuña, reafirmando as intenções da Chancelaria de la Moneda, de incluir a tese de redução dos armamentos no programa do Congresso Pan-Americano de Santiago, vinha dar força à pretensão da delegação inglêsa, de conservar a redação primitiva das proposições da sub-comissão naval, rígidas de mais para que as pudéssemos aceitar.

Demovido o delegado inglêz da attitude intransigente em que se colocara, graças aos argumentos e à firmeza do nosso representante, conseguiu êste fôsse abandonada a redação primitiva das proposições, apresentando o ministro de Estado da Grã-Bretanha, Fisher, um substitutivo, em cujo texto eram ressaltados os direitos dos países de marinha insuficiente e dos de recente formação política. Embora resguardados assim os



interesses do Brasil, o ministro Regis de Oliveira absteve-se de dar o seu voto ao substitutivo, reservando-se para formular uma declaração quando êle chegasse ao plenário, o que de fato fez, estando consignado no parecer da Comissão, por seu relator, Lord Robert Cecil.

\*  
\*   \*  
\*

Eis, senhores, como chegou ao plenário da última Assembléia da Liga das Nações o projeto de extensão do Tratado de Washington às nações não signatárias, pôsto de manifesto o injusto critério adotado na sub-comissão naval da comissão Permanente Consultiva, e na Comissão Temporária Mista, pelos técnicos das quatro maiores potências marítimas do mundo, pretendendo impor o *statu-quo* às nações mais fracas, cujos pontos de vista não pesavam, como em Washington, na ajustagem do acôrdo.

Devido à intervenção do Brasil, foi que a 3.<sup>a</sup> Comissão abandonou a idéia, sugerida pela Comissão Temporária Mista, de estender-se às demais nações membros da Liga os princípios da Convenção de Washington, mediante um acôrdo que tivesse por base o projeto de tratado da sub-comissão naval.

Graças ainda à ação do Brasil, foi que ficou consignado no parecer da 3.<sup>a</sup> Comissão que o assunto seria discutido com inteira independência pelos interessados na futura Conferência Internacional proposta à Assembléia. Lord Robert Cecil, em seu parecer, declara mesmo que deve ser prevista “uma certa elasticidade no que diz respeito ao programa dessa conferência, especificando-se igualmente que ela não estará presa, de forma alguma, ao projeto de tratado, mas, ao contrário, será livre de tomar em conta as circunstâncias especiais dos diversos países, e, em particular, as con-

dições especiais em que se encontram os novos Estados que ainda não possuem marinha”.

O relator chegou mesmo a declarar no plenário que os princípios do Tratado de Washington não poderiam, efetivamente, ser tomados como base para um acôrdo entre os países cujos armamentos navais eram insuficientes, pois, em tal caso, êstes teriam de ser aumentados, e não reduzidos.

Era a completa vitória do critério brasileiro, que propugnava pela aplicação dos princípios do art. 8.<sup>o</sup> do Pacto, de acôrdo com os quais, na limitação do poder bélico dos povos, se tem de levar em conta a situação geográfica e as condições especiais de cada Estado.

Pela 3.<sup>a</sup> Assembléia foram adotadas, em definitivo, as resoluções seguintes, nas quais se vê que as restrições do Brasil foram acatadas, e que a escala de redução dos armamentos, proposta pela sub-comissão naval, segundo a qual ficaríamos com uma tonelagem total de navios de linha inferior à da República Argentina, não passou em julgado:

“1.<sup>o</sup> Qualquer plano de limificação de armamentos, de acôrdo com o artigo 8.<sup>o</sup> do Pacto, só poderá alcançar êxito se fôr geral;

2.<sup>o</sup> No estado atual do mundo, um grande número de governos não poderia assumir a responsabilidade de uma séria redução de armamentos, *a menos que não receba em troca uma garantia satisfatória para a segurança dos seus países;*

3.<sup>o</sup> Uma tal garantia pode ser fornecida por *um acôrdo defensivo*, acessível a todos os países, *que obrigaria as partes contratantes a prestarem assistência efetiva e imediata, e segundo um plano pré-estabelecido, no caso em que uma delas fôsse atacada*, admitindo-se que a obrigação de vir em auxílio do país

atacado *seja limitada, em princípio*, aos países situados na mesma parte do globo;

Entretanto, nos casos em que, por efeito de razões históricas, geográficas ou outras, um país corra muito particularmente o risco de ser atacado, medidas especiais deverão ser tomadas para a sua defesa, na execução do plano precedente.

4.º A redução dos armamentos sendo o fim das três proposições que precedem, e o tratado de garantia mútua o meio de sua realização, é claro que o consentimento prévio é a primeira condição desse tratado;

Esta redução pode-se operar, quer sob a forma, que seria a mais desejável, de um tratado geral, quer sob a forma de tratados particulares, porém destinados a se ampliarem, ficando acessíveis a todos os países.

No primeiro caso, o tratado conduz à redução geral dos armamentos.

No segundo caso, a redução deverá ser proporcionada às seguranças que o tratado de garantia trará.

O Conselho da Sociedade das Nações, depois de ter tomado conhecimento da opinião da Comissão Temporária Mista, que estudará as condições nas quais poderão ser aplicados um ou outro destes sistemas, estabelecerá, ulteriormente, para submeter à apreciação e à decisão soberana dos governos, o plano do mecanismo, ao mesmo tempo político e militar, encarregado de preparar e assegurar com precisão a sua realização.

5.º A Assembléia roga ao Conselho pedir aos diversos governos sua opinião sobre as proposições acima mencionadas, e pede à Comissão Temporária Mista prosseguir nos seus trabalhos; e, a fim de dar toda a precisão às proposições

acima, preparar um projeto de tratado baseado nos princípios admitidos nestas resoluções”.

\*  
\*   \*  
\*

O ministro Regis de Oliveira, para acentuar, mais uma vez, o ponto de vista do Brasil, fez uma declaração, que era a nossa última palavra naquela Assembléia, e, em síntese, continha o seguinte:

“O Governo do Brasil aceita, em princípio, a convocação de uma Conferência Internacional para examinar o problema dos armamentos navais, mas ficando bem compreendido que as resoluções resultantes dessa Conferência não se afastarão da letra e do espírito do artigo 8.º do Pacto das Nações.”

## SEGUNDA PARTE

### A GESTÃO DIPLOMÁTICA DO ITAMARATI

Senhores:

Procurei mostrar-vos, em linhas gerais, o quadro representativo da questão do desarmamento, no momento em que ao Itamarati coube retomá-la, a fim de colaborar na organização do programa da V Conferência Pan-Americana.

Como acabais de ver, tinha o Brasil traçado uma rota segura, por onde rumava a seu destino, mantendo-se nela através de todas as dificuldades surgidas nos debates da Liga das Nações. Nação pacífica e desarmada, soube então resistir vitoriosamente às iniciativas das grandes potências, quando, vergadas ao peso de seus armamentos de terra e mar, buscaram, primeiro, impedir por dois anos o aumento das despesas militares dos outros povos filiados à Liga, como se todos houvessem acompanhado, na mesma ascensão, o formidável crescimento do poder militar dos grandes beligerantes; depois, impor o

critério simplista do *statu-quo*, adotado pelos seus técnicos no projeto de extensão dos princípios da Convenção Naval de Washington aos países não signatários, critério que, sem nenhuma consideração pelas necessidades da segurança nacional dos outros membros da Sociedade, tolhia por dez anos o desenvolvimento de suas marinhas de guerra, limitadas aos navios de batalha que possuíam em fevereiro de 1922, dessa forma consagrando a superioridade, tódia ocasional, de uns países sôbre outros, com chocante menosprêso da doutrina firmada no art. 8.º do Pacto.

A ação da Chancelaria Brasileira ia exercer-se agora em outro teatro de operações, de mais restritos limites, mas onde teria de enfrentar não menores dificuldades, pois aos dados gerais se juntavam circunstâncias peculiares ao Continente, tornando ainda mais complexa a equação do problema.

Tratava-se, com efeito, de sujeitar o poder militar das nações americanas a uma aferição, cujo padrão variava conforme o cotêjo se fazia tendo presente a situação delas entre si ou se estabelecia com as potências não continentais, uma vez que os povos da América não formam um sistema isolado no mundo, ao contrário, seus laços de interêsses com os Estados das outras regiões do globo aumentando e se fortalecendo dia a dia, à medida que se desenvolvem sua riqueza e civilização.

Era preciso, portanto, ter sempre presente o duplo aspecto do problema: o significado americano da nossa política externa e a situação do Brasil no concêrto mundial, a que estão ligadas tódas as nações do Continente, como na esfera celeste o sistema solar às outras famílias siderais.

Dentro dessa orientação foi que agiu a Chancelaria Brasileira, desde o início de sua gestão diplomática, buscando

fortalecer a concórdia e a solidariedade entre os países americanos, sem o enfraquecimento individual de nenhum deles, o que só se justificaria “partindo-se do pressuposto de que os Estados americanos se armam uns contra os outros”, quando êles “procuram apenas prover as necessidades de sua própria segurança interna e externa, sem nenhum pensamento oculto de hostilidade contra qualquer outra nação, não importa de que continente”.

Esse era o pensamento da Chancelaria Brasileira a 20 de novembro de 1922, quando foram expedidas as suas primeiras instruções ao nosso Embaixador em Washington, e continuou sendo a diretriz de sua ação até o encerramento dos debates em Santiago, por mais que a procurassem deformar, expondo-a refratada através do prisma de seus interêsses, os falsos apóstolos da paz americana.

\*  
\*   \*  
\*

Foi em maio de 1922 que o Govêrno Chileno, inspirado nos mais elevados sentimentos de confraternidade universal, — segundo a voz autorizada do presidente Alessandri; forçado por dificuldades financeiras, que lhe não permitiam mais sustentar o seu poder militar, cujas despesas haviam montado, no orçamento daquele ano, a 135 milhões de pêsos, numa receita de 300 milhões, como afirma o Sr. Moreno Quitana, sub-secretário das Relações Exteriores da República Argentina (3); ou para dar ao mundo um desmentido formal às aleivosias de seus inimigos, que lhe atribuíam uma fé de ofício militarista, foi em maio de 1922 que o Govêrno Chileno apresentou ao Conselho-Diretor da União Pan-Americana a sua proposta de redução das despesas milita-

(3) “La 5.ª Conferencia Panamericana”, Buenos Aires, 1923.



res e navais, concebida nos seguintes termos: Adopción de una convención encaminada a reducir, en proporción igual, los gastos militares y navales”, e que tão grande éco teve no seio da Comissão Temporária Mista e na 3.<sup>a</sup> Assembléia da Liga das Nações.

Não consultava essa proposição os interesses do Brasil, nem na forma, nem no fundo.

Atrasados, como nos achamos, em nossa organização militar e naval, em relação aos outros dois mais importantes países sulamericanos, que levam sôbre o nosso a dianteira de mais de vinte anos de ininterruptos esforços em prol da preparação de sua defesa nacional, por isso mesmo dispondo de mais numeroso armamento, maiores contingentes de reservas instruídas, e de todos os recursos necessários à sua mobilização, — aceitar uma redução de despesas militares, *em proporção igual*, conjuntamente com o Chile e a Argentina, seria resignarmo-nos a não possuir jamais, nem exército, nem marinha capazes de assegurar a soberania da nação, porque enquanto aquêles países não necessitam mais hoje senão de custeio para seu aparelhamento bélico, nós nos achamos ainda naquela fase de reconstrução, sempre dispendiosa, por êles já passada há mais de vinte anos.

Mas embora a fórmula proposta não nos conviesse, não repugnou à Chancelaria Brasileira, em perfeita comunhão com o espírito pacifista da Nação, a idéa de limitação dos armamentos. Em suas instruções de 20 de novembro, a que já nos referimos, ressaltando o ponto de vista que o Brasil sustentara na última Assembléia da Liga das Nações, diz, textualmente, o ministro das Relações Exteriores: “O Governo Brasileiro não é, nem pode ser hostil, em tese, à idéa do desarmamento, e, de acôrdo com o seu constante empenho

pela paz e pelo arbitramento, adere, em princípio, mui sincera e cordialmente, ao plano de se graduarem as forças e armamentos de terra e mar, segundo bases e normas proporcionais e justas, aplicáveis às nações dêste Continente, mas previamente estabelecidas essas bases e normas de modo muito claro e preciso”.

Esse elevado propósito não era obstáculo, porém, para que o Brasil recusasse o seu assentimento à inclusão da proposta chilena, em sua forma originária, no programa da V Conferência, uma vez que ela visava uma redução igual nas despesas militares e navais das nações do Continente, quando o critério único que poderíamos aceitar era o que levasse em conta as condições particulares de cada Estado, tal como estatui o art. 8.<sup>o</sup> do Pacto, de modo a garantir a integridade e a soberania da nação.

Rejeitada pelo Brasil a proposição chilena em sua forma originária, nem por isso assumimos uma atitude irredutível: são disso testemunhas as instruções citadas, — documento memorável, em que se vê espelhada, por forma eloqüente, a nobreza de nossa conduta no trato dêsse delicado tema, — onde se encontra a afirmação de que o “Brasil não terá dúvida em considerar de novo a questão, podendo talvez até terminar por não se opor à inclusão da tese chilena na ordem do dia ou programa da próxima Conferência de Santiago, uma vez alterada a redação do alvitre proposto, de sorte a deixar bem claro que a mesma Conferência apenas estudará e fixará as bases para o assunto ser ulteriormente discutido e resolvido em conferência especial convocada para êsse efeito, mesmo porque a questão escapa à competência e aos fins para os quais foram criadas as conferências pan-americanas.”

O Brasil estava, portanto, disposto a entrar em acôrdo para a limitação dos

armamentos, desde que fôsse abandonada a sugestão de se reduzirem, em proporção igual, as despesas militares e navais, o que não se apoiava em nenhum argumento de valor, e se adotasse um critério razoável, que não procurasse desconhecer a significação do nosso tamanho territorial, do volume de nossa população, da extensão da orla marítima a defender, a deficiente capacidade atual de mobilização, comparativamente às características dos outros países sul-americanos.

Dentro dêsse conceito, a Chancelaria Brasileira fêz tôdas as concessões possíveis, cooperando na obra da cordialidade continental, sem se afastar, no entanto, da conduta geral assentada pelo Brasil na Liga das Nações, pois “o desarmamento não é uma questão meramente americana, para ser tratado numa Conferência Pan-Americana exclusiva, devendo, pelo contrário, ser considerado, não somente em função da política dos Estados Americanos entre si, mas também de cada um dêles em relação aos Estados de outros continentes e a sua situação especial no mundo”, como com acêrto declara o ministro das Relações Exteriores nas suas instruções ao nosso Embaixador em Washington.

Mas foi ainda além o Brasil no seu propósito de entendimento cordial com suas irmãs da América, não pondo dúvida em promover, desde logo, uma reunião especial, com o mesmo objetivo acalentado pelo Chile, “na qual o Brasil, o Chile e a Argentina, talvez também o Peru e a Bolívia, estudassem, no parecer dos técnicos militares e navais, as respectivas situações e combinassem diretamente um entendimento, que evidentemente não interessa de modo tão imediato às demais nações da América.”

“Não seria uma conferência de desarmamento nem de armamento, prosseguem as instruções do ministro do Exte-

rior, mas de justo exame da atual situação de cada um dêstes três ou cinco países, livres de se entenderem com autonomia de ação a respeito, vendo cada um, tanto o que lhe falta como o que lhe sobra e procurando assentar um razoável equilíbrio entre tôdas as diferenciações naturais e forçosas”.

Desejava, dessa forma, o Brasil resolver realmente a questão, sem ser preciso sujeitá-la “aos azares de uma discussão e deliberação de todos os países da América representados na Conferência, a maioria dos quais nada sofre deixando de opinar.”

\*  
\*   \*   \*

Ao revelar-vos, Senhores, nas transcrições que aí ficam, os termos dêsse documento de impressionante clareza, do qual ressalta, em nítido relevo, a mais perfeita lealdade, a mais completa lisura de proceder, buscando orientar os representantes do Brasil no estrangeiro para a defesa dos mais relevantes interesses nacionais sem, no entanto, ocultar desígnios que não possam sofrer a luz da publicidade, — sinto-me, como vos sentireis, de certo, possuído de legítimo orgulho, cheio de confiança nos destinos do Brasil.

Aí tendes, em suas linhas gerais, os princípios que serviram de guia à ação da Chancelaria Brasileira nessa fase preparatória da Conferência de Santiago, — a organização do programa de seus trabalhos na União Pan-Americana, princípios que encerram uma política de honradez e clareza, aplaudida em luminoso parecer pela sabedoria imensurável de Rui Barbosa e sancionada pelos acontecimentos posteriores, que se incumbiram de mostrar-lhe o acêrto.

Vetada, embora amistosamente, pelo Brasil, a tese chilena, deixou ela de reunir a unanimidade de votos requerida para ser incluída no programa da Conferência. Não nos convinha a sua redação, como já dissemos, mas como não éramos, em princípio, contrários à limitação dos armamentos, precisávamos deixar evidente a lisura de ânimo com que procedíamos. Lembrou, por isso, a Chancelaria Brasileira a reunião, sem mais demora, dos países de maior significação militar da América do Sul, em conferência especial, que se realizasse antes da V Pan-Americana, e na qual poderiam eles dar um real impulso à idéia pacifista, sem interessar no assunto as outras nações do Continente, que poucas razões teriam para opinar a respeito.

Enquanto isso se dava, eram examinadas pelo Conselho-Diretor da União Pan-Americana, em sessão de 22 de novembro, as proposições que haviam sofrido impugnação por parte de alguns países, sugerindo o secretário de Estado dos Estados Unidos se modificasse a sua redação, a fim de obterem aceitação unânime, citando como necessária a supressão da frase: *em proporção igual*, da tese chilena.

O interesse demonstrado então por Mr. Hughes, pela inclusão da tese do desarmamento no programa da Conferência de Santiago é facilmente compreensível, se atendermos a que tinha sido por iniciativa de seu governo que, um ano antes, se reunira a Conferência de Washington, na qual as principais potências marítimas do mundo acordaram em não prosseguir no aumento de suas marinhas de guerra. Seria mais um padrão de glórias para a administração Harding estender essa iniciativa aos demais povos americanos, embora a Washington só tivessem sido convocados os interes-

sados na questão e, ainda assim, reunidos, primeiro, os mais fortes — Estados Unidos, Inglaterra e Japão; ouvidos, depois os de menor poder, — França e Itália; por fim, excluídos das decisões sobre os armamentos os que haviam apenas comparecido para tratar de seus interesses coloniais e de comércio no Pacífico, — Portugal, Holanda, Bélgica e, finalmente, a China.

O secretário de Estado Norte-Americano apresentou, então, um substitutivo à tese chilena, para que a questão dos armamentos figurasse no programa da próxima conferência. Foi êle o seguinte: “Considerações sobre a redução e a limitação dos armamentos em uma base justa e praticável”, que logrou a aprovação geral, e a que o Brasil, movido ainda pelos sentimentos de concórdia, de que sempre deu insuperáveis provas, acabou também por aceitar.

Mas enquanto se organizava, em Washington, o programa da Conferência de Santiago, a Chancelaria Brasileira prosseguia as negociações em Buenos Aires, na capital do Chile, a fim de conseguir a reunião dos três países em conferência preliminar, onde se encontrasse a *base justa e praticável*. E para que não restasse dúvida sobre a orientação que seguia, o Itamarati telegrafava, a 2 de dezembro, ao nosso Embaixador em Santiago, dizendo: “o fato de aceitarmos a modificação proposta pelo secretário Hughes já é uma concessão que o Brasil faz aos Estados Unidos e à União Pan-Americana, devendo, porém, ficar bem acentuado que condicionamos a aceitação da emenda Hughes à reunião prévia dos três países.

Rejeitado o princípio do *statu-quo*, que nos imporia a inferioridade naval no Continente, deixando-nos em terra pouco menos que desarmados em relação à Argentina e ao Chile só no art. 8.º do Pacto, de que somos signatários, encontraríamos



o critério que nos poderia servir, restando coerentes com a atitude que já assumimos na Liga das Nações.

Ora, segundo êsse artigo, como já vimos, "a manutenção da paz exige a redução dos armamentos ao mínimo compatível com a segurança nacional", levando-se em conta, para a fixação dêsse mínimo, a situação geográfica e as condições especiais de cada Estado. E' evidente que para chegar a êsse resultado torna-se necessário um estudo prévio dessas circunstâncias, que habilite a determinar aquêle limite mínimo para os armamentos. A redução é só, pois, possível, quando êste limite tenha sido excedido e, ainda assim, até êle, porque abaixo dêle não há mais a segurança nacional, objetivo dos armamentos.

Impunha-se, portanto, à nação que, de ânimo leal, aceitasse limitar seus armamentos, proceder primeiro a êsse exame, no seu e no material bélico dos países vizinhos, estudando suas situações recíprocas e em relação aos outros povos, jogando sempre com dados exatos e fiéis estatísticas.

Era êsse o exame sugerido pela Chancelaria Brasileira, num gesto nobre, de franqueza e lealdade, para o qual convidava o Chile e a Argentina, no propósito de, em comum, *ver cada um, tanto o que lhe falta, como o que lhe sobra, procurando assentar um razoável equilíbrio entre tôdas as diferenciações naturais e forçosas.*

Se algum inconveniente pudesse haver nessa conversa entre amigos, com o propósito de chegar a um acôrdo sôbre o que limitar e quem excedia o limite mínimo de sua segurança, só poderia ser para o Brasil, que teria de confessar suas deficiências, lance arrojado, que não dava lugar a negações, mas que não poderia ser acoimado de mascarar, com subterfúgios, ocultas intenções: jôgo franco, atitude

leal, desejo sincero de firmar para sempre a concórdia sulamericana.

Pleiteando essa solução, dizia a Chancelaria Brasileira, em telegrama de 28 de novembro, ao nosso Embaixador em Washington: "nosso ponto de vista converge para uma reunião imediata de representantes dos três países, em qualquer das capitais dos mesmos. Estamos fazendo um jôgo aberto, sincero e franco, e dispostos a pôr as nossas cartas lealmente na mesa, pedindo, com afeto, nossos bons amigos do Chile e da Argentina, que façam o mesmo. Fora daí, tudo será em pura perda, e a injusta celeuma contra nós prosseguirá, pretendendo apresentar-nos como um país militarista, quando a verdade é muito outra."

No mesmo documento, mostrando que a iniciativa do Brasil, longe de contrariar, harmonizava-se perfeitamente com os desígnios norte-americanos, acrescentava o Itamarati:

"Mas se o ponto de vista oficial de Washington é prolongar, na América do Sul, a vitória dos princípios da Convenção Naval que os Estados Unidos ajustaram com a Inglaterra, o Japão, a França e a Itália, êsse resultado não será prejudicado, antes ficará favorecido pela reunião, agora, do Chile, Argentina e Brasil, com idêntico fim, antes da abertura da V Conferência Pan-Americana."

E prossegue, mostrando que, por essa forma, agiríamos também com o critério adotado na Liga das Nações:

"No espírito da ação presentemente desenvolvida pela Liga das Nações, no mesmo sentido, vem realmente especificada a conveniência de se considerar o problema em relação a cada parte do globo e, nesta porção da América, ninguém dirá que não sejam os três países os

mais autorizados a dar o exemplo e iniciar o movimento de restrição que se preconiza. Aquilo que assentássemos na reunião de janeiro seria já uma excelente base, para março, na V Pan-Americana, como o acôrdo de Washington o terá sido para a nossa tentativa, idêntica na América do Sul, de onde devemos banir tôda a idéia de emulação em matéria de armamentos. A cordialidade absoluta ora reinante entre os três países parece assegurar, de antemão, o pleno êxito de nossa iniciativa.”

\*  
\*       \*

Ao nosso Embaixador no Chile, em telegrama do dia seguinte, declarava o Itamarati: “as reservas com que recebemos a tese chilena do desarmamento não se prendem senão ao desejo de achar outra fórmula conducente ao mesmo fim e retirar a matéria para campo mais apropriado, onde o debate ficasse circunscrito aos interessados. Longe de ser isso uma desconsideração às demais nações irmãs, que só temos razões para prezar, é uma atenção para com elas, pois, na verdade, não têm necessidade nenhuma de cogitar do assunto pelo pouco que representam como quantidades militares e navais e talvez se aborrecessem, sendo obrigadas a intervir na discussão ou na votação. Nada impede que tais nações adiram, mais tarde, ao plano que esboçarmos, alargando útilmente o pensamento pacifista da América. Seria mesmo isso a maior vantagem da reunião especial que preconizamos para antes da abertura da Conferência Pan-Americana, perante a qual as bases, já então estudadas entre nós, poderiam ser presentes como norma a propormos aos outros.”

Essa era também a linguagem em que o Itamarati se dirigia ao nosso Embai-

xador em Buenos Aires, o qual estava a par da correspondência trocada com Washington e Santiago.

Entaboladas as negociações diplomáticas com a Chancelaria Argentina para a reunião dos três países, que havíamos concordado tivesse lugar em Valparaizo, tudo fazia crer um completo êxito a sugestão do Itamarati, pois, embora a política externa da Casa Rosada se mostrasse receosa de desgostar as outras nações americanas, se comparecesse a uma conferência destinada a estudar a limitação dos gastos militares e navais, a que só teriam acesso as três mais significativas potências do Continente, — o ministro (interino) das Relações Exteriores aceitara, em princípio, a proposta do Brasil. Êle julgava que a projetada reunião iria ferir as susceptibilidades das nações excluídas, criando, talvez, situações delicadas no Continente, por efeito de inevitáveis intrigas, motivo pelo qual sugeria um dêstes alvitres:

a) abrir-se, a partir de janeiro, uma secretaria em Valparaizo, incumbida de receber todos os estudos feitos pelos vários países americanos, relativamente à redução eventual dos seus orçamentos militares, cada um dêles podendo enviar, para êsse fim, àquela cidade, os seus representantes técnicos, a fim de combinarem, com os das outras potências interessadas, as bases dessa redução;

b) ou, então, caso êsse alvitre não fôsse prático, prepararem o Brasil, o Chile e a Argentina, sem nenhuma convocação, servindo-se dos seus técnicos, os planos adequados ao caso, reunindo-se, depois, os seus representantes, no Ministério do Exterior, em Buenos Aires, a fim de chegarem ao acôrdo, que seria, depois, ratificado na Conferência.

Essas idéias, manifestadas pelo Chanceler Argentino, sem o cunho de propostas, e destinadas apenas, no seu dizer,

a evitar melindres, não eram de molde a impedir a aceitação do ponto de vista brasileiro, pois êle mesmo declarara, é verdade que sem o caráter de uma resposta definitiva, *que, no caso de o Brasil tomar a responsabilidade ostensiva do convite, a questão se simplificaria, em relação à Argentina: uma vez convidada*, dizia êle, *não vejo por que recusará*. “Quando um amigo me convida para um jantar, prosseguiu, não indago quais são os convidados: aceito o convite.”

A opinião do presidente Alvear, da qual ficara dependendo a resposta definitiva do seu ministro do Exterior, era que a reunião traria conseqüências desagradáveis à política interna e externa de cada país, visto como as nações pequenas considerariam, sinceramente ou não, a união dos três maiores países, para deliberarem sobre armamentos, como uma espécie de aliança dos fortes contra os fracos, a fim de imporem sua hegemonia. Não sendo essa a intenção das três nações, julgava êle preferível evitar êsses perigos, procurando-se uma fórmula menos soene, para o que lembrava o alvitre de *estudar cada país, com os seus técnicos, a questão a fundo, e se reunirem, depois dêsse estudo, no Chile, no Brasil ou na Argentina, para resolverem a questão entre si*, submetendo-a, depois, à discussão pública, na Conferência Pan-Americana. O presidente declarara, ainda, que “essas ponderações não significavam uma recusa peremptória à proposta do Brasil, mas sugestão amistosa e de cordial cooperação”.

Era a reunião, não para estudar em conjunto, o que podia suscetibilizar as nações mais fracas, mas para resolver, *submetendo, depois, o resolvido à discussão pública*, na Conferência de Santiago.

Em que diferia, pois, a sugestão amistosa do presidente Alvear, da proposta do Itamarati? Não se faria o estudo em

comum; no resto, era a preliminar de Valparaizo. Não significava, além disso, uma recusa peremptória à proposta brasileira.

Foi nesse pé que o Ministério do Exterior do Brasil enviou a sua nota-convite às duas nações sul-americanas, cujos termos dão amplas satisfações aos receios do presidente Alvear, quando declara: “nesse convite não introduzimos nenhum pensamento sistemático de aumentar, diminuir ou limitar, coercitivamente, a força militar e naval de cada uma das nossas três Repúblicas, unidas hoje, como ontem, como amanhã, por sólidos afetos e pelos mais valiosos e recíprocos interesses. *O único propósito que nos anima é considerarmos, com acentuada orientação pacifista, a situação em que cada uma de nossas respectivas nações se encontra a êsse respeito*, ouvido o parecer dos técnicos e especialistas, mediante o necessário inquérito preliminar feito pelos mesmos, ajustarmos, então, um entendimento cordial, que não tire a nenhum de nós o direito de organizar, como repute melhor, a defesa de sua segurança, tanto interna, como externa, mas nos conduza, a todos, o mais depressa possível, à fixação de uma justa e prática base, que evite a progressão dos orçamentos militares”.

E, para acalmar as possíveis suscetibilidades das nações mais fracas, junta a nota-convite: “Nas conversações que ultimamente me coube a satisfação de entabular com o Govêrno de V. Ex., creio haver deixado bem claro que a reunião especial das três maiores potências da América do Sul absolutamente não tem por objeto a formação de nenhum bloco ou aliança, nem envolve desconsideração de espécie alguma para com as nossas outras irmãs do Continente, que representam, sem dúvida, idênticos e ponderáveis valores morais e políticos, porém menor contingente militar e na-



val, e a quem nos apressaremos em levar, com leal interesse, as conclusões a que chegaremos, depois de um exame sincero, afetuoso e minudente, que esclareça, da maneira mais exata, a situação do Chile, da Argentina e do Brasil no tocante à matéria e determine uma norma a que cada qual, na sua autonomia de ação, possa voluntariamente cingir-se”.

A nota-convite do ministro das Relações Exteriores do Brasil conclui com estas palavras, cheias de confiança na concórdia americana: “Acredito que, realizado esse meritório acôrdo, teremos prestado à paz continental e à paz do mundo o mais útil e benemérito serviço, pondo definitivamente têrmo aos alarmas sem causa, que periódicamente se levantam, ora num ora noutro dos três países, e habilitando a próxima Conferência Pan-Americana, que deve reunir na mesma obra de solidariedade e de concórdia tôdas as nações dêste hemisfério, a sancionar com eficácia o que nesse sentido a mesma conferência houver julgado de bom aviso incluir no seu programa”.

\*  
\*   \*  
\*

Aí tendes, Senhores, apoiado na documentação mais autêntica, o pensamento que animava a Chancelaria Brasileira nos últimos dias de novembro e nos primeiros de dezembro do ano findo, quando se formulava, em Washington, o programa da V Conferência Pan-Americana.

\*  
\*   \*

Não podia a nossa proposta ser recusada pelo Chile, que tão desejoso se mostrara de reduzir as despesas militares e navais das nações do Continente. Seu govêrno aceitou-a, por isso, plenamente.

Tudo dependia, pois, de Buenos Aires, que, já vimos, concordara, em princípio, com a iniciativa do Itamarati.

A nota-convite do Brasil foi apresentada ao ministro das Relações Exteriores da Argentina no dia 5 de dezembro, véspera da sessão realizada, em Washington, pela União Pan-Americana, em que ficou definitivamente resolvido o programa da Conferência de Santiago, nêle incluído o substitutivo Hughes, que aceitávamos sob a condição de realizarse preliminarmente a reunião das três mais fortes nações da América do Sul.

A resposta da República Argentina, se não marca uma inflexão imprevista no caminho que levavam os acontecimentos, descobre, ao menos, o propósito de evitar um exame, em conjunto, da questão, para entregá-la aos debates de uma assembléia que iria assistir, mais como espectadora do que como parte interessada, os passes impressionistas da oratória continental em tórno de um assunto que, só por meio de estudo, calmamente feito, poderia conduzir a resultados práticos.

A nota-resposta da Casa Rosada manifesta que o Govêrno Argentino “abriga o melhor desejo de cooperar em uma ação que tenda para a maior harmonia da América tôda, e por isto lhe agradou a proposta chilena e o desejo manifestado pelo Brasil de alvitrar um meio prático de a levar a bom fim; *mas o princípio de solidariedade continental, amplo e cordial que a Argentina sustenta*, obriga êste Govêrno a meditar — antes de concorrer à reunião parcial — sôbre o tema destinado ao debate geral. Desejamos evitar uma attitude — prossegue a nota — cuja justificação não discutimos, que se poderia, a nosso juízo, chegar a interpretar com receio por alguns países irmãos dêste Continente, e é por isso que, admitindo a utilidade prática de cotejar elementos de juízo e preparar

zarefa que elimine dificuldades futuras, devemos facilitar oportunidade igual a todos os países da América para intervir, tanto no estudo, como na solução do problema”.

Tudo se cifrava em só fazer o estudo das condições militares dos países do Continente no seio da família americana, reunida em plena assembléia a fim de evitar que qualquer de seus membros viesse a reear pretendessem os fortes tramarm uma aliança contra os fracos.

Depois das declarações categóricas da nota-convite do Brasil, de que “a reunião especial das três maiores potências da América do Sul não tem por objetivo a formação de nenhum bloco ou aliança, nem envolve desconsideração de espécie alguma para com as nossas outras dignas irmãs do Continente, que representam, sem dúvida, idênticos e ponderáveis valores morais e políticos, porém menor contingente militar e naval”; depois dos primeiros alvitreos sugeridos pela Chancelaria de Buenos Aires, que não diferem da proposta do Itamarati senão em excluir uma convocação formal para o estudo em comum — só se compreende a recusa da Argentina à reunião, como subordinada às “consequências desagradáveis à política interna e externa de cada país” a que aludiu o presidente Alvear.

\*  
\*   \*  
\*

Mas o espírito de concórdia do Governo Brasileiro não se deu por vencido ante essa resistência a um estudo objetivo e franco da situação militar das mais fortes potências sul-americanas, — única fórmula capaz de estabelecer uma confiança recíproca entre os países irmãos pelo conhecimento efetivo de suas condições de defesa e dos desígnios da sua política militar, — e embora pudessem fechar-se numa atitude intransi-

gente, que os fatos justificavam, resolveu não criar, por sua parte, óbice nenhum às proposições que lhe fôsem sugeridas em Santiago, antes se dispondo a examiná-las e aceitá-las, se não prejudicassem os nossos interesses.

Vimos, assim, o ministro do Exterior, em seu discurso de despedida do Hotel Glória, na véspera da partida da Delegação Brasileira, depois de declarar que não necessitava redigir instruções que a esta orientassem nos seus trabalhos de Santiago, “preferindo expender de público o que o Governo Nacional recomenda aos seus enviados à grande reunião”, afirmar: “não levamos nenhuma idéia preconcebida para essa palestra entre amigos”, acrescentando adiante: “De modo nenhum tencionávamos furtar a matéria ao ulterior conhecimento e resolução de toda a América junta. Não distinguimos superioridades entre as nossas nações co-irmãs, cujas soberanias nos habituamos a ver niveladas como expressões de uma independência igual em todas elas e insuscetível de tutela de quem quer que seja”, o que, mais uma vez, impedia o arrepio dos melindres, mesmo os mais sensíveis...

E’ ainda dêsse discurso o trecho que segue, no qual se encontra, de forma significativa, expressa a feição harmonizadora de nossa política externa, cujos anelos de concórdia e solidariedade em relação às outras nações do Continente tiram à nossa atitude todo aspecto de resolução irrevogável. “A América, infelizmente, não estará toda junta em Santiago. A ausência do México, do Peru e da Bolívia, que são também das maiores nações do Continente e não comparecerão à reunião, impossibilita o exame da matéria pela totalidade dos países americanos, isto é, da maneira pela qual foi reclamada quando fizemos, nos termos amplos e claros e afetuosos, já conhecidos do público, o convite ao Chile

e à Argentina para a preliminar. E se considerarmos que duas das referidas nações são convizinhas das três que participavam da questão da Preliminar, logo verificamos que a dificuldade aumenta, não podendo nós pretender resolver o assunto à revelia daqueles dois povos amigos, lindeiros nossos”.

“Não emito estas declarações somente para argumentar, pois queria dizer também que o Brasil, *ao contrário do que pudera e tinha direito, deixa de fazer cabedal dessas reservas* e envia a Santiago, com a sua Delegação, abalizados especialistas militares e navais.”

### TERCEIRA PARTE

#### A CONFERÊNCIA DE SANTIAGO

Meus senhores:

Inspirada nesses princípios liberais de concórdia e solidariedade americana, contidos nas diretrizes publicamente dadas pelo ministro do Exterior em seu discurso de despedida do Hotel Glória, foi que a Delegação Brasileira deixou esta cidade, rumo a Santiago, consciente da imensa responsabilidade que pesava sobre seus ombros, e disposta a servir patrioticamente o Brasil, sem que para isso fôsse necessário contrariar os desígnios da Conferência, antes cooperando sinceramente para a harmonia continental.

Não eram os mais propícios os augúrios sob os quais se ia discutir a tese do desarmamento. Pela República Argentina havia sido recusada a proposta brasileira de estudarem preliminarmente a questão os interessados mais diretos, sob a alegação de que ela afetava, por igual, a tôdas as nações do Continente, que, por êsse motivo, deviam estar presentes às deliberações. Em vez disso, a Assembléia dos Países Americanos ia reunir-se sem a presença de três dos mais ponde-

ráveis membros da família continental: o México, o Peru e a Bolívia, cuja ausência tirava ao debate aquela amplitude tão desejada pela Argentina, invalidando, demais, tôda resolução objetiva tomada à revelia dos interesses respeitáveis dos ausentes.

Mas, mesmo dos presentes, alguns estavam impossibilitados, por convenções internacionais anteriores, de firmar novos compromissos sobre suas forças de terra e mar.

Desde logo, os Estados Unidos, convocantes e signatários da Convenção de Washington, estavam ligados às grandes potências marítimas por tratados que lhes asseguram uma das duas maiores esquadras do mundo, mas que lhes impedem de transigir com suas irmãs mais fracas, entrando em acôrdo sobre a grave questão. Seu Exército, também o mais importante do Continente, após desempenhar papel decisivo na grande guerra, fôra na Europa que buscara o estalão para a sua medida, quando, em Washington, se procurou limitar, em vão, as forças de terra das nações convocadas pelo presidente Harding.

Por outro lado, as Repúblicas da América Central acabavam de firmar, em Washington, a 7 de fevereiro, um pacto, em que se comprometiam a não ter marinha de guerra de nenhuma espécie, a cifra de suas forças de terra ficando graduada proporcionalmente à população, à área territorial e à extensão das fronteiras de cada uma. Estavam, portanto, também sem liberdade para discutir e resolver um assunto que, entre si, consultando apenas os seus interesses, haviam já liquidado de uma vez.

Estavam, pois, os membros da Assembléia interessados na questão dos armamentos reduzidos a bem poucos: as três nações da preliminar de Valparaizo, fatores militares preponderantes na par-



te Sul do Continente; o Uruguai, Paraguai, Colômbia, Equador, Cuba e Venezuela, sem marinha de guerra, e de forças terrestres pouco consideráveis.

Os fatos iam-se incumbindo de justificar a política internacional brasileira.

\*  
\*      \*

A sessão inaugural da Conferência de Santiago teve lugar no salão nobre do Congresso Nacional do Chile, no dia 25 de março, pronunciando o discurso de abertura o próprio presidente da República, Dom Artur Alessandri.

Na primeira sessão plenária, reunida no dia seguinte, foi eleito presidente da Assembléia o Sr. Agustin Edwards, chefe da Delegação Chilena, ministro do Chile em Londres, que presidira aos trabalhos da última Assembléia da Liga das Nações.

Constituídas, a 27, as diferentes comissões, foi a VII incumbida do estudo da Tese XII, verificando-se a sua primeira reunião nesse mesmo dia. Por indicação do delegado chileno, foi eleito seu presidente o chefe da Delegação dos Estados Unidos, Mr. Fletcher, e, por iniciativa do representante do Brasil na Comissão, o ministro José de Paula Rodrigues Alves, eleito relator o delegado chileno Sr. Antônio Huneus.

\*  
\*      \*

Apesar dos reccios que a discussão da tese do desarmamento punha em todos os corações, o ambiente inicial da Conferência foi de perfeita cordialidade. Logo na primeira sessão plenária o Chefe da Delegação Argentina, Sr. Montes de Oca, escolhido para responder, em nome de todas as Delegações, à saudação do ministro do Exterior, ao lado do hino de louvores que entou à sua

pátria, pôs timbre em fazer elogiosas referências ao Brasil, aludindo à Campanha de Caseros, em que as duas nações combateram juntas a tirania de Rosas, rendendo também uma significativa homenagem ao barão do Rio Branco. Em breve estabelecia-se uma perfeita cordialidade, tanto entre os delegados e técnicos civis, como entre as comissões militares e navais, que não perdiam oportunidade de se darem publicamente as mais completas provas de camaradagem.

Era preciso, no entanto, iniciar o estudo do problema.

Como encaminhar a sua discussão, depois da recusa da preliminar de Valparaíso? Quem tomaria a iniciativa das proposições concretas, destinadas a servir de base ao entendimento, que o Chile julgara tão necessário às nações americanas, a ponto de pleitear a sua inclusão no programa da Conferência?

O Brasil não levava nenhuma idéia preconcebida para essa palestra entre amigos, cabendo-lhe apenas uma atitude de benévola expectativa, pronto a examinar as proposições apresentadas, para aceitar as que não contrariassem os supremos interesses de sua segurança interna e externa, mas sem o propósito de sugerir iniciativas de qualquer espécie.

Era de esperar que o Chile, colocado perante as nações convidadas a Santiago em posição semelhante à dos Estados Unidos em relação às grandes potências marítimas reunidas em Washington, seguisse em tudo o exemplo de Mr. Hughes, expôndo aos irmãos do Continente o seu plano de redução das despesas militares e navais, sobre uma base justa e praticável, como fizera o secretário de Estado norte-americano, na primeira reunião dos delegados das grandes nações européias e asiáticas realizada em Washington.

Mas isso não se deu. Entrou-se numa penosa fase de longos entendimentos

preliminares, que durou de 27 de março a 11 de abril, quando a comissão de armamentos ouviu, por fim, o parecer do relator, calcado sôbre as aspirações pacíficas por que anela o mundo, e deixando aos Estados, “dentro do mais livre e espontâneo exercício de suas atribuições soberanas”, promover com os outros Estados que julgassem conveniente e nas oportunidades que considerassem adequadas, “o estudo de pactos tendentes à discreta consideração de seus respectivos armamentos”.

Não era fácil a missão do relator. O delegado chileno havia iniciado habilmente uma série de conversações com os representantes do Brasil e da Argentina, a princípio separadamente, depois reunidos, logo que se julgou esclarecido sôbre os pontos de vista de cada um dêles, dando, por essa forma, uma demonstração irrecusável de que, sem o entendimento prévio dos três países mais interessados na questão, não seria possível abrir os debates no seio da Comissão.

Não é possível, meus Senhores, nos estreitos limites desta Conferência, depois de vos haver detido por mais tempo do que me era lícito, acompanhar *paripassu* a marcha dos acontecimentos nessa fase trabalhosa das negociações preliminares, na qual o ministro Rodrigues Alves soube, com habilidade e firmeza, rebater, uma a uma, as proposições do relator que podiam afastar-nos da orientação seguida pelo Brasil desde a primeira Assembléia da Liga das Nações, até conseguir que êle apresentasse um parecer que, consagrando a nossa política exterior, merecesse a nossa aprovação. Foram dias de patriótica emoção os vividos em Santiago durante essas negociações, feitas à parte da Conferência, e que não sabíamos bem onde nos conduziriam. Mas nunca nos faltou a fé nos homens a quem o Brasil entregara a sua causa, e que souberam honrar a confian-

ça nêles depositada. Todos sabeis da firmeza, do tato, da elevação e do patriotismo com que o Chefe da Delegação Brasileira enquadrou a questão nos seus verdadeiros limites, deixando em evidência a nobreza dos nossos desígnios, a lealdade dos nossos processos, a justiça da nossa causa.

\*  
\*   \*   \*

Foram as seguintes as primeiras sugestões do relator:

a) Adoção do *statu-quo* como base para o entendimento entre as três nações do A.B.C., que o delegado brasileiro repeliu em absoluto, como já o havíamos feito na Liga das Nações;

b) Aceitação do compromisso de não adquirir, pelo espaço de 10 anos, navios capitais: *dreadnaught* e porta-aviões, o que equivalia ao *statu-quo*, e, por isso, recusado;

c) Adoção da Convenção de Washington, quanto ao emprêgo dos submarinos e dos gases asfixiantes, com o fim de humanizar a guerra, e a que o nosso delegado deu o seu assentimento;

d) Proibição do bombardeio das cidades abertas por aviões e pela artilharia de mar e terra, a que o representante do Brasil fêz restrições, fundadas no que se entende por cidade aberta, julgando não estarem compreendidas nessa categoria as que possuem instalações industriais subsidiárias da guerra, como arsenais de reparações, fábricas de pólvora, estações potentes de telegrafia sem fio, etc.;

e) Compromisso de não estabelecer bases navais nas proximidades das fronteiras com países vizinhos, repellido pelo delegado brasileiro, por limitar a liberdade de defendermos as nossas costas como nos fôr mais conveniente;

f) E outras proposições de caráter geral e humanitário que qualquer país aceitaria.

\*  
\*      \*

Na primeira conversação, em casa do Sr. Huneeus, em que estiveram presentes os representantes brasileiros e argentinos, o relator, já informado da opinião das duas delegações, procurou encontrar uma fórmula que conciliasse as duas tendências: o Brasil, no seu ponto de vista, não aceitando acôrdo que pudesse comprometer sua liberdade de organizar-se militarmente segundo os limites estabelecidos no art. 8.º do Pacto das Nações, repelia o *statu-quo*, que era a consagração de sua inferioridade atual em relação a outros países sul-americanos, pronto, porém, a adotar tôdas as medidas tendentes a impedir as guerras, ou torná-las menos cruéis, quando acaso surgissem; a Argentina, considerando existir a paz armada na América do Sul, querendo, no dizer do seu delegado, não só condená-la mas extirpá-la, pleiteava resoluções que interessassem a própria essência da Tese XII. Veremos mais adiante em que consistiam suas proposições.

No decurso da conversação a três, o presidente da Delegação Brasileira teve ensejo de pôr em relêvo o espírito pacifista da nossa política externa, o contraste entre o estado de preparação militar nos três países, o Brasil com a iniciativa de organização racional de suas forças armadas apenas em comêço, e as outras duas nações amigas levando sôbre êle um avanço de mais de 20 anos.

Foi nesse momento que o relator da comissão propôs a criação de um *comité* permanente, incumbido de prosseguir no estudo do desarmamento e que servisse

de intermediário para as informações recíprocas entre as nações, sôbre os seus projetos de aquisição de material bélico. Por essa forma, longe de se resolver a questão, ela se prolongaria indefinidamente, emaranhada na trama burocrática dêsse órgão de permanente excitação da desconfiança entre os povos. Não mereceu, por isso, a aprovação de nenhuma das duas potências do Atlântico.

E, assim, chegámos à sessão de 5 de abril, em que o relator fêz uma ligeira exposição da marcha dos trabalhos, e a de 11 do mesmo mês, em que foi lido o seu parecer, elaborado com a assistência constante do Brasil e da Argentina, únicas nações ouvidas no caso. A gestão da delegação brasileira durante essa fase dos trabalhos assegurou uma completa vitória ao nosso ponto de vista, pois o relatório encaminhava apenas a questão, deixando aos Estados a porta aberta às negociações posteriores, feitas diretamente de chancelaria a chancelaria. Mereceu, por isso, nossa aprovação.

Eram estas as conclusões do relatório Huneeus:

## I

1.º Recomenda-se à Conferência uma declaração pela qual os Governos concorrentes confirmem seu mais sincero anelo de manter-se em paz imutável com todos os povos da América e todos os povos do mundo.

2. Recomenda-se à Conferência uma declaração pela qual os Governos concorrentes condenem a paz armada, que exagera as forças militares e navais além das necessidades da segurança interior e da soberania e independência dos Estados.

## II

1.º A Conferência recomenda aos Governos que adiram aos princípios con-



ciliatórios adotados pela segunda Conferência de Haia de 1907 (e por outras conferências e congressos internacionais posteriores), para a solução pacífica dos conflitos internacionais.

2.º A Conferência recomenda aos Governos que adiram aos métodos preventivos da guerra, e especialmente aos que consultam a investigação e exame dos conflitos internacionais previamente ao rompimento das hostilidades.”

### III

“Recomenda-se aos Governos que, dentro do mais livre e espontâneo exercício de suas atribuições soberanas, promovam, com a Nação ou com os Estados que, dentro dessa mesma liberdade, acreditarem conveniente e nas oportunidades que julgarem adequadas, o estudo de pactos tendentes à discreta consideração de seus respectivos armamentos.

### IV

“A) Recomenda-se aos Governos que adiram às convenções da Conferência de Haia de 1907, e às convenções posteriores que restringem as hostilidades militares, fixam os usos da guerra e os direitos e deveres dos neutros, e propendam assim dentro de sua alta justificação, a uniformizar o direito internacional positivo das nações americanas acêrca das medidas que mitigam os horrores da guerra e, em geral, acêrca do direito da guerra.”

“B) Recomenda-se aos Governos que adiram ao princípio da imunidade dos navios mercantes neutros contra os submarinos, com as restrições que dispõe o Tratado de Washington n.º 2, de 6 de fevereiro de 1922.”

“C) Reitera-se a proibição de usar gases asfixiantes, venenosos e todos os

líquidos, substâncias ou elementos parecidos, tal como êsse Tratado os assinala”.

“D) Dada a intensa eficácia a que parecem chamadas as atividades aéreas, recomenda-se o estudo das restrições a que devem ser sujeitas, a fim de que se mantenham dentro do fim legítimo da guerra, e a fim de que se assegure o respeito às povoações e praças indefesas.”

\*

\* \*

A aprovação do relatório Huneus não se decidiu imediatamente, abrindo-se um longo debate, durante o qual foram surgindo, uma após outra, as proposições concretas de que nos ocuparemos adiante. Logo na sessão em que êle foi dado a conhecer, definiram-se as posições dos dois países ouvidos pelo relator chileno: o Brasil e a Argentina.

O primeiro delegado argentino, como se esperava, discordou do parecer, quando êle diz: “Comparadas as forças americanas, à luz desses fatores da vida nacional, com os europeus anteriores à guerra, destaca-se, com eloquente relêvo, o fato de que *na América não há paz armada*”. Para o delegado argentino havia a paz armada; demais, não lhe bastavam as declarações do parecer Huneus: queria proposições mais positivas, de natureza concreta, que ferissem a fundo a Tese XII do programa.

O delegado do Brasil na comissão de armamentos, por seu lado, deu a nossa aprovação ao trabalho do relator, concordando com êle que, “na América, não havia paz armada, pois os armamentos dos países continentais não eram desarrazoados, nem existiam êsses pruridos de superaquisições bélicas que levam as nações à ruínosa competição militarista.”

A Comissão, numa atitude mais de espectadora que de parte, ouvira, em profundo silêncio, as declarações dos dois delegados. Visivelmente, os representantes dos outros países não queriam envolver-se num assunto que só indiretamente interessava a certas nações da América.

A repercussão que as idéias conciliadoras do relator teve na imprensa argentina está ainda na memória de todos, e talvez tenha sido a causa da nova feição que tomou sua proposição concreta, agora favorável à tese argentina, levada a plenário antes de ser aprovado o parecer anterior.

Mas um incidente da mais assinalada importância veio, por alguns momentos, pôr em foco a preliminar brasileira de Valparaíso, oferecendo-lhe uma consagração imprevista e significativa.

Na sessão de 14 de abril, o delegado de Honduras, depois de referir-se às cláusulas do Tratado que as nações da América Central acabavam de firmar em Washington, pelo qual estavam privadas de possuir marinha de guerra de qualquer espécie e tinham limitadas as suas forças de terra, o que lhes tirava toda a autoridade para intervir no assunto, fez a seguinte proposta:

I — Declarar, como princípio de solidariedade continental, que os povos da América vêem nas suas instituições armadas somente a salvaguarda de sua soberania nacional;

II — Que, a fim de chegar a acordos práticos em matéria naval, os governos da Argentina, Brasil e Chile, *principais interessados nessa questão*, convenham nos detalhes técnicos para um entendimento nesse assunto."

Podeis imaginar a surpresa com que ouviu a Comissão essa declaração corajosa do representante da pequena nação da América Central, que, em meio dos

trabalhos da Conferência, revivia a preliminar brasileira como solução às dificuldades, cada dia maiores, surgidas no caminho do projetado entendimento. Aprovada que fôsse essa indicação, naquele dia, e a questão dos armamentos teria entrado em nova fase, que talvez conduzisse a resultados concretos. Mas o presidente da 7.<sup>a</sup> Comissão, aliás na melhor das intenções, dirigiu o debate de tal modo que a discussão foi adiada.

No intervalo entre as sessões de 14 e 17 de abril, o Chile tomou a iniciativa de novas conversações à margem da Conferência, a fim de chegar-se a uma proposição concreta, como eram os desejos da Argentina. Nessas negociações ficou assentado, entre as delegações brasileira e chilena, que o relator ampliaria o seu parecer, formulando uma proposta, na qual se fixava o limite máximo de 80.000 toneladas para os navios capitais da esquadra de batalha de cada país, sem se referir, no entanto, aos navios das outras classes, nem às forças de terra.

Na sessão de 17 de abril, essa proposta foi de fato apresentada, mas com omissão da tonelagem convencionada e contendo referência, embora sob a forma de um *voto*, ao desejo de se limitar a tonelagem das demais classes de navios e de se fixarem as forças de terra. Diante, porém, da atitude da Delegação Brasileira, justamente atingida com as omissões e acréscimos da proposta, contrários ao convencionado, o delegado chileno propôs, na sessão seguinte, as 80.000 toneladas.

Essa cifra não nos acarretava prejuízos, pois assegurava-nos a margem de 35.000 toneladas de navios capitais permitindo-nos adquirir mais um *super-dreadnaught*, uma vez que o *S. Paulo* e o *Minas Gerais*, reunidos, somam ... 45.000, ao passo que deixava aos argentinos 24.000 disponíveis, porque o *Rivadavia* e o *Moreno* perfazem 56.000.

Havíamos chegado ao momento mais agudo dos debates, mantendo uma completa serenidade, que nem as arremetidas furiosas da imprensa buenairense, nem os *canards* da *Associated Press* nos fêz perder. Procurava-se dar à atitude defensiva em que a delegação do Brasil se colocara uma significação armamentista, que denunciava receio do exame profundo da questão, esquecendo os que assim proclamavam que partira do Brasil a idéia de um estudo sério do problema, recusada por quem se mostrava agora tão vivamente empenhado em desarmar a América...

\*  
\*   \*   \*

Era indispensável fixar, de maneira clara e precisa, o pensamento do Brasil, os desígnios de sua política militar no Continente, as bases em que êle aceitava tratar, fora da Conferência, com as nações interessadas, um justo equilíbrio de forças que nos garantisse a segurança interna e externa do país.

Isso foi levado a efeito na sessão de 21 de abril, quando o presidente da Delegação Brasileira leu a sua memorável *declaração de princípios*, peça magistral, de onde emana, numa evidência impressionante, tôda a lisura tradicional da nossa conduta, nas relações com os outros povos; o soberbo espírito pacífico da nossa raça; o seu elevado idealismo; todo o religioso respeito com que no Brasil se considerou sempre o direito das outras nações.

Foram momentos de intensa emoção patriótica, de indizível orgulho de nossa nacionalidade, os que nos fêz viver, no acio da 7.<sup>a</sup> Comissão, o Dr. Afrânio de Melo Franco, ao rememorar, ante a América reunida, o nosso glorioso passado, e proclamar como divisa de nossa pátria: “viver em paz com todos os po-

vos do mundo é o supremo objetivo dos Estados Unidos do Brasil.”

Não vou repetir-vos, Senhores, as declarações dêsse soberbo manifesto da nação brasileira aos outros povos do mundo, porque todos nós o temos guardado no coração.

Quero, porém, destacar dêle as bases fundamentais em que aceitaríamos um acôrdo com as Repúblicas do Continente, como é o desejo do Brasil:

1.<sup>o</sup> Limitação da tonelagem dos navios capitais, durante cinco anos, em 80.000 toneladas;

2.<sup>o</sup> Considerar como navios capitais, atualmente existentes na América do Sul, os do tipo *dreadnaught* e, conforme a definição da parte 4.<sup>a</sup> do art. 2.<sup>o</sup> do Tratado n.<sup>o</sup> 1, assinado em Washington a 6 de fevereiro de 1922, os que, da data da convenção a assinar-se em diante, vierem a ser construídos, desde que tenham um deslocamento maior de dez mil toneladas, ou sejam armados com um ou mais canhões de calibre superior a oito polegadas;

3.<sup>o</sup> No cálculo da tonelagem total fixada para os navios capitais se incluirão sômente os navios atualmente existentes do tipo *dreadnaught* ou *super-dreadnaught*: Minas Gerais, S. Paulo, Moreno, Rivadávia e Latorre;

4.<sup>o</sup> Os outros atuais navios de combate, que não sejam do tipo *dreadnaught*, isto é, os couraçados, guarda-costas e cruzadores-couraçados, não poderão ser conservados em serviço depois de adquiridos novos navios capitais, quando fôr por êstes atingido o limite de oitenta mil toneladas, a fim de que não seja excedido o referido limite; entretanto, aquêles navios poderão ser utilizados para outros fins que não sejam o seu emprêgo na guerra, desde que se lhes apliquem as regras da desclassificação



dos navios de guerra, contidas na parte II do Tratado de Washington, n.º 1, acima referido;

5.º A não limitação da tonelagem dos demais navios de guerra, de superfície ou submarinos, bem como dos que se destinarem à defesa das costas, ao uso da aviação, ao emprêgo das minas submarinas, dos auxiliares e de flotilhas fluviais, assim como tudo quanto se refere à organização defensiva das costas”.

\*  
\*   \*   \*

O limite proposto de 80.000 toneladas para os navios capitais era o mesmo que a sub-comissão naval da Comissão Permanente Consultiva tinha julgado justo — como já vimos — a fim de equilibrar melhor as marinhas das três Repúblicas sul-americanas: Argentina, Brasil e Chile.

\*  
\*   \*   \*

“Quanto aos armamentos terrestres, — dizia o presidente da nossa Delegação — o Brasil lembra que o tratado de Washington, de 6 de fevereiro de 1922, não abrangeu êsse assunto e que, até hoje, o único ajuste internacional sobre tal matéria foi a convenção entre as repúblicas centro-americanas, firmada na mesma cidade de Washington, a 7 de fevereiro de 1922, na qual foram tomadas em consideração a população de cada país, sua área territorial e a extensão de sua fronteira.”

\*  
\*   \*   \*

Depois dessas declarações que, com clareza e precisão, definiam a política franca e razoável do Brasil, parecia que

a questão não poderia sair mais dos limites que lhe estabelecíamos. No entanto, o chefe da delegação argentina apoiou a proposição chilena, baixando por sua vez a tonelagem máxima dos navios capitais de 80.000 para 55.000 toneladas, que é a quanto monta o deslocamento conjunto de seus dois navios — *Rivadavia* e *Moreno* — cifra que impossibilitaria o Brasil de atingir a potência da esquadra de batalha da República Argentina. Ele propunha mais, como base para o estudo, os seguintes dados:

60.000 toneladas para navios auxiliares de superfície,

25.000 toneladas para os porta-aviões,

15.000 toneladas para submarinos, declarando-se pronto a discutir, desde logo, a questão dos armamentos terrestres, mas sem dizer sobre que bases.

As posições estavam bem definidas:

O Brasil admitia a limitação numérica apenas da tonelagem dos navios capitais, de emprêgo ofensivo;

A Argentina propunha a limitação da tonelagem de toda a classe de navios, sendo a cifra para os navios capitais o deslocamento de seus *dreadnoughts*, que lhe assegurava uma vantagem sobre o Brasil;

O Chile aceitava qualquer solução, inclinando-se, de preferência, para a cifra de deslocamento fixada pelo Brasil e sugerida pelo próprio Chile.

\*  
\*   \*   \*

Ora, do ponto de vista dos navios capitais, a proposta Argentina significava a adoção do *statu-quo*, tantas vezes já repellido pelo Brasil. Não havia maneira de se chegar a um acôrdo sobre essas bases, que não permitiam um equilíbrio de forças entre as três nações. A nossa atitude, já definida, era irrevogável.

Tentaram os chilenos, então, mais um recurso, que conduzia a solução ainda mais afastada da considerada no parecer do relator da Comissão, propondo, agora sob o patrocínio direto do Chefe da Nação, uma fórmula em que definitivamente adotavam a idéia argentina da fixação da tonelagem de tôdas as classes de navios, reduzindo, além disso, a cifra para os navios capitais.

Pleiteavam, em resumo, o seguinte:

66.000 toneladas para os navios capitais, durante cinco anos, e 90.000 toneladas nos cinco anos seguintes, o que assegurava ao Brasil uma vantagem no primeiro quinquênio, transformada em prejuízo no quinquênio seguinte;

85.000 toneladas para os cruzadores, condutores de flotilhas, porta-aviões e torpedeiros;

15.000 toneladas para os submarinos, como estava na proposta argentina de 21 de abril.

\*  
\*   \*  
\*

A delegação brasileira recusou mais essa proposta, que não se enquadrava no ponto de vista de sua declaração de princípios.

\*  
\*   \*

Tinha-se que volver ao primitivo parecer do relator da Comissão, discuti-lo e votá-lo, depois de tão inútil peregrinação. Haviam-se malogrado tôdas as iniciativas precipitadamente formuladas e apresentadas, visando interêsses isolados, quando só o estudo em comum da questão, com espírito equânime, poderia conduzir a um resultado prático.

E a Conferência encerrou-se deixando *à vontade soberana dos Estados o estudo direto dos pactos, destinados a considerar discretamente os seus respectivos armamentos.*

Meus Senhores.

Longo foi o percurso que tivemos de fazer, e a vossa paciência deve estar esgotada. Peço-vos perdão por isso.

Mas um ensinamento fica-nos dêsses fatos: é que cada vez é mais difícil, no concerto das nações, a vida dos países desarmados. Sua política externa tropeça, a cada passo, com obstáculos, que seriam evitados se houvesse a certeza de que o seu direito não vive da misericórdia dos fortes, mas da energia consciente, com que o anima, a alma varonil de todo um povo.

## “NAS COMEMORAÇÕES DO 3.º CENTENÁRIO DA BATALHA DOS GUARARAPES” (\*)

Por R. CANABARRO REICHARDT

### MEUS SENHORES.

O tricentenário da primeira batalha dos Guararapes, que, hoje, celebra o Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, representa um grande e memorável acontecimento da história-pátria, em sua fase colonial.

### PANORAMA DA ÉPOCA

A décima sétima centúria foi, para o Brasil, de duras provações mas, ao mesmo tempo, de redenção e de fortalecimento.

Invadira, por aquela época, as capitanias um sentimento generalizado de alguma invasão estrangeira.

O espírito colonizador que avassalava a Europa, repercutia, cá do outro lado, como uma ameaça de desencadear-se sobre qualquer parte indiscriminada das despovoadas terras da América.

E' que franceses, ingleses e holandeses já se haviam apercebido de quanto proveito resultava aos dois rivais ibéricos tantas e tão variadas terras.

A sua fertilidade, a amenidade dos climas, juntamente com as primeiras descobertas de metal precioso, precipitou, por todos os recantos do velho mundo, desenfreada cobiça de riqueza.

Estimulavam-na ainda os governos, favorecendo toda espécie de aventuras, certos de que, da violência predatória da pirataria, sempre haveria de resultar grande saldo de riqueza, quando se não

transformava em valiosa e permanente conquista.

Até mouros e turcos atiravam-se ao generalizado saque marítimo, procurando locupletar-se, por esta forma, em breves e rápidas incursões, do lento e penoso labor colonizador.

As economias fechadas e monopolistas, do feitiço ibérico, como que desafiavam ao estrangeiro a que, pela força ou pela astúcia, viesse assenhorear-se de ilhas e tratos de imensa costa, desguarnecida e despovoada.

Chamara a atenção aos sagazes holandeses, a facilidade e frequência com que, com pequenos riscos, se apoderavam de embarcações carregadas, pertencentes à carreira do Brasil.

Só no ano de 1616, haviam tomado vinte e oito navios, elevando-se a setenta em 1623.

Na colônia lusa, desafiando ambições e ousadias, a situação era de descalabro. Um sópro de corrupção e venalidade varria, de alto a baixo, a administração.

Esperadas, embora, incursões estrangeiras, que se prenunciavam por tentativas cada vez mais frequentes, em busca às riquezas da terra, quase nada se fazia para defendê-la.

“As faltas do govêrno, observa um historiador, haviam de tal modo engosseimado os holandeses com tantas prêsas feitas por êles, de um modo impune,

(\*) Oração pronunciada no Teatro Municipal, em 19 de abril de 1948.



que já não se duvidava de qual era o agressor mais iminente, quando renasceu com vigor na Holanda o pensamento da organização de uma Companhia de comércio ocidental, análoga à que existia para o Oriente.

Dirigindo seus ataques contra o Brasil, empenhavam-se os holandeses numa guerra legítima, pois a trégua de 10 anos, existente entre os reinos ibéricos e a Holanda, terminara em 1621.

#### AS INVASÕES

A investida da primeira expedição, avistada na Bahia de Todos os Santos, a 8 de maio de 1624, teve, como rápido epílogo, a sua tomada, com fraca resistência. “A milícia do país, sem a necessária disciplina, abandonara os seus postos, à medida que o perigo deles se aproximava, e os moradores, vendo fugir os que deviam defendê-los, fugiam também, abandonando os seus lares, procurando levar consigo quanto podiam”.

Ao contrário, porém, da retirada, lenta foi a sua reconquista. Adextrando-se a pouco e pouco nas guerrilhas, com as quais punham em cerco permanente a cidade, os fugitivos voltavam, agora refeitos, sobre os seus passos impedindo que o conquistador se aprofundasse para o interior, criando sólidas raízes.

O perigo que semelhante conquista representava para o comércio ibérico, sem menosprezar o profundo golpe vibrado no domínio colonial dos dois reinos, fez com que, pela única vez, na história de sua unidade política, acordassem, unísonos, numa violenta repulsa ao invasor.

Quando a poderosa e lusida esquadra de Dom Fradique de Toledo, com seus cinqüenta e dois navios, sem contar os transportes, fundeou ao nordeste da barra, a frota holandesa “limitou-se a cozer-se com a terra, buscando o amparo das baterias da praça”.

A rendição do inimigo dar-se-ia pouco depois, em 1 de maio de 1625, dia dos gloriosos apóstolos São Felipe e São Tiago, conforme se lê das relações existentes em Sevilha e Lisboa.

Achava-se ainda a Companhia das Índias Ocidentais, considerando a conveniência de tentar nova investida contra o Brasil, quando inesperado sucesso veio decidi-la.

Foi aquêle, no qual o almirante Piet Heyn, num encontro com Juan Benevides, aprisionou-lhe vários galeões carregados de prata, no valor de nove milhões de ducados, prêsa considerada das mais valiosas de que há exemplo nos annais marítimos, na expressão de Varrihagen.

O ponto escolhido para a invasão que se preparava, seria Pernambuco. Por vários motivos, entre os quais, preponderava, o ser aquela a mais rica das capitânicas brasileiras.

Não faltaram avisos a Madrid e a Lisboa; tampouco se fazia em Holanda, grande segredo naqueles preparativos. Entretanto, ao invés das providências imediatas exigidas, em face dos ainda recentes sucessos, limitou-se Madrid a dar ordens para Lisboa que dali mandassem algum socorro a Pernambuco.

A Matias de Albuquerque, que acidentalmente se encontrava em Madrid, foi-lhe ordenado que regressasse imediatamente, como “superintendente na guerra e visitador e fortificador das capitânicas do Norte”.

Ao passar por Lisboa, para receber os prometidos socorros, viu, com surpresa e pesar, que se limitavam a vinte e sete soldados e alguma munição!

O Brasil teria, pois, que se haver como pudesse, com seus próprios e únicos recursos!

A despeito de ter feito tudo quanto estava ao seu alcance, com os poucos re-

ursos de que podia dispor na Colônia, não pôde impedir que, num ataque simultâneo a Recife e Olinda, este último lograsse inteiro êxito, com que se operou a invasão da Capitania.

#### A RESISTÊNCIA

O que foi o sacrifício dos frutos do exaustivo labor dos colonos, devorados nos incêndios, a bravura da defesa, o ardor indomável da resistência, o recuo calculado diante de forças superiores sem, porém, jamais aceitar o fato consumado, é um capítulo que demanda mais vagares que não o de um simples discurso.

Nem é para esquecer o que representou o "ARRAIAL DO BOM JESUS" como primeiro foco de resistência à marcha do invasor. Embora longo o seu domínio, o dominador jamais teve sossêgo para completar sua obra colonizadora, que se prenunciaria depois tão brilhante. Nunca pôde entregar-se à exploração pacífica de sua conquista.

Debalde levantaria, Nassau, palácios e se esmeraria em notáveis obras públicas; se cercasse de artistas como Post. Barlaeus, Plante e outros; homens de ciência como o sábio Wilhem Piso, o matemático Crolitz e o botânico Margrav, dos melhores que existiam em seu país. Tanto carinho dispensaria à sua obra a ponto de despertar, na metrópole, o ciúme dos compatriotas. Os daqui, porém, lhe mudariam para *Mauritia* o antigo nome da capital da nova colônia. Nem faltaram as traições, que facilitariam ao invasor o acesso ao interior da Colônia, permitindo-lhe estender os tentáculos da conquista às capitanias vizinhas.

Nada, porém, enfraquecia a resistência do reinol, habituado ao contato quente da terra brasileira, a que já se vin-

culara e ao qual se juntaria, ainda tímido, o descendente, vindo à luz neste novo mundo, vagamente consciente da nova pátria que trazia dentro de si.

Dentre os heróis dessa resistência, assinalam-se pelos seus nomes, o lídimo português, Matias de Albuquerque, o napolitano conde de Bagnolo, o prêto Henrique Dias, com seu têrço de prêtos e que, por muito tempo, constituiu no Brasil, a designação tradicional de determinados corpos de milícia, o parai-bano André Vidal de Negreiros, o índio Antônio Camarão, com seu troço de índios, Martins Soares Moreno e tantos outros.

Dos reinos unidos poucos socorros poderiam vir. As dificuldades em que se encontravam, cerceavam-lhes os aprestos militares. Descontentamentos em Portugal, principalmente em Evora e Alentejo, retardavam os socorros pedidos. Dispersícios e abusos diminuíam-lhes as rendas públicas.

Enquanto passava o tempo, prosperava a nova Colônia. Os engenhos aumentavam em número, as rendas se avolumavam, o comércio florescia, a conquista consolidava-se. Não fôsse um mal sucedido ataque de Nassau à Bahia e ainda a metrópole portuguesa continuaria imersa em suas preocupações européias, confiada no próprio esforço de sua colônia. Em sobressalto, porém, aprestou uma esquadra sob o comando do conde da Torre. A poderosa esquadra, ao atingir as costas do Brasil, em vez de invadir contra Pernambuco, que teria atacado quase de surpresa e talvez tomado Recife e feito capitular Nassau, rumou para a Bahia, dando largo tempo ao inimigo de preparar a sua defesa. Mais tarde, quando com êle se defrontou, teve de empenhar-se em quatro renhídisimas ações navais, cuja vitória Post comemorou em quatro gravuras que adornam a celebrada obra de Barlaeus.

Não foi em vão, porém, apesar de desbaratado, que resultou a ação do conde da Torre, pois das tropas de desembarque que trazia, conseguiu descê-las em terra ao mando do destemido pernambucano Luís Barbalho, tendo às suas ordens Francisco Barreto, mais tarde duas vezes vencedor nos Guararapes.

Juntando-se aos outros guerrilheiros que operavam pelo imenso sertão nordestino, foram lentamente minando, numa luta sem treguas o poder, a paciência e os recursos do invasor.

Inúteis resultavam sempre as represálias e atrocidades dêste, com intuitos aterradores, assim como improficuos os meios suasórios, as tréguas que propunha amiúde, e o perdão que oferecia aos rebelados.

Foi nesse ínterim que se deu a restauração de Portugal em 1 de dezembro de 1640, sendo aclamado rei o duque de Bragança, com o título de Dom João IV. Só se soube, porém, no Brasil em fevereiro de 1641.

Não veio, porém, com essa mudança, a esperada suspensão das hostilidades. A guerra que sofria o Brasil, devia-a por ser parte de Espanha. Mas agora, Portugal e Holanda eram aliados numa causa comum.

Os efeitos, no Brasil, foram, entretanto, opostos. Nassau, aproveitando-se da trégua e da retirada dos nossos para a fronteira, fez avançar as suas tropas, ocupando Sergipe, enquanto sua esquadra atacava o Maranhão.

À medida que o invasor estendia a conquista, menos segura ela se fazia, contraminada que era por crescente luta subterrânea. Conspirava-se até no próprio Recife, dentro do reduto inimigo. Como um rio que engrossa ao recolher seus tributários, convergiam de todos os pontos do interior, pequenos contingentes,

dispostos a todos os sacrifícios, sujeitando-se às mais duras contingências. Assim tangidos, reunindo seus acampamentos, foram, por fim, acampar em pleno sertão, em paragem forte e defensável por natureza — chamada: MONTE DAS TABOCAS. Não tardou que o inimigo, hábilmente atraído, julgando fácil aí, a sua ação punitiva, sofresse pesada derrota, retirando-se silenciosamente, protegido pela noite feia e tormentosa.

Entrementes, no mar, Serrão de Paim, desajudado de Salvador Corrêa, era inteiramente desbaratado pelo almirante Lichtardt.

Em terra, entretanto, continuava firme a ação restauradora com sucessos vários, é verdade, mas sem desfalecimentos. Apertava-se o cerco em torno de Recife, ora levando malogrados ataques à ilha de Itamaracá ora arrebatando Olinda ao inimigo.

Mais fortes no mar, intentaram os holandeses diversões atacando agora, novamente, a Bahia, apoderando-se novamente da ilha de Itaparica. A notícia dessa ocupação consternou Portugal.

#### FRAQUEJA A METRÓPOLE

Posta novamente em cheque a capital da colônia, Portugal, ainda em meio às mil dificuldades conseqüentes à sua recente libertação, procurou encetar negociações diretas com a Holanda, por intermédio de seu representante diplomático, Francisco de Souza Coutinho. Faziam-se sondagens em torno de um parecer do padre Antônio Vieira, aconselhando se oferecessem três milhões de cruzados em troca da devolução dos territórios ocupados pelos holandeses no Brasil, Angola e São Tomé.

Procurava Souza Coutinho evitar ou retardar a remessa de poderoso reforço de Holanda.



Numa proposta de Souza Coutinho, feita directamente aos membros do Conselho dos Estados Gerais, as concessões que Portugal oferecia chegavam às raias do escândalo.

Em troca dos bons officios da Holanda, junto ao governo de Castela, para obter a paz para aquêle, sacrificava-se o Brasil. Dizia a nota: “procurando obviar ao mal pernambucano, sua majestade, com effeito, se propõe a remediar por si mesmo e à sua custa, de maneira que vos sejam inteiramente restituídos todos os lugares que pertencem à vossa jurisdição, submetendo-se *aquêle povo rebelde ao vosso governo*, como antes, se corresponderdes, como de vós espero, com um favor recíproco, isto é, se insistirdes junto a el-rei de Castela para que se obrigue com êle, senão à paz, ao menos à trégua. Juntará também seu pedido a majestade de el-rei cristianíssimo para que nada falte de que dependa impetrar el-rei meu senhor o que deseja obter por vosso intermédio, o qual, não de palavras, mas de fato, vos será fidelíssimo na prestação do que vos prometeu, *empregará, advertindo, meios suasórios para reduzir os vossos súditos revoltados, mas ostentará armas e fôrças com que ameace e intimide.*”

E êsse mesmo Francisco de Souza Coutinho em caução da palavra empenhada, seria nomeado por carta de 16 de dezembro de 1646, por Dom João IV, governador geral do Estado do Brasil, para que pudesse dar execução ao que fôsse tratado com a Holanda.

Felizmente os commissários dos Estados Gerais apresentaram ao embaixador, com um *ultimatum*, um projeto em forma, contendo maiores exigências, tais como de estender a sua fronteira até o rio Real, devendo o Ceará ficar deserto; ceder Portugal todo o direito ao litoral de Angola e a ilha de São Tomé, afora bens móveis avultados.

Ouvido o Conselho Ultramarino e o da Guerra, contra a opinião de Vieira, opinaram ser a negociação contrária à religião, à clemência para com os sublevados, à reputação da Coroa, à conservação do resto do Brasil e ao bem da Fazenda Pública. Dever-se-á propor antes a compra, a todo o custo, de Pernambuco, e, em último lugar, a guerra.

A êsse parecer, replicou Vieira com o seu famoso *Papel Forte*, no qual aconselha, no caso de não aceitarem os holandeses a compra de Pernambuco, ceder-lhes, a trôco da paz, enquanto se aguardava para melhor ocasião a sua recuperação, procurando ressarcir-se dessa perda com a occupação de Buenos-Aires.

Triunfou finalmente o bom senso. Conformou-se o rei com o parecer dos tribunaes, que aproveitaram o ensejo para aconselhar-lhe a não dar ouvidos a falsos profetas.

#### A RESTAURAÇÃO

As guerrilhas incessantes movidas ao invasor, iam tornando a conquista dia a dia mais precária. Mantinha-se a custo, graças aos socorros e reforços frequentes que recebia da metrópole holandesa.

A Companhia das Índias fazia e desfazia projetos de reforma, enquanto que no distante campo da luta as subsistências escasseavam cada vez mais, em virtude do permanente cêrco em que os seus eram mantidos.

Os recentes reforços recebidos (março de 1648) encheram-nos de novo alento. O general Sigismundo von Schkoppe à frente de 4.500 homens, rumava para Afogados, propondo-se a invadir o Sul.

Francisco Barreto de Menezes fôra mandado, pelo Governo da Bahia, pôr-se à frente das nossas tropas. Ao ter co-

nhecimento da marcha do inimigo, depois de reunir o Conselho, resolveu ir ao seu encontro, com tôdas as fôrças disponíveis, salvo pequenas guarnições deixadas em caminho. Eram ao todo mil e duzentos homens, incluídos os troços de Camarão e de Henrique Dias. Tomaram o rumo dos montes Guararapes, colocando a vanguarda na estreita língua de terra entre os montes e os alagados; o grosso ficara postado à retaguarda.

Sabida pelo inimigo a posição dos nossos, para lá rumou também, no dia 19 de abril, domingo da Pascoela, às 7 da manhã.

Pouco depois das escaramuças preliminares, iniciava-se a peleja. Ao princípio, na defensiva, a luta mantinha-se desfavorável aos nossos. Foi quando Barreto ordenou o ataque. Confiando um dos flancos a Camarão, o outro a Henrique Dias e o centro a João Fernandes Vieira, passou à ofensiva. A renhida batalha durou quatro horas, obtendo, então, decisiva vitória. O inimigo deixou no campo um têrço de seus efetivos, além de artilharia, armas e munição.

No dia seguinte, consagrado a N.S. dos Prazeres, celebrou-se a retumbante vitória.

Enquanto que o inimigo se mostrava desanimado, os nossos enchiam-se de novas esperanças.

A grande vitória dos Guararapes iria mudar, por completo, o rumo dos acontecimentos. Portugal com a surpreendente notícia, apresentava-se agora menos disposto a transigir com as exigências do conquistador.

“Sem essa vitória, observa Varnhagen, é mais que provável que parte do Brasil haveria sido entregue aos holandeses pela Côrte, nas aflições em que se via”.

Juntara-se a essa vitória, logo após, a recuperação de Angola por Salvador Corrêa, pela expedição preparada no Rio de Janeiro, com os donativos obtidos dos comerciantes e proprietários da cidade.

#### O EPÍLOGO

A segunda batalha dos Guararapes, dez meses mais tarde, em fevereiro de 1649, acarretou ao invasor uma derrota mais desastrosa que a anterior. Uma magnífica Igreja, levantada nessa localidade, lembra as duas memoráveis batalhas. Entretanto, a hora final da expulsão ainda demoraria cerca de cinco anos. A situação aflitiva em que se encontravam os sitiados, aumentava dia a dia. As deserções eram cada vez mais frequentes, a desmoralização acabrunhadora. Finalmente, a guerra quase declarada entre a Holanda e a Inglaterra, lançou o mais completo desânimo nas fileiras adversas.

Havendo os nossos concertado entre a frota e o exército restaurador um combinado ataque a Recife, em janeiro de 1654, quando já se aprestavam para o assalto aos fortes, um emissário do inimigo fêz-se anunciar com um pedido de suspensão das hostilidades e aberturas de paz. Seguiu-se, pouco depois, a rendição e a retirada do invasor.

---

Um balanço dessa longa guerra, resultou, em linhas gerais, benéfico ao Brasil. Revelou-lhe a sua fôrça potencial e um firme sentimento de auto-determinação, em contraste com as indecisões e fraquezas da metrópole. Propiciou-lhe maior coesão entre as várias populações e, no dizer de Varnhagen, um espírito público mais generalizado por

todo o Bras'íl. O contato com um povo laborioso e culto, por 30 anos, deu-lhe maior tolerância e melhor conhecimento das próprias fraquezas e possibilidades latentes. Um sôpro de energia e de confiança no futuro animava as popula-

ções, projetando-se para além, em movimentos que revelavam um sentido cada vez mais claro de uma unidade nacional. E' nos GUARARAPES, que se deve buscar os primeiros vagidos da Independência.



REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO  
E HISTÓRICO DO AMAZONAS. —

Ano VII. — Vol. VII, 1948. — Manaus.  
— Imprensa Oficial — 1948 — 182 p., ils.  
em comemoração à passagem do primeiro  
centenário da elevação de Manaus à categoria  
de cidade, publicou-se em 1948 mais um vo-  
lume, o sétimo, da *Revista do Instituto Geo-  
gráfico e Histórico do Amazonas*.

"A Data do Centenário" é o escorço histó-  
rico que abre o tomo, de autoria do desem-  
bargador Anísio Jobim, que também subscrive  
o estudo que vem a seguir, sobre o município  
amazonense de Urucará. "Sobre o valor dos  
alimentos aborígenes da Amazônia", de Ma-  
nuel Bastos Lira; "Aspectos Geo-Sociológicos  
da Amazônia", de André Vidal de Araújo;  
"Manaus — sua origem e desenvolvimento" e  
"Cinqüentenário do Teatro Amazonas", de  
Agnelo Bittencourt; "Crônicas da Cidade Ve-  
lha", de Mario Ypiranga Monteiro — são  
outros trabalhos também incluídos no último  
volume da *Revista do Instituto Geográfico e  
Histórico do Amazonas*.

Completam-no o noticiário das atividades  
dessa associação cultural do Extremo-Norte.

HÉLIO VIANNA

GEOGRAFIA E HISTÓRIA. — REVISTA  
DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEO-  
GRÁFICO DO MARANHÃO. — Dire-  
tor: Antônio Lopes. — Ano II. — N.º 1.  
Novembro de 1948. — São Luís do Ma-  
ranhão. — Serviço de Imprensa e Obras  
Gráficas do Estado. — 1948. — 162 p., ils.

Retomando sua publicação, há muitos anos  
suspensa, vários trabalhos de interesse inseriu  
no primeiro número de sua nova fase a *Revista  
Geografia e História*, do Instituto Histórico  
e Geográfico do Maranhão.

"Gaspar de Sousa no Maranhão", pelo Se-  
nhor Ruben Almeida, que abre o volume, cons-  
titui inteligente tentativa de demonstração de  
uma viagem daquele governador geral que en-  
tretanto não encontra confirmação nas numero-  
sas peças de sua correspondência e papéis de  
seu governo há alguns anos adquiridos pelo  
Ministério das Relações Exteriores. Não os  
conhecendo, limitou-se o autor a procurar in-

dícios, mas não provas, nos documentos cons-  
tantes do vol. XXV dos *Anais da Biblioteca  
Nacional do Rio de Janeiro*.

Seguem-se minuciosos "Apontamentos his-  
tóricos sobre a criação, administração, melho-  
ramentos materiais da Sé, Catedral do Ma-  
ranhão", pelo respectivo vigário geral, mon-  
senhor J. M. Lemercier. "A História de São  
Luís — Questões e Dúvidas", por Antônio  
Lopes, eruditamente estuda a localização da  
residência dos capuchinhos franceses de 1612  
a 1615. "Quando se uniu o Maranhão ao Bra-  
sil"?", por Henrique Costa Fernandes; "O  
Forte do Itapecuru", por Nicolau Dino; "O  
Dono do Sancy e a França Equinocial", por  
Lucy Teixeira — são outras colaborações de  
valor, incluídas em *Geografia e História —  
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do  
Maranhão*.

Merece especial referência o sólido estudo  
que sobre "Numismática Maranhense" aí pu-  
blicou Osvaldo Soares, possuidor de interes-  
sante museu em São Luís, no qual possivel-  
mente se encontra a melhor coleção entre nós  
existente das chamadas "moedas carimbadas  
do Maranhão" e do papel-moeda regional.

HÉLIO VIANNA

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE

DO NORTE. — Redatores: Nestor Lima,  
Antônio Soares e Luís da Câmara Cas-  
cudo. — Vols. XII-XLIV, de 1944 a 1947.  
— Natal. — Tipografia Galhardo. — 1948.  
— 200 p.

Várias são as contribuições úteis à História  
do Brasil, principalmente do Rio Grande do  
Norte, contidas no tomo referente aos volu-  
mes XLI-XLIV, de 1944 a 1947, da *Revista  
do Instituto Histórico e Geográfico* desse Es-  
tado.

Biografias, como as de Alexandre Baraúna  
Mossoró, ministro Luís José de Sampaio, de-  
sembargador Manuel André da Rocha, cor-  
nel Luís Lobo, cônego Estêvam José Dantas  
e visconde de Cavalcanti — aí aparecem, de  
autoria, respectivamente, de Vingt-Un Rosado,  
Luís da Câmara Cascudo, Nestor Lima, Bueno  
de Azevedo Filho, cônego José Adelino e  
Adaauto Miranda Raposo da Câmara.

Documentos relativos à República no Rio Grande do Norte; um estudo sôbre a região do Seridó, de autoria do deputado José Augusto; notas genealógicas, necrológicos e noticiário das atividades do Instituto (inclusive as comemorações do centenário do nascimento do barão do Rio Branco e do centenário da elevação do Açu à categoria de cidade) — também se encontram nas páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*.

HÉLIO VIANNA

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO  
E GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS

— Redator-Chefe Salomão de Vasconcelos.  
— Vol. III, de 1946 e 1947. — Belo Horizonte. — Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. — 1948. — 316 p., ils.

Contém interessantes contribuições relativas à História do Brasil, especialmente referentes

à das Minas Gerais, o terceiro volume da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico* desse Estado, correspondente ao biênio 1946-1947.

Notícia, amplamente, as comemorações do cinquentenário de Belo Horizonte, **relata o II Congresso de História da Revolução de 1894**, reunido na capital mineira, registrando ainda, em artigos especiais, os centenários de nascimento do desembargador Francisco José Alves de Albuquerque e do almirante Saldanha da Gama e do falecimento do marquês de Baependi.

Dentre os trabalhos de colaboração incluídos na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais* distinguem-se os seguintes: "Solares e vultos do passado", de Salomão de Vasconcelos; "Os ciganos em Minas Gerais", de João Dornas Filho. Nos necrológicos de sócios do Instituto aparecem os do presidente Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, de Henrique Cabral, Azeredo Neto, professor Rodolfo Jacob e Teófilo Feu de Carvalho.

HÉLIO VIANNA

## LIVROS RECEBIDOS

## Em abril de 1948

- *Portugal no Concílio de Trento* — Volumes de 1 a 6. — Padre José de Castro. — União Gráfica. — Lisboa. — 1946.
- *Portugal em Roma* — Vols. I e II. — Padre José de Castro. — União Gráfica. — Lisboa. 1939.
- *Bragança e Miranda* — Padre José de Castro. — Tipogr. Pôrto Médico. — Pôrto. — 1946-1947.
- *O Prior do Crato* — Padre José de Castro. — União Gráfica. — Lisboa. — 1942.
- *D. Sebastião e D. Henrique* — Padre José de Castro. — União Gráfica. — Lisboa. — 1942.
- *A Roma e a Terra Santa* — Ofic. Gráfica S/A Pátria. — Rio de Janeiro. — 1925.
- *Terras de São Francisco* — Ofic. Gráfica J. do Brasil. — Rio de Janeiro. — 1928.
- *Venerável Bartolomeu dos Mártires* — Padre José de Castro. — Ofic. Gráfica Nuno Álvares. — Rio de Janeiro. — 1946.
- *São Francisco de Assis* — Padre José de Castro. — Tipografia Patronato. — 1926. — Rio de Janeiro.
- *"Santo Antônio Autor da Imitação de Cristo"* — José Carlos de Macedo Soares. — São Paulo.
- *O Cinquentenário de Belo Horizonte* — (Conferência) — Nelson de Senna. — Rio de Janeiro. — 1948.
- *De Veprês a Matines* — Armand Godoy y Cordovés. — Egloff Editeur. — Fribourg. 1946.
- *Mon Fils Mon Fils* — Armand Godoy y Cordovés. — Egloff Editeur. — Fribourg.
- *Breviaire* — Armand Godoy y Cordovés. — Emanuel Vitte Editeur. — Paris.
- *Civilization y Barbarie* — Dr. Júlio C. Salas. — Barcelona. — 1919.
- *Algumas inscrições medievais do Douro Litoral* — Armando de Matos. Livraria Fernando M. — Pôrto. — 1947.
- *Azurara* — *Subsídios para a sua monografia*. — Bertino Daciano R.S. Guimarães. — Junta da Província Douro Litoral. — Pôrto. — 1948.
- *Diogo Soares S. I. Matemático. Astrônomo e Geógrafo de Sua Majestade no Estado do Brasil (1684-1748)*, com uma carta inédita a el-rei Dom João V. — Serafim Leite. — Edição Brotéria. — Lisboa. — 1947.
- *São João de Brito na Bahia e o movimento missionário do Brasil para a Índia* — Serafim Leite. — Lisboa.
- *Obra (A) Pia da Terra Santa no Brasil 1615-1735* — Frei Odulfo O.F.M. — Divinópolis. — Minas. — 1947
- *Information Please Almanac 1947* — Seaver Richmond Gilcreast — John Kieran, Edit. U.S.A. — 1947.
- *Cartografia — Um estudo e Normas para a Construção e Emprego de Mapas e Cartas* — Charles H. Deetz. — Washington.
- *The Complete Jefferson* — Saul K. Padower — Suell, Sloan & Pearce. — New York.
- *Anais do Cinquentenário — 1891-1941* — Faculdade de Direito da Bahia. — Impr. Glória. — Bahia. — 1945.
- *Hispanisants Portugais du XVIIeme. Siècle* — Jean Colomés. — Coimbra Edit. Ltda. — Coimbra. — 1947.
- *As Atalaías da Guanabara — Fortaleza de Santa Cruz* — Silvio Peixoto. — Gráfica Laemmert, Ltda. — Rio de Janeiro. — 1947.

## Em maio de 1948

- *Pedro de Valdivia — Conquistador of Chile* — Ida Stenvenson W. Vernon. — The University of Texas, Press. — 1946.
- *A Terra Goytacá — Tomo 8.º (Efemerides)* — Alberto Lamego. — Impr. Estadual. — Niterói. -- 1947.
- *Papers of the Michigan Academy of Science Arts and Letters* — Vol. XXXI. — General Library. — 1947.
- *Compendio y Descripcion de las Indias Occidentales* — Antônio Vasques de Espinosa. — City of Washington — 1948.
- *Queda do Império* (Obras Completas de Rui Barbosa) — Diário de Notícias. — Vol. XVI. — 1889. — Tomo II. — Rui Barbosa. — M.E.S.. — Rio de Janeiro. — 1947.
- *O Coqueiro Anão* — José Pereira de Miranda Júnior — Ministério da Agricultura. — Rio de Janeiro. — 1948.



- *La Leyenda del Pélon Gil* — Br. Rafael M. R. Lopes. — Impr. Unidos. — Caracas. 1945.
- *Agricultural Literature and the Early Illinois Farmer* — Richard Bardolph. — The University of I. P. — Urbana Illinois. — 1948.
- *A Instrução Pública e São Leopoldo e Rio dos Sinos* — Professor Walter Spalding. — Rio de Janeiro.
- *Ruptura de Relações Diplomáticas entre o Brasil e a U.R.S.S. (Documentos)* — I — Ministério das Relações Exteriores. — Imprensa Nacional. — 1947.
- *Lista de Autoridades* (fevereiro de 1948) — Ministério das Relações Exteriores. — Imprensa Nacional. — 1948.
- *Lista do Corpo Consular Estrangeiro* — (31-12-1947) — Ministério das Relações Exteriores. — Imprensa Nacional. — 1948.
- *Problema dos Deslocados* — Ministro Hélio Lobo. — II. Ministério das Relações Exteriores. — Imprensa Nacional. — 1948.
- *Oração de Paraninfo* — Hildebrando Accioly. — Ministério das Relações Exteriores. — Imprensa Nacional. — 1948.
- *A Conferência de Petrópolis* — Ministro R. Mendes Gonçalves. — Ministério das Relações Exteriores. — Imprensa Nacional. — 1947.
- *Conferência Internacional do Trabalho* (Genebra 1947) — Ministro Hélio Lobo. — Ministério das Relações Exteriores — 1947.
- *Índice Geral da Coleção de Atos Internacionais de 1 a 255.* — Ministério das Relações Exteriores. — Imprensa Nacional. — 1947.
- *Rio Branco e Rui Barbosa* (Monografias) — Ministério das Relações Exteriores. — Imprensa Nacional. — 1948. — Américo Jacobina Lacombe.
- *Acordos Comerciais e outros de natureza econômica em vigor no Brasil* — (14 de julho de 1947) — Ministério das Relações Exteriores. — Imprensa Nacional. — 1947.
- *A Evolução do Pan-Americanismo e o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca* — Hildebrando Accioly. — 1947.
- *Rio Branco* — Gilberto Amado. — Ministério das Relações Exteriores. — Imprensa Nacional. — 1947.
- *Barão de Castelo Branco* (Centenário de seu nascimento) — H. Castelo Branco. — Jornal do Comércio. — Rio de Janeiro. — 1948.

## Em junho de 1948

- *O Líbano e os Libaneses no Brasil* — Tanus Jorge Bostoni. — Rio de Janeiro. — 1945.
- *Os Milagres do Nazareno* — Dr. Augusto Accioly Carneiro. — Jornal do Comércio. — Rio de Janeiro. — 1948.
- *Pelo Índio e pela sua Proteção Oficial* (Zoologia) — Luís E. Horta Barbosa. — Imprensa Nacional. — Rio de Janeiro. — 1947.
- *Anais da Biblioteca Nacional* — Volumes 62, 63 e 64. — Rodolfo Garcia. — Imprensa Nacional. — Rio de Janeiro. — 1940, 1941 e 1942.
- *O Patrício e a Corteza* — (Romance histórico) — Eduardo Correia. — Irmãos Pongetti. — Rio de Janeiro. — 1947.
- *História Natural do Brasil Ilustrada* — Guilherme Piso. — Companhia Editora Nacional. — São Paulo. — 1948.
- *Pelo Brasil Unido* — Thiers Fleming. — Rio de Janeiro. — 1948.
- *Os Carajás* — Dr. Oton X. B. Machado. — Imprensa Nacional. — Rio de Janeiro. — 1947.
- *Tratado Interamericano e Ata Final* — Ministério das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro. — 1947.
- *Diário das Sessões* — (1-8-1947) n.º 1. — Ministério das Relações Exteriores. — Rio de Janeiro. — 1947.
- *Nobiliarquia Fluminense* — Conselheiro Macedo Soares. — 1948.
- *Volta Redonda* — Coronel Edmundo Macedo Soares. — Imprensa Nacional. — Rio de Janeiro.
- *O Centenário do Barão do Rio Branco* — Adalberto M. Ribeiro. — Imprensa Nacional. — Rio de Janeiro. — 1945.
- *A Escola Técnica de Aviação do Ministério da Aeronáutica em São Paulo* — Guilherme A. dos Anjos. — Imprensa Nacional. — Rio de Janeiro. — 1945.
- *Cristal de Tradição* — Diciembre de 1947. — Rafael S. Guerra. — Imprensa Nacional. — Caracas. — 1947.
- *Política Exterior do Brasil* — José Armand de Afonseca. — M.R.E. — Rio de Janeiro.
- *La Constitucion de 1826* — Abelardo B. Gimenez Bonet. — Buenos Aires.
- *Estudos Jurídicos* (2.ª série) — Doutor Ildefonso Mascarenhas da Silva. — Rio de Janeiro. — 1947.
- *O Espírito do Itamarati* — José Carlos de Macedo. — M.R.E. — Rio

- *Estatística, Geografia e Recenseamento* — José Carlos de Macedo Soares. — I.B.G.E. — Rio de Janeiro. — 1948.
- *Vocações da Unidade* (Conferências e Discursos) — Alexandre Marcondes Filho. — José Olímpio. — Rio de Janeiro. — 1941.
- *Oeste* — Nelson Werneck Sodré. — José Olímpio. — Rio de Janeiro. — 1941.
- *O Essencial sobre a Polônia* — C. de Faro Lacerda. — Edição de Vida. — Rio de Janeiro. — 1944.
- *Monarquia e República* — (1889-1939) — José B. de Sousa Amaral. — São Paulo. — 1940.
- *A Grã-Bretanha a Serviço dos Judeus* — A. Tenório d'Albuquerque. — Gráf. Labor. — Rio de Janeiro. — 1941.
- *O Estudo da Questão Ortográfica na Comissão de Coordenação de Poderes* — Senador Flávio Guimarães. — Rio de Janeiro.
- *O Estado Nacional e a Constituição de novembro de 1937* — Dr. Álvaro Bittencourt Berford. — Rio de Janeiro. — 1944.
- *Cidadão do Mundo* — Licurgo Costa. — José Olímpio. — Rio de Janeiro. — 1943.
- *Boletim de Arqueologia* — Outubro e Dezembro de 1946, n.º 4, vol. 4, vol. 11. — Colombia.
- *Correio de Uberlândia* — 22 de março de 1948, n.º 2, 366, ano XI. — Minas Gerais.
- *Architecture in England* — John Summer-son, 1946. — London.
- *Boletim de Historia y Antigüedades* — Abril a Junio e Julio a Septiembre de 1947, vol. XXXIV, ns. 390 a 392; 393 a 395. — Colombia.
- *Revista de Folklore* — Diciembre de 1947, n.º 2. — Colombia.
- *Revista Nacional* — Tomo XXXVI, año IX, n.º 108. — Uruguay.
- *Catalogue* n.º 683 — Livres Anciens et Modernes.
- *Revista Maritima Brasileira* — Outubro, novembro e dezembro de 1947, ns. 4, 5 e 6, ano LXVII. — Rio de Janeiro.
- *Município de Resende* — 28 de março e 4 de abril de 1948, ns. 51 e 52, ano I. — Resende.
- *Guias das Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro* — 1939-1946, organizado por Carlos Fouquet. (Separata da Revista Genealógica Brasileira), ano VIII, ns. 15 a 16. — 1947. — São Paulo.
- *Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior* — Setembro e outubro de 1947, ns. 9 e 10, ano X. — Rio de Janeiro.
- *Roczniki* — Annales Universitatis Mariae Curie — Skłodowska — vol. II, 1947. — Lublin. — Polónia.
- *O ramo brasileiro da família do Dr. Fritz Muller* — 1947. — São Paulo.
- *Documentos Históricos* — Vol. LXXVIII. — Rio de Janeiro.
- *O Puritano* — 10 de março de 1948, número 1915, ano XLIX. — Rio de Janeiro.
- *Boletim Geográfico* — Julho, agosto, setembro e outubro de 1947; ns. 52, 53, 54 e 55, ano V. — Rio de Janeiro.
- *Arquivos do Instituto de Direito Social* — Vol. 7, n.º 1, março de 1948. — São Paulo.
- *Bulletin of The New York Public Library*, march 1948, n.º 3, vol. 52. — New York.
- *Atlântico* — N.º 5. — Lisboa.
- *Os Estados Unidos da América* — E.U.A.
- *Cartografia* — Um estudo e normas para a construção e emprêgo de mapas e cartas. — Washington.
- *Credo de Liberdade* — Washington.
- *A educação nos Estados Unidos da América*. — Washington.
- *A Biblioteca* — De janeiro a dezembro de 1946. — Rio de Janeiro.

## OUTRAS PUBLICAÇÕES

### Em abril de 1948

- *Revista do Instituto do Ceará* — Tomo IX. — 1946.
- *Boletim da União Pan-Americana* — março de 1948, Vol. XLV, n.º 3. — Washington.
- *O Livro Americano* — Tomo XI, n.º 1, janeiro 1948. — Washington.
- *Boletim Trimestral de Estatística* — 1.º Trimestre de 1947, n.º 1, ano XXII. — Lourenço Marques.
- *Nye Bager* — Novi Libre. — Ns. 3-4. — 1947.
- *Revista do Serviço Público* — Ano XI, Vol. 1., ns. 1 e 2, janeiro e fevereiro de 1948. — Rio de Janeiro.
- *O Pessoal Extranumerário e sua Legislação* — Leis, Circulares, Parecer e Modelos de Portarias. — Rio de Janeiro.
- *Boletín del Centro Larense* (Histórico) — Primer e Tercer trimestre, n.º XIX e XXI, años V e VI. — Venezuela.
- *Salubridad y Asistencia* — September y octubre de 1947, n.º I, tomo VII. — México.
- *Boletim Municipal* — C/índice — janeiro a março de 1947, n.º 27, ano IX, vol. X. Pôrto Alegre.

- *Correio de Uberlândia* — 15 e 18 de março; 1 a 5 de abril de 1948; ns. 2.361, 2.364, 2.373 e 2.375; ano XI. — Minas Gerais.
- *Do Ar* — N.º 5, março de 1948, ano I. — Lisboa.
- *Boletín Indigenista* — Diciembre de 1947, n.º 4, vol. VIII. — México.
- *Boletín Linotípico* — N.º 69, 1948. — New York.
- *Boletín de Informacion* — Diciembre de 1947, ano II. — España.
- *Belgique Amerique Latine* — 10 Mars, 1948. Bélgica.
- *Boletim Municipal* — N.º 26, vol. IX, ano VIII, setembro a dezembro de 1946. — Rio Grande do Sul.
- *Revista do Instituto Brasil-Estados Unidos* — Vol. V, n.º 12, julho e dezembro de 1947. — Rio de Janeiro.
- *Diplomacia* — N.º XIX, Febrero de 1948. — La Habana.
- *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul* — IV trimestre de 1946, n.º 104. — Pôrto Alegre.
- *O Puritano* — 25 de março de 1948, número 916, ano XLIX. — Rio de Janeiro.
- *Correio de Uberlândia* — 27 de março de 1948, n.º 2.369, ano XI. — Minas Gerais.
- *Rubicon* — 11 de abril de 1948, n.º 234, ano XIII, 2.ª Fasc. — Barbacena.
- *Nação Brasileira* — Março de 1948, n.º 295 ano XXVI. Rio de Janeiro.
- *America-Febrero* — de 1948, ns. 1 y 2, vol. XXXVI — Habana.
- *Revista do Club de Engenharia* — Março de 1948, vol. XVIII, n.º 139 Rio de Janeiro.
- *Films Since, 1939* by Dilys Powell — London.
- *Douro Litoral* (Boletim) 2.ª série — IX, 1947. — Pôrto.
- *Boletim SHELL* — vol. IV, n.º 41, janeiro e fevereiro de 1948. — Rio.
- *The United States Quarterly Book List* — December 1945, n.º 4, vol. 1 March, June, September e December de 1946; ns. 1, 2, 3 e 4; vols. 2. March, June, September e December de 1947, ns. 1, 2, 3, e 4 vol. 3. Washington.
- *El Instituto Internamericano de Musicologia* — 1941-1947. — Montivideu.
- *Anuario da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo* — 13.º ano letivo-1947. — São Paulo.
- *Catalogue* — n.º 682.
- *Município de Resende* — 8 de fevereiro, n.º 44 e 11 de abril, n.º 53 ano 2. — Resende.
- *Correio de Uberlândia* — 29 de março, n.º 2.370; 7, 10, 13, 14, 15 de abril, ns. 2.377, 2.379, 2.381, 2.382, 2.383; ano XI. — Minas Gerais.
- *Geographical Review* — April 1948, number 2, vol. XXXVIII. — New York.
- *Revista da Faculdade de Letras* — Tomo XIII, 2.ª série, n.º 2, 1947 — Lisboa.
- *Ocidente* — n.º 119, vol. XXXIV, março de 1948. — Lisboa.
- *Município de Resende* — 18 de abril de 1948, n.º 54, ano II. — Resende.
- *Catálogo (Folhas Avulsas)* — Março de 1948, n.º 4, ano IV. — Rio de Janeiro.
- *Boletín del Consejo Superior de Investigaciones Científicas* — Ns. 31 e 32, 1947-1948, anos IV e V. España.
- *Boletim da União Pan-Americana* — Abril de 1948, n.º 4, vol. XIX. — Washington.
- *O Livro Americano* — Tomo XI, n.º 3, março de 1948. — Washington.
- *Moçambique* — n.º 51, setembro de 1947. Lourenço Marques.

#### Em maio de 1948

- *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — Outubro de 1946, n.º 146, ano XIII. — Rio de Janeiro.
- *Boletim do Conselho Federal de Comércio Exterior* — N.º 11, novembro de 1947, ano X. — Rio de Janeiro.
- *A Lâmpada* — Ns. 57 e 58, dezembro de 1947 e março de 1948, ano XVII. — Curitiba.
- *Think* — Marc de 1948, n.º 3, vol. XIV. New York.
- *Informaciones Argentinas* — Abril, Mayo e Junio de 1947, n.º 110. — Buenos Aires.
- *Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — Julio, Septiembre de 1947, n.º 119, tomo XXX. — Venezuela.
- *The United States Quarterly Book List* — March 1948, n.º 1, vol. 4. — Washington.
- *Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem* — N.º 2, 1947. — Rio de Janeiro.
- *Resoluciones relativas a historia y ciencias afines* — N.º 85, 1929 a 1946. — Rio de Janeiro.
- *América Indígena* — N.º 1, vol. VIII, enero 1948. — México.
- *Município de Resende* — 25 de abril e 2 de maio de 1948, ns. 55 e 56, ano 2. — Resende.
- *Engenharia* — Abril de 1948, ano VI, volume VI, n.º 68. — São Paulo.



- *Britain To-Day* — March 1948, n.º 143. London.
- *Ocidente* — N.º 120, vol. XXXIV, abril de 1948. — Lisboa.
- *A vida dos livros* — Março e abril de 1948, n.º 18, ano III.
- *Correio de Uberlândia* — Ns. 2.385 e 2.389, 19 e 26 de abril de 1948, ano XI. — Minas Gerais.
- *O Brado Africano* — 24 de janeiro de 1948, n.º 1.267, ano XXX. — Lourenço Marques.
- *Rubicon* — 25 de abril de 1948, n. 236, ano XIII. — Barbacena.
- *Tribuna de Petrópolis* — 18 de abril de 1948, n.º 91, ano XLVI. — Petrópolis.
- *Tradição* — Janeiro e fevereiro de 1948, n.º 5, ano XI. — Petrópolis.
- *A.E.C.* — Fevereiro de 1948, n.º 45, ano III. — Rio de Janeiro.
- *Nação Brasileira* — Abril de 1948, n.º 296, ano XXVI. — Rio de Janeiro.
- *Catalogue (Voyages and Travels)* — Volume 4, part. III. — London.
- *Catalogue* — N.º 689 — (Botany, Birds, Sea — Life, Geology, Butterflies, Moths and Scientific Voyages round the World). — London.
- *Korte Gids voor het Museum.* — 1948.
- *Correio de Uberlândia* de 24 e 27 de abril de 1948 — ns. 2.388 e 2.390, ano XI. — Minas Gerais.
- *Informação Agrícola de 1 de março e 15 de fevereiro* de 1948 — Ns. 17 e 18, ano II. — Rio de Janeiro.
- *Revista Nacional de enero* de 1948 — N.º 109, año XI. — Uruguai.
- *Quarterly Journal of February* de 1948, — N.º 2, vol. 5. — Washington.
- *Riquezas de Nossa Terra de março* de 1947 — N.º 31. — Rio de Janeiro.
- *Bulletin des Etudes Portugaises et de L'Institut Français au Portugal* — Tome onzième, 1947. — Coimbra.
- *Biblos* — 2.º semestre de 1948, n.º 26, año VI. — Buenos Aires.
- *O Livro Americano de abril* de 1948 — N.º 4, tomo XI. — Washington.
- *Joint Newsletter of the American Society of American Geographers.* — March, 1948.
- *Geographical Journal of December* 1947 — N.º 6, vol. CX. — London.
- *O Livro Americano de fevereiro* de 1948 — N.º 2, tomo XI. — Washington.
- *Revista do Serviço Público* — N.º 2, maio de 1944, vol. II, ano VII, n.º 2, novembro de 1945; ns. 3 e 4, julho e agosto de 1947, vol. II ano X. — Rio de Janeiro.
- *Brasil Açucareiro* — Março de 1948, n.º 3, vol. XXXI, ano XVI. — Rio.
- *Engenharia* — Maio de 1948, n.º 69, volume VI, ano VI. — São Paulo.
- *Revista Genealógica Brasileira e Anuário Genealógico Brasileiro* — 1.º e 2.º semestres de 1948, ns. 17 e 18, ano IX, vol. X. — São Paulo.
- *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil* — 2.º semestre de 1947, vol. XII, ano VII, n.º 12. — Rio de Janeiro.
- *Município de Resende de 9 e 16 de maio* de 1948 — ns. 57 e 58, ano 2. — Resende.
- *A Obra Colonial do Estado Novo* 1942 — Lisboa.
- *Correio de Uberlândia* de 7 de maio de 1948 — N.º 2.395, ano XI. — Minas Gerais.
- *The Rockefeller Foundation* — A Review for 1947. — New York.
- *Anais da Academia Brasileira de Ciências* — 31 de março de 1948, n.º 1, tomo XX. — Rio de Janeiro.
- *O Ensino no Brasil em 1940* — M.E.S. — Rio de Janeiro.
- *Sinopse da Estatística do Ensino por Municípios* — Ano I, 1941. M.E.S. — Rio de Janeiro.
- *Revista do Clube de Engenharia* — Abril de 1948, n.º 140, vol. XVIII. — Rio de Janeiro.
- *Guia quinquenal de la actividad intelectual y artistica argentina.* — N.º 18, 2.ª quincena de abril de 1948, año XX. — Argentina.
- *Boletim A.E.C.* — Março de 1948, n.º 46, ano VI. — Rio de Janeiro.
- *Relatório da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Sul* — 1946. — Pôrto Alegre.
- *Britain To Day* — abril 1948, n.º 144. — London.
- *Boletim Informativo* abril de 1948 — N.º 36, ano VI. — Rio de Janeiro.
- *Vozes de Petrópolis* — Abril de 1948, volume 6, fasc. 2. — Petrópolis.
- *Boletim da União Pan-Americana* — Maio de 1948, n.º 5, vol. XLV. — Washington.
- *New Bulletin*, of abril de 1948 — N.º 6, vol. 23. — New York.
- *Belgique Amerique Latine* — 20 de abril de 1948. — Bruxellas.
- *Município de Resende* de 23 de maio de 1948 — N.º 59, ano 2. — Resende.
- *Boletim Geográfico* — Novembro e dezembro de 1947, ns. 56 e 57, ano V. — Rio de Janeiro.
- *Guia quinquenal de la actividad intelectual y artistica argentina* — Mayo de 1948, ns. 19 e 20, año XX. — Buenos Aires.

- *Boletín del Consejo Superior de Investigaciones Científicas* n. 33 — Año V, 1948. — Madrid.
- *Correio de Uberlândia* de 11, 13 e 19 de maio de 1948 — Ns. 2.398, 2.400 e 2.404, ano XI. — Minas Gerais.
- *Revista Brasileira de Geografia* — Abril e junho de 1947, n.º 2, ano IX. — Rio de Janeiro.
- *Revista Duperial do Brasil* — Janeiro e fevereiro de 1948, n.º 41. — São Paulo.
- *Think* — April de 1948, n.º 4, vol. XIV. — New York.
- *Primera Reunion de Consulta de la Comision de Historia* — N.º 86, 1947. — México.
- *The United States Quarterly Book List* — Vol. 4, number 1, march 1948.
- *Lista Diplomática* — Abril de 1948. — Rio de Janeiro.
- *Regulamento do 1.º Congresso de História da Bahia* — Bahia.
- *Ex-Combatente* — Maio de 1948, ao, II, n.º 17. — Rio de Janeiro.
- *Ocidente* — Maio de 1948, vol. XXXIV, n.º 121. — Lisboa.
- *Boletim do Museu Nacional* — 10 e 18 de agosto de 1947, ns. 7 e 8. — M.E.S. — Rio de Janeiro.
- *Boletín del Museu Nacional de Historia Natural* — Tomo XXIII, 1946-1947. — Santiago de Chile.
- *Britain To day* — May, 1948, n.º 145. — London.
- *A Catalogue of Books* n.º 652 — 1948. — London.
- *Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — Março de 1947, n.º 26, ano 8. — Rio de Janeiro.
- *The Hispanic American Historical Review* — February 1948, part 3, vol. XXVIII, number 1. — Index. — Madrid.
- *Conference on International Cultural, Educational and Scientific Exchanges* — November 1946. — Chicago.

### Em junho de 1948

- *Boletim Bibliográfico Mexicano* — Marzo y abril de 1948, ns. 99 y 100, año IX. — México.
- *Município de Resende* de 30 de maio de 1948 — N.º 60, ano 2. — Resende.
- *Revista da Academia Matogrossense de Letras* — Tomo XXIX, ano XV, 1947. — Mato Grosso
- *Catalogue n.º 170 Philosophy* — 1948. — New York.
- *Correio de Uberlândia* de 26 de maio de 1948 — N.º 2.409, ano XI. — Minas Gerais.
- *Revista Brasileira de Geografia* — Janeiro e março de 1947, n.º 1, ano IX. — Rio de Janeiro.
- *Tradição de março-abril de 1948* — N.º 6, ano XI. — Petrópolis.
- *Bolletín of the United Cuban Sugar Council* — N.º 2, vol. 3, april 1948. — New York.
- *Boletín Informativo de febrero de 1948* — N.º 5, año IV. — Quito.
- *Brasil Açucareiro* abril de 1948 — N.º 4, vol. XVI. — Rio de Janeiro.
- *Anais da Faculdade de Ciências do Pôrto* — Vol. XXXII, ns. 1 e 2. — Pôrto.
- *The Catholic Historical Review* — Number 1, vol. XXXIV, april 1948. — Washington.
- *Bulletin of the New York Public Library* — April de 1948, n.º 4, vol. 52. — New York.
- *Ex-Combatente* — 15 de junho de 1948, n.º 18, ano II. — Rio de Janeiro.
- *Brasil Cultural* — Dezembro de 1947, n.º 1, ano I. — Pôrto. — Portugal.
- *Revista Nacional* — Tomo XXXVIII, año XI, febrero de 1948, n.º 110. — Montevideu.
- *Britain To Day* — Jun, 1948, n.º 146. — London.

## SÓCIO FALECIDO

*Dr. Roberto Simonsen* — O Instituto Histórico teve a máguia de, a 25-5-1948, ver desaparecido inopinadamente, dentre os vivos, êste seu ilustre sócio correspondente, nascido em Santos a 18-2-1889.

Trazendo no nome a origem britânica da sua família — concluídos os estudos secundários, enveredou para uma profissão técnica, matriculando-se na Escola Politécnica de S. Paulo, formando-se ali, com brilho, em engenharia civil: abraçando logo em seguida a carreira, como diretor geral da Prefeitura da sua cidade natal e a seguir, como engenheiro chefe da comissão de Melhoramentos Municipais. Fundou adiante a “Cia. Construtora de Santos” — cujas atividades, como construtora de quartéis militares, dilataram-se por vários estados brasileiros.

Em 1919, entretanto, o seu nome começou a projetar-se fora dos âmbitos da especialização em que atuava.

O Brasil enviou à Inglaterra escolhida Missão Comercial, de que fez parte Roberto Simonsen.

Os relatórios que então elaborou evidenciaram que, além de engenheiro, incluía-se entre os economistas de idéias claras.

E começou diferente fase de sua carreira, em cujo decurso desempenhou às vêzes cumulativamente, cargos de chefia, como presidente da Confederação Industrial do Brasil, do Centro dos Construtores e industriais de Santos, cuja fundação promoveu, da Companhia Frigorífica de Santos, da Companhia Santista de Habitações Econômicas, da Companhia Nacional de Borracha, do Instituto de Engenharia de São Paulo.

Eleito Deputado Federal perante a Assembléia Constituinte de 1934, a posição política serviu-lhe para defender as suas diretrizes econômicas, amparadas na industrialização do Brasil.

Ao mesmo tempo, entretanto, cuidava de propagar, em conferências e publicações, os princípios pelos quais se batia com fervor.

A sua variada bibliografia tanto abrange problemas de engenharia, como de política

industrial e econômica, a saber: “O Município de Santos” (1911); Os melhoramentos municipais de Santos (1912); O Trabalho Moderno (1919); O calçamento de São Paulo (1923); A orientação industrial brasileira (1928); As finanças e a indústria (1931); A construção dos quartéis para o exército (1931); À margem da profissão (1933); Rumo á verdade (1933); Ordem econômica e padrão de vida (1934); Aspetos da economia nacional (1935); A indústria em face da economia nacional (1937); Possibilidade da expansão industrial brasileira (1937); Aspetos da história econômica do café (1938); Evolução industrial do Brasil (1939); Obejetivos da engenharia nacional (1939); Recursos econômicos e movimentos da população (1940); As indústrias e as pesquisas tecnológicas (1941); Níveis de vida e economia nacional (1940); A imagem de Cristo (1942); Ensaios sociais, políticos e econômicos (1943); Alguns aspectos da política econômica mais conveniente ao Brasil para o período de após guerra (1943); A Engenharia e a indústria (1944); A indústria e o intercâmbio econômico Brasil-Estados Unidos (1944); A Imprensa e a indústria (1944); A Planificação da Economia Brasileira (1944); O conceito da renda nacional e sua influência na elevação dos padrões de vida (1944); R indústria e seus problemas econômicos (1945); Roosevelt (1945); A planejamento da economia brasileira (1945).

Não obstante as suas múltiplas ocupações industriais, lecionou História Econômica na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e o resultado das pesquisas que a propósito realizou, constam de dois volumes, publicados pela Companhia Editora Nacional.

E’ considerada a mais completa obra referente ao assunto, com opulência de valiosos dados, proficientemente aproveitados.

Nas últimas eleições realizadas, obteve mandato para o Senado Federal, mercê da escolha do eleitorado paulista.

Continuou intensamente, Contrariando os os conselhos de médicos amigos.

Membro da Academia Brasileira de Letras, coube-lhe o encargo de saudar o senador bel-



ga Paul Zeeland, que, no dia 25 de maio de 1948, visitou esta associação de escritores.

Em meio da alocução, perante assistência da escol, pendeu-lhe a cabeça, ao iniciar a sentença — “A Bélgica pagou...” Não a concluiu.

Bambearam-se-lhe as pernas.

E o corpo tombou, inanimado.

Embora atendido prontamente, com os recursos de emergência, a crise manifestou-se mortal, e em menos de meia hora, deixou de existir, às 17,45, o douto Senador Roberto Simonsen.

Mas deixou rastro luminoso de sua passagem pela engenharia, pelas indústrias, por mais de uma manifestação culta, pela Câmara dos Deputados e Senado Federal, por toda a parte onde se fez ouvir a sua palavra autorizada, de intérprete fiel de redioso idealismo, ao serviço de incansável energia construtiva.

Singular idealista, possuía, como raros, o senso realístico da vida, a que deveu os seus maiores triunfos econômicos e financeiros.

Embora opulento de haveres, criou, com a cooperação de amigos dedicados, sem intuito algum de lucro, a Escola Livre de Sociologia e Política, de nome expressivo, e a organização do SENAI, abreviatura de “Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial”, que vai

espalhando pelo país inteiro escolas técnicas de eficiente aparelhagem, destinadas a filhos de operários.

Estes dois empreendimentos, de inequívocos propósitos culturais, em benefício de brueguezia e do proletariado, assinalam concretamente as diretrizes reformadoras do engenheiro, que também era educador e dos mais abnegados.

Roberto Simonsen entrou para o Instituto Histórico, como sócio correspondente em virtude de proposta datada de 26-1-1939 assinada pelos Srs. Max Fleiuss e mais outros 20 consócios que encareciam a sua contribuição ao III Congresso de História comemorativo do nosso centenário (1938) e louvavam o seu esplêndido trabalho “História Econômica do Brasil” 1500-1820 — (2 vols). O parecer da comissão de História de 12-4-39 — assinado pelos Srs. Basílio de Magalhães, relator, Max Fleiuss e Herbert Canabarro Reichardt, abundava em merecidos encômios àquele trabalho. O da comissão de admissão de sócios, de 2-5-1939, assinado pelos Srs. A. Tavares de Lyra, relator, Epitácio Pessoa e Braz do Amaral, também lhe aplaudiu a designação, que foi confirmada pela assembléia geral de 31-5-39.

## ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

1948

<i>Trimestre</i>	Abril	Maio	Junho	Total
— Obras oferecidas .....	26	22	27	76
— Revistas Nacionais e Estrangeiras .....	76	65	29	170
— Catálogos recebidos .....	4	2	3	10
— Mapas recebidos .....	—	—	—	—
<i>Arquivos</i>				
— Documentos Consultados .....	1.506	1.700	1.806	5.012
— Museu (visitantes) .....	75	28	38	141
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
— Consultas .....	1.944	2.227	2.254	6.425
— Jornais .....	408	908	826	2.142
— Revistas .....	786	868	986	2.640
— Mapas Consultados .....	98	420	415	933
<i>Secretaria</i>				
— Ofícios, cartas e telegramas recebidos ..	85	178	205	468
— Ofícios, cartas e telegramas expedidos ..	360	368	453	1.181



# ÍNDICE

ABRIL A JUNHO DE 1948

	Págs.
I — TRABALHOS ORIGINAIS	
1. <i>Cronologia da vida de Tiradentes</i> , por L. de Oliveira Bello.....	3
2. <i>O grande nome da Independência</i> , por Feijó Bittencourt.....	15
II — CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO	
3. <i>O panamericanismo no quadro geral da civilização ocidental</i> , por J. B. Magalhães . . . . .	119
4. <i>Ferreira França através da política e da anedota</i> , por Afonso Costa....	143
5. <i>Descobrimento do Brasil</i> , pelo Desembargador F. Luis Vieira Ferreira..	165
6. <i>Descobrimento do Brasil</i> , pelo Almirante Gago Coutinho .....	174
7. <i>Pimenta Bueno, grande publicista e constitucionalista do Império</i> , pelo professor Haroldo Valladão .....	176
III — CONFERÊNCIAS	
8. <i>O Brasil e a Questão do Desarmamento</i> , general E. Leitão de Carvalho	191
9. <i>Nas comemorações do 3.º centenário da batalha dos Guararapes</i> , por R. Canabarro Reichardt .....	219
IV — CRÍTICA DE LIVROS	
10. <i>Notas (4) de Hélio Viana</i> . ....	226
V — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS	
11. <i>Abril, Maio e Junho</i> .....	228
VI — NOTICIÁRIO . . . . .	234
VII — ESTATÍSTICA .....	235



# INDEX

Page 1 of 1

1	Introduction	1
2	Chapter 1: The History of the Project	2
3	Chapter 2: The Methodology of the Project	3
4	Chapter 3: The Results of the Project	4
5	Chapter 4: The Conclusions of the Project	5
6	Chapter 5: The Recommendations of the Project	6
7	Chapter 6: The Acknowledgments of the Project	7
8	Chapter 7: The Bibliography of the Project	8
9	Chapter 8: The Appendix of the Project	9
10	Chapter 9: The Glossary of the Project	10
11	Chapter 10: The Index of the Project	11
12	Chapter 11: The List of Figures of the Project	12
13	Chapter 12: The List of Tables of the Project	13
14	Chapter 13: The List of Equations of the Project	14
15	Chapter 14: The List of References of the Project	15
16	Chapter 15: The List of Abbreviations of the Project	16
17	Chapter 16: The List of Symbols of the Project	17
18	Chapter 17: The List of Units of the Project	18
19	Chapter 18: The List of Constants of the Project	19
20	Chapter 19: The List of Variables of the Project	20
21	Chapter 20: The List of Parameters of the Project	21
22	Chapter 21: The List of Functions of the Project	22
23	Chapter 22: The List of Operators of the Project	23
24	Chapter 23: The List of Relations of the Project	24
25	Chapter 24: The List of Properties of the Project	25
26	Chapter 25: The List of Theorems of the Project	26
27	Chapter 26: The List of Lemmas of the Project	27
28	Chapter 27: The List of Corollaries of the Project	28
29	Chapter 28: The List of Definitions of the Project	29
30	Chapter 29: The List of Axioms of the Project	30
31	Chapter 30: The List of Postulates of the Project	31
32	Chapter 31: The List of Principles of the Project	32
33	Chapter 32: The List of Laws of the Project	33
34	Chapter 33: The List of Rules of the Project	34
35	Chapter 34: The List of Procedures of the Project	35
36	Chapter 35: The List of Algorithms of the Project	36
37	Chapter 36: The List of Programs of the Project	37
38	Chapter 37: The List of Scripts of the Project	38
39	Chapter 38: The List of Documents of the Project	39
40	Chapter 39: The List of Reports of the Project	40
41	Chapter 40: The List of Papers of the Project	41
42	Chapter 41: The List of Books of the Project	42
43	Chapter 42: The List of Journals of the Project	43
44	Chapter 43: The List of Conferences of the Project	44
45	Chapter 44: The List of Workshops of the Project	45
46	Chapter 45: The List of Seminars of the Project	46
47	Chapter 46: The List of Courses of the Project	47
48	Chapter 47: The List of Lectures of the Project	48
49	Chapter 48: The List of Tutorials of the Project	49
50	Chapter 49: The List of Exercises of the Project	50
51	Chapter 50: The List of Problems of the Project	51
52	Chapter 51: The List of Projects of the Project	52
53	Chapter 52: The List of Theses of the Project	53
54	Chapter 53: The List of Dissertations of the Project	54
55	Chapter 54: The List of Monographs of the Project	55
56	Chapter 55: The List of Books of the Project	56
57	Chapter 56: The List of Journals of the Project	57
58	Chapter 57: The List of Conferences of the Project	58
59	Chapter 58: The List of Workshops of the Project	59
60	Chapter 59: The List of Seminars of the Project	60
61	Chapter 60: The List of Courses of the Project	61
62	Chapter 61: The List of Lectures of the Project	62
63	Chapter 62: The List of Tutorials of the Project	63
64	Chapter 63: The List of Exercises of the Project	64
65	Chapter 64: The List of Problems of the Project	65
66	Chapter 65: The List of Projects of the Project	66
67	Chapter 66: The List of Theses of the Project	67
68	Chapter 67: The List of Dissertations of the Project	68
69	Chapter 68: The List of Monographs of the Project	69
70	Chapter 69: The List of Books of the Project	70
71	Chapter 70: The List of Journals of the Project	71
72	Chapter 71: The List of Conferences of the Project	72
73	Chapter 72: The List of Workshops of the Project	73
74	Chapter 73: The List of Seminars of the Project	74
75	Chapter 74: The List of Courses of the Project	75
76	Chapter 75: The List of Lectures of the Project	76
77	Chapter 76: The List of Tutorials of the Project	77
78	Chapter 77: The List of Exercises of the Project	78
79	Chapter 78: The List of Problems of the Project	79
80	Chapter 79: The List of Projects of the Project	80
81	Chapter 80: The List of Theses of the Project	81
82	Chapter 81: The List of Dissertations of the Project	82
83	Chapter 82: The List of Monographs of the Project	83
84	Chapter 83: The List of Books of the Project	84
85	Chapter 84: The List of Journals of the Project	85
86	Chapter 85: The List of Conferences of the Project	86
87	Chapter 86: The List of Workshops of the Project	87
88	Chapter 87: The List of Seminars of the Project	88
89	Chapter 88: The List of Courses of the Project	89
90	Chapter 89: The List of Lectures of the Project	90
91	Chapter 90: The List of Tutorials of the Project	91
92	Chapter 91: The List of Exercises of the Project	92
93	Chapter 92: The List of Problems of the Project	93
94	Chapter 93: The List of Projects of the Project	94
95	Chapter 94: The List of Theses of the Project	95
96	Chapter 95: The List of Dissertations of the Project	96
97	Chapter 96: The List of Monographs of the Project	97
98	Chapter 97: The List of Books of the Project	98
99	Chapter 98: The List of Journals of the Project	99
100	Chapter 99: The List of Conferences of the Project	100
101	Chapter 100: The List of Workshops of the Project	101
102	Chapter 101: The List of Seminars of the Project	102
103	Chapter 102: The List of Courses of the Project	103
104	Chapter 103: The List of Lectures of the Project	104
105	Chapter 104: The List of Tutorials of the Project	105
106	Chapter 105: The List of Exercises of the Project	106
107	Chapter 106: The List of Problems of the Project	107
108	Chapter 107: The List of Projects of the Project	108
109	Chapter 108: The List of Theses of the Project	109
110	Chapter 109: The List of Dissertations of the Project	110
111	Chapter 110: The List of Monographs of the Project	111
112	Chapter 111: The List of Books of the Project	112
113	Chapter 112: The List of Journals of the Project	113
114	Chapter 113: The List of Conferences of the Project	114
115	Chapter 114: The List of Workshops of the Project	115
116	Chapter 115: The List of Seminars of the Project	116
117	Chapter 116: The List of Courses of the Project	117
118	Chapter 117: The List of Lectures of the Project	118
119	Chapter 118: The List of Tutorials of the Project	119
120	Chapter 119: The List of Exercises of the Project	120
121	Chapter 120: The List of Problems of the Project	121
122	Chapter 121: The List of Projects of the Project	122
123	Chapter 122: The List of Theses of the Project	123
124	Chapter 123: The List of Dissertations of the Project	124
125	Chapter 124: The List of Monographs of the Project	125
126	Chapter 125: The List of Books of the Project	126
127	Chapter 126: The List of Journals of the Project	127
128	Chapter 127: The List of Conferences of the Project	128
129	Chapter 128: The List of Workshops of the Project	129
130	Chapter 129: The List of Seminars of the Project	130
131	Chapter 130: The List of Courses of the Project	131
132	Chapter 131: The List of Lectures of the Project	132
133	Chapter 132: The List of Tutorials of the Project	133
134	Chapter 133: The List of Exercises of the Project	134
135	Chapter 134: The List of Problems of the Project	135
136	Chapter 135: The List of Projects of the Project	136
137	Chapter 136: The List of Theses of the Project	137
138	Chapter 137: The List of Dissertations of the Project	138
139	Chapter 138: The List of Monographs of the Project	139
140	Chapter 139: The List of Books of the Project	140
141	Chapter 140: The List of Journals of the Project	141
142	Chapter 141: The List of Conferences of the Project	142
143	Chapter 142: The List of Workshops of the Project	143
144	Chapter 143: The List of Seminars of the Project	144
145	Chapter 144: The List of Courses of the Project	145
146	Chapter 145: The List of Lectures of the Project	146
147	Chapter 146: The List of Tutorials of the Project	147
148	Chapter 147: The List of Exercises of the Project	148
149	Chapter 148: The List of Problems of the Project	149
150	Chapter 149: The List of Projects of the Project	150
151	Chapter 150: The List of Theses of the Project	151
152	Chapter 151: The List of Dissertations of the Project	152
153	Chapter 152: The List of Monographs of the Project	153
154	Chapter 153: The List of Books of the Project	154
155	Chapter 154: The List of Journals of the Project	155
156	Chapter 155: The List of Conferences of the Project	156
157	Chapter 156: The List of Workshops of the Project	157
158	Chapter 157: The List of Seminars of the Project	158
159	Chapter 158: The List of Courses of the Project	159
160	Chapter 159: The List of Lectures of the Project	160
161	Chapter 160: The List of Tutorials of the Project	161
162	Chapter 161: The List of Exercises of the Project	162
163	Chapter 162: The List of Problems of the Project	163
164	Chapter 163: The List of Projects of the Project	164
165	Chapter 164: The List of Theses of the Project	165
166	Chapter 165: The List of Dissertations of the Project	166
167	Chapter 166: The List of Monographs of the Project	167
168	Chapter 167: The List of Books of the Project	168
169	Chapter 168: The List of Journals of the Project	169
170	Chapter 169: The List of Conferences of the Project	170
171	Chapter 170: The List of Workshops of the Project	171
172	Chapter 171: The List of Seminars of the Project	172
173	Chapter 172: The List of Courses of the Project	173
174	Chapter 173: The List of Lectures of the Project	174
175	Chapter 174: The List of Tutorials of the Project	175
176	Chapter 175: The List of Exercises of the Project	176
177	Chapter 176: The List of Problems of the Project	177
178	Chapter 177: The List of Projects of the Project	178
179	Chapter 178: The List of Theses of the Project	179
180	Chapter 179: The List of Dissertations of the Project	180
181	Chapter 180: The List of Monographs of the Project	181
182	Chapter 181: The List of Books of the Project	182
183	Chapter 182: The List of Journals of the Project	183
184	Chapter 183: The List of Conferences of the Project	184
185	Chapter 184: The List of Workshops of the Project	185
186	Chapter 185: The List of Seminars of the Project	186
187	Chapter 186: The List of Courses of the Project	187
188	Chapter 187: The List of Lectures of the Project	188
189	Chapter 188: The List of Tutorials of the Project	189
190	Chapter 189: The List of Exercises of the Project	190
191	Chapter 190: The List of Problems of the Project	191
192	Chapter 191: The List of Projects of the Project	192
193	Chapter 192: The List of Theses of the Project	193
194	Chapter 193: The List of Dissertations of the Project	194
195	Chapter 194: The List of Monographs of the Project	195
196	Chapter 195: The List of Books of the Project	196
197	Chapter 196: The List of Journals of the Project	197
198	Chapter 197: The List of Conferences of the Project	198
199	Chapter 198: The List of Workshops of the Project	199
200	Chapter 199: The List of Seminars of the Project	200



